



ACTAS

FICHA TÉCNICA
ACTAS 2025

Câmara Municipal de Lisboa

Carlos Moedas

Pelouro da Cultura

Carlos Moedas

Direção Municipal da Cultura

Laurentina Pereira

Departamento de Património Cultural

Jorge Ramos de Carvalho

Gabinete de Estudos Olisiponenses

Hélia Silva

Coordenação editorial

Hélia Silva

Revisão de texto

Edite Martins Alberto

Luísa Gonçalves

Textos

Aquilino Machado (Centro de Estudos Geográficos, IGOT, Universidade de Lisboa)

Arlette Figueira (ERA - Arqueologia, S.A.)

Carlos Boavida (Gabinete do Património Cultural - Unidade de Saúde Local São José)

Carlos Didelet (Centro de Arqueologia de Lisboa, CML)

Catarina Bolila (Neoépica, Lda - Arqueologia e Património)

Célia Pilão (Investigadora)

Delminda Rijo (Gabinete de Estudos Olisiponenses, CML)

Eunice Relvas (Gabinete de Estudos Olisiponenses, CML; HTC, NOVA FCSH/CEF-UC)

Fátima Aragonez (Gabinete de Estudos Olisiponenses, CML)

Guilherme Cardoso (Centro de Arqueologia de Lisboa, CML)

Inês Mendes da Silva (ERA - Arqueologia, S.A.; Centro de História, Universidade de Lisboa)

José Manuel Garcia (Gabinete de Estudos Olisiponenses, CML)

José Machado Pais (Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa)

Maria João de Figueiroa Rego (Gabinete de Estudos Olisiponenses, CML)

Deolinda Folgado (Museu de Lisboa. Lisboa Cultura, IHA NOVA FCSH)

Patrícia Mestre (ERA - Arqueologia, S.A.)

Paulo Rebelo (Neoépica, Lda - Arqueologia e Património)

Design gráfico e ilustrações

Ernesto Matos, DAC, CML

Edição

Município Lisboa. Departamento Património Cultural

ISBN

978-972-8543-77-8

Lisboa, 2025

© Câmara Municipal de Lisboa

Os textos são da exclusiva responsabilidade dos autores.

Os textos e imagens desta publicação não podem ser reproduzidos por qualquer processo digital, mecânico ou fotográfico, sem o prévio conhecimento e autorização da Câmara Municipal de Lisboa e respetivos autores.



ORGANIZAÇÃO
COLÓQUIO 2023

**Centro de Arqueologia de Lisboa
Gabinete de Estudos Olisiponenses
Junta de Freguesia de Arroios
Departamento de Desenvolvimento e Formação**



Índice

Index



8 Introdução

Introduction

Jorge Ramos de Carvalho

10 A Pré-História de Lisboa – As evidências na freguesia de Arroios

The Prehistory of Lisbon – Evidence in the parish of Arroios

Carlos Didelet

20 Uma necrópole romana na Calçada do Lavra, Lisboa

A Roman necropolis in Calçada do Lavra, Lisbon

Paulo Rebelo / Catarina Bolila

28 Vestígios de época Romana na freguesia de Arroios

Evidence of the Roman era in the parish of Arroios

Guilherme Cardoso

48 Entre Santo Antão e São José. Memórias de um colégio jesuíta, histórias de um hospital real

Between Santo Antão and São José. Memories of a Jesuit college, stories of a royal hospital

Carlos Boavida



70 O Convento de Arroios: dos jesuítas aos ucranianos.

The Convent of Arroios: from the Jesuits to the Ukrainians

José Manuel Garcia

86 Retrato histórico-social de um espaço periurbano de Lisboa no século XVII – a freguesia dos Anjos. O caso da indústria oleira.

A historical and social portrait of a peri-urban area of Lisbon in the 17th century – the parish of Anjos. The case of the pottery industry.

Delminda Rijo / Fátima Aragonez

120 Ramiro Leão & C.^a em Lisboa: uma marca do início da sociedade de consumo.

Ramiro Leão & Company in Lisbon: a brand from the beginning of the consumer society

Deolinda Folgado

150 O Real Colyseu de Lisboa (Rua da Palma n.º 265-287).

The "Real Colyseu" of Lisbon (Rua da Palma no. 265-287)

Arlette Figueira / Inês Mendes da Silva / Patrícia Mestre

164 Passeando pela Colina de Santana com Sara Benoliel.

Strolling through the hill of Santana with Sara Benoliel

Célia Pilão

186 Sousa Martins: da distinção médica à consagração popular.

Sousa Martins: from medical distinction to popular consecration

José Machado Pais

216 Contributos para a memória da I República na freguesia de Arroios: Os vereadores republicanos (1908-1926) do município de Lisboa.

Contributions to the memory of the 1st Republic in the parish of Arroios:

The republican councillors (1908-1926) of the municipality of Lisbon

Eunice Relvas

234 Representações literárias e cartografias emocionais no eixo Rua da Palma – Avenida Almirante Reis. Uma memória de resistência ao Estado Novo.

Literary Representations and Emotional Cartographies on Rua da Palma – Avenida Almirante Reis. A Memory of Resistance to the Portuguese “Estado Novo”

Aquilino Machado

254 Coletividades da freguesia de Arroios.

Collectivities of the parish of Arroios

Maria João de Figueiroa Rego

Introdução

Jorge Ramos de Carvalho

Diretor do Departamento de Património Cultural
DMC/ CML



Arroios: Um tecido de Histórias e Memórias

É com grande satisfação que apresentamos as atas do III Colóquio “ARROIOS - História, Memória e Vivências”, realizado em janeiro de 2023. Este evento reuniu moradores, especialistas, investigadores e representantes da administração local para refletir sobre a história, as políticas públicas e as questões locais da nossa cidade.

Organizado pelo Gabinete de Estudos Olisiponenses (GEO) e pelo Centro de Arqueologia de Lisboa (CAL), em colaboração com a Junta de Freguesia de Arroios, o colóquio teve como objetivo principal promover uma participação cidadã mais ativa e consciente, destacando o património material e imaterial da freguesia, bem como as políticas sociais que impactam diretamente a vida dos seus habitantes.

Este evento transcendeu o carácter cultural e educativo, criando um espaço de partilha entre a comunidade e os investigadores, com a apresentação de recentes estudos e resultados das campanhas arqueológicas realizadas na freguesia. O impacto das suas discussões ultrapassou as fronteiras do debate académico, contribuindo significativamente para o enriquecimento do entendimento sobre a evolução e os desafios enfrentados na freguesia, assim como para a promoção da identidade local e o fortalecimento do envolvimento comunitário.

As atas aqui apresentadas oferecem um registo de 13 comunicações que abordam questões sociais, culturais, económicas e urbanísticas, desafiando a reflexão e a colaboração entre todos os envolvidos.

Em 2025, a Direção Municipal de Cultura, Departamento de Património Cultural, foi agraciada com o Prémio de Excelência Autárquica, reconhecimento da importância e do impacto destes colóquios nas comunidades de cada uma das freguesias onde ocorrem. É com grande entusiasmo que compartilhamos esta edição, na esperança de que as discussões aqui registadas continuem a inspirar a reflexão e o envolvimento cívico nas nossas comunidades.

Agradecemos a todos os participantes pela sua contribuição e pelo compromisso em tornar este colóquio um espaço de debate e aprendizado coletivo.



A Pré-História de Lisboa – As evidências na freguesia de Arroios

The Prehistory of Lisbon – Evidence in the parish of Arroios

Carlos Didelet

Centro de Arqueologia de Lisboa, CML



Resumo: A Pré-História de Lisboa é um tema que ainda não está devidamente documentado. Em concreto, falta trabalho monográfico que englobe os conhecimentos mais antigos, desde os trabalhos de Virgílio Correia a Afonso do Paço ou Irisalva Moita. Vieira da Silva, em 1943, já preconizava um programa de estudos acerca do passado de Lisboa. Lamentamos que tal programa nunca tenha sido aplicado, pois era bastante completo e seria decerto uma abordagem séria a um problema complexo.

Desde 2015 que temos desenvolvido trabalho de pesquisa, não só acerca de materiais escavados nas décadas de 40 e 50 do século XX, como também se têm realizado trabalhos de prospeção em Monsanto e restante território da cidade.

Acerca da freguesia de Arroios: é daquelas zonas da cidade, cujo passado pré-histórico ainda é mal conhecido. Em 2017, devido a trabalhos de arqueologia urbana, conduzidos pelos arqueólogos da empresa Cota 80.86, foi possível encontrar um contexto do Calcolítico, do terceiro milénio a.C.

A análise artefactual, através dos objetos encontrados em contexto arqueológico, permitiu a inserção no Período Calcolítico, o que possibilitou a colocação de mais um ponto na carta arqueológica de Lisboa.

Analizamos esses materiais do Calcolítico e damos a sua interpretação no contexto geral da Pré-História de Lisboa.

Palavras-chave: Pré-História; Lisboa; Arroios; Calcolítico.

Abstract: Lisbon's prehistory is a subject that has yet to be properly documented. Specifically, there is a lack of monographic work covering the earliest knowledge, from the works of Virgilio Correia to Afonso do Paço or Irisalva Moita. In 1943, Vieira da Silva already advocated a program of studies on Lisbon's past. We regret that this program was never applied, as it was quite complete and would certainly have been a serious approach to a complex problem.

Since 2015, we have been conducting research, not only on materials excavated in the 1940s and 50s of the 20th centuries but also on prospecting work in Monsanto and the rest of the city.

The parish of Arroios is one of those areas of the city whose prehistoric past is still barely known. In 2017, urban archaeology work conducted by archaeologists from Cota 80.86, made it possible to find a Chalcolithic site from the third millennium BC.

Artefactual analysis, through the objects found in archaeological contexts, allowed us to place them in the Chalcolithic period, which made it possible to put another point on Lisbon's archaeological map.

We analyse these Chalcolithic materials and give their interpretation in the general context of Lisbon's prehistory.

Keywords: Prehistory; Lisbon; Arroios; Chalcolithic.



Introdução

A inexistência de um programa de investigação que analise a informação obtida até aos dias de hoje faz com que a dispersão de dados não esteja sistematizada, em particular, no que respeita ao período que nos interessa. O espaço temporal compreendido entre a segunda metade do 6.º milénio a. C. e finais do 3.º milénio a. C. (datas para a região de Lisboa) (Didelet & Leitão, 2021 e Leitão *et al.*, 2017a, 2017b, 2019). Território esse, que regista ocupação humana desde milénios anteriores.

Os trabalhos arqueológicos desenvolvidos desde os inícios do séc. XX até à actualidade, em Lisboa, permitiram identificar várias realidades do passado em termos de evolução da paisagem, do clima e da permanência humana no actual território por onde se estende a metrópole lisboeta. Sendo que nos últimos anos, resultando do elevado número de intervenções urbanas, resultantes de novos projectos e remodelação de quarteirões inteiros, tem sido possível obter um conjunto apreciável de novos dados acerca das mais diversas épocas de ocupação humana do território lisboeta.

Para a Pré-História, significou um avanço imenso no conhecimento adquirido, e ao mesmo tempo, colocando novas questões. A Arqueologia é peça fundamental para descobrir e dar a conhecer esse passado “escondido” no solo de grande parte da cidade em geral.

Outro conceito que pode ser aplicado na análise deste caso específico, é o de Geografia Cultural, que pode ser desenvolvido e aplicado, em particular quando articulado com o de Geoarqueologia de forma a criar uma explicação de como é que o ser humano interpreta e se adapta ao espaço envolvente, permitindo a construção de paisagens culturais. Existe uma certa unidade geomorfológica na região de Lisboa que faz com que os assentamentos humanos do Neolítico tenham uma uniformidade e desenvolvimento muito semelhante. Pode-se dizer que a área geográfica de Lisboa forma um “sistema natural”, criando assim algo que poderá ser alvo de observação científica.

Esta acção antrópica modelou e alterou toda a paisagem envolvente, provocando modificações na sua topografia e meio-ambiente. A contínua presença humana, a sua expansão e o desenvolvimento urbano da cidade de Lisboa nem sempre garantiram a salvaguarda dos testemunhos das diferentes épocas, resultando num conhecimento fragmentado acerca dos diversos períodos, desde a Pré-História até ocorrências recentes.

História de um local

A Arqueologia é uma ciência viva, em movimento, e o melhor exemplo dessa vivacidade é a arqueologia realizada em contexto urbano, ou, como refere Tadhg O’Keeffe, a “arqueologia urbana refere-se ao estudo da arqueologia nas cidades” (2014, p. 7520). E esta definição é a descrição de Lisboa e do seu subsolo.

O início deste milénio trouxe alterações de relevo ao conhecimento estratigráfico da cidade, seja por remodelação de edificado antigo, construções ex-novo, ou remodelações e construção de estruturas nos arruamentos e passeios da urbe. E foi um exemplo de construção na via pública que colocou a descoberto na freguesia de Arroios, no Largo de Santa Bárbara, vestígios do Neolítico Final/ Calcolítico Inicial (c. III milénio a.C.).

A intervenção arqueológica resultante do projeto de instalação de ecopontos subterrâneos na cidade de Lisboa, aprovado no dia 27 de abril de 2017, processo n.º 2000/1(096) – E (Filipe *et al.*, 2019, p. 4), sendo a equipa constituída pela arqueóloga Vanessa Filipe com o apoio técnico dos arqueólogos Dário Neves e de José Pedro Henriques, tendo os trabalhos decorrido entre o dia 11 de Junho de 2017 e o dia 17 de Julho, do mesmo ano.

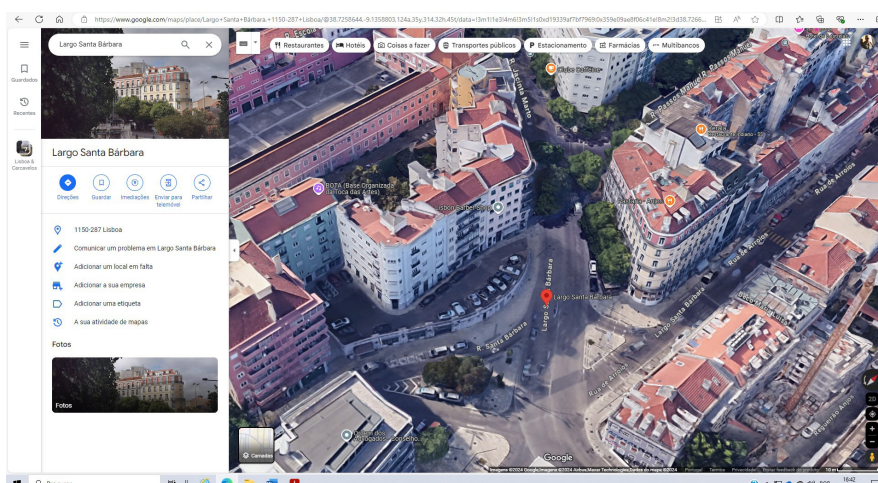


Figura 1
Enquadramento do Largo de Santa Bárbara na freguesia de Arroios
Fonte: Google Maps, 07/10/2024



Figura 2
A “ilha” do Ecoponto, instalada no Largo de Santa Bárbara, que permitiu a descoberta da realidade arqueológica
Fonte: Google Maps, 07/10/2024

Como se pode comprovar pelas imagens, estamos em pleno contexto urbano, numa área bastante movimentada da cidade, no sopé da continuação da Colina de Sant'Ana, em Lisboa, onde em tempos correu a Ribeira de Arroios (ou regueirão dos Anjos), actualmente, escondida pelo arruamento que constitui a Avenida Almirante Reis.

"Where space is tightly contested for high-density housing, most open land is utilised for some form of building purpose. Very little space exists for 'open area excavation' (...)" (O'Keeffe, 2014, p.7021).

No entanto, o espaço escavado onde ficou situado o Ecoponto, revelou parte da ocupação humana da Pré-história Recente de Lisboa.

Os trabalhos arqueológicos, realizados pela empresa Cota 80.86. (a quem agradecemos especialmente aos colegas Vanessa Filipe e José Pedro Henriques) desenvolveram-se no Largo de Santa Bárbara de acordo com os seguintes objetivos:

- Prevenção, salvaguarda, registo e recolha de toda a informação arqueológica existente na área;
- Conhecer a evolução cronológica da ocupação humana no local;
- Análise da sequência estratigráfica identificada;
- Identificação e registo dos contextos arqueológicos presentes no local;
- Tratamento, registo, limpeza, triagem, marcação, inventário, acondicionamento e embalamento do espólio recolhido;
- Descrição e registo da realidade arqueológica identificada;
- Integração crono-cultural dos vestígios arqueológicos, através do estudo das realidades observadas e dos materiais exumados no decorrer da intervenção;
- Avaliação do potencial patrimonial e científico do sítio, de forma a determinar as medidas mais apropriadas para proteção/minimização de impactes negativos." (Filipe et al., 2019)

Como vemos, um plano estruturado desenhado para uma boa interpretação e estudo das realidades arqueológicas aí encontradas.

Os resultados da escavação arqueológica foram apresentados pela primeira vez no II Encontro de Arqueologia de Lisboa, no dia 23 de Março de 2018 às 16h10, sob o título "6000 anos de histórias: resultados preliminares sobre as intervenções arqueológicas desenvolvidas no âmbito de um projeto de instalação de ilhas ecológicas na cidade de Lisboa", e no dia 15 de Maio de 2018 às 18h apresentámos no Museu Arqueológico do Carmo a conferência "Cada sítio, uma História. A Arqueologia no projeto de instalação de ilhas ecológicas em Lisboa". (Filipe et al., 2019, p. 6-7).

Na análise dos materiais e do paleosolo, encontramos um conjunto bastante homogéneo, consentâneo com o Calcolítico Inicial (III milénio a.C.), como podemos ver nas figuras que incluímos neste artigo.



Figura 3

Aspecto do paleosolo (unidades estratigráficas [016] e [017]), onde assenta uma estrutura de função desconhecida, constituída por pedra e seixo, com ligante de argila

Fonte: Cota 80.86., 2017



Figura 4

Plano aproximado, observando-se com detalhe a estrutura

Fonte: Guilherme Cardoso, 2017



Figura 5

Outra perspectiva da estrutura

Fonte: Cota 80.86., 2017



Figura 6

Alguns dos materiais cerâmicos e líticos recolhidos durante a escavação

Fonte: Guilherme Cardoso, 2017

Como se referiu, estamos perante um contexto de indícios de novo período, permitido pela análise artefactual. Dos objectos provenientes da intervenção arqueológica seleccionámos os que nos parecem mais relevantes.



Figura 7

Machado polido, anfibolite, sem as partes proximais e distais, observando-se desgaste. Formato similar a outros machados provenientes de Lisboa

Fonte: Cota 80.86., 2018



Figura 8 e 9

Fragmentos de dormente e movente de mós manuais, de calcário

Fonte: Cota 80.86., 2018



Figura 10
Percutor de sílex
Fonte: Cota 80.86., 2018



Figura 11
"Lâminas e lamelas, retocadas ou com vestígios de esquirolamento devido à sua utilização como objecto cortante retocadas, característica de contextos pré-históricos de transição do 4º para o 3º milénio a. C."
Fonte: Filipe et al. – Relatório da empresa Cota 80.86., 2019, p. 23



Figura 12
Exemplos de fragmentos cerâmicos (produzidos manualmente), característicos de inícios do III milénio a.C.
Fonte: Cota 80.86., 2018



Figura 13
O fragmento de cerâmica que merece alguma atenção. Apresenta decoração "a pente", precursor da cerâmica calcolítica pré-Campaniforme
Fonte: Cota 80.86., 2018

Conclusões

Estamos perante um contexto da Pré-história Recente, inserível no começo do III milénio a.C., com um conjunto artefactual bastante interessante, além da estrutura que se pode observar nas imagens acima.

Chama a atenção o machado de anfíbolite, matéria-prima exógena da península de Lisboa, encontrando-se principalmente no Alentejo, o que por si só, demonstra a existência de redes comerciais de longa distância. Os elementos de sílex apresentam “retoque invasor, característica de contextos pré-históricos de transição do 4º para o 3º milénio a. C.” (Filipe *et al.*, 2019, p.24).

Na cerâmica, como se referiu, o fragmento com decoração a pente, encontra paralelos com outros, de semelhante técnica, provenientes da Estremadura Litoral (Gomes & Didelet, 2017).

A parte mais pertinente, é o acrescentar de mais um local de ocupação calcolítica aos que têm surgido em diversas zonas de Lisboa, como na Ajuda, Pedrouços ou na Calçada da Ajuda, só para referir achados mais recentes.

No entanto, a descoberta deste local vem demonstrar a necessidade premente de se realizar monografia acerca da Pré-história Recente de Lisboa. Os dados obtidos nas últimas duas décadas merecem uma análise panorâmica que os coloque em contexto e ligação com os obtidos na segunda metade do século XX¹.

¹. Agradecimentos: A Vanessa Filipe e a José Pedro Henriques, à Cota 80.86. e ao Doutor Guilherme Cardoso pela cedência das imagens.

Bibliografia

Didelet, C. & Leitão, E. (2021). As cerâmicas calcolíticas de Montes Claros (Monsanto). Análise petrográfica e microscópica, comparações e sua inserção no Calcolítico Estremenho. Em *Actas do III Encontro de Arqueologia de Lisboa*. A publicar.

Didelet, C., Leitão, E. & Cardoso, G. (2021). Irisalva Moita, a “Estação Pré-Histórica de Vila Pouca” e a vertente norte de Monsanto – Uma revisão dos dados antigos e novas considerações. *SCAENA*, II, 136-149. Edição EGEAC, EM/Museu de Lisboa – Teatro Romano.

Didelet, C., Leitão, E., Cardoso, G. & Luz, N. (2022). Exploração de sílex durante o Neolítico/Calcolítico no município de Lisboa. Em J. J. Ávila, M. Bustamente-Álvarez, e F. J. H. Mora (Eds.) *Actas del X Encuentro de Arqueología del Suroeste* (pp. 276-293). Badajoz: Ayuntamiento de Zafra.

Filipe, V., Krus, A., Coelho, A. & Vieira, V. (2019). Relatório da empresa Cota 80.86. – *Intervenção Arqueológica, Projeto de instalação de ecopontos subterrâneos na cidade de Lisboa Largo de Santa Bárbara, 2017/18*. Não publicado.

Gomes, M. V. & Didelet, C. (2017). *Crânio humano do Vale Covo (Lamas, Pragança, Cadaval). Vestígios de prática sócio-religiosa*. A publicar.

Leitão, E., Didelet, C., & Cardoso, G. (2017a). Análise espacial da área do município de Lisboa durante a Pré-história Recente. Em *Scientia Antiquitatis – Actas do III Congresso Internacional de Arqueologia de Transição – Estratégias de Povoamento: Da Pré-História à Proto-História*, 1, 155-176. Évora: Edição Universidade de Évora.

Leitão, E., Didelet, C., & Cardoso, G. (2017b). As galerias de mineração de sílex de Campolide e o seu contexto europeu. Comparações e análise. Em J. M. Arnaud & A. Martins (Coord. Edit.) *Actas do II Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses – O Estado da Questão* (pp. 575-579). Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.

Leitão, E., Pimentel, N., Didelet, C., Mourão, C., Luz, N & Cardoso, G. (2019). Identificação e Análise do sílex da Área Oeste do Município de Lisboa. Em J. C. Senna-Martinz, A. C. Martins, A. Caessa, A. Marques e I. Cameira (Coord.) *Extraír e Produzir... Dos Primeiros Artefactos à Industrialização – Fragmentos de Arqueologia de Lisboa* 3 (pp. 35-44). Lisboa: CAL/CML.

O’Keefee, T. (2014). Urban Archaeology. Em C. Smith (Ed.) *Encyclopedia of Global Archaeology* (pp. 7520-7522). New York: Springer Reference.

[O autor escreve com a ortografia antiga, pré-acordo ortográfico de 1990.]

Uma necrópole romana na Calçada do Lavra, Lisboa

A Roman necropolis in Calçada do Lavra, Lisbon

Paulo Rebelo

Neoépica, Lda – Arqueologia e Património

Catarina Bolila

Neoépica, Lda – Arqueologia e Património



Resumo: No decorrer da intervenção arqueológica levada a cabo na Calçada do Lavra, n.º 2, foi identificada uma importante área de uma das necrópoles romanas de *Olisipo*, que se estendia a Norte, ao longo do espaço atualmente ocupado pela Rua das Portas de Santo Antão. Foram identificados diversos contextos funerários, com especial incidência de inumações e cremações, tanto em estruturas simples como de carácter monumental, cuja cronologia se situa entre o século I e o século III d.C.

Palavras-chave: *Olisipo*; Necrópole Romana; Arqueologia.

Abstract: During the archaeological intervention that took place at Calçada do Lavra, no. 2, an important area of one of *Olisipo*'s Roman necropolis, that stretches north along the area now occupied by Rua das Portas de Santo Antão, was identified. Various funerary contexts and practices were identified, with special focus on inhumations and cremations, both in simple and monumental structures, assignable to the period between the 1st and 3rd centuries AD.

Keywords: *Olisipo*; Roman Necropolis; Archaeology.



Introdução e enquadramento

A intervenção arqueológica levada a cabo pela empresa Neoépica - Arqueologia e Património na Calçada do Lavra, n.º 2, no âmbito da remodelação do restaurante Solar dos Presuntos, entre os anos 2017 e 2018, permitiu pôr a descoberto uma importante sequência estratigráfica que ilustra a ocupação deste espaço desde a Pré-História recente até à época Contemporânea.



Figura 1

Localização do sítio da Necrópole da Calçada do Lavra junto da Rua das Portas de Santo Antão
Fonte: Google Earth, setembro de 2023

Este sítio localiza-se na Calçada do Lavra, n.º 2 a 10, na Freguesia de Arroios, concelho de Lisboa, e implanta-se a Este da Rua das Portas de Santo Antão, na base da íngreme encosta onde, a Norte, se insere o Elevador do Lavra e, a Sul, o Palácio da Anunciada. A escavação decorreu numa área com aproximadamente 300 m².

Entre os achados, regista-se o aparecimento de vestígios relacionados com a laboração de uma olaria de época Moderna, mas, principalmente, uma importante área de uma das necrópoles da cidade romana de *Olisipo*, que se estendia a Norte, ao longo do espaço atualmente ocupado pela Rua das Portas de Santo Antão e zona envolvente.



Figura 2

A – Fundo de tanque de decantação de argila, forrado a fragmentos de tijoleira

B – Pia em cerâmica que deverá ter servido como contentor de água associado à produção cerâmica em época moderna

Fonte: Neoépica, 2017

Estes contextos de época Romana encontravam-se diretamente sobrepostos pelos níveis de ocupação de época Moderna, do século XV e XVI, cujos indícios revelaram a existência de uma produção de cerâmica no local, sublinhando-se a presença já comprovada da existência de olarias na zona adjacente, localizada no Palácio da Anunciada, com cronologias contemporâneas às que aqui foram determinadas, devendo corresponder ao mesmo núcleo de produção (Cardoso et al., 2017, pp. 1715-1729).

A localização da necrópole romana parece indicar que faria parte do mesmo complexo funerário primeiramente escavado na Praça da Figueira, aquando das obras do Metropolitano de Lisboa, no decorrer dos anos 60, hoje conhecido por Necrópole Noroeste de Olisipo. Esta lógica de implantação está também patente na intervenção de outro espaço funerário localizado mais a Sul, na Rua das Portas de Santo Antão, n.º 84 a 90 (Cabaço et al., 2017, pp. 1244-1254) e na Encosta de Sant'ana (Muralha et al., 2002, pp. 245-246; Gonçalves et al., 2010, pp. 125-144).

Tal como se verifica para a grande maioria das necrópoles romanas, também esta era estruturada por uma das vias provenientes da cidade, neste caso pela denominada "via Norte", que atravessava longitudinalmente o vale da Baixa em direção à cidade de *Scallabis*, atual Santarém. Esta via terá sido alvo de inúmeras intervenções e remodelações entre os séculos I e III d.C., e dava acesso não apenas à mais extensa necrópole romana conhecida até ao momento, mas também a edifícios de cariz cultural como o circo de *Olisipo* (Silva, 2012, pp. 74-87).

A necrópole romana da Calçada do Lavra

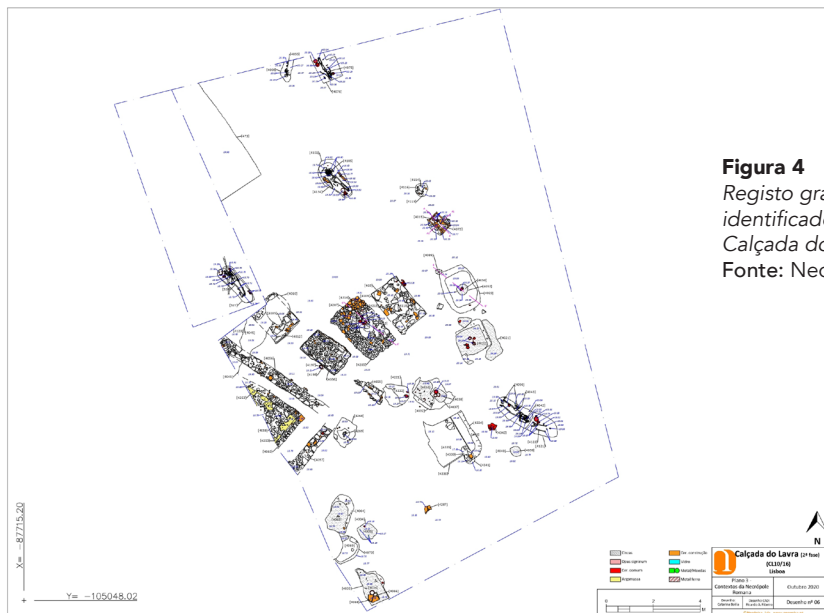
Na necrópole da Calçada do Lavra foram identificados contextos correspondentes a uma tradição caracteristicamente romana, tanto de cremação como de inumação, distribuídos por variados tipos de estruturas funerárias, passando pelas que demonstravam indícios de monumentalização, como pelas mais simples, num total de 22 inumações e 34 cremações.



Figura 3

Distribuição dos contextos funerários da necrópole romana da Calçada do Lavra: Vermelho e cinzento – inumações; Amarelo – cremações; Verde – estruturas monumentalizadas; Laranja – ustrino; Azul – urnas funerárias.

Fonte: Neoépica, 2017



observar esta nossa ancestralidade conseguimos alcançar uma cidade viva, cheia de pessoas que vão deixando as marcas de modos e presenças que se alteram numa mutação persistente ao longo dos séculos. Somos, num sentido natural, o mais recente dos elos de uma grande corrente. Este reconhecimento – e conhecimento – permite compreender a nossa antiguidade como pessoas que procuraram soluções, às vezes diferentes, às vezes idênticas, para as mesmas problemáticas, sendo talvez mais relevante perceber que as nossas opções como indivíduos e sociedade irão condicionar os próximos elos da corrente. Sendo indivíduos do tempo presente, encontramos-nos entre a nossa passagem a tempo passado, ou seja, a contexto arqueológico, e o tempo futuro que se irá abrir com as condicionantes que iremos deixar para as gerações que se seguirão. Assim, devemos olhar para o tempo histórico para além de um certo romantismo saudosista, mas como parte essencial da nossa evolução. As sepulturas, as peças antigas e os ossos das pessoas sepultadas na necrópole romana da Calçada do Lavra, correspondem na sua dimensão mais essencial às nossas próprias raízes que sustentam e alimentam o nosso próprio futuro.



Figura 5
Estruturas funerárias de caráter monumental
Fonte: Neoépica, 2017



Figura 6
Contexto de cremação com espólio associado
Fonte: Neoépica, 2017



Figura 7
Contextos de inumação com espólio associado
Fonte: Neoépica, 2017



Figura 8
Conjunto de cerâmicas depositadas
como oferenda no ritual de inumação
Fonte: Neoépica, 2017

Bibliografia

- Bolila, C., Fernandes, L., Rebelo, P. & Peça, P. (2021). *Necrópole da Calçada do Lavra (Lisboa): espólio lúdico de um enterramento romano [Comunicação]*. Comunicação apresentada no colóquio III Encontro de Arqueologia de Lisboa. Arqueologia na Cidade, Lisboa, Teatro Aberto, novembro de 2021.
- Cabaço, N., Sarrazola, A., Silva, R. B. da, Carvalho, L. M. de & Lourenço, M. (2017). O espaço de necrópole Romana das Portas de Santo Antão, Lisboa. Em J. M. Arnaud & A. Martins (Coord. Edit.) *Actas do II Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses – O Estado da Questão, 1244-1254*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- Cardoso, G., Batalha, L., Rebelo, P., Rocha, M., Neto, N. & Brito, S. (2017). Uma olaria na Rua das Portas de Santo Antão (Lisboa) – séculos XV e XVI. Em J. M. Arnaud & A. Martins (Coord. Edit.) *Actas do II Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses – O Estado da Questão, 1715-1729*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- Gonçalves, D., Duarte, C., Costa, C., Muralha, J., Campanacho, V., Costa, A. M. & Angelucci, D. E. (2010). The Roman cremation burials of Encosta de Sant’Ana (Lisbon). *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 1, 125-144. <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/21174>
- Hope, V. (2007). *Death in Ancient Rome: A Sourcebook*. Abingdon: Routledge.
- Muralha, J., Costa, C. & Calado, M. (2002). Intervenções Arqueológicas na Encosta de Sant’Ana (Martim Moniz, Lisboa). *Al-madan*. 2ª Série, 11, 245-246. Centro de Arqueologia de Almada.
- Pereira, C. (2014). *As necrópoles romanas do Algarve: acerca dos espaços da morte no extremo sul da Lusitânia*. [Tese de Doutoramento em História (Arqueologia), Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa].
- Rebelo, P. & Peça, P. (2018). Intervenção arqueológica na Calçada do Lavra: Dinâmicas de ocupação do espaço. Abordagem preliminar à necrópole romana. Em A. S. Antunes, C. Nozes, M. Carvalhinhos e V. Leitão (Coord. Edit.) *Atas do II Encontro de Arqueologia de Lisboa: Arqueologia em meio urbano* (pp. 253-263). Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa/Centro de Arqueologia de Lisboa.
- Silva, R. B. da (2012). Arqueologia viária romana em Lisboa: a I.A.U. da Praça da Figueira. *CIRA Arqueologia – Atas Mesa Redonda “De Olisipo a Ierabriga”*, 1, 74-87. Vila Franca de Xira: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.
- Vaquerizo Gil, D. (Coord.) (2001). *FUNUS CORDUBENSIIUM. Costumbres funerarias en la Córdoba romana*. Córdoba: Universidade de Córdoba.

Vestígios de época Romana na Freguesia de Arroios

Evidence of the Roman era in the parish of Arroios

Guilherme Cardoso

Centro de Arqueologia de Lisboa, CML



Resumo: O atual espaço geográfico da freguesia de Arroios fazia parte dos subúrbios da antiga urbe de Olisipo, como foi conhecida Lisboa durante a época Romana.

Desde os inícios do século XX, durante as escavações arqueológicas foram ali identificados alguns indícios de época Romana, nomeadamente sepulturas e algumas estruturas de edifícios.

Palavras-chave: Período Romano; Necrópoles; Cerâmica; Metais; Arqueologia.

Abstract: The Parish of Arroios was once a part of the old suburbs of Olisipo city, as Lisbon was known during Roman times.

Since the beginning of the 20th century, archaeological excavations have identified some signs of Roman times, namely graves and some building structures.

Keywords: Roman Period; Necropolises; Pottery; Metals; Archaeology.



DIOS
ria vivências
quio

Introdução

A freguesia de Arroios localiza-se na parte norte da Baixa de Lisboa, com cerca de 2,13 km² de área urbanizada, sendo este um dos factores pelos quais os vestígios arqueológicos são dificilmente identificados quando se procede a intervenções no subsolo. Dividida pelo antigo vale de São Jordão, mais tarde Regueirão dos Anjos (Azevedo, 1903, p. 315), hoje avenida Almirante Reis, onde em tempos corriam alguns ribeiros, hoje cobertos pelo asfalto das vias, e que ficaram registados na toponímia como é o caso de Arroios.

O seu território, na época romana, encontrava-se entre os subúrbios de Olisipo, onde se localizavam as vias que saíam da cidade, com as suas bermas pontuadas por necrópoles, a que se seguiam os campos agrícolas lavrados, cujas produções hortícolas proviam o abastecimento da cidade, bem como vinhas, oliveais e campos de cultivo de cereais.

Nas imagens que subsistem, referentes à área rural da actual freguesia, durante os finais do século XIX e inícios do XX, observamos uma realidade paisagística, seguramente idêntica em época romana, onde existiam propriedades agrícolas, tendo algumas delas habitações no seu interior.

Para além das questões relacionadas com a urbanização, existem outros factores que nos impedem de obter informações sobre os locais onde aparecem vestígios arqueológicos, como são os casos dos limites da área escavada, condicionada pela zona onde são realizados os desaterros e a profundidade que as sondagens atingem, o que impossibilita o conhecimento de muitas das realidades do passado.

Os vestígios arqueológicos de Arroios

Escola de Medicina Veterinária

A primeira referência que existe a achados arqueológicos na área da freguesia de Arroios (Fig. 1.1) foi transmitida por José Leite Vasconcelos, quando descreveu o aparecimento de uma lucerna romana decorada (Fig. 2), durante a abertura dos alicerces da Escola de Medicina Veterinária, em 1927, no espaço da atual sede da Polícia Judiciária: “Uma lucerna, oferecida ao signatário para o Museu Etnológico pelo Arquitecto o S.or Tertuliano Lacerda Marques...”. Na legenda da figura refere: “Lucerna romana (candeia) achada em Lisboa, em 1927, no desaterro para as obras da Escola de Medicina Veterinária, ao Matadouro.” (Vasconcelos, 1937, pp. 162 e 163).

Na sua tese de doutoramento, Ferreira de Almeida, classifica a referida lucerna como sendo do tipo *British Museum* 100-101, de barro amarelo rosado e engobe vermelho, com 116 mm de comprimento, por 78 mm de largura e 33 mm de altura. No fundo observou a marca V, de feição irregular, dentro de uma moldura de coroa (padrão de palma). O margo é preenchido por rosetas relevadas. Na base do *rostrum* três glóbulos relevados, *rostrum* cordiforme. O disco apresenta à direita uma árvore inclinada para o centro, onde se encontra um *Terminus* (imagem do deus Término?) voltado para a esquerda e à sua frente a representação de uma mulher de pé, nua (1953, p. 173, n.º 155).

Van Buren descreve uma lucerna da Academia Americana de Roma, ao que tudo indica, ser de inspiração semelhante à recolhida na Escola de Medicina Veterinária, datando-a do século III:

“Lamp with heart-shaped nozzle, of the third century after Crist, showing Venus beneath a flowering arbour.”

“An arched leafy arbour in perspective; the right side of the entrance is supported by an armless herm of Priapus (unless this is intended as freestanding and concealing the lower part of this side of the arbour); in the opening, upon a base, is a statue of Venus, nude, standing to front, head half-right, with both hands arranging her hair; to her left, Cupid advancing from within the arbour and partly turned towards Venus. Parallels exist among both paintings and mosaics, but especially in the calendar pictures for the month of April: *contectam myrto Venerem veneratur Aprilis*”. (Van Buren, 1949, p. 126 apud Almeida, 1953, pp. 173 e 174).

Não havendo qualquer outra referência ao achado, é difícil saber se a lucerna foi encontrada isolada ou se fazia parte de uma sepultura romana destruída durante os trabalhos de desaterro.

Largo de Santa Bárbara

Em junho de 2017, durante uma escavação efetuada no lado poente do Largo de Santa Bárbara para abertura de uma cavidade para colocação de grandes contentores de lixo – ilhas ecológicas – junto ao passeio, foram identificados por Vanessa Filipe e José Pedro Henriques, da empresa Cota.80.86, estratos de época Romana, sobre uma ocupação da pré-história (Figs. 2 a 7).

Os materiais encontrados, a mais de um metro de profundidade, no meio de uma camada de terra orgânica e de *opus*, devido às escorrências provocadas pelas águas da chuva, indiciam a existência de um sítio arqueológico nas proximidades, provavelmente um pouco mais a montante, que terá certamente sido destruído durante a construção dos blocos de edifícios hoje ali existentes.

O material recolhido é pouco, sendo maioritariamente formado por fragmentos de grandes contentores (Fig. 8). A peça que melhor se distingue é o fragmento de *terra sigillata* gaulesa, do tipo Drag. 29, decorada com grinaldas e “florões”, datada do século I d.C. (Fig. 9).

A presença de fragmentos de argamassa e de *opus signinum* revelam que terá existido no local algum edifício, mas desconhecemos a sua função.

A sua localização, longe da cidade romana, revela a possibilidade de ali ter existido uma *villa*, a exemplo dos vestígios encontrados na Rua de Santa Marta 25-25a/ Rua Rodrigues Sampaio, 48, Lisboa, a cerca de 950 metros de distância do Largo de Santa Bárbara, onde apareceu a *pars frutuaria* de uma *villa* e parte de umas termas, que, segundo Carlos Fabião, trata-se de “*construções romanas com vocação agrícola (séculos II/III – V d.C.)*”, associadas a um lagar de vinho, onde foram envazadas ânforas do tipo Lusitana 3, que teriam sido produzidas na olaria romana da Quinta do Rouxinol, Seixal (2021, p. 79).

Rua dos Anjos, n.º 10-14/ Travessa da Bica dos Anjos, n.º 48

Durante a abertura de caboucos para erigir um novo edifício na esquina da Rua dos Anjos com a travessa da Bica dos Anjos, em 2019 (Fig. 10), foram identificadas pelo arqueólogo Vítor Filipe, ruínas de um edifício romano com um pavimento em argamassa, associadas a materiais arqueológicos enquadráveis no século III d.C.

A pouca distância, cerca de 450 metros para Sudeste do Largo de Santa Bárbara e a 650 metros das últimas sepulturas da encosta de Santana, coloca-se a dúvida, se este local já estaria fora dos limites do subúrbio de Olisipo.

Calçada do Lavra, n.º 8 / Rua das Portas de Santo Antão, n.º 148-150

Entre 2016 e 2019, a empresa de arqueologia Neoépica realizou uma série de escavações arqueológicas num terreno em socalcos no lado sul da calçada do Lavra e a nascente da Rua das Portas de Santo Antão, à altura de um primeiro andar. Após retirar mais de cinco metros de terra ali depositadas a partir do período Medieval até à época Contemporânea, identificaram cerca de cinquenta túmulos do período Romano que pertenciam à necrópole instalada junto à via que saía da cidade para Norte (Silva, 2021a, p. 27, Fig. 1).

A escavação integral do espaço permitiu verificar que foram ali usados dois tipos de rituais funerários, a cremação e a inumação (Peça et al., 2021).

Alguns corpos foram cremados no local mantendo-se no *bustum* (local onde era queimado o cadáver) os restos do indivíduo e alguns objectos de adorno, bem como oferendas votivas. Noutros casos, as cinzas, ossos carbonizados e oferendas votivas eram depositadas em sepultura secundária, mais ou menos estruturadas segundo as posses dos familiares (Fig. 11 a 21).

Uma das sepulturas continha objectos que faziam parte da profissão do defunto (*ob. cit.*, 2021, p. 83, Fig. 3), como foi o caso do aparecimento de espátulas, sondas cirúrgicas, paletas de pedra, uma caixa cilíndrica de liga de cobre para guardar instrumentos cirúrgicos e uma caixa de medicamentos, rectangular, com cinco compartimentos para guardar substâncias com propriedades curativas (Fig. 20).

No interior de outra sepultura em *bustum*, encontraram-se marcas de jogo de pasta vítrea e dados, pelo que os arqueólogos que procederam à sua escavação colocaram a hipótese de ter pertencido a um jogador (*ob. cit.*, 2021, p. 83).

Entre as sepulturas de cremação existiam quatro, cobertas por estruturas monumentais rectangulares colocadas sobre o *bustum*, com alvenaria rebocada, apresentando vestígios de pintura, e provável cobertura do tipo *cupa structilis* (Silva, 2021c, pp. 152 e 158). A ausência destas indica-nos que terão sido destruídas certamente no século XV ou nos inícios do século XVI, quando os oleiros da olaria renascentista do palácio da Anunciada, que ficava a sul, usaram a parte nascente do terreno da necrópole para extração de uma bolsa de argila. Esta, inserida entre as camadas geológicas do Miocénico, das formações do Forno do Tijolo e as aréolas da Estefânia, daria lugar a posterior tratamento do barro no local (Fig. 15). Entretanto, os materiais arrancados às coberturas das sepulturas romanas foram aplicados num pavimento de tijolo, delimitado por pedras, e num tanque com

o fundo e paredes forrados com lateres, utilizados para depurar e amassar barro (Cardoso et al., 2019, p. 125 e 126, Fig. 5).

Uma das sepulturas de cremação, do lado ocidental, encontrava-se delimitada por dois pequenos muros de alvenaria, onde se observava, ao centro, uma tumba monumental. É provável que tenha sido contornada por quatro muretes, dos quais só restaram dois, marcando assim um recinto (Fig. 14).

Por sua vez, algumas das sepulturas de inumação foram encontradas dentro de jazigos, delimitados por tijolos e telhas, podendo, no ritual de enterramento, terem sido usados ataúdes e mortalhas.

Rua das Portas de Santo Antão, n.º 84-90

Mais a sul, ladeando por nascente a rua das Portas de Santo Antão, um prédio inserido em socalcos na encosta de Sant'Ana (Fig. 22) foi intervencionado pela empresa Era-Arqueologia, que ali escavou ao nível do segundo socalco nove sepulturas de inumação, datadas da segunda metade do século III d. C., sendo que, seis sepultamentos foram efetuados em covachos, dentro de ataúdes de madeira (Cabaço et al., 2017). A presença de moedas em algumas sepulturas revelou a continuidade da antiga crença no pagamento a Caronte. Seis encontravam-se voltadas para Noroeste, com a cabeça a Sudeste e apenas duas viradas a Sudeste com a cabeça a Noroeste. Os materiais associados às sepulturas foram datados entre 260 e 280 d.C., uma época em que já eram raros os túmulos de cremação, tal como os que foram encontrados um pouco mais a norte junto à Calçada do Lavra.

Segundo os arqueólogos responsáveis, a necrópole prolongava-se mais para poente, mas a construção de um prédio terá destruído qualquer vestígio que ali pudesse ter existido (Cabaço et al., 2021).

Quanto aos tipos construtivos foram caracterizados dois, as sepulturas de covacho e as sepulturas estruturadas com cobertura de lateres, a formar duas águas (Cabaço et al., 2017, p. 1245). Uma parte das sepulturas tinha, a acompanhar, ofertas votivas, costume comum em túmulos deste período.

Na sepultura 1 foram depositados, ao nível dos joelhos uma lucerna e um jarro, sobre o abdómen um copo de vidro e sobre o tórax uma moeda.

No interior do ataúde da sepultura 2, foi colocado um jarro sobre o joelho esquerdo, aos pés um pote, um fragmento de lucerna, uma taça e dois copos de vidro, na mão esquerda um anel de prata.

Entre o conjunto de artefactos recolhidos destacam-se os da sepultura 3, com um anel de prata na mão esquerda, um alfinete de cabelo na mão direita, dois púca-ros, taça de vidro e o fragmento de uma lucerna na zona dos pés. Sobre o tórax uma taça de *terra sigillata* e na mão direita um compasso em liga de cobre apresentava a seguinte gravação:

“Em ambos os lados externos das pernas, nas zonas planas, encontram-se gravações produzidas no metal, usando cruzeiros (X) e conjuntos de dois traços perpendiculares à perna (II) enquadrando uma cruz (IIXII). Estes últimos elementos não encerram com

precisão as mesmas medidas máximas externas (1,44 cm e 1,24 cm), como é desigual de uma haste para a outra a distância das zonas terminais do conjunto de traços e cruz em relação à cruz isolada mais próxima da cabeça do compasso". (Cabaço et al., 2019, pp. 51 e 52).

Também na sepultura 4, foram recolhidos alguns artefactos na zona dos pés, um unguentário de vidro dentro de um prato de *terra sigillata*, bem como um pote que tinha no seu interior um copo de vidro e uma lucerna.

Uma outra moeda foi recolhida na zona da mão, na sepultura 5, tendo aos pés um púcaro, um copo de vidro e um pote, igualmente com uma lucerna no seu interior. Aos pés, na deposição da sepultura 6, fora do ataúde, foi recolhido um jarro, uma taça de *terra sigillata*, uma lucerna, duas púcaras, um púcaro e fragmentos de duas bilhas.

As restantes sepulturas não tinham artefactos, apenas um fragmento de um fundo de púcaro que parecia estar conectado com a sepultura 8 na zona dos pés.

Este tipo de sepulturas do século III é muito semelhante às encontradas em necrópoles da mesma época que foram intervencionadas na área do *ager olisiponensis*, como são os casos da necrópole romana do Alto do Cidreira, Cascais (Cardoso et al., 2022), ou em algumas escavadas no concelho de Sintra (Gonçalves, 2022).

Calçada de Sant'Ana com a Calçada do Garcia

Outras sepulturas foram identificadas no século XIX, entre o cruzamento da Calçada de Sant'Ana com a Calçada do Garcia e que se encontravam nos limites da freguesia, acima da necrópole romana da Praça da Figueira e do Largo de São Domingos (Fig. 23). Eram três sepulturas de cremação, secundárias, dentro de meios potes, selados no topo, contendo duas delas urnas de vidro e uma de chumbo. Presentemente, uma das urnas encontra-se guardada na Biblioteca Nacional.

Castilho descreve o achado tendo por base um papel que encontrou no Museu do Carmo:

"Torna a vir com boas notícias o nosso José Valentim, dando-nos conta do aparecimento de umas urnas funerárias na calçada do Garcia. Transcreverei notícias sobre o assunto, achadas por mim na sua valiosa papelada do Museu do Carmo:

'Quando se abriu o cano geral ao cimo da calçada do Garcia, em frente da de Santana, acharam-se três botijas de barro, como as que usam os barqueiros, mas sem serem vidradas, e, segundo me disseram, muito bem tapadas, não me explicando bem com quê. Estava em linha recta, e com três palmos de distância entre umas e outras. Duas tinham dentro urnas cinerárias de vidro, e a outra uma de chumbo.

'A primeira botija, indo da calçada do Garcia, era uma das que tinham dentro urna cinerária de vidro; tinha tampa, e dentro da urna quatro vasos lacrimatórios, também de vidro; um maior, com uma pucarinha de barro, dois em forma de pera, com gargalo, em um maior que no outro; e um quási em forma cilíndrica, porque o gargalo

é pouco mais estreito. Também havia dentro pedacinhos de ossos queimados, com alguma cinza; e, exceto a cinza e a botija, tudo existe, mas arruinado.

'A segunda botija, que era a maior, tinha também dentro outra urna cinerária de vidro, com ossos e cinza. Fizeram-na em bocados, dos quais restam alguns, e da botija.

'A terceira botija tinha dentro a urna de chumbo, que não vi porque o trabalhador a tinha ido vender como chumbo velho. No apontamento que me deu o mestre carpinteiro diz: um vaso de folha de chumbo como panela, com os mesmos objectos dentro; quer dizer, ossos e cinzas, porque só uma tinha dentro vasos lacrimatórios.

'Deve-se notar que, tendo as botijas gargalo estreito, tinham-nas cortado pelo meio, para lhes introduzir dentro as urnas, tornando-as depois a unir com cal." (Castilho, 1935, pp. 173 e 174).

José Valentim continuou mais à frente a descrição (Fig. 24):

"Acharam-se também, de frente da calçada de Sant'Ana, três talhas de barro muito bem tapadas, tendo dentro uma redoma de vidro com seu testo, e dentro desta três vidrinhos pequenos, que talvez fossem de ajuntar lágrimas. Dentro do vidro grande tinha vários bocados de dedo e de casco de cabeça. Vários bocados de ossos queimados, e alguma cinza, mostrando os ossos de pouca idade. Na segunda talha mostrava ser o mesmo, com a diferença que o vidro estava já muito desfeito em partículas como escamas.

Também se achou um vaso de folha de chumbo com aza, como panela, com os mesmos objectos dentro. A segunda talha era do feitio de uma botija, e dentro cinzas e bocadinhos de ossos. Esta, que era maior, tinha 2 palmos e um quarto de diâmetro do bojo, e de altura 3 palmo; (ficavam) todas postas em linha recta, e a 3 palmos de distância de umas às outras." (Castilho, 1935, pp. 177 e 176).

Segundo Banha da Silva, as peças terão sido recolhidas em data anterior a 1870, existindo ainda uma urna, com a respetiva tampa e quatro unguentários, que se encontram no Gabinete de Antiguidades e Numismática da Biblioteca Nacional, datando-as entre meados e segunda metade do século I d.C. (2021b, pp. 67-69).

Considerações finais

Até ao momento só foram identificados dois sítios arqueológicos na freguesia de Arroios com vestígios ou indícios de estruturas de época romana.

O primeiro localiza-se no largo de Santa Bárbara, onde apareceu um estrato arqueológico com materiais de proveniências de deslizamento, dos quais se destaca um fragmento de terra *sigillata* gálica, do tipo Drag. 29, datável do século I d.C.

A presença de fragmentos de argamassa e de *opus signinum* revelam que terá existido no local uma estrutura do Alto Império, mas da qual desconhecemos a função. A sua localização, longe da cidade romana, revela que se poderá estar em presença de uma *villa*, a exemplo das estruturas de lagar e restos da *pars urbana*, detetadas aquando da intervenção arqueológica realizada na zona de Santa Marta com a Rua Rodrigues Sampaio.

Por sua vez, a localização das estruturas de um edifício de paredes argamassadas, de boa qualidade, entre a atual Rua dos Anjos e a Travessa da Bica dos Anjos, já afastadas do pomério de Olisipo e da zona industrial dos subúrbios, com as suas habitações, leva a supor que estamos na presença de um edifício do Baixo-Império destinado a uma função nobre que só será conhecida após os estudos arqueológicos que ainda decorrem.

Excetuando o caso do Largo de Santa Bárbara e da Rua dos Anjos, os restantes sítios arqueológicos até ao momento identificados na freguesia de Arroios, dizem respeito a necrópoles, sendo os mais importantes os que se relacionam com as sepulturas encontradas a nascente da via de *Olisipo – Scallabis*, que, saindo para norte da cidade, se estendia, desde a actual praça da Figueira, até pelo menos ao n.º 150 da Rua das Portas de Santo Antão.

Atualmente, as sepulturas encontram-se a uma cota de cerca de 3 a 4 metros da Rua das Portas de Santo Antão, onde se localizava a dita via romana, o que coloca duas hipóteses: a possibilidade de que com o tempo o piso da via foi rebaixado para a cota atual ou então, trata-se de sepulturas que se encontravam mais afastadas da estrada, na encosta da colina de Sant’Ana, sendo a última hipótese a mais plausível. As sepulturas que ladeavam a primitiva estrada foram entretanto destruídas, no momento em que foram construídos os prédios que se localizam naquela rua.

Outras sepulturas foram identificadas no século XIX, entre o cruzamento da Calçada de Sant’Ana com a Calçada do Garcia e que se encontravam nos limites da freguesia, acima da necrópole romana da Praça da Figueira. Eram sepulturas de cremação secundárias, guardadas em urnas de vidro ou dentro de um contentor de chumbo, possivelmente até em contentores anfóricos, preservando-se unicamente uma urna de vidro e os unguentários que estavam no seu interior.

Perante estas evidências, poder-se-á inferir que na área da freguesia de Arroios, parte das necrópoles que se localizavam nos subúrbios de Olisipo, encontravam-se ao longo da estrada *Olisipo-Scallabis*; esta seguia em direção ao Campo Grande

e dali para Odivelas, onde as necrópoles davam lugar aos campos agrícolas que rodeavam a cidade, produzindo produtos hortícolas frescos para abastecimento da urbe.

A existência de unidades de produção agrícola parece ser confirmada pela possível existência de uma *villa* no Largo de Santa Bárbara, durante o século I.



Figura 1

Mapa dos limites da freguesia de Arroios na cidade de Lisboa e localização dos sítios arqueológicos referidos. 1: Escola de Medicina Veterinária; 2: Largo de Santa Bárbara; 3: Rua dos Anjos; 4: Calçada do Lavra; 5: Rua das Portas de Santo Antão; 6: Calçada de Sant'Ana.

Fonte: Sítios arqueológicos marcados sobre: plantas de Lisboa por freguesia, em formato A1, sobre cartografia base, disponível em <https://dados.cm-lisboa.pt/dataset/plantas-de-freguesia/resource/57cad344-4bb5-4fd9-bbe8-563df6c53dfa>.



Figura 2

Lucerna romana decorada, recolhida durante a abertura dos alicerces da Escola de Medicina Veterinária, em 1927

Fonte: Boletim Cultural e Estatístico, vol. I, n.º 2, abril-junho de 1937, pp. 162-163.



Figura 3

Largo de Santa Bárbara. Local onde foram identificados vestígios romanos

Fonte: Arquivo pessoal de Guilherme Cardoso, 29 de junho de 2017



Figura 4

Largo de Santa Bárbara. Sítio arqueológico
 Fonte: Arquivo pessoal de Guilherme Cardoso,
 29 de junho de 2017



Figura 5

Largo de Santa Bárbara. Vista tirada de nascente
 para poente onde se localizaram os vestígios
 romanos
 Fonte: Arquivo pessoal de Guilherme Cardoso,
 29 de junho de 2017



Figura 6

Largo de Santa Bárbara. Estrato com materiais
 romanos
 Fonte: Arquivo pessoal de Guilherme Cardoso,
 29 de junho de 2017



Figura 7

Largo de Santa Bárbara. Estrato com materiais romanos

Fonte: Arquivo pessoal de Guilherme Cardoso, 29 de junho de 2017



Figura 8

Largo de Santa Bárbara. Fundo de ânfora romana

Fonte: Arquivo pessoal de Guilherme Cardoso, 29 de junho de 2017



Figura 9

Largo de Santa Bárbara. Terra sigillata gálica

Fonte: Arquivo pessoal de Guilherme Cardoso, 5 de maio de 2018



Figura 10

Rua dos Anjos, n.º 10-14. Sítio arqueológico da descoberta de estruturas romanas
 Fonte: Arquivo pessoal de Guilherme Cardoso, 10 de julho de 2019



Figura 11

Calçada do Lavra, n.º 8. Vista do sítio arqueológico durante os trabalhos arqueológicos, observando-se que ficava ao nível do primeiro andar das traseiras dos edifícios que dão para a rua das Portas de Santo Antão, n.º 148-150
 Fonte: Arquivo pessoal de Guilherme Cardoso, 19 de setembro de 2017



Figura 12

Calçada do Lavra, n.º 8. Trabalhos de arqueologia
 Fonte: Arquivo pessoal de Guilherme Cardoso, 12 de outubro de 2017



Figura 13

Calçada do Lavra, n.º 8. Vista do sítio arqueológico durante os trabalhos de escavação

Fonte: Arquivo pessoal de Guilherme Cardoso, 19 de outubro de 2017



Figura 14

Calçada do Lavra, n.º 8. Sepultura monumental poente, contornada por pequenos muros

Fonte: Arquivo pessoal de Guilherme Cardoso, 22 de dezembro de 2017



Figura 15

Calçada do Lavra, n.º 8. Barreiro dos finais do século XV ou inícios do XVI, para extração de argila para abastecer uma olaria. Encontrava-se abaixo do nível da necrópole romana

Fonte: Arquivo pessoal de Guilherme Cardoso, 19 de setembro de 2017



Figura 16

Calçada do Lavra, n.º 8. Escavação de um busta (local de cremação e de sepultura)

Fonte: Arquivo pessoal de Guilherme Cardoso, 22 de dezembro de 2017



Figura 17

Calçada do Lavra, n.º 8. Base de sepultura de cremação monumental vendo-se junto à parede direita dois imbrices que formam um cano para enviar alimentos para o defunto

Fonte: Arquivo pessoal de Guilherme Cardoso, 22 de dezembro de 2017



Figura 18

Calçada do Lavra, n.º 8. Sepultura de cremação secundária, em forma de cista, onde se podem ver os vestígios de ossos queimados e várias oferendas

Fonte: Arquivo pessoal de Guilherme Cardoso, 24 de outubro de 2017



Figura 19

Calçada do Lavra, n.º 8. Sepultura de inumação durante a sua escavação

Fonte: Arquivo pessoal de Guilherme Cardoso, 24 de outubro de 2017

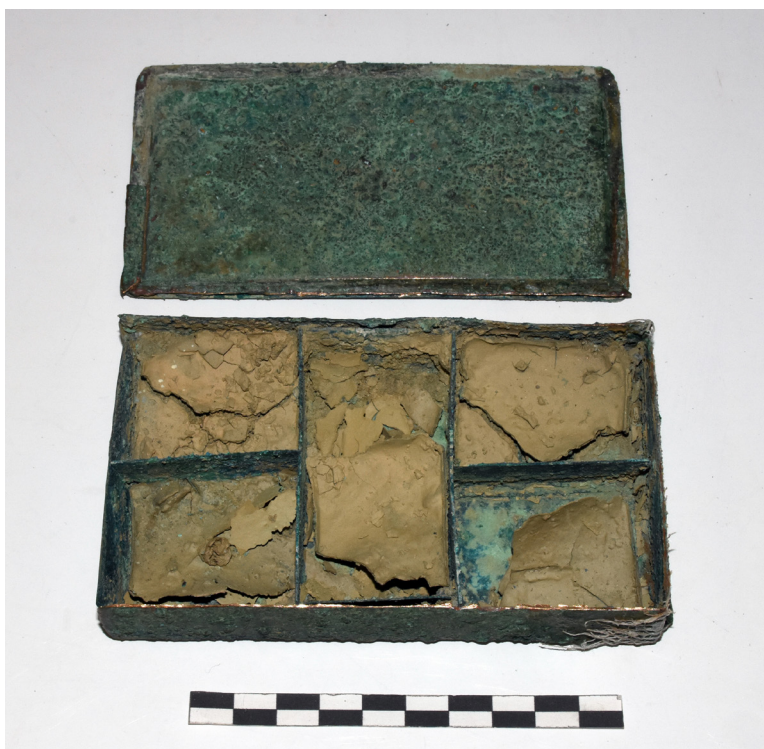


Figura 20

Calçada do Lavra, n.º 8. Caixa de remédio de médico recolhido numa das sepulturas de cremação

Fonte: Arquivo pessoal de Guilherme Cardoso, 4 de julho de 2019



Figura 21

Calçada do Lavra, n.º 8. Pequeno brinco de ouro acabado de recolher numa das sepulturas de cremação

Fonte: Arquivo pessoal de Guilherme Cardoso, 22 de dezembro de 2017



Figura 22

Local da necrópole da Rua das Portas de Santo Antão, n.º 84-90

Fonte: Arquivo pessoal de Guilherme Cardoso, 19 de dezembro de 2023



Figura 23

Local da necrópole da Rua das Portas de Santo Antão

Fonte: Arquivo pessoal de Guilherme Cardoso, 19 de dezembro de 2023

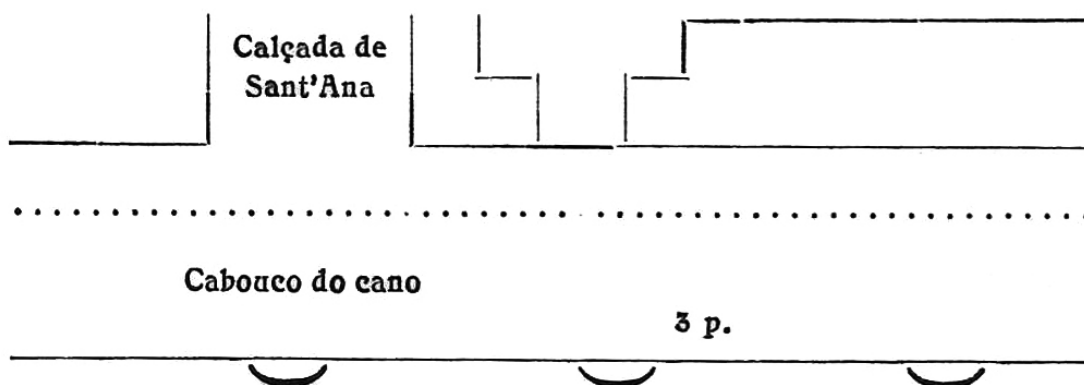


Figura 24

Calçada de Santana e calçada do Garcia. Croqui que fez José Valentim de Freitas, dos restos das vasilhas na calçada do Garcia

Fonte: Júlio de Castilho (1935), *Lisboa Antiga: Bairros Orientais*, vol. I, p. 174

Bibliografia

Almeida, J. A. F. (1953). Introdução ao estudo das lucernas romanas em Portugal. *O Arqueólogo Português*, II Série, 2, 5-208. Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos.

Azevedo, P. A. (1903). Notícias Várias, VII Igreja dos Anjos. *O Archeologo Português*, VIII, 315-316. Imprensa Nacional.

Cabaço, N., Calvo, É., Lourenço, M., Casimiro, S., Alves-Cardoso, F. & Silva, R. B. (2021). Rua das Portas de Santo Antão. Em R. B. Silva (Coord. Cient.) *Lisboa Romana: Para além desta vida – A memória funerária da cidade* (pp. 70-73). Lisboa: Caleidoscópio, CML.

Cabaço, N., Lourenço, M. & Silva, R. B. (2019). O compasso do espaço de necrópole romana das Portas de Santo Antão, Lisboa. *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 13, 47-54.

Cabaço, N., Sarrazola, A., Silva, R. B., Carvalho, L. M. & Lourenço, M. (2017). O espaço de necrópole romana das Portas de Santo Antão, Lisboa. Em J. M. Arnaud e A. Martins (Coord.) *Arqueologia em Portugal: 2017 – Estado da Questão* (pp. 1243-1254). Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.

Cardoso, G., Neto, N., Rebelo, P., Batalha, L. & Granja, R. (2022). A Necrópole Romana do Alto do Cidreira no Baixo-Império. Em G. Cardoso e C. Nozes (Coord. Cient.) *Lisboa Romana: A morte no Ager Olisiponensis* (pp. 83-139). Lisboa: Caleidoscópio, CML.

Cardoso, G., Leitão, E., Neto, N., Rebelo, P. & Peça, P. (2019). Evidências de produção de cerâmica fosca em Lisboa durante a época Moderna. Em J. C. Senna-Martinez, A. C. Martins, A. Cessa, A. Marques e I. Cameira (Coord.) *Fragmentos de Arqueologia de Lisboa '3: Extrair e produzir... dos primeiros artefactos à industrialização* (pp. 122-132). Lisboa: Centro de Arqueologia de Lisboa, DPC/DMC/CML, Sociedade de Geografia de Lisboa, Secção de Arqueologia.

Castilho, J. (1935). *Lisboa Antiga: Bairros Orientais*. Vol. I. Lisboa: S. Industriais da Câmara Municipal de Lisboa.

Fabião, C. (2021). O vinho Olisiponense no contexto da Lusitânia. Em C. Fabião, C. Nozes & G. Cardoso (Coord.) *Lisboa Romana: A cidade produtora (e consumidora)* (pp. 73-85). Lisboa: Caleidoscópio, CML.

Gonçalves, A. (2022). O rito funerário durante a Época Romana e a Antiguidade Tardia na área de Sintra. Em G. Cardoso e C. Nozes (Coord. Cient.) *Lisboa Romana: A morte no Ager Olisiponensis* (pp. 70-81). Lisboa: Caleidoscópio, CML.

Peça, P., Bolila, C., Granja, R. & Rebelo, P. (2021). Calçada do Lavra: testemunho da variabilidade de rituais funerários em época romana. Em R. B. Silva (Coord. Cient.) *Lisboa Romana: Para além desta vida – A memória funerária da cidade* (pp. 75-83). Lisboa: Caleidoscópio, CML.

Silva, R. B. (1997). As sepulturas da Calçada do Garcia e o urbanismo de Olisipo. *Actas do 3º Encontro Nacional de Arqueologia Urbana* (pp. 193-205). Almada: Departamento de Acção Sociocultural e Divisão de Museus.

Silva, R. B. (2021a). Espaços funerários: de *Filicitas Iulia Olisipo a Olisipona*. Em R. B. Silva (Coord. Cient.) *Lisboa Romana: Para além desta vida – A memória funerária da cidade* (pp. 24-31). Lisboa: Caleidoscópio, CML.

Silva, R. B. (2021b) – Calçada do Garcia e Largo de S. Domingos. Em R. B. Silva (Coord. Cient.) *Lisboa Romana: Para além desta vida – A memória funerária da cidade* (pp. 66-69). Lisboa: Caleidoscópio, CML.

Silva, R. B. (2021c) – Recintos, edifícios e monumentos funerários em Olisipo. Em R. B. Silva (Coord. Cient.) *Lisboa Romana: Para além desta vida – A memória funerária da cidade* (pp. 141-159). Lisboa: Caleidoscópio, CML.

Van Buren, A. W. (1949). A selection from the antiquities at the American Academy in Rome. *Memoirs of the American Academy in Rome*, 19, 115 e 117-131. EUA: University of Michigan Press.

Vasconcelos, J. L. (1937). Lisboa Arcaica (da idade da pedra à reconquista cristã). Programa de um Estudo. *Boletim Cultural e Estatístico*, I, 2, 155-165. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

**Entre Santo Antão e São José.
Memórias de um colégio jesuíta,
histórias de um hospital real
Between Santo Antão and São José.
Memories of a Jesuit college,
stories of a royal hospital**

Carlos Boavida

Gabinete do Património Cultural – Unidade de
Saúde Local São José; Associação dos Arqueólogos
Portugueses; Grupo Amigos de Lisboa



Resumo: Seguindo um ambicioso projecto traçado por Baltazar Álvares, o Colégio de Santo Antão-o-Novo começou a ser erguido por iniciativa da Companhia de Jesus em 1579. Longe de estar concluído, foi inaugurado em 1593. Assim como outras dependências, a igreja do colégio, dedicada a Santo Inácio de Loyola, seria construída ao longo das décadas seguintes. Embora esta tenha sido bastante afectada pelo Terramoto de 1755, os danos no resto do colégio foram relativamente moderados.

O alegado envolvimento numa tentativa de regicídio levou a que os Jesuítas fossem expulsos de Portugal em 1579, sendo encerrado o colégio. Este, assim como a sua cerca, seriam entregues à administração do Hospital Real de Todos-os-Santos em 1769, tendo em vista a sua transferência para aquele local.

Em Abril de 1775 foi então inaugurado o Hospital Real de São José que, como sucessor e herdeiro directo do Hospital Real de Todos-os-Santos, manteve as valências daquele, não só em termos médico-cirúrgicos e assistenciais, mas também ao nível do ensino.

Volvidos 250 anos após a sua inauguração, o Hospital São José continua em pleno funcionamento, guardando histórias e memórias do seu passado, que em alguns casos continuam bem presentes nos quotidianos de todos os que ali se dirigem.

Palavras-chave: Colégio jesuíta; Companhia de Jesus; Hospital Real de Todos-os-Santos; Hospital de São José; Colina de Sant'Ana.

Abstract: The Santo Antão-o-Novo College began to be erected in 1579, by commission of the Society of Jesus, with an ambitious project designed by Baltazar Álvares. Far from being completed, the college was inaugurated in 1593. Its church, dedicated to Santo Inácio de Loyola, as well as other facilities, would be built the following decades.

Apart from the church, the damage caused by the 1755 Earthquake was moderate. However, due to the alleged involvement of the Jesuits in an attempted regicide, the Jesuit priests were expelled from the kingdom of Portugal in 1759, their assets reverted to the crown and the college was closed. Thus, in 1769, the former Jesuit College was handed over to the administration of the Todos-os-Santos Royal Hospital to conduct the necessary works to adapt it to its new functions. The hospital was transferred to the "new building" in April 1775. As successor and direct heir of Todos-os-Santos, the São José Royal Hospital kept the features existing in the former building, not only in medical-surgical and in aid terms, but also about teaching.

Two hundred and fifty years after its inauguration, São José Hospital is still in full operation, keeping stories and memories of its past, which in some cases are still very present in the daily lives of all those who go there.

Keywords: Jesuit College; Society of Jesus; Todos-os-Santos Royal Hospital; São José Hospital; Sant'Ana Hill.



Palavras prévias

Contar em algumas páginas a história de um edifício com mais de quatrocentos anos de existência não é simples, sobretudo quando este foi criado com uma determinada finalidade, passando a ter outra muito distinta posteriormente. Se por um lado há alguns aspectos que já foram apurados e analisados pelos historiadores que a miúdo se cruzam com ecos sobre este antigo colégio jesuíta nas suas investigações, por outro lado, há uma série de questões que continuam, por ora, sem resposta, visto que algumas peças que contam a história deste espaço estão ainda por descobrir.

O artigo que se segue, tal como a comunicação que lhe deu origem, relata alguns episódios, através das suas datas, que foram dando forma à História de um edifício que nasceu como colégio jesuíta há mais de quatrocentos anos e que em 2025 completa 250 anos como hospital.

1540 – 1542 – 1553 – 1579

A Companhia de Jesus foi fundada por iniciativa de um grupo de estudantes da Universidade de Paris, tendo sido oficializada por bula papal em **1540**. O objetivo destes estudantes, além da missão, era diminuir a influência das novas correntes religiosas através da educação, fundando para tal efeito diversos colégios. Nesse sentido, foram convidados a vir a Portugal pelo rei D. João III, tendo em vista a criação de um colégio em Lisboa.

No início de **1542**, Simão Rodrigues tomou posse da Casa de Santo Antão à Mouraria ¹, que se tornou assim no primeiro edifício da Companhia. Foi neste local que o colégio começou a funcionar em **1553**. Para lá das matérias habituais numa instituição religiosa, o Colégio destacava-se pela existência da designada *Aula da Esfera*, que tinha como objectivo o ensino de assuntos de carácter científico (Leitão, 2008, pp. 19-21). Eram leccionadas ali disciplinas tão diversas como a Geometria, a Trigonometria, a Aritmética, a Astronomia, a Cosmografia, a Óptica, a Arquitectura ou a Balística, além de Engenharia Militar e a construção de máquinas simples (Leitão, 2008, pp 19-20). A variedade dos temas abordados, aliada ao facto de as aulas serem proferidas em língua vernácula levou a que o colégio rapidamente se tenha tornado muito popular, sendo a procura muito superior à sua capacidade espacial. Logo um ano após o início das aulas o número de alunos duplicou, chegando a ser cerca de 600. Escassos anos depois eram já mais de 1000, chegando aos 1300 por volta de **1579** (Leitão, 2008, pp. 20-21). Tal situação levou os jesuítas a procurarem um local para a construção de um novo edifício com capacidade para acolher este elevado número de alunos e espaço suficiente para as diversas aulas que os recebiam.

¹. A designação deste local deve-se ao facto de aqui terem estado instalados, até 1541, os monges eremitas de Santo Antão, cuja casa em Lisboa fora fundada por volta de 1400 junto à Corredoura (Rua das Portas de Santo Antão). Em 1539, após contrato celebrado com as Freiras da Anunciada, mudaram-se para a Mouraria (Alves, 2020, pp. 157-166).



Figura 1

Casa de Santo Antão, conhecido também como Coléginho da Mouraria

Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, Salvador de Almeida Fernandes, s/d, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/SAL/000299

1579 – 1590 – 1593 – 1599

A escolha do local para o novo colégio recaiu na encosta leste da colina de Sant’Ana. Porém, a subtração de terrenos da paróquia da Pena em favor dos jesuítas deu origem a uma intensa discórdia. O pároco terá mesmo ameaçado de excomunhão os que se encontravam a trabalhar na nova construção, e incentivou os seus paroquianos a invadir o estaleiro da obra, apelando a que destruíssem quaisquer muros que ali se levantassem. O conflito acabou por ser ultrapassado após a intervenção do Presidente da Câmara, D. Pedro de Almeida, que mandou construir o muro da cerca do colégio que, com pequenas alterações, se mantêm praticamente inalterado desde então (Barboza, 1843/1844, p. 163; Ribeiro, 1911, p. 16).

O projecto original delineado pelo arquitecto Baltazar Álvares era muito ambicioso, pois além da igreja no centro do complexo, estava prevista igualmente a existência de sete pátios, alguns com três pisos (Branco, 2021, p. 181). Tamanha imponência e despesa levou igualmente a grande contestação da população lisboeta, pois considerava mais relevante que o dinheiro investido na obra fosse usado para pagar o resgate dos cativos na sequência da Batalha de Alcácer Quibir (Sucena, 1999, p. 21).

Com algumas alterações introduzidas pelo padre Silvestre Jorge, a construção do colégio principiou em meados de **1579** (Branco, 2021, p. 181). Longe de estarem concluídas as obras, o edifício foi inaugurado em **1593**, apesar da *Aula da Esfera* já ali se encontrar a funcionar desde **1590** (Leitão, 2008, pp. 20-21). Outras dependências foram posteriormente construídas, como é o caso do refeitório, concluído em **1599**, espaço que ainda hoje pode ser visitado, pois mantêm-se preservado quase na íntegra, junto à entrada interior do Serviço de Urgência do Hospital de São José.



Figura 2

Vista geral do antigo refeitório do Colégio de Santo Antão-o-Novo na actualidade

Fonte: Arquivo ULS São José, 2023

1612 – 1622 – 1634

Numa época conturbada da história portuguesa, marcada pelo desastre de Alcácer Quibir (1578) e pela perda da independência (1580), não deixa de ser relevante o facto de o Colégio de Santo Antão-o-Novo ter sido inaugurado pouco mais de uma década após o início da sua construção. No entanto, não é possível ignorar que aqueles acontecimentos levaram a uma escassez de recursos, o que acabou por condicionar o ritmo do projecto jesuíta. Assim, alguns dos espaços do complexo foram só erguidos apenas quando houve disponibilidade financeira para tal. O exemplo mais paradigmático desse aspecto é a construção da igreja do colégio, que veio a ser edificada graças ao apoio de D. Filipa de Sá, Condessa de Linhares. Esta, em **1612**, celebrou um contrato com a Companhia de Jesus tendo em vista a aquisição do padroado da capela-mor da igreja do colégio, reservando-a para sua sepultura. Esse apoio financeiro acabou por se estender à totalidade da igreja uma vez que D. Filipa, não tendo descendentes vivos, deixou todos os bens que herdou do seu pai e irmãos aos jesuítas quando faleceu em 1618. A condessa era filha de Mem de Sá, 3.º Governador do Brasil, que, entre outros, era proprietário de vários engenhos de açúcar (Sucena, 1999, p. 26).

A igreja começou a ser erguida em 1613. Tal como sucedeu com o edifício do colégio propriamente dito, e perante as dimensões da obra, os trabalhos estenderam-se ao longo de várias décadas. Em **1622**, no âmbito das comemorações da canonização de Santo Inácio de Loyola e São Francisco Xavier, ainda em construção, a igreja foi armada de telas muito ricas e o tecto coberto com sedas. Para a missa solene, acompanhada por músicos da Sé e da Capela Real, os altares estavam decorados com tecidos brocados e ornados com castiçais de prata e flores de ouro e seda. Naquela noite, ao toque dos sinos e ao som de trombetas, charamelas e tambores, houve grandes fogos, com foguetes voadores, lágrimas, girândolas, buscapés e rodas de corda. No terreiro levantaram-se duas formosas máquinas a que se deitou fogo com grande aplauso da multidão que correu para assistir ao

espectáculo (Anónimo, 1622, pp. 45-46). Dedicado a Santo Inácio, este templo foi formalmente inaugurado a 30 de Julho, dia do seu orago, em **1634**.

De traçado maneirista, a planta da igreja caracterizava-se pela existência de uma única nave, tipo igreja salão, com capelas laterais intercomunicantes, um largo transepto na área do cruzeiro, seguido de uma capela-mor destacada. Esta última, local onde estava o mausoléu de D. Filipa de Sá, só terá ficado concluída no final do século XVII, no âmbito da construção da sacristia (Branco, 2021, p. 179).

1696 – 1700

Apenas no limiar do século XVII, entre **1696** e **1700**, foi então erguida a sacristia da igreja do Colégio de Santo Antão-o-Novo. O projecto do arquiteto João Antunes consiste numa vasta dependência abobadada, no tardo da igreja, cujo comprimento total corresponde à largura daquele templo. Trata-se de um espaço simétrico, totalmente revestido de mármore coloridos. Na área central do pavimento, assim como nos degraus dos altares, existem embrechados com motivos vegetalistas, simulando tapetes e passadeiras.

Certamente ao longo da primeira metade do século XVIII foram sendo acrescentados os vários elementos decorativos que ainda hoje ali se encontram, visto que este espaço se preserva na íntegra, funcionando aqui a capela hospitalar. Nas laterais existem dois enormes arcazes talhados em madeiras vindas do Brasil e com ferragens em liga de latão. No alçado existente na parte superior destes encontram-se oito pinturas sobre cobre com cenas da vida da Virgem.

Do ponto de vista estrutural, os extremos deste espaço são dominados pela presença de dois altares atribuídos a Ludovice onde se encontram dois retábulos com episódios da vida de Santo Inácio de Loyola.



Figura 3

Vista geral da antiga sacristia da igreja do Colégio de Santo Antão-o-Novo na actualidade
Fonte: Arquivo ULS São José, 2020

O acesso entre a sacristia e a igreja fazia-se através de duas extensas ante-câmaras que ladeavam a capela-mor, das quais, actualmente, devido a obras de adaptação para instalação de serviços hospitalares, só se preserva uma parte. Numa delas

funciona a capelania hospitalar. Estes dois espaços são unidos por um longo corredor, paralelo à sacristia, onde existe passagem para uma escada hoje interrompida, mas que permitia o acesso a uma tribuna existente no piso superior.

Esta tribuna, de planta octogonal, repete na totalidade a decoração de embrechados existente na sacristia, o que parece indicar que a sua construção será contemporânea daquela. Na face virada para a igreja existiria uma balaustrada que permitia ver, não só o espaço da capela-mor, mas também todo o interior do templo. Esta tribuna deve a sua existência a um aspecto previsto no contrato celebrado entre D. Filipa de Sá e os jesuítas, que era a obrigação de em sua memória terem lugar missas diárias rezadas e cantadas. Podia estar igualmente ligada à exposição de imagens sacras, como camarim, como sucede em algumas igrejas espanholas contemporâneas desta construção (Branco, 2021, p. 179 e 247).



Figura 4

Vista geral da antiga tribuna para missas cantadas existente na desaparecida igreja do Colégio de Santo Antão-o-Novo

Fonte: Arquivo ULS São José, 2020

1720/1740 – 1733 – 1740

Apesar de inaugurada oficialmente em 1634, as obras da igreja continuaram ainda ao longo de várias décadas. Assim, em **1733** foram instalados dois púlpitos, cujo trabalho escultórico foi encomendado a João Bellini de Pádua, escultor italiano radicado em Portugal (Vale, 2008, p. 75-78). Do mesmo artífice, sensivelmente na mesma data, foram colocadas na igreja as últimas estátuas de apóstolos e evangelistas. Trata-se de um conjunto de 12 figuras de vulto, de grande dimensão, em mármore de Estremoz. Estas figuras juntaram-se a outras duas, de São Pedro e São Paulo, provenientes de Génova, que se encontravam em nichos no altar-mor da igreja desde 1706 (Vale, 2005, pp. 77-81). Daquela cidade italiana vieram também outras esculturas para decorar o mausoléu de D. Filipa de Sá que terá ficado concluído igualmente durante aquela década.

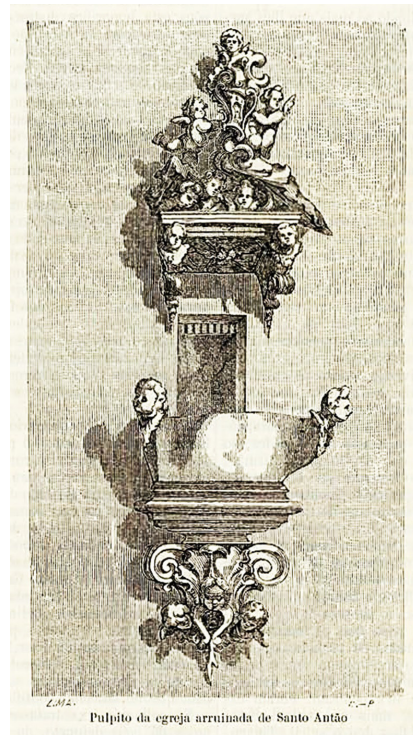


Figura 5

Um dos púlpitos da desaparecida igreja do Colégio de Santo Antão-o-Novo

Fonte: I. de Vilhena Barboza, 1862, Púlpito da igreja de Santo Antão, *Archivo Pittoresco*, n.º 47, p. 373 (Desenho de Barbosa de Lima)

Continuavam igualmente os trabalhos de construção das dependências do colégio, no âmbito das quais os jesuítas tiveram muitos apoios por parte de D. João V (Sucena, 1999, pp. 22-23). Assim, além da ala nascente e de parte dos dormitórios, entre **1720/1740**, foram também aplicados numerosos painéis de azulejos, na sua maioria, do período do chamado “Ciclo dos Mestres”, que revestem ainda hoje grande parte das escadarias e salas de aparato do hospital (Meco, 1985, pp. 44-61; Veloso & Almasqué, 2016, pp. 34-61). daquelas destacam-se os da *Aula da Esfera*, um dos compartimentos do piso nobre (onde hoje funciona a biblioteca hospitalar) e os da antiga portaria. Por se encontrar num edifício erguido por iniciativa de uma congregação religiosa, uma das características mais interessantes desta vasta colecção de azulejos é o facto dos temas religiosos estarem praticamente ausentes. Com efeito, apenas na antiga portaria estão representadas cenas do Velho Testamento (Sucena, 1999, p. 24). Nos restantes espaços, em particular nas escadarias e corredores, proliferam cenas campestres, batalhas navais e caçadas, entre outros.



Figura 6

Vista geral da antiga portaria do Colégio de Santo Antão-o-Novo na actualidade

Fonte: Arquivo ULS São José, 2024

Na *Aula da Esfera*, os painéis de azulejos ali existentes mostram diversas alegorias às matérias ali leccionadas (Sucena, 1999, p. 24; Veloso & Almasqué, 2016, p. 48).



Figura 7

Vista geral da antiga Aula da Esfera do Colégio de Santo Antão-o-Novo, actual Salão Nobre do Hospital de São José, durante uma conferência
Fonte: Arquivo ULS São José, 2023

1755 – 1759 – 1769

O cataclismo ocorrido na manhã do dia 1 de Novembro de **1755** provocou graves danos no Colégio de Santo Antão-o-Novo, particularmente na igreja, embora outras partes do edifício tenham sido afectadas, como a área dos dormitórios ou o observatório astronómico que se sabe ter existido, mas que então se perdeu irremediavelmente (Aguiar, 2009, p. 35). O colapso do zimbório da igreja sobre o cruzeiro levou à queda de parte da abóbada da nave, o que provocou grande destruição. Tombou igualmente uma das torres da fachada da igreja.

Apesar de terem sido encomendados projectos tendo em vista a reconstrução e ampliação do colégio, tal não se verificou, pois ocorreu um outro terramoto, neste caso do ponto de vista social e político. Em Setembro de 1758 o rei D. José (r. 1750-1777) foi alvo de uma tentativa de regicídio, tendo os jesuítas sido acusados de envolvimento neste episódio que ficou conhecido como o Processo dos Távoras.



Figura 8

Ruínas da sacristia da Igreja do Hospital de S. José
Fonte: Museu de Lisboa, Desenho de Barbosa de Lima, João Pedrozo e João Maria Baptista Coelho, primeira metade do séc. XIX, MC.GRA.0198.52.

Após a execução dos acusados, em finais de Janeiro de **1759**, por ordem régia foram arrestados todos os bens dos jesuítas, sendo os colégios então cercados por soldados, impedindo os contactos com o exterior (Figueiredo, 1761, p. 43). Nesse âmbito parece ter sido feito elaborado inventário dos bens existentes no complexo de Santo Antão-o-Novo, entre os quais se incluem imagens e alfaia litúrgicas existentes na igreja, mas também um número significativo de quadros com retratos de padres da companhia, do rei e do papa, assim como cenas da vida de vários santos jesuítas ². A bem fornecida botica do colégio foi entregue ao Hospital Real de Todos-os-Santos, suprimindo assim as suas necessidades após a destruição provocada pelo terramoto (Sousa-Dias, 2009, pp. 295-304).

Com a expulsão definitiva dos jesuítas do reino de Portugal e dos territórios além-mar em Setembro de 1759, o Colégio de Santo Antão-o-Novo foi convertido em hospital público para enfermos (Figueiredo, 1761, p. 55).

Entre 1755 e 1763, uma vez que a sua sede foi destruída pelo sismo, a paróquia do Socorro esteve temporariamente sediada na portaria do antigo colégio (Alves, 1994, p. 25). Chegou a ser então equacionada a transferência da paróquia para a antiga igreja do colégio que para tal teria de ser reconstruída, independentemente da permanência do hospital no edifício do colégio. Porém, face às elevadas despesas desse projecto, em 1779, optou-se por reconstruir a Igreja do Socorro. Não obstante, cerca de duas décadas depois (1798-1800), durante escassos meses, o espaço do arruinado templo jesuíta foi usado por aquela paróquia como cemitério (Ribeiro, 1911, p. 26).

Em Setembro de **1769**, por decreto régio, o antigo colégio e a sua cerca foram entregues à administração do Hospital Real de Todos-os-Santos tendo em vista a realização das devidas obras de adaptação necessárias para que este último fosse transferido para aquele novo espaço.

1775

O Hospital Real de Todos-os-Santos havia sido construído por iniciativa do rei D. João II (r. 1481-1495), tendo a primeira pedra sido colocada a 15 de Maio de 1492. Seria o seu sucessor, D. Manuel I (r. 1495-1521), quem inauguraria esta importante casa assistencial médico-cirúrgica da Lisboa Moderna.

Ao longo das décadas seguintes, o aumento constante de doentes levou a que às três enfermarias iniciais fossem acrescentadas outras, num total que ultrapassava as duas dezenas por volta de **1750**. Nesse mesmo ano, como aliás sucedera em 1601, um aparatoso incêndio destruiu grande parte do hospital, tal como a sua igreja. Os doentes foram então transferidos temporariamente para outros locais enquanto decorriam as obras de reconstrução que viriam a ser interrompidas pelo Terramoto de 1755 (Carmona, 1954, pp. 256-257).

². Cf. Monumentos.gov.pt (https://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=4048)

Os danos provocados pelo sismo, assim como pelo incêndio subsequente, foram devastadores, obrigando à evacuação de todos os doentes, mas não ditaram o fim do hospital. Ao contrário do mito que repetidamente é divulgado, o Hospital Real de Todos-os-Santos foi reconstruído e permaneceu em funcionamento, chegando a ter cerca de vinte enfermarias à data do seu encerramento em **1775**.

Diversas questões de carácter sanitário, que na segunda metade do século XVIII começavam então a ser cada vez mais consideradas, levaram à mudança do hospital para outro espaço. À época da sua fundação, o local para instalação do Hospital Real fora já considerado pouco salubre. Além de ficar numa área frequentemente inundada, encontrava-se no fundo de um vale, o que o tornava húmido e pouco arejado. A proximidade ao Rossio, uma das principais praças da cidade, era também vista como perturbadora do sossego dos doentes acamados, pelo que as condições não seriam as ideais para o estabelecimento deste tipo de instituição. Estes aspectos, assim como o facto de não ser possível a expansão do hospital em caso de necessidade, levaram a que fosse abandonada a ideia de o manter no Rossio, como estava inicialmente previsto nos planos de reconstrução da Baixa Pombalina (Boavida, 2021, pp. 19-20).

Foi em Abril de **1775**, mais concretamente nos dias 3, 4 e 5 que, por ordem régia, teve lugar a transferência dos cerca de 400 doentes que se encontravam no velho hospital do Rossio para o novo hospital instalado no antigo colégio jesuíta. Todo o equipamento considerado necessário foi igualmente levado para Santo Antão-o-Novo (Felismino, et al., 2020, pp. 187-193).

Além de estar a ser usado com funções assistenciais desde 1759, o antigo colégio tinha algumas características que faziam dele a escolha ideal para a instalação do hospital. Uma delas eram os seus extensos dormitórios que foram então transformados em enfermarias, que graças à altura do seu pé-direito tinham uma grande caixa de ar para arejamento daqueles serviços. Esse facto, aliado à localização do edifício na encosta da colina de Sant'Ana, virado a Sul, permitia também uma boa exposição solar. Por outro lado, a cerca do antigo colégio era bastante vasta, possibilitando a construção de novos edifícios caso fossem necessários.

Numa homenagem ao rei D. José, o novo hospital foi nomeado Hospital Real de São José (Salgado, 1987, pp. 1-8).



Figura 9

Collégio de S. Antão Abbade

Fonte: Museu de Lisboa, Desenho de Luiz Gonzaga Pereira, c. 1836, MC.DES.1631.023

1792 – 1811

Ao longo das décadas que se seguiram, o Hospital Real de São José foi melhorando as suas condições. Uma das beneficiações teve lugar após **1792**, uma vez que passou a ter abastecimento de água regular através da Galeria de Sant’Ana. Esta era abastecida pelo Aqueduto Geral das Águas Livres, terminando o seu percurso no Campo de Sant’Ana onde foi criado um chafariz provisório. Daí foi construído um ramal que seguia até às cozinhas e balneários do Hospital de São José (Santos & Costa, 2021, pp. 95-120).

A antiga igreja do colégio não chegou a ser reconstruída, permanecendo o espaço devoluto, sendo apenas ali construídos alguns barracões. Em **1811**, por iniciativa do Enfermeiro-Mor ³, o Conde das Galveias, uma parte das estátuas dos apóstolos e evangelistas que permaneciam no templo arruinado foram colocadas em frente à fachada do hospital, instaladas sobre plintos construídos com a cantaria de uma das torres da antiga igreja. Este administrador promoveu igualmente a edificação da cerca que, com pequenas alterações, ainda hoje circunda a área do Hospital de São José, o que incluiu o chamado Arco de Massena, certamente erguido também com recurso a cantarias e estatuária da antiga igreja. Trata-se de um monumento comemorativo da vitória portuguesa contra os exércitos franceses na 3.^a Invasão (1811) que se tornou assim na entrada de honra no espaço hospitalar.



Figura 10

Portal da lameda do Hospital Real de S. José em Lisboa

Fonte: Museu de Lisboa, Desenho de Alexandre de Michellis, séc. XIX, MC.GRA.0521. Publicada em I. de Vilhena Barboza (Ed.) (1843/1844), *Universo Pittoresco*, Tomo 3, pp. 164-165

1825 – 1836

No regimento do Hospital Real de Todos-os-Santos, que entrou em vigor em 1504, além de outros aspectos, estava definido que ali deveriam “existir dois cirurgiões, um deles residente, que deveria ler, em cada dia, uma lição aos seus dois moços para aprenderem a teoria e prática e poderem ficar ensinados para o serviço do dito hospital”. Foram vários os cirurgiões que, ao longo de décadas, mantiveram esta prática, não apenas para os seus ajudantes, mas para todos os que tivessem interesse em aprender a arte (Salgado & Salgado, 1992, p. 156).

³. O cargo de Enfermeiro-Mor corresponde ao actual presidente do Conselho de Administração.

Sendo o Hospital Real de São José herdeiro directo de Todos-os-Santos, esta situação continuou a verificar-se ali, embora esta actividade tenha sido regulamentada pela reforma do ensino médico levada a cabo por Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), enquanto Secretário de Estado dos Assuntos do Reino. Neste âmbito destacou-se o Dr. Manuel Constâncio (1726-1817), professor de Anatomia e médico da Real Câmara de D. Maria I (r. 1777-1816). Foi desta última que Constâncio conseguiu apoio para a criação de bolsas de estudo em Inglaterra e na Escócia para alguns dos seus alunos que mais tarde foram professores da Régia Escola de Cirurgia de Lisboa fundada em **1825** (Mora, 2009, pp. 90-92).

Financiada através de um imposto sobre o comércio do tabaco, a Régia Escola, no âmbito da reforma do ensino implementada por Manuel da Silva Passos, em **1836**, passou a ser a Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, que funcionava então no edifício principal do Hospital Real de São José, junto à enfermaria de Santo Onofre (Mato-so, 2012, pp. 48-49; Dória & Pereira, 2012, pp. 218-219).

Em 1856 as aulas passaram a ter lugar num edifício da cerca do hospital onde havia estado instalado um hospício de frades arrábidos, junto do horto botânico criado após 1840 (Mesquita, 2021, p. 44-45). Porém, escassas décadas depois, no final dos anos 80 do século XIX, aquele imóvel começou a apresentar vários problemas estruturais, sendo algumas partes interditas. Face a esta situação, foi decidido construir um novo edifício para a escola, o que sucedeu a partir de 1890, junto ao Campo de Sant'Ana, no local onde existiu uma praça de touros (Garnel, 2013, pp. 607-610). Algumas alterações ao projecto provocaram diversos atrasos na obra, mas a nova escola foi inaugurada, com pompa e circunstância, em 1906, para acolher as sessões do XV Congresso Internacional de Medicina que ocorreu em Abril daquele ano em Lisboa (Pina & Nunes, 2012, p. 155).



Figura 11

Placa evocativa da Fundação da Régia Escola de Cirurgia. Biblioteca do Hospital de São José
Fonte: Arquivo ULS São José, 2020

1840 – 1862 – 1872

Estando o espaço da antiga igreja devoluto e sem utilização, aquela passou a ser usada como pedreira. Assim, além da estatuária que se encontra actualmente na fachada do Hospital de São José, a partir de **1840** foram retiradas da igreja diversas cantarias para a construção da nova Escola Médica do Campo de Sant’Ana e mais tarde para o Teatro Nacional D. Maria II. Em 1853 surgiram os primeiros planos para erguer novos edifícios no espaço daquele antigo templo, mas não chegaram a concretizar-se (Ribeiro, 1911, p. 27).

O altar-mor da desaparecida igreja, com as suas quatro gigantescas colunas salomónicas, tal como os capitéis e os anjos que as decoravam foram cedidos em **1862** para reconstrução da capela-mor da Igreja de São José da Anunciada, igualmente muito afectada pelo Terramoto de 1755. Uma década mais tarde, em **1872**, duas colunas de mármore branco, provavelmente de sustentação do coro, foram entregues ao Asilo D. Maria Pia em Xabregas (Ribeiro, 1911, pp. 27-28).

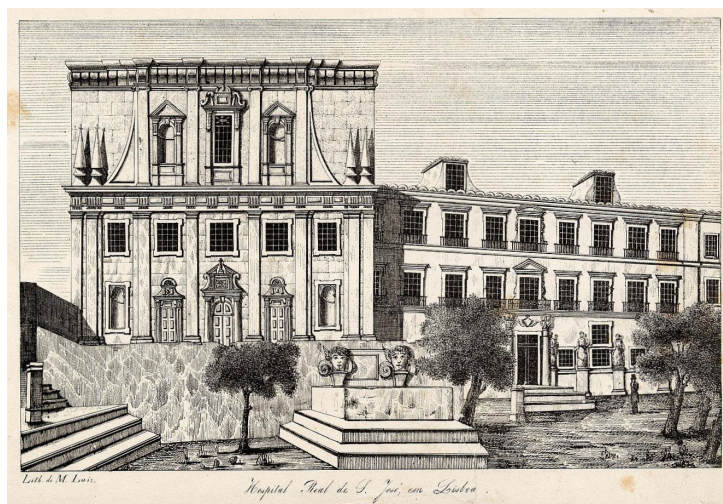


Figura 12

Hospital Real de S. José, em Lisboa

Fonte: Museu de Lisboa, Litografia de M. Luís, séc. XIX, MC.GRA.0520.

1844 – 1848 – 1851 – 1857 – 1877 – 1892

Algumas décadas após a sua instalação na antiga cerca do colégio jesuíta, o Hospital Real de São José, face ao aumento constante de doenças e ao desenvolvimento das especialidades médicas, começou a revelar-se demasiado pequeno para as necessidades. Assim, na sequência da extinção das ordens religiosas, aproveitando o esvaziamento dos conventos e mosteiros da Colina de Sant’Ana, a administração de São José foi progressivamente ocupando alguns desses espaços, dando origem ao que mais tarde foi designado como os Anexos (São Lázaro – **1844**, Quinta de Rilhafoles – **1848**, Desterro – **1857**, D. Estefânia – **1877** e Arroios – **1892** (Boavida, Palmeiro, Mora, 2020, pp. 182-183).

Após alguns anos em que a direcção do hospital esteve entregue a diversas entidades, em 1851 este deixou definitivamente de ser tutelado pela Santa Casa da Misericórdia e passou a ter uma Comissão Administrativa própria, tendo sido implementado um novo regulamento. Nessa sequência e com a saída de doentes para

outros espaços foi possível levar a efeito algumas obras de modernização, minimizando o estado precário em que muitos dos serviços funcionavam. Assim, ao longo dos anos seguintes, entre outros aspectos foram renovadas a cozinha e a casa dos banhos, melhoraram-se as instalações sanitárias, com a criação de um sistema de esgotos, e alargaram-se janelas para facilitar a ventilação e entrada de luz nas enfermarias. Parte destas últimas foram totalmente renovadas, incluindo o pavimento e todo o mobiliário, dando assim aos doentes condições que até aí não existiam (Silva, 1853, pp. 66-83; Cabral, 1915, pp. 139-163). Foi igualmente instalado um sistema de iluminação a gás, do qual ainda existem alguns candeeiros no edifício da biblioteca do hospital e junto ao antigo refeitório do colégio jesuíta.

No âmbito destes melhoramentos, devido à criação de um novo acesso ao pátio do hospital, foi necessário dessacralizar a capela existente na portaria que, desde 1789, por ordem da rainha D. Maria I, era utilizada pelos congregantes da Ordem do Oratório que davam apoio espiritual aos doentes (Anónimo, 1863, pp. 10-169). Àqueles religiosos foi cedido em **1851** um novo espaço no interior do edifício cuja localização é actualmente desconhecida.

1890 – 1901 – 1910

No final do século XIX, os serviços hospitalares em Lisboa tinham diversos problemas, destacando-se, entre outros, a sobrelotação e as deficitárias condições sanitárias, para além dos diminutos recursos financeiros. Uma das questões mais discutidas pela comunidade médica de então era se se remodelavam os espaços existentes ou se se construíam novos espaços para permitir as condições necessárias (Cabral, 1915, pp. 14-19). Começou-se a equacionar a necessidade de construir um novo hospital na área oriental de Lisboa, mas a obra, apesar da nomeação de comissões e da apresentação de projectos e orçamentos, como refere um notícia de **1890**, tardava em começar (como ainda hoje sucede).

Em **1901**, José Curry da Câmara Cabral foi nomeado Enfermeiro-Mor do Hospital Real de São José e *Annexos*, tendo como principais objectivos a reorganização da assistência, assim como o saneamento das contas da instituição.

Formado pela Escola Médica de Lisboa, onde também se doutorou, Curry Cabral conhecia bem os problemas da instituição uma vez que era cirurgião do *Banco*⁴ e também diretor de enfermaria. Foi igualmente professor da secção cirúrgica da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa e regente da cadeira de Anatomia Patológica, assumindo mais tarde a cadeira de Medicina Operatória. Além de tudo isto, integrou importantes instituições, como a Assistência Nacional aos Tuberculosos ou o Conselho Superior de Higiene, tendo presidido à Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa (Barbosa, 1960, p. 13).

⁴. O *Banco* corresponde ao Serviço de Urgência. A expressão parece ter a sua origem na “Casa das Águas”, espaço onde se aguardava para ser atendido no Hospital Real de Todos-os-Santos. Ali estava o chamado *Banco das Águas*, onde eram analisadas as urinas (as águas) dos doentes para fazer o diagnóstico (Carmona, 1964, pp. 410-418).

Os problemas nos hospitais estendiam-se a vários sectores, desde o descontrolo na admissão de doentes, à total desordem dos serviços clínicos, passando pela inexistência de inspecções de higiene, numa época em que as infecções e contágios eram dominantes. Quando tomou posse, além do antigo colégio jesuíta, na cerca do Hospital Real de São José existiam ainda outros edifícios, na sua maioria em más condições estruturais e higiénicas, como uma vacaria (para produção de leite para as crianças que nasciam na maternidade do hospital), o depósito de cadáveres e um pavilhão onde estes eram amortalhados, um barracão para depósito de medicamentos, um pavilhão-barraca para os diftéricos, os edifícios da Farmácia e da Lavanderia (este último muito deteriorado e com máquinas velhas) e uma barraca que servia de serralharia (Cabral, 1915, pp. 41-43).

Até ao início de 1902 foi criado um plano que implicava a reparação e melhoramento dos hospitais existentes, assim como a construções de dois novos hospitais (Santa Marta e Rego) e uma maternidade. Alguns espaços deveriam ser encerrados por não ser viável a realização das obras de adaptação às condições de higiene necessárias (Desterro e Arroios) (Cabral, 1915, pp. 219-256).

São muito variadas as alterações levadas a cabo pela administração presidida por Curry Cabral, destacando-se entre elas a instituição de uma administração única, directamente na dependência do ministro da tutela e com a obrigatoriedade do Enfermeiro-Mor ser um médico, apoiado por um adjunto formado em contabilidade e por um secretário vitalício com formação em direito (Cabral, 1915, pp. 55-60).

A nível geral foi implementada uma nova organização e regulamentação da hospitalização, assim como dos serviços. Foram também criadas as repartições de Inspeção Geral de Higiene e da Estatística Médica, assim como foi instituída a Escola Profissional de Enfermeiros (Cabral, 1915, pp. 196-215).



Figura 13

Fachada do Hospital de São José
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa,
Eduardo Portugal, c. 1930,
PT/AMLSB/POR/059968

No Hospital de São José foi reformado o edifício da Farmácia e a Lavanderia foi ampliada e modernizada com equipamento vindo do estrangeiro. Foi recuperado o *amphiteatro* anatómico e construído um novo edifício para instalação dos serviços administrativos e outro para o laboratório de análises clínicas. A nova central eléctrica produzia energia para todos estes espaços, incluindo as oficinas, que fo-

ram então ampliadas e equipadas também com nova maquinaria. Além da velha serralharia, foram criadas as oficinas de caldeireiro, carpinteiro, funileiro e soldador e de pintura, tendo em vista a manutenção dos espaços hospitalares, evitando o recurso a serviços externos, poupando assim vários contos de réis anualmente (Cabral, 1915, pp. 267-280; Sequeira, Boavida, Leão, 2023, pp. 1710-1711).

1910 – 1911 – 1914 – 1918

Com a Implantação da República, Curry Cabral foi saneado e parte da reorganização que este tinha definido acabou por não ser posta em prática. Este processo tinha aliás sido suspenso, havia alguns meses, por perda dos apoios políticos para ser implementado. A alteração mais marcante ao plano delineado foi o facto de o novo Hospital de Santa Marta ter sido destinado a Hospital Escolar, em vez de substituir o Hospital do Desterro que, tal como o de Arroios, continuou a funcionar. Este Hospital Escolar, onde tinha lugar o ensino prático da medicina, funcionava em articulação com a Faculdade de Medicina de Lisboa ao Campo de Sant'Ana, que começou a funcionar finalmente em **1911**.

Na sequência da alteração de regime, através do Decreto 1137 de 3 de Dezembro de **1914**, o Hospital Real de São José e *Annexos* passou a designar-se Hospitais Cívicos de Lisboa, entidade que englobava uma série de edifícios, mas cuja administração central permanecia em São José (Boavida, Palmeiro, Mora, 2020, p. 182).

Em **1918**, depois de alguns anos a funcionar junto ao Banco do Hospital de São José, a Escola Profissional de Enfermagem foi instalada no antigo Hospital de São Lázaro, que foi remodelado para essa finalidade (Silva & Sousa, 2012, pp. 259-261).



Figura 14

Entrada principal de acesso ao Hospital de São José

Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, Eduardo Portugal, c. 194-, PT/AMLSB/POR/059969

1928 – 1931 – 1989

Durante o Estado Novo, continuou a verificar-se um aumento do número de doentes, mas também de médicos. Foram introduzidas diversas alterações a nível administrativo e foram criados vários serviços hospitalares. Um destes serviços é a Maternidade Magalhães Coutinho, em 1927, que se instalou depois, em **1931**, no antigo Hospital de São Lázaro, onde permaneceu até 1971, data em que passou

para o Hospital Dona Estefânia. Por seu lado, a Escola Profissional de Enfermagem passou para um edifício criado para o efeito no Hospital de Santo António dos Capuchos. Este último foi inaugurado em **1928**, estando instalado num antigo convento que, após a extinção das ordens religiosas, funcionou como Asylo da Mendicidade de Lisboa. Neste hospital, em **1931**, foi criada uma creche e infantário para os filhos dos funcionários, instituição pioneira a nível nacional (Matoso, 2012, pp. 58-63).

Com a criação do Hospital de Santa Maria e da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa no Campo Grande, o Hospital de Santa Marta foi integrado nos Hospitais Cíveis de Lisboa (George & Moura, 2012, p. 139).

Os Hospitais Cíveis de Lisboa seriam extintos formalmente em **1989**, autonomizando-se os vários hospitais que integravam a instituição permanecendo apenas o chamado sub-grupo hospitalar Capuchos-Desterro-Arroios. Este, juntamente com o Hospital de São José, em 2004, passaram a integrar o Centro Hospitalar de Lisboa – Zona Centro.

A partir de 2007, com a criação do Centro Hospitalar de Lisboa Central, a estes hospitais voltaram a juntar-se os de Santa Marta e de D. Estefânia. O Hospital Dr. Curry Cabral e a Maternidade Dr. Alfredo da Costa passaram também a fazer parte deste centro hospitalar em 2012. Em 2018 foi instituída nova designação, o Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Central⁵ – CHULC (Boavida, Palmeiro, Mora, 2020, pp. 182--183).

1933 – 1983 – 1992

No que diz respeito ao património construído, deve ser referido que a antiga sacristia da igreja do colégio está classificada como Monumento Nacional desde **1933** (Ministério da Instrução Pública – Direção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, 1933), data em que o espaço foi reaberto ao público. Com a Implantação da República, devido às políticas anticlericais defendidas pelo regime, o espaço havia sido encerrado e transformado em armazém.

Cinquenta anos depois, em **1983**, também o edifício principal do hospital, que corresponde ao antigo colégio jesuíta, foi classificado como Imóvel de Interesse Público (Ministério da Cultura e Coordenação Científica, 1983).

Em **1992**, como herdeiro directo do Hospital Real de Todos-os-Santos, os Hospitais Cíveis de Lisboa assinalaram o V centenário da fundação daquela relevante instituição da História da Medicina Portuguesa. Até aos anos 70, a data de lançamento da primeira pedra para a construção do Hospital Real foi sempre entendida como a data de aniversário dos Hospitais Cíveis de Lisboa, sendo pretexto para a inauguração de serviços hospitalares, assim como para a organização de exposições e conferências, pelo que um centenário nunca seria ignorado. Além de ter tido lugar um

⁵. No início de 2024, com a extinção dos centros hospitalares, o Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Central passou a chamar-se Unidade de Saúde Local de São José, que, além dos hospitais que já faziam parte do conjunto, inclui também o Instituto Oftalmológico Dr. Gama Pinto e o Hospital Psiquiátrico Dr. Júlio de Matos, além de cerca de duas dezenas de centros de saúde.

Simpósio Internacional de Medicina, em colaboração com a Câmara Municipal de Lisboa, teve também lugar uma exposição que esteve patente no Museu Bordalo Pinheiro em Lisboa (Pereira, 1993). Na ocasião, foi ainda lançado um selo comemorativo daquela efeméride, assim como sobrescrito de primeiro dia de circulação. Foi neste âmbito que foi feita a maqueta do Hospital Real de Todos-os-Santos que se encontra presentemente exposta no Museu da Saúde, por cedência do CHULC.

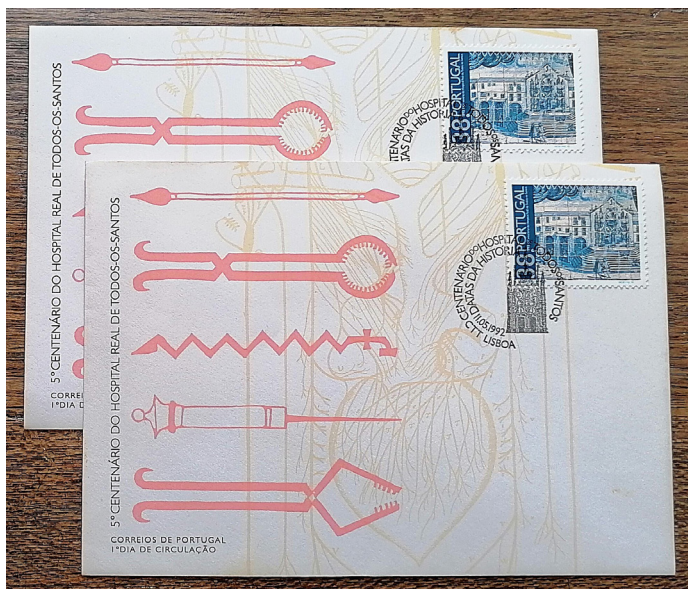


Figura 15

Sobrescrito de primeiro dia de circulação, selo e carimbo evocativos do V Centenário da Fundação do Hospital Real de Todos-os-Santos

Fonte: Arquivo ULS São José, Correios de Portugal, 1992

Agradecimentos

Ao Gabinete de Estudos Olisiponenses, ao Centro de Arqueologia de Lisboa e à Junta de Freguesia de Arroios, pelo convite para proferir esta conferência e a publicar através do presente texto.

À Dr.^a Célia Pilão que, ao longo dos últimos anos, tem defendido e divulgado de forma incansável o património histórico à guarda do CHULC, trabalho a que tenho o prazer de dar continuidade, a par com a Dr.^a Fátima Palmeiro a quem também agradeço.

Ao falecido Dr. Luiz Damas Mora, Presidente da Comissão do Património Cultural dos antigos Hospitais Cíveis de Lisboa, que, além de ter sido um grande defensor deste valioso património, sempre apoiou e incentivou, de forma entusiástica, todo o trabalho feito no âmbito do Gabinete do Património Cultural da actual Unidade Local de Saúde de São José.

Ao Dr. Paulo Espiga, vogal do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde de São José, responsável pela área do património dos hospitais, que tem sido igualmente um inestimável apoiante do trabalho desenvolvido pelo Gabinete do Património Cultural.

[O autor escreve com a ortografia antiga, pré-acordo ortográfico de 1990.]

Bibliografia

S/ autor (1622). *Relações das sumptuosas festas, com que a Companhia de Jesus sa Província de Portugal celebrou a canonização de S. Ignacio de Loyola, e S. Francisco Xavier (...)*. Lisboa: [s. n.].

Aguiar, A. M. (2009). *Os estudos de Astronomia em Portugal de 1850 a 1950*. [Dissertação de Doutoramento em História da Ciência, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa].

Alves, J. F. (1994). As igrejas paroquiais de Lisboa e o Terramoto de 1755. *Olisipo – Boletim do Grupo Amigos de Lisboa*, 4, Série II, 21-36.

Alves, J. F. (2020). *Peregrinação pelas Igrejas de Lisboa. Tomo III: As Igrejas do século XVI (1495-1580)*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa e Centro Nacional de Cultura. http://dx.doi.org/10.34632/9789728361853_3

Anónimo. (1863). *Epitome Histórico sobre a origem e actualidade dos Irmãos Congregantes de Nossa Senhora das Saudades e S. Filipe Neri que se dedicam ao exercício da caridade no Hospital Real de S. José*. Lisboa: Typographia de Cândido José Estevão da Glória.

Barbosa, I. O. (1960). *Uma Galeria dos Enfermeiros-Mores*. Lisboa: Casa Portuguesa.

Barboza, I. V. (1843/1844). O collegio de Santo Antão, hoje hospital real de S. José. Em I. V. Barboza, (Ed.) *Universo Pittoresco*, Tomo 3, 113-114 e 163-165.

Barboza, I. V. (1862). Fragmentos de um Roteiro de Lisboa (Inédito). *Archivo Pittoresco*, Tomo V, n.º 40-52.

Boavida, C. (2021). Peregrinando pelos hospitais da colina de Sant’Ana. Histórias e memórias de conventos, colégios e um mosteiro. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 138, 16-41.

Boavida, C., Palmeiro, F. & Mora, L. D. (2020). Os herdeiros do Hospital Real: Espaços da História da Saúde em Lisboa após 1775. Em E. M. Alberto (Coord. Edit.) *O Hospital Real de Todos-os-Santos: Lisboa e a saúde*. (pp. 181-183). Lisboa: Câmara Municipal; Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Branco, R. L. (2021). *Baltazar Álvares «Grandíssimo Arquitecto e Traçador»*. Lisboa: Canto Redondo.

Cabral, J. C. C. (1915). *O Hospital Real de São José e Annexos. Desde 7 de Janeiro de 1901 até 5 de Outubro de 1910*. Lisboa: Typographia “A Editora Limitada”.

Carmona, M. (1964). Assuntos Hospitalares: Acerca do Banco do Hospital de São José. *Boletim Clínico dos Hospitais Cíveis de Lisboa*, 28, (1-4), 187-191. Hospital de São José.

Dias, J. P. S. (2009). Documentos sobre duas boticas da Companhia de Jesus em Lisboa: Colégio de Santo Antão e Casa Professa de S. Roque. *Economia e sociologia*, 88/89, 295-312. Universidade de Évora.

Dória, J. L. & Pereira, M. L. V. (2012). Notícia do ensino médico em Lisboa até à fundação da Universidade, em 1911. Em J. Penedo, A. Albuquerque e M. J. de P. Brandão (Coord.) *Omnia Sanctorum. Histórias da História do Hospital Real de Todos-os-Santos e dos seus sucessores*. (pp. 211-227). Lisboa: By the Book.

Figueiredo, A. P. (1761). *Diário dos sucessos de Lisboa, desde o terremoto até ao extermínio dos jesuítas*. Traduzido do idioma latino por M. P. A. Pinto (1766). Lisboa: Officina de Francisco Borges de Sousa.

Felismino, D., Oliveira, I. & Rebelo-de-Andrade, H. (2020). As duas últimas décadas do Hospital no Rossio (1750-1775). Acomodar, proteger e assistir os enfermos das injúrias do tempo. Em E. M. Alberto (Coord. Edit.) *O Hospital Real de Todos-os-Santos: Lisboa e a saúde*. (pp. 187-194) Lisboa: Câmara Municipal; Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Garnel, M. R. L. (2013). Da Régia Escola de Cirurgia à Faculdade de Medicina de Lisboa. O ensino médico: 1825-1950. Em S. C. Matos e J. R. Ó (Coord.) *A Universidade de Lisboa, Séculos XIX-XX*, vol. II. (pp. 538-650). Lisboa: Edições Tinta da China.

George, F. & Moura, R. B. (2012). Hospital de Santa Marta. Em J. Penedo, A. Albuquerque e M. J. de P. Brandão (Coord.) *Omnia Sanctorum: Histórias da História do Hospital Real de Todos-os-Santos e seus sucessores*. (pp. 126-147). Lisboa: By the Book.

Leitão, H. (2008). *Sphæra mundi*. Em L. Martins (Coord.) *Sphæra mundi: a ciência na Aula da Esfera: manuscritos científicos do Colégio de Santo Antão nas colecções da BNP*. (pp. 19-23). Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal.

Matoso, A. (2012). Hospital de São José. Em J. Penedo, A. Albuquerque e M. J. de P. Brandão (Coord.) *Omnia Sanctorum: Histórias da História do Hospital Real de Todos-os-Santos e seus sucessores*. (pp. 40-69). Lisboa: By the Book.

Meco, J. (1985). *Azulejaria Portuguesa*. Lisboa: Bertrand Editora.

Mesquita, S. (2021). História dos Jardins Botânicos em Portugal. Em D. Espírito Santo (Coord. Edit.) *Jardins Botânicos Portugueses. O Antes e o depois de 2020*. (pp. 30-63). Lisboa: Câmara Municipal.

Ministério da Cultura e Coordenação Científica. (1983). "Decreto do Governo n.º 8/83". *Diário da República Série I*, 19 (Janeiro): 150-152. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-governo/8-1983-307779>

Ministério da Instrução Pública – Direção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes. (1933). "Decreto n.º 22502, de 10 de Maio". *Diário do Governo 1ª Série*, 102 (Maio): 719-719. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto/22502-320765>

Ministério do Interior – Direção Geral de Assistência. (1914). "Decreto n.º 1137, de 3 de Dezembro". *Diário do Governo 1ª Série*, 226 (Dezembro): 1354-1355. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto/1137-485199>

Mora, L. D. (2009). O Dr. Manuel Constâncio (1726-1817) e a reestruturação do ensino cirúrgico em Portugal. *Revista Portuguesa de Cirurgia*, 8, Série II, 87-94.

Pereira, P. (Dir.) (1993). *Hospital Real de Todos-os-Santos. 500 anos. Catálogo*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

Pina, M. E. & Nunes, M. F. (2012). XV Congresso Internacional de Medicina de 1906: viagem e ciência. Em M. Acciaiuoli e A. D. Rodrigues (Coord.) *Arte & Viagem*. (pp. 155-161). Lisboa: Instituto de História de Arte: Estudos de Arte Contemporânea.

Ribeiro, V. (1911). A fundadora da igreja do Collegio de Santo Antão (da Companhia de Jesus) e a sua sepultura. Notícia documental. *Sep. Memórias da Academia de Sciencias*, 2.^a classe, tomo XIV, 1. Imprensa da Universidade de Coimbra.

Salgado, A. M. (1987). *O Hospital de São José. Como surgiu o seu nome*. Lisboa: [s. n.]

Salgado, A. J. & Salgado, A. M. (1992). *Regimento do Hospital Real de Todos-os-Santos (edição fac-similada)*. Lisboa: Comissão Organizadora do V Centenário da Fundação do Hospital Real de Todos-os-Santos.

Santos, F. T. & Costa, P. (2021). *A Lisboa Subterrânea na Colina dos Hospitais: Roteiro das Águas Livres de Campolide ao Intendente*. Lisboa: Caleidoscópio.

Sequeira, J., Boavida, C. & Leão, A. (2023). Memorial da Serralharia – Arqueologia do Passado Recente no Hospital de São José. Em J. M. Arnaud, C. Neves e A. Martins (Eds.) *Arqueologia em Portugal 2023 – Estado da Questão*. (pp. 1689-1702). Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.

Silva, A. V. A. & Sousa, M. A. (2012). A Escola de Enfermagem de Artur Ravara e os Hospitais Civis de Lisboa no processo formativo dos enfermeiros. Em J. Penedo, A. Albuquerque e M. J. de P. Brandão (Coord.) *Omnia Sanctorum. Histórias da História do Hospital Real de Todos-os-Santos e dos seus sucessores*. (pp. 256-279). Lisboa: By the Book.

Silva, J., Vale, T., Gomes, C., Correia, P. & Figueiredo, P. (1992/93 e 2005). *Colégio de Santo Antão-o-Novo / Hospital de São José. Portugal, Lisboa, Lisboa, Arroios*. https://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=4048

Silva, M. C. A. (1853). *O Hospital de S. José e Annexos em 1853. Opusculo*. Lisboa: Typ. da Imprensa.

Sucena, E. (1999). De Santo Antão-o-Velho ao Hospital de S. José. *Olisipo*, 9, série II, 19-33. Grupo dos Amigos de Lisboa.

Vale, T. L. M. (2005). *Escultura Barroca italiana em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte.

Vale, T. L. M. (2008). *Um português em Roma, um italiano em Lisboa. Os escultores seiscentistas José de almeida e João António Bellini*. Lisboa: Livros Horizonte.

Veloso, A. J. B. & Almasqué, I. (2016). *História e Azulejos dos Hospitais Civis de Lisboa*. Lisboa: By the Book.

**O Convento de Arroios:
dos jesuítas aos ucranianos
The Convent of Arroios:
from the Jesuits to the Ukrainians**

José Manuel Garcia

Gabinete de Estudos Olisiponenses



Resumo: Breve história do chamado Convento de Arroios e do seu enquadramento no contexto das construções dos jesuítas em Lisboa. Este edifício foi o último a ser construído pela Companhia de Jesus em Lisboa, tendo sido denominado Noviciado das Missões da Índia de São Francisco Xavier. A sua finalidade era formar missionários para a Índia e a sua primeira pedra foi colocada a 1 de outubro de 1705. A obra foi projetada por João Antunes e só ficou concluída em 1735, tendo sido então que entraram os primeiros noviços. Estes foram expulsos em 1759 e o local foi ocupado em 1766 por freiras que o passaram a denominar Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição da Luz de Arroios. Em 1892, o convento foi transformado em hospital, situação em que se manteve até ser encerrado em 1992.

Palavras-chave: Convento de Arroios; Noviciado das Missões da Índia de São Francisco Xavier; Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição da Luz de Arroios; Hospital de Arroios; Companhia de Jesus em Lisboa.

Abstract: Brief history of the so-called Convent of Arroios and its setting in the context of the Jesuit buildings in Lisbon. This building was the last to be built by the Society of Jesus in Lisbon and it was called the Novitiate of the Missions of India of São Francisco Xavier. Its purpose was to train missionaries for India and its first stone was laid on 1st October 1705. The work was designed by João Antunes and it was only completed in 1735, when the first novices entered. These were expelled in 1759 and the site was occupied in 1766 by nuns who started to call it Monastery of Nossa Senhora da Conceição da Luz of Arroios. In 1892, the convent was transformed into a hospital, remained as such until it was closed in 1992.

Keywords: Convent of Arroios; Novitiate of the Missions of India of São Francisco Xavier; Monastery of Nossa Senhora da Conceição da Luz of Arroios; Hospital of Arroios; Society of Jesus in Lisbon.





Figura 1

Convento de Arroios

Fonte: Museu de Lisboa, Luís Gonzaga Pereira, 1837, MC.DES.1631.062

Quem da Praça do Chile se dirige à Rua Quirino da Fonseca, parte da antiga estrada de Sacavém e nela começa a caminhar em direção a um velho edifício com uma porta barroca e na parede que lhe está anexa pode ler informações sobre as atividades religiosas que a comunidade ucraniana ali pratica. Esta realidade não deixa de espantar, pois estamos perante aquela que foi a última das construções que os jesuítas ergueram em Lisboa.

O imóvel aqui em causa, vulgarmente denominado por Convento de Arroios, está situado entre a Rua Quirino da Fonseca, a Rua António Pereira Carrilho e a Avenida Almirante Reis e foi criado com o nome oficial de Noviciado das Missões da Índia de São Francisco Xavier. Foi, também, conhecido inicialmente por outros nomes como Casa da Provação de Arroios; Noviciado das Missões da Índia; Casa do Noviciado para as Missões da Índia; Noviciado de Arroios; Noviciado de Nossa Senhora da Nazaré; Colégio e Noviciado de Nossa Senhora da Nazaré; Colégio de Nossa Senhora da Nazaré; Seminário das Missões. Como veremos mais à frente, o edifício foi depois designado Convento/Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição da Luz de Arroios; Convento de Nossa Senhora da Conceição; Convento de Arroios tendo finalmente passado a Hospital de Arroios.

Estamos perante uma das quase cem instituições monásticas que foram erguidas no concelho de Lisboa a partir de 1147, as quais foram alvo de estudo no projeto de investigação denominado *LxConventos: a cidade sacra à cidade laica. A extinção das ordens religiosas e as dinâmicas de transformação urbana na Lisboa do século XIX*, cuja base de dados que pode ser consultada no website do projeto.

O estudo que aqui apresentamos retoma a nossa colaboração neste projeto¹.

¹. Base de Dados do projeto *LxConventos* disponível em <http://lxconventos.cm-lisboa.pt/>

A edificação do espaço monástico em causa ficou a dever-se à iniciativa do padre jesuíta Francisco Sarmento, procurador das Missões da Índia, que, em 1690, expressou a vontade de fundar um seminário destinado a formar missionários para a evangelização do Oriente.

A possibilidade da sua criação surgiu a 13 de fevereiro de 1697 na sequência da morte do clérigo João Serrão, que deixou em testamento (datado de 2 de dezembro de 1696) bens destinados à fundação em Frielas de um seminário destinado à formação de missionários para as Províncias da Companhia de Jesus no Oriente. Após a obtenção da autorização papal para a sua construção, datada de 24 de outubro de 1698, decidiu-se alterar o local onde deveriam ser erguidas as suas instalações, tendo-se optado por comprar, por 12 000 cruzados, a quinta do Almotacé-mor, que ficava perto do chafariz de Arroios. Como a referida doação foi insuficiente para a desejada construção buscaram-se outros legados para a sua concretização. O mais importante dos quais ascendeu a 50 000 cruzados, tendo sido dado por D. Catarina, que havia sido rainha de Inglaterra e regressara a Portugal em 1693.

D. Catarina, ao ser considerada fundadora oficial do noviciado, determinou que este fosse denominado de São Francisco Xavier, ainda que para satisfazer o desejo expresso por João Serrão se desse à igreja o orago de Nossa Senhora de Nazaré, cuja imagem se venerava na ermida da quinta de Frielas, onde ele desejara que se tivesse feito o edifício.

A primeira pedra foi colocada a 1 de outubro de 1705, poucos meses antes de D. Catarina ter falecido a 31 de dezembro de 1705. No entanto, foi determinado que só poderia começar a funcionar quando estivesse concluído, o que só aconteceu trinta anos depois, a 27 de abril de 1735, pois os seus trabalhos decorreram muito lentamente. Foi então que entraram os primeiros noviços, tendo a igreja sido inaugurada a 5 de agosto desse ano. Estas instalações sofreram pouco com o terramoto de 1 de novembro de 1755.

O edifício foi projetado pelo arquiteto João Antunes, sendo composto por uma igreja e um corpo monacal construído em torno de um claustro de planta retangular delimitado por arcos plenos de cantaria e pilares de pedra de base quadrangular, dois a norte e sul e três a este e oeste.

O alçado principal do noviciado dá para a Rua Quirino da Fonseca sendo a parte mais interessante a fachada da igreja, dotada de um portal armoriado ostentando o escudo de D. Catarina, acima do qual se encontra um nicho com frontão contendo a imagem de Nossa Senhora da Nazaré, ladeado por duas torres sineiras.

A igreja ocupa a parte nordeste do complexo religioso, com planta em cruz grega de centro octogonal, encimada por abóbada assente em cornija de cantaria e arcos de volta inteira sobre pilastras dóricas. Nas quatro esquinas deste polígono central existem nichos guarnecidos a cantaria. O interior da igreja é iluminado por um janelão e duas janelas laterais.

O alçado do espaço conventual virado para sudeste, que dá para a Avenida Almirante Reis, apresenta janelas guarnecidas a cantaria.

A entrada para o noviciado é constituída por uma pequena dependência decorada com painéis de azulejos historiados da primeira metade do século XVIII. Nas paredes, terão existido bancos encastrados corridos em lioz rosa, dos quais apenas restam alguns apoios. Esta sala dava acesso ao pátio do convento.

No canto sudeste do claustro, encontra-se uma porta que dá acesso a uma escadaria que leva a um segundo piso com dependências ao longo de corredores, sendo que no principal, que percorre o eixo nordeste/sudeste, as salas têm tetos abobadados.

Em frente às escadas, abre-se uma porta para o pequeno átrio da capela que ocupa a ala sul/sudoeste, que tinha teto de abóbada de berço e painéis de azulejo da primeira metade do século XVIII nas paredes laterais, onde se representavam cenas da vida de São Francisco Xavier e Estanislau de Kostka (Elias, 2011).

Em 1737, o noviciado tinha 13 noviços. Funcionou durante apenas vinte e quatro anos, pois, a 13 de dezembro de 1758, foi cercado por tropas e, a 21 de fevereiro de 1759, os seus ocupantes foram expulsos e os padres presos por ordem de Marquês de Pombal. Terminava, assim, a última das instituições criadas pela Companhia de Jesus em Lisboa.

A história dramática do fim deste noviciado foi narrada na época pelo jesuíta José Caeiro e, por ser muito pouco conhecido o texto por ele escrito sobre este assunto, merece ser aqui divulgado:

“A Casa de Provação de Arroios, duas horas depois do nascer do Sol, foi cercada com um pelotão. O desembargador Bartolomeu Gomes Monteiro, a quem fora entregue o caso, procedeu educadamente; mas desempenhou o cargo com muita severidade. Confiscou todos os dinheiros e os livros de contas; informando-se também dos prédios e dos rendimentos, fechou por sua própria mão a despensa e as outras oficinas.

Depois de mandar os jesuítas jantar, retirou-se para sua casa, que era vizinha, para comer. Voltando pouco depois, mandou a cada um escrever o seu nome nas portas dos quartos; e, em carros já antes preparados, levou a todos para o colégio de Santo Antão, mas sem os avisar com uma só palavra para onde se dirigiam, ficando eles, portanto, a recear o pior. De ambos os lados dos carros seguiam soldados armados; mas, fazendo-se isto a primeira vez publicamente ainda com luz, por onde passavam, a gente, silenciosa com medo e dor, baixava o rosto perante tão feio espetáculo.

Proibiu-se a todos que levassem alguma coisa consigo; só depois enviaram a roupa branca e de cor, e as camas; tudo o mais ficou sujeito à hasta pública, que nesse mesmo dia começou a realizar-se. E estou persuadido de que os pães e os peixes, destinados à ceia do mesmo dia, foi o desembargador o primeiro a vendê-los, sentado no seu tribunal. Com estas e outras baixezas logo se viu quão grande era a fome de dinheiro.

De facto, conta-se que Carvalho esperava obter grande soma dessa casa; na verdade, tendo o procurador entregue fielmente todos os dinheiros, e expondo ao mesmo tempo as grandes dívidas contraídas e os encargos que impendiam sobre a casa, não se coibiu o desembargador de afirmar que tal coisa o admirava muito e também ela viria a admirar a Carvalho.

Assim, incutido o terror do Ministro, e com várias e graves ameaças. repetidamente avisou o procurador de que não conservasse oculto nenhum dinheiro. Depois, foi diversas vezes ao colégio de Santo Antão exigir contas ao Reitor, por terem sido feitas algumas despesas que encontrava mencionadas nos livros, mas que ele não aprovava.

Uma vez expulsos os jesuítas, consta que foram picadas as paredes em muitos pontos e arrancados os ladrilhos, sabendo já então Carvalho quão pouco dinheiro havia entre os jesuítas, que ele dizia serem negociantes enriquecidos e opulentíssimos! ... Nem daí se podiam saciar a fome, a avareza e os prejuízos causados ao tesouro régio! ...

Da Casa de Arroios foram expulsos sete Padres: Brás de Andrade. Reitor, Francisco Correia, sócio do Provincial, Inácio António, João Antunes e João Lopes este último paralítico; Manuel Andrade e José Caturro, brasileiros, dos quais falámos na devida altura; seis irmãos coadjutores: Caetano Vieira, José Francisco, Manuel Lourenço, Jacinto Nunes, José Diogo e Manuel Miranda.” (Caeiro, 1999, pp. 55-56).

O edifício do noviciado só voltou a ser ocupado a 10 de julho de 1766 pelas monjas conhecidas por Concepcionistas Franciscanas da Ordem da Imaculada Conceição (O.I.C.), que originalmente estavam num convento em Carnide, perto da Igreja de Nossa Senhora da Luz, que ficou praticamente destruído com o terramoto de 1755.

Uma tal ocupação de instalações jesuítas por uma outra ordem religiosa em Lisboa foi excecional e ficou a dever-se à iniciativa de Paulo de Carvalho e Mendonça (1702-1770), irmão de Marquês de Pombal, que foi monsenhor da Patriarcal de Lisboa, tendo sido elevado ao cardinalato pouco antes de morrer.

Depois do edifício do antigo noviciado das Missões da Índia de São Francisco Xavier ter sido ocupado pelas monjas, passou a chamar-se Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição da Luz de Arroios, sendo a sua história muito obscura.

Em 1833, com a criação das Linhas de Defesa de Lisboa, as monjas foram transferidas temporariamente para o Mosteiro de Santos-o-Novo, só voltando a Arroios quando terminou a Guerra Civil.



Figura 2

*Convento de Nossa Senhora da Conceição de Arroios, atual
Hospital de Arroios*

Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/POR/051079

A 4 de agosto de 1890, na sequência da morte da última freira, o convento de Arroios passou a pertencer à Direção dos Hospitais a fim de nele ser instalado um hospital. Este começou a funcionar a 16 de fevereiro de 1892, tendo sido anexado ao Hospital de São José, até ser encerrado um século depois, em 1992.

Tendo as suas instalações sido desativadas do uso hospitalar, passaram a albergar o depósito do arquivo morto dos Hospitais Cíveis de Lisboa, antes de, alguns anos depois, ter passado alguns e anos depois, para o antigo convento de Santa Marta, agora Hospital de Santa Marta, onde está na sua igreja.

A igreja do antigo convento de Arroios foi classificada como Monumento de Interesse Público por portaria n.º 740-M/2012 publicada no Diário da República, 2.ª série — N.º 248 — 24 de dezembro de 2012 onde se pode ler:

“Sob proposta dos serviços competentes, ao abrigo do disposto nos artigos 15.º, 18.º, n.º 1, 28.º, n.º 2, e 43.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, e no uso das competências conferidas pelo n.º 11 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 86 -A/2011, de 12 de julho, manda o Governo, pelo Secretário de Estado da Cultura, o seguinte:

Artigo 1.º

Classificação

É classificada como monumento de interesse público a Igreja do Antigo Convento de Arroios, na Rua Quirino da Fonseca, Lisboa, freguesia de São Jorge de Arroios, concelho e distrito de Lisboa, conforme planta de delimitação constante do anexo à presente portaria e que desta faz parte integrante.

Artigo 2.º

Zona especial de proteção

É fixada a zona especial de proteção do monumento referido no artigo anterior, conforme planta de delimitação constante do anexo à presente portaria e que desta faz parte integrante.

20 de novembro de 2012. – O Secretário de Estado da Cultura, Jorge Barreto Xavier.”

O edifício do convento foi comprado em 2001 pela empresa Estamos, Participações Imobiliárias, SA, pelo valor de 9 776 439 euros e, em 2004, foi vendido à Imofrança por 11 258 752 euros, agravando-se, posteriormente, o seu estado de degradação. Atualmente, o complexo está a cargo da Reyalurbis, S.A. sem que tenha aprovação para executar o plano imobiliário que tinha projetado para o local.

Desde 3 de janeiro de 2011 que a igreja do convento de Arroios ficou afeta à comunidade ucraniana greco-católica de Lisboa, que a conserva de forma muito empenhada. Bem podemos admirar-nos com o destino deste edifício que, tendo sido destinado a práticas ultracatólicas dos jesuítas, acabou por ser administrado por ucranianos.

No que restou do antigo logradouro do convento funciona agora um parque de estacionamento explorado pela Empark.



Figura 3

Convento de Arroios, fachada da Igreja

Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/
PCSP/004/LPC/081/003602

Os edifícios dos jesuítas em Lisboa

A propósito do Noviciado das Missões da Índia de São Francisco Xavier, vale concluir a sua história integrando-a de forma sucinta no pouco conhecido contexto histórico-geográfico da estratégia da ocupação de espaços de Lisboa pelos jesuítas (cf. Garcia, 2014, pp. 125-138).

A Companhia de Jesus foi uma das instituições mais marcantes e características da chamada Contrarreforma, tendo-se assumido como uma força de intervenção cristã, visando revigoramento do catolicismo nomeadamente através da educação da população. Esta milícia de religiosos estava também disposta a intervir, quer na luta contra o alastramento das ideias protestantes, quer na expansão da fé cristã à escala mundial. Daí a importância dada aos noviciados, de que é exemplo o de Arroios. O início da Companhia de Jesus em Portugal corresponde à chegada a Lisboa a 7 de abril de 1540 de um dos seus membros fundadores, o padre Simão Rodrigues, enquanto o seu fim (temporário) verificou-se em 3 de setembro de 1759, quando nesse dia foi promulgada a “Lei dada para a proscrição, desnaturalização e expulsão dos regulares da Companhia de Jesus, nestes reinos e seus domínios”. Esta medida antecedia setenta e cinco anos o decreto de extinção das Ordens Religiosas masculinas e à nacionalização dos seus bens, promulgado a 30 de maio de 1834.

É do maior relevo avaliar como nesse longo período de duzentos e dezanove anos, se processou a pouco conhecida dinâmica da ocupação de espaços urbanos na capital portuguesa pelos jesuítas.

No exercício das suas múltiplas atividades, os jesuítas destacaram-se por um importante papel no ensino, na pregação e na preparação da evangelização, tendo possuído diversas áreas em Lisboa de acordo com uma estratégia que visou dar resposta às suas necessidades de organização e crescimento, tendo para esse efeito seguido opções de domínio territorial mais ou menos condicionadas pelo tipo de apoio financeiro com que contavam.

Iremos verificar alguns dos aspetos essenciais de como se efetuou o progressivo alargamento da presença dos jesuítas em Lisboa, observando o processo que envolveu a posse de construções em partes da cidade que correspondiam a anteriores periferias, mas por onde passavam vetores da sua expansão urbana.

As duas primeiras casas que a Companhia de Jesus teve em Lisboa foram reaproveitamentos de construções manuelinas, sendo que a primeira foi um colégio fundado no mosteiro de Santo Antão, ocupado em 1542, mas que havia sido criado em 1511, e a segunda uma casa professa criada em 1553 no local onde em 1515 se concluíra a construção da ermida de São Roque.

Mais tarde, foram construídos de raiz o colégio de Santo Antão-o-Novo, que, em 1593, substituiu aquele que passou a ser conhecido por Santo-Antão-o-Velho, e o noviciado da Cotovia, que foi aberto em 1619.

Bastante tempo depois de estas instituições terem surgido ainda foram criadas mais duas que marcaram outros espaços urbanos de Lisboa em zonas afastadas do

seu centro e dos locais das construções anteriores, as quais correspondem ao Colégio de São Francisco Xavier e ao Noviciado das Missões da Índia de São Francisco Xavier.

As três construções mais antigas aqui referidas situavam-se fora da área urbana compreendida no âmbito da muralha fernandina erguida em 1375, mas ainda nas suas proximidades.

Quanto à localização do noviciado da Cotovia, este encontrava-se num local a noroeste de São Roque, estando as duas últimas construções referidas em áreas afastadas das restantes, uma para oriente da muralha fernandina, o colégio de São Francisco Xavier, junto de Santa Apolónia, e a outra bastante para norte, o Noviciado das Missões da Índia de São Francisco Xavier, em Arroios.

Passemos então a assinalar cada uma dessas casas agrupando-as por nexos de relacionamento.

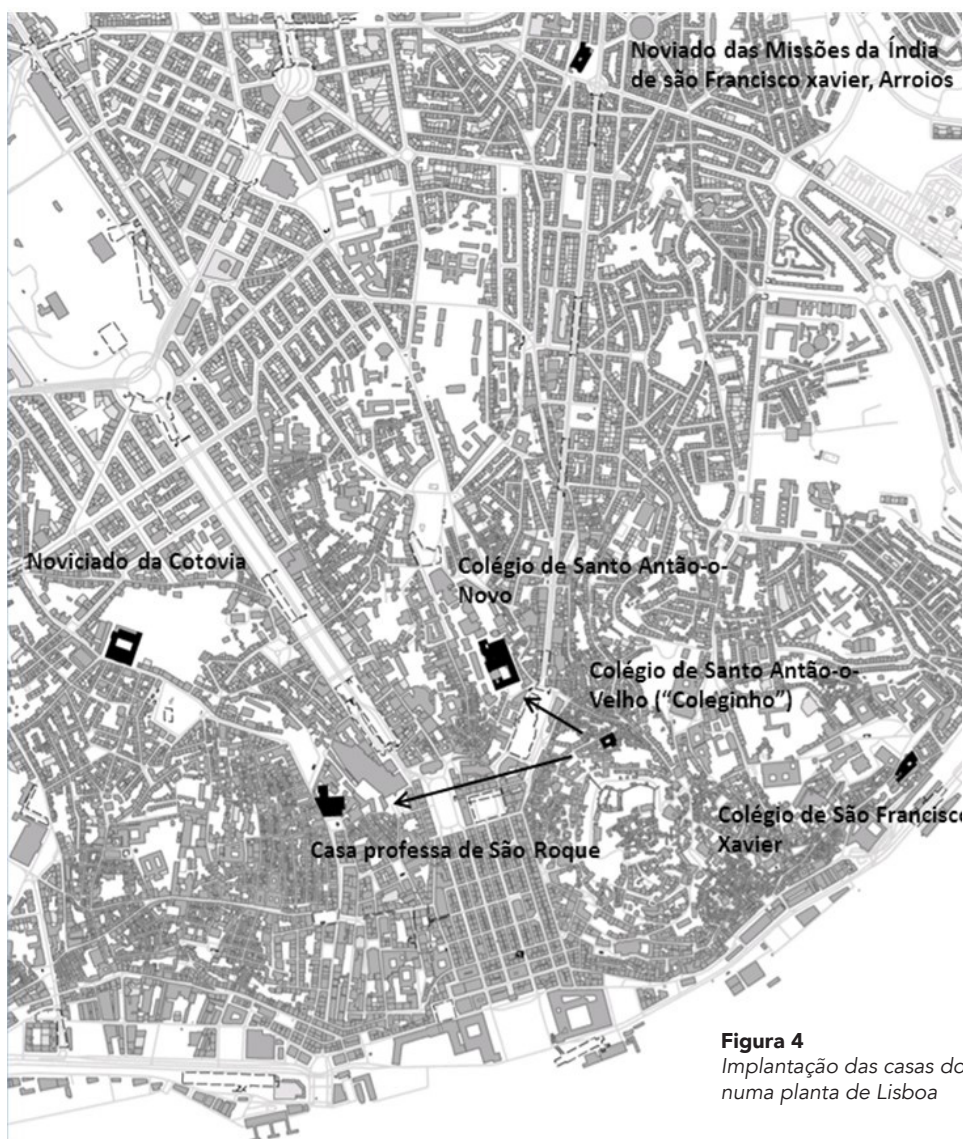


Figura 4
Implantação das casas dos jesuítas numa planta de Lisboa

1. Entre o velho e o novo Colégio de Santo Antão

Os colégios criados pela Companhia de Jesus em Lisboa tiveram o nome de Santo Antão, sendo que o primeiro veio a ser chamado de Santo Antão-o-Velho e o segundo, que o substituiu, de Santo Antão-o-Novo.

Santo Antão-o-Velho

Começemos pelo primeiro desses edifícios, chamado Colégio de Santo Antão-o-Velho, embora seja mais conhecido por “Coleginho”, em oposição ao grande colégio de Santo Antão-o-Novo. Encontrava-se tal construção no sítio onde estivera a mesquita principal da Mouraria e daí que possamos referenciar a curiosa coincidência da ocupação original deste espaço, que foi depois possuído pela Companhia de Jesus, tendo sido não apenas a sua primeira casa em Lisboa, mas no mundo, pois antes de lhe ter sido concedido, em 1542, não tinha qualquer casa. Este facto tem uma carga simbólica que importa reter.

Num desejo de melhor poder exercer a sua atividade em Lisboa, para onde viera em 1540, Simão Rodrigues diligenciou junto de D. João III a obtenção de um lugar autónomo onde a Companhia de Jesus se pudesse estabelecer. Este rei decidiu a 1 de setembro de 1541 oferecer-lhe um lugar já construído e que se encontrava disponível, podendo-se adequar ao objetivo em vista: tratava-se do mosteiro que então se denominava de Santo Antão e estava situado na atual Rua Marquês de Ponte de Lima, 15 e 13A, da Mouraria. Estamos perante uma construção com uma história complexa que começou pela circunstância já referida de ter sido erguida onde originalmente estivera a grande mesquita da Mouraria de Lisboa até que, em 1496, foi decretada em Portugal a proibição das religiões islâmica e judaica.

A 5 de setembro de 1511, D. Manuel I decidiu começar a cristianização desse espaço transformando para esse efeito as instalações do antigo templo muçulmano num convento da invocação de Nossa Senhora da Anunciada, entregando-o a freiras da Terceira Ordem da Regra de São Francisco. As obras para a construção dessa casa religiosa começaram nesse ano, ainda que tenha sido apenas em 1515 que um breve do papa Leão X autorizou a sua ereção. O rei decidiu, entretanto, que esta construção passava a ser da Ordem dos Pregadores (Dominicanos), tendo a 12 de novembro de 1519 dado entrada no novo mosteiro freiras provenientes do Convento de Jesus, em Aveiro, passando as freiras antes ali referenciadas para esta Ordem.

A 22 de fevereiro de 1538, as dominicanas acabaram por trocar com a Ordem de Santo Antão o edifício aqui em causa, o qual não apreciavam, por um outro que aquela Ordem ocupava e por sua vez se passou a chamar de Nossa Senhora da Anunciada, para onde elas se mudaram em 1539. Este encontrava-se junto ao atual Largo da Anunciada e viria a ser destruído na sequência do terramoto de 1755.

O convento da Anunciada original, ao ser entregue em 1539 à Ordem de Santo Antão, levou a que o espaço ficasse conhecido por Convento de Santo Antão, ain-

da que o edifício acabasse por ficar devoluto por falta de membros desta Ordem. Esta realidade permitiu que a 5 de janeiro de 1542, passasse para os membros da Companhia de Jesus que ali instalaram a sua primeira residência.

A 18 de outubro de 1553, foi aí inaugurado solenemente o Colégio de Santo Antão, que se manteve nestas instalações até 8 de novembro de 1593, quando o mesmo foi transferido para um novo edifício que passou a ser conhecido como Santo Antão-o-Novo. Este nome era a forma de diferenciá-lo do anterior colégio, que desde cedo havia sido considerado insuficiente para as necessidades crescentes de espaço que a Companhia de Jesus sentia para poder desenvolver de forma eficaz as suas ambições e as muitas solicitações educativas de que era alvo.

O espaço do convento inicial passou depois a ser designado por Santo Antão-o-Velho, ou ainda e de forma mais vulgar como “Coleginho”, tendo sido vendido a 28 de abril de 1594 à Ordem dos Ermitas de Santo Agostinho, cuja sede era o grande Convento da Graça que ficava acima destas instalações.

O terramoto de 1755 afetou o edifício do “Coleginho” exceto na parte do seu elegante claustro manuelino, que manteve a sua forma inicial. A igreja atual data de 1764, tendo-se depois transformado na igreja paroquial do Socorro. O edifício aqui em causa pertenceu ao Exército até que, a 14 de julho de 2015, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dela tomou posse, não tendo ainda um destino.

Santo Antão-o-Novo

Face à necessidade de construir um edifício maior do que o do “Coleginho”, foi decidido, em 1574, comprar um espaço amplo correspondente a um campo junto à muralha fernandina e perto do convento de Santa Ana, que hoje pertence à freguesia de Arroios.

A fundação do novo colégio contou inicialmente com forte oposição tendo provocado até alvoroços, mas acabou por ser empreendido de acordo com um projeto muito ambicioso traçado por Baltazar Álvares, tendo a sua primeira pedra sido colocada discretamente a 11 de maio de 1579 por ordem do cardeal-rei D. Henrique. O edifício do novo colégio, apesar da grande dimensão, foi construído com ajustamentos, reduzindo em um terço o projeto inicial. Foi inaugurado a 8 de novembro de 1593, haviam passado quase cinquenta e dois anos desde a primeira instalação dos jesuítas em Lisboa.

O novo colégio veio a ter uma grandiosa igreja cuja construção foi iniciada em 1612 graças ao apoio da condessa de Linhares, D. Filipa de Sá, seguindo uma traça de Baltazar Álvares. As suas obras prolongaram-se, sendo inaugurada apenas a 31 de julho de 1653. A sua enorme sacristia foi planeada em 1696 por João Antunes, sendo a única parte da igreja que subsiste, exercendo atualmente as funções de capela do Hospital de São José, instituição que por decreto de 26 de setembro de 1769 passou a ocupar as instalações do colégio, considerando que os jesuítas haviam sido expulsos em 1759.

2. Entre São Roque e a Cotovia: da casa professa ao primeiro noviciado da Companhia de Jesus

Depois da ocupação do Mosteiro de Santo Antão pelos jesuítas em 1542, eles ocuparam, desde 1553, o espaço onde estava a ermida manuelina de São Roque, situada fora da muralha fernandina no meio de olivais e em frente a uma área em urbanização que veio a ficar conhecida pelo nome de Bairro Alto. Para o interior desta zona da cidade veio a ser construído, nos inícios do século XVII, o noviciado da Cotovia.

Casa Professa de São Roque

Foi em São Roque que os jesuítas criaram em Portugal a sua primeira casa professa, cujo fim era exclusivamente o de acolher religiosos já formados. Esta instituição situava-se no lugar onde, a 24 de maio de 1506, começou a construção de uma ermida consagrada a São Roque, que foi inaugurada a 25 de fevereiro de 1515, e passou para a posse dos jesuítas a 1 de outubro de 1553. Foi aí que se instalaram em condições precárias alguns dos seus elementos vindos de Santo Antão-o-Velho, que então estava a ser transformado em colégio e cuja inauguração, como já assinalámos, se verificou a 18 de outubro de 1553.

Uma primeira construção jesuíta em São Roque teve o lançamento da primeira pedra a 27 de junho de 1555 e sobrepunha-se à anterior ermida, mas veio a durar pouco tempo pois foi destruída para ser ampliada a partir de 1567 num novo edifício de muito maior volumetria e de uma só nave, cuja traça foi atribuída a Afonso Álvares. Os trabalhos foram concluídos em 1573 sob a direção do seu sobrinho Baltazar Álvares, apesar de o desenho da sua fachada ter sido delineado, em 1586, por Filipe Terzi e o teto concluído em 1584 e pintado por Francisco Venegas em 1588/1589.

As instalações de São Roque não foram muito afetadas pelo terramoto de 1755, com a exceção da queda da sua imponente torre. Foram ocupadas depois da expulsão dos jesuítas, em 1759, pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, o que se verificou por decisão régia de 8 de fevereiro de 1768.

Noviciado da Cotovia

Na sequência de uma complexa organização, a Companhia de Jesus ergueu num local distinto do seu novo colégio e da sua casa professa um noviciado destinado à formação dos noviços para toda a província de Portugal. Esta decisão foi tomada a 18 de setembro de 1589, com o apoio de Fernão Teles de Meneses e da sua esposa D. Maria de Noronha. Estes formalizaram a concessão de uma elevada quantia à Companhia de Jesus, doação que foi feita a 26 de dezembro de 1597, além da entrega da Quinta do Monte Olivete, situada na região chamada da Cotovia, no caminho que ia de São Roque para o Largo do Rato. A 23 de abril de 1603, depois de algumas indecisões, foi colocada a primeira pedra do edifício do noviciado que

talvez tenha sido delineado pelo padre João Delgado, mas cujas obras acabaram por ser realizadas desde 1607 sob a direção do arquiteto Baltazar Álvares, que foi também o responsável pela construção da respetiva igreja, com o orago de Nossa Senhora da Assunção. A sua primeira pedra foi colocada a 20 de março de 1605, tendo vindo a ser inaugurada a 1 de novembro de 1616, enquanto o noviciado apenas começou a funcionar a 13 de junho de 1619, apesar de nele terem continuado a decorrer trabalhos.

Após a extinção da Companhia de Jesus em 1759, as instalações do noviciado da Cotovia foram transformadas no Real Colégio dos Nobres por carta de lei de 7 de março de 1761, ainda que ele só tivesse começado a funcionar a 19 de março de 1766, terminando a 4 de janeiro de 1837 para em seu lugar surgir, a 11 de janeiro desse ano, a Escola Politécnica. O edifício desta instituição, que continuava a situar-se no mesmo local do noviciado, ardeu a 22 de abril de 1843, tendo sido reconstruído entre 1844 e 1879, sendo hoje o Museu Nacional de História Natural e da Ciência da Faculdade de Ciências de Lisboa.

3. Construções mais tardias

Depois da Companhia de Jesus ter criado em Lisboa entre os meados do século XVI e os inícios do século XVII colégios, uma casa professa e um noviciado, ainda veio a ter mais duas instituições entre os finais do século XVII e os meados da primeira metade do século XVIII, ambas sob a invocação de São Francisco Xavier. As duas construções situavam-se em zonas afastadas das anteriores e correspondiam a um colégio, situado em frente ao Campo de Santa Clara, e a um noviciado das Missões da Índia, localizado em Arroios.

Colégio de São Francisco Xavier

O colégio de São Francisco Xavier, também conhecido por “Colégio do Paraíso”, devido à proximidade da igreja deste nome, situava-se no espaço compreendido entre o Largo Dr. Bernardino António Gomes, a Rua do Paraíso e a Calçada do Cardeal.

A fundação do colégio aqui em causa resultou da circunstância de se ter considerado que o bairro de Alfama ficava longe do Colégio de Santo Antão-o-Novo, o que dificultaria as necessidades de instrução desta parte da cidade. Para superar tal problema, Jorge Fernandes Vilanova decidiu dar em testamento os seus bens à Companhia de Jesus para que com eles se fundasse um colégio dedicado a São Francisco Xavier. Esta instituição deveria ser dotada de três escolas: uma elementar para crianças, outra de latinidade para estudantes mais crescidos e outra de Náutica, para ensinar a arte de navegar.

O doador veio a falecer a 7 de março de 1677, tendo-se em 1682 fundado o colégio, depois de ter contado com forte oposição da parte de fidalgos, da Congregação do Oratório e da vizinha Irmandade de Nossa Senhora do Paraíso.

O colégio começou a funcionar com sucesso, tendo-se registado apenas a falta da aula de Náutica. Face à afluência de jovens, foi decidido construir um edifício maior que o existente, cuja primeira pedra foi lançada a 28 de junho de 1727.

Depois da extinção da companhia em 1759, foi decidido, a 20 de setembro de 1797, aumentar e transformar o edifício existente no Hospital da Marinha, que veio a ser inaugurado em 1806, aí ficando até ser extinto em 2013. Em 2016, foi comprado por um investidor francês não tendo sido aprovado o plano de remodelação que foi proposto.

Quanto ao noviciado construído em Arroios, já referenciámos os pontos mais importantes da sua história limitando-nos ainda a observar o facto curioso de que esta última construção dos jesuítas em Lisboa veio-se a transformar num mosteiro de freiras, depois de o primeiro local que eles tinham ocupado na capital, “o Colegiinho”, ter sido originalmente um mosteiro de freiras.

Terminamos esta brevíssima evocação do património jesuíta de Lisboa e em particular de uma das suas partes mais esquecidas – o Noviciado das Índias – que testemunhou um passado que importa conhecer e preservar através de uma recuperação possível que o valorize e lhe dê o mínimo da dignidade que merece, como elemento importante da memória de Lisboa e em particular da freguesia de Arroios.

Fontes Manuscritas

Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Carta régia, 8 fevereiro 1768

Arquivo Municipal de Lisboa

Bulas e Breves Apostólicos, Coleção dos Breves Pontifícios e Leis Régias

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Hospital de São José, Livro 943

Bibliografia

Araújo, N. (1938). *Peregrinações em Lisboa*. Volume 4. Lisboa: Parceria António Maria Pereira.

Caeiro, B. M. (1989). *Os conventos de Lisboa*. Lisboa: Distri Editora.

Caeiro, J. (1999). *História da expulsão da Companhia de Jesus da Província de Portugal (séc. XVIII)*. Volume 3. Lisboa: Verbo.

Elias, M. (2011). *Convento de Arroios / Convento de Nossa Senhora da Nazaré / Hospital de Arroios*.

http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3187

Flor, S. V. (2014). *O arquiteto João Antunes ao serviço da Casa da Sereníssima Rainha de Inglaterra* [Comunicação]. Comunicação apresentada no simpósio João Antunes (1643-1712) e a arte do seu tempo, Lisboa, Panteão Nacional, outubro de 2012.

Garcia, J. M. (2014). A dinâmica da ocupação do espaço em Lisboa pela Companhia de Jesus. *Monastic architecture and the city, Debates*, 6, 125-138. Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. http://www.ces.uc.pt/publicacoes/cescontexto/ficheiros/cescontexto_debates_vi.pdf

Garcia, J. M & Jacquinet, M. L. (2014). Os conventos femininos de clausura em Lisboa. *Sigila: revue transdisciplinaire franco-portugaise sur le secret / Revista transdisciplinar luso-francesa sobre o segredo*, 34, 97-117. Groupe de Recherches Interdisciplinaires sur le Secret.

Garcia, J. M. (2014). A representação dos conventos de Lisboa cerca de 1567 na primeira planta da cidade. *Revista de História da Arte*, 11, 35-49. Instituto de História da Arte.

História dos mosteiros conventos e casas religiosas de Lisboa, na qual se dão notícia da fundação e fundadores das instituições religiosas, igrejas, capelas e irmandades desta cidade, volume 2, (1972). Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

Lopes, A. (1985). *Roteiro histórico dos jesuítas em Lisboa*. Braga: Livraria Apostolado da Imprensa-Secretariado Nacional do Apostolado da Oração.

Mégre, R. & Garcia, J. M. (2013-2019). *Colégio de Santo Antão-o-Novo*. <http://lxconventos.cm-lisboa.pt/base-de-dados/>

Mégre, R. & Garcia, J. M. (2022). *Noviciado das Missões da Índia de São Francisco Xavier I Convento de Nossa Senhora da Conceição da Luz em Arroios*. <http://lxconventos.cm-lisboa.pt/base-de-dados/>

Monumentos e edifícios notáveis do distrito de Lisboa (2007). Volume V, quinto tomo. Lisboa: Assembleia Distrital de Lisboa; Livros Horizonte.

Pereira, L. G. (1927). *Monumentos sacros de Lisboa em 1833*. Lisboa: Biblioteca Nacional.

Presidência do Conselho de Ministros – Gabinete do Secretário de Estado da Cultura. (2012). “Portaria n.º 740-M/2012, de 24 de dezembro”. *Diário da República* 2.ª Série, 248 (dezembro): 17-17.

<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/portaria/740-m-2012-2213940>

Rodrigues, F. (1950). *História da Companhia de Jesus na assistência de Portugal*. Volume 1, tomo quarto. Porto: Livraria Apostolado da Imprensa.

Santana, F. & Sucena, E. (Dir.) (1994). *Dicionário da História de Lisboa*. Lisboa: Carlos Quintas & Associados.

Silva, A. D. da (1830). Carta de lei de 7 março 1761. Em *Collecção da Legislação Portuguesa (Legislação de 1750 a 1769)* (pp. 773-792). Lisboa, Typographia Maigrense.

Retrato histórico-social de um espaço periurbano de Lisboa no século XVII

– a freguesia dos Anjos.

O caso da indústria oleira

**A historical and social portrait of a
peri-urban area of Lisbon in the 17th century**

– the parish of Anjos.

The case of the pottery industry

Delminda Rijo

Gabinete de Estudos Olisiponenses, CML

Fátima Aragonez

Gabinete de Estudos Olisiponenses, CML



Resumo: O território dos Anjos no século XVII, mais precisamente no ano de 1633, estava inserto entre as franjas do espaço urbano e os campos do termo rural – duas paisagens distintas e identitárias daquela freguesia histórica. Se por um lado os solos férteis, a abundância de água e a existência de matérias-primas como o barro foram elementares para a conservação da feição rural e de exploração agropecuária e artesanal, por outro, a heterogeneidade demográfica e social, e a mescla do mundo laboral eram, também, marcadamente urbanas.

A reunião destes e de outros fatores fixaram à freguesia, no decurso da Modernidade, o papel de produtor e de distribuidor de bens alimentares e de consumo. É esse o fio que nos conduz pelas paisagens urbana e rural da freguesia dos Anjos, um espaço periurbano de Lisboa.

Palavras-chave: Freguesia dos Anjos; Rol de Confessados; Século XVII; Olaria.

Abstract: The territory of the parish of Anjos in the 17th century, more precisely in the year 1633, was located between the fringes of the urban space and the fields of the rural area – two distinct and identical landscapes of that historic parish. If, on the one hand, the fertile soils, the abundance of water and the existence of raw materials such as clay were essential for the conservation of rural features and agricultural and artisanal exploration, on the other, demographic heterogeneity and the mix of jobs and social functions, structures of artisans, servants and workers, royal officials and elites were markedly urban.

The combination of these and other factors established the parish's role as producer and distributor of food and consumer goods during Modernity. And this is the thread that leads us through the urban and rural landscapes of the parish of Anjos, a peri-urban space in Lisbon.

Keywords: Parish of Anjos; Catholic Lists of Confessed Members; 17th Century; Pottery.



I – Introdução e fontes históricas

O crescimento demográfico de Lisboa na segunda metade do século XVI e a pressão urbana intramuros foram acompanhados de um movimento de expansão da cidade para o termo, que não só foi assimilando os excedentes populacionais, como levou à adoção de competências administrativas que acabaram por promover a reorganização administrativa da capital, e no âmbito da qual foram fundadas novas freguesias desagregadas das primitivas circunscrições (Castro, 1762-1763; Silva, 1943; Alves, 2004).

A tese de que o desenvolvimento de Lisboa se fez “ao longo de linhas de colinas, separadas por vales cujos aluviões suportavam culturas irrigadas [...]”. De tal forma que Lisboa apresentava o curioso fenómeno da penetração da vida rural mesmo no coração da cidade e de um imbricamento de aspetos urbanos e campestres na periferia” (Ribeiro, 2013, p. 4) assenta na perfeição no que toca à formação da freguesia dos Anjos, nomeadamente nas características geográficas que a viabilizaram.

A expansão para norte da cerca, a partir da Porta de São Vicente, foi sustentada por fatores estruturais que remontam ao período medieval – a proliferação de almuinhas na comuna moura e a progressiva expansão de terras de sementeira, hortas e olivedos para as margens e lombas do vale (Moya, 2019); a abertura de fontes de água para o consumo da população (Gonçalves, 2017) e a consolidação de eixos viários de ligação da cidade com o termo foram condições propícias à ocupação humana, fixando a população. E a formação daquele imenso espaço periurbano foi igualmente atrativa para as elites urbanas que ali construíram os seus palácios e quintas de recreio.

Em meados do século XVI, o vasto território arrabaldino pertencia à paróquia de Santa Justa que, cada vez mais, face ao número crescente de moradores, encontrava obstáculos no exercício dos preceitos religiosos, contexto esse que levou à fundação, entre 1564 e 1569, da nova paróquia dedicada aos Santos Anjos. Atualmente integrada na freguesia de Arroios, os seus limites mantiveram-se relativamente estáveis até à reforma administrativa de 1780 (Alves, 2004).

A heterogeneidade da paisagem era uma característica forte dos Anjos. A área mais urbanizada partia do arco de Santo André, abarcava a encosta da Graça e as Olarias, e estendia-se até meio do Benfornoso. Dali, infletindo para nordeste, surgia a paisagem campestre num “[...] valle de hortas, cuja frescura e amenidade he penetrada com a pureza dos ares, que por elle se communicão à cidade” (Azevedo, 1652, p. 85). Entrava-se no vale matizado de hortas com solos de excecional fertilidade e irrigadas pela ribeira de Arroios que do Areeiro atravessava o vale até chegar ao Tejo.



Figura 1

A diversidade de paisagens é notória no pormenor da planta topográfica de 1780, visível na persistente mancha verde das propriedades agrícolas.

Fonte: Gabinete de Estudos Olisiponenses [GEO], Planta topográfica da cidade de Lisboa, 1780. Pormenor

Em 1633, o importante eixo da rua Direita dos Anjos percorria o vale por veredas e hortas ligando-se a Arroios e dali, através de antigos caminhos, chegava às profundezas do termo. A igreja da nova paróquia instalou-se a meio deste eixo, entre a cidade e o campo aproveitando a ermida quinhentista¹ ali existente que, passados alguns anos e com o investimento dos moradores foi reedificada numa igreja de maiores dimensões (c.1588). Sendo a principal função da religião a direção espiritual da comunidade e a intercessão com o divino, a centralidade geográfica do templo e a acessibilidade aos fiéis foram condições fundamentais. A partir dali o padre administrava, de forma mais profícua, todos os sacramentos e as celebrações religiosas diárias e festivas (Flor, 2020, p. 17), supervisionando o comportamento moral e religioso do seu "rebanho".

Em 1633,² centenas de edifícios onde residiam milhares de pessoas marcavam a paisagem, ocupando os terrenos emprazados para exploração agrícola e construção de casas (Flor, 2020, p. 19). Transformara-se num espaço circundante à cidade, produtor e abastecedor de produtos hortícolas e de frutas, de produção de vinho e de azeite e produções artesanais em áreas como o têxtil e a olaria. Temas que vamos desenvolver em duas partes neste artigo: começando pela informação reco-

1. Após o terramoto de 1755 foi reconstruída no local primitivo, mais ou menos a meio da que é atualmente a Avenida Almirante Reis. Para a passagem da via, a igreja foi demolida e recolocada no local atual.

2. O território da freguesia histórica dos Anjos confundia-se com a atual freguesia de Arroios e com parcelas das freguesias circundantes da Penha de França, Areeiro, Alvalade, Santa Maria Maior e S. Vicente. Numa aproximação longitudinal à atual malha urbana, expandia-se entre os bairros da Colina do Castelo e de Alvalade.

lhida a partir do Rol de Confessados³, subdividido em três territórios – urbano, de transição e rural – definidos em função das características geográficas, demográficas e sociais predominantes e pela diferenciação de atividades económicas, particularmente a olaria – o tema do V capítulo deste texto. Ollaria que neste período estava em plena consolidação ocupando só naquele ano 89 mestres do ofício, o que só por si validava a freguesia como um importante centro produtor da indústria oleira lisboeta.

II – Contexto. Uma freguesia, três paisagens.

Numa visão global à data do *Rol de Confessados*, Lisboa teria cerca de 165 mil habitantes (Oliveira, 1620) e a freguesia dos Anjos, 3883 moradores (Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa [AHPL], *Rol de Confessados dos Anjos*, 1633) – cerca de 2,34% da população da capital. Prefigurando formas de habitar diferenciadas, em função dos referidos contextos socioeconómicos e geográficos, o edificado era composto por 1141 fogos, correspondentes a agregados domésticos. Nestes prevaleciam as famílias conjugais (527), sobretudo casais sem filhos (321), os agregados de estrutura indeterminada (205), isto é, os que reuniam indivíduos sem relação familiar aparente. Seguiam-se os agregados alargados (119), incluindo os de coabitação com ascendentes (53 famílias), e outras tipologias como os agregados singulares liderados por indivíduos solteiros, viúvos, com os maridos ausentes, famílias de indivíduos escravizados. Na multiplicidade de formas de habitar, há ainda a considerar a presença de dependentes não familiares nas residências de mestres de ofícios que integravam aprendizes e oficiais do mester, e os agregados que contemplavam um quadro variável de pessoal doméstico (criados, escravos, amas, pajens, escudeiros).

Tendo em conta a referida diversidade geomorfológica, formas de ocupação do espaço, os modelos de habitação e de exploração económica e fundiária, a observação subdivide-se nas referidas áreas urbana, de transição e rural. Onde, traçando um breve esboço, identificamos mais prédios multifamiliares na área urbana e predomínio de habitações com ou sem oficina, hortas e quintas arrabaldinas, casas de campo, palácios, fornos, atafonas e outras estruturas produtivas e agrícolas nos espaços periurbano e rural.

³. O *Rol de Confessados*, registo elaborado pelo pároco de determinada paróquia das confissões efetuadas no período da Páscoa, é uma fonte histórica de grande detalhe para o estudo da população, configuração geográfica e toponímica das paróquias portuguesas do Período Moderno. O detalhe da informação do Rol de Confessados dos Anjos de 1633 resultou das observações diretas no âmbito da visita anual de desobriga realizada pelo pároco António Mendes Pimentel. Integralmente transcrito em junho de 2017, mantendo a designação dos arruamentos identificados pelo padre.

Demografia Freguesia dos Anjos em 1633

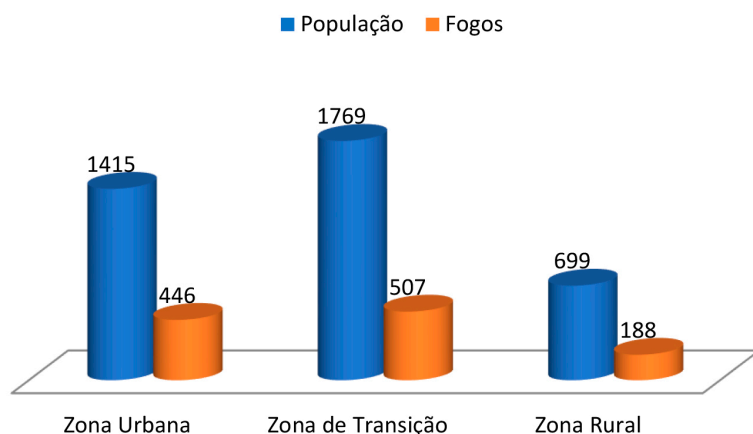


Figura 2

Gráfico 1 - Demografia da Freguesia dos Anjos em 1633

Fonte: Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa [AHPL], *Rol de Confessados*, paróquia dos Anjos, 1633

Do ponto de vista político vivia-se o período final da União Ibérica, sob o reinado de Filipe III e o vice-reinado do conde de Basto D. Diogo de Castro. Lisboa, a principal cidade do reino e a maior da Península Ibérica (Gaspar, 1994) atravessava um longo período de estagnação económica e social, e a vida cortesã era quase inexistente, o que poderá explicar o deslocamento da nobreza e elites para os domínios rurais e quintas de veraneio (Gama, 2011, p. 28), tendência claramente reconhecida no tecido social e espaços de residência dos Anjos.

Rua	Titular da casa	Cargo	Composição do Agregado	
			Família nuclear	Pessoal Doméstico
Calçada de Santo André	d'Andrade Pessoa	Escrivão da Alfândega	Esposa. Irmãos e filhos.	1 criada
Calçada de Santo André	João Pereira Monteiro	Doutor		2 criados, 1 escravo
Calçada de Santo André	Diogo Lobo Pereira	Desembargador	Esposa. 4 pessoas sem parentesco. 1 neto.	1 criada, 4 escravos
Rua da Oliveira	António da Fonseca Coutinho		Esposa	3 criados
Rua da Oliveira	André Lobo de Castilho	Nobre, Índia		
Rua da Graça	D. Luís Coutinho	Capitão-mor das naus da Índia	Viúvo. 1 filho.	1 pajem e 1 ama
Rua da Graça	Luís de Góis de Aragão	Doutor	Dependentes não familiares	escravas, 1 ama
Rua da Graça	Álvaro da Rocha	Cirurgião	Família nuclear	
Rua da Graça	Vicente da Costa	Capitão	Família nuclear	

Figura 3

Quadro 1 - Titulares e composição de agregados domésticos

Fonte: AHPL, *Rol de Confessados*, paróquia dos Anjos, 1633

A área urbana abrangia os territórios limítrofes no exterior da muralha entre o postigo de Santo André, Colina do Castelo, parte da Graça e da Mouraria, as Olarias, a calçada do Monte e a rua do Benfornoso.⁴ Embora não fosse a mais populosa, o

⁴. Iniciava no Postigo de Santo André, descia a cc. de Santo André que era entrecortada por um beco e Terreirinho até à r. Oliveira, onde encontrava a rua Direita [da Mouraria], r. dos Cativos, voltava à rua da Graça a meio da cc. Santo André, seguia pela r. Almocreves e chegava à r. Oleiros entrava no beco da Amoreira, trav. e beco do Jordão, cc. Monte, a Bombarda, beco do Alegrete, Pátio do Gouveia, dois becos e chegava ao Boi-formoso. (AHPL, *Rol de Confessados*, paróquia dos Anjos, 1633.)

edificado era aqui mais concentrado agregando 36% dos habitantes e 39% dos fogos domésticos (1415 habitantes e 446 residências). Sobretudo em ruas de grande circulação como a calçada de Santo André, a rua da Oliveira e o bairro das Olarias, onde estavam localizadas algumas das principais residências das elites administrativas e militares, de letrados, mercadores, licenciados e artesãos proprietários de oficinas de olaria e têxtil, conforme exemplos na figura 3 (Quadro I). Representativos desse padrão, com ou sem agregados extensos, membros do oficialato régio e de cargos ultramarinos residiam, por exemplo, na calçada de Santo André, d'Andrade Pessoa, o doutor João Pereira Monteiro, o desembargador Diogo Lobo Pereira; na rua da Oliveira, António da Fonseca Coutinho e um nobre que se destacara ao serviço do rei na Índia, André Lobo de Castilho. Na rua da Graça, D. Luís Coutinho, capitão-mor das naus da Índia e o doutor Luís de Góis de Aragão, entre outros.

O espaço de transição⁵ entre a cidade e o campo começava, aproximadamente, a meio da rua do Benfornoso, para Norte, onde começava a cultura intensiva de hortas, intercalada de forma dispersa com atividades artesanais de produção de bens localizados nos becos e travessas. Curiosamente, embora omitida no *Rol de Confessados*, em 1620 já se encontram referências a uma escola no Benfornoso (Macedo, s.d., Ficheiro toponímico, verbete Rua do Benfornoso), um espaço de ensino que distinguia aquela rua. Esta entroncava na extensa e estreita rua Direita dos Anjos, o eixo viário fundamental que ligava a Arroios e dali aos campos setentrionais de Alvalade, Charneca, Penha de França e Sacavém onde, quando ultrapassada a ponte, se fazia o caminho de ligação ao norte de Portugal (Fig. 4).

III – A freguesia em números: população e habitação



Figura 4
O Termo de Lisboa em 1810. Pormenor
Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [BNP], James Wyld, *A military sketch of the country between Lisbon and Vimeiro occupied by the British Army ...*, 1810

⁵. Pontilhado por hortas no seu entorno, este espaço era atravessado pela rua Direita dos Anjos. Começava na horta da Laranjeira, até chegar à trav. Cruz com acesso a três hortas, a Bombarda e a rua Direita, a trav. Sousa, Telhal de Baixo, a r. Direita, Trav. Curas. A r. Direita continuava até à trav. do Maia, seguindo-se o percurso da via principal, mas neste troço com maior número de hortas: a Horta da Bica, de St^a Bárbara, do Ferrador, de Cima. E, finalmente, chegava à igreja e voltava na direção da Bemposta. (AHPL, *Rol de Confessados*, paróquia dos Anjos, 1633.)

A área de transição congregava a maior percentagem de residentes, cerca de 46% (1769 hab.) e 44% do parque habitacional (507 fogos), com maior aglomeração na rua dos Anjos – 240 agregados e 964 residentes. A partir daqui a toponímia está muito associada à exploração agrícola – nos cerca de cem espaços da freguesia 59% correspondem a hortas, quintas, olival e a casa de campo; reflete também a abundância de águas em topónimos como Fontainhas, bica dos Anjos, já referida em 1532 (Macedo, s.d., Ficheiro toponímico, verbetes), a bica do Desterro, chafariz de Arroios, poço dos Mouros ou a fonte do Louro.

Entre os moradores, vários insignes da sociedade Seiscentista lideravam extensos agregados, alguns plurifamiliares, como o fidalgo Duarte Vaz Pinto (cf. Fig. 3 – Quadro I), João de Mendonça Furtado, o licenciado Lopo Tavares, o escrivão da chancelaria da Corte Miguel Maldonado, que também foi juiz das obras e fintas da igreja dos Anjos (Azevedo, 1899-1900).

A rua Direita dos Anjos foi uma via de circulação estruturante de pessoas e de bens e elo fundamental nas acessibilidades e no abastecimento alimentar da capital até ao alvor do século XX. Não é demais lembrar a persistência de padrões que a distância de séculos pouco distorceu, salvo alguns veículos e toponímia, entre a rua que os homens de Seiscentos calcorrearam e que ficou impressa no Rol de Confessados, e a rua dos Anjos descrita por Júlio de Castilho

“[...] dos sítios mais trilhados e rumorosos da Lisboa Moderna. E se não, calcule-se! Por ali passam sempre, a toda a hora, inumeráveis pessoas a pé, a cavalo, em burro, em *tilbury*, em coupé, em *dog-cart*, em caleche, em landau, para o campo, e para todos aqueles hoje povoadíssimos arrabaldes. Além disso, passam todos os carretos que por aquela banda vêm abastecer os mercados da capital, todos os leiteiros, todos os hortelãos, todas as lavadeiras, todos os moleiros, todos os almocreves do termo dos lados no Norte. Passam mil vendeiros de hortalça, de petróleo, de azeite, de água, de peixe, de fato velho, de tudo enfim. Passam os estridentes caldeireiros e os que deitam gatos; cada qual com o seu pregão diverso. Passam os padeiros de carroça com a sua matraca infernal. Passam constantemente para baixo e para cima, os americanos, os carros de bois, os churriões, as caleças, as diligências e os *char-a-bancs*, que seguem viagem para o Lumiar, o Campo Grande, Odivelas, Benfica, o Rêgo, Caneças, o Jardim Zoológico, a Cruz do Taboado, Bucelas, o Arco do Cego, o Arieiro, o Alto de S. João, o Zambujal, o Poço dos Mouros, Sacavém, o Perna de Pau, Torres Vedras, o Sobral, etc., etc, etc... toda esta faina indescritível começa às duas horas da madrugada, e (sem interrupção de um segundo) acaba ... as duas da madrugada do dia seguinte; por outra: não acaba” (Castilho, 1937, Vol. IX, p. 249).

Voltando a Seiscentos, a partir da igreja dos Anjos, para Ocidente, sucediam-se o Campo de Santa Bárbara, a Bemposta, a Carreira dos Cavalos e a Cruz dos Ciganos (Fig. 5). Após o Campo de Santa Bárbara, continuando para norte, à frente de um agregado multifamiliar residia o fidalgo Francisco de Eça de Castro, cavaleiro da ordem de Cristo. Desviando para Nordeste, a subir para a área rural, a horta do Soure, na estrada para a Penha de França, propriedade dos condes de Soure (Fig. 4) que ali edificaram um palácio e a ermida de Nossa Senhora do Monte Agudo (Flor, 2020, p. 21). Dessa posição altaneira, abarcando de lés-a-lés a freguesia dos

Anjos, descreveu o padre João Batista de Castro que “[...] olhando para o vale de onde se mostra aos olhos um dos mais formosos painéis que a natureza pode pintar; porque olhando do alto para o fundo da campina dilatada, estão-se vendo em todos os seus arredores copiosos arvoredos, quintas agradáveis, hortas amenas e terras lavradas e ao longe montes e serras que dali se avistam da distância de mais de oito léguas” (Castro, 1762-1763, t. 3, p. 228).



Figura 5

O palácio condes de Soure no caminho para a Penha de França

Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa [AML], José Artur Leitão Bácia, [entre 1890 e 1945], PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/BAR/000164

Voltando ao vale, o simbolismo do Campo de Santa Bárbara, que foi local de execução de criminosos, não dissuadiu a construção de propriedades da elite do reino, surgindo a partir deste ponto do roteiro as quintas de recreio. Tipologia residencial que surgiu em Portugal no século XVI “implantadas perto da capital e dos palácios reais, assim como, em locais cuja terra era boa para o cultivo, permitindo a autos-sustentabilidade da casa e das áreas com maior proximidade, sempre com uma fonte de água que pudesse fornecer o lugar. Com a adaptação deste conceito ao nosso tipo de clima, a tradição da Quinta de Recreio foi-se sedimentando na cultura tradicional portuguesa.” (Lopes, 2018, pp. 19-20).



Figura 7b

Palácio do Conde de S. Miguel. Na imagem, o que restava do palácio, já em ruínas no séc. XIX e que seria demolido no início do séc. XX

Fonte: AML, Machado & Sousa, [entre 1898 e 1908], PT/AMLSB/CMLSB/PCSP/003/FAN/001690

Entre outras residências de relevo social na área de transição contavam-se no Campo de Santa Bárbara a de Luís de Azevedo da Silveira, com catorze pessoas e a de Manuel Moniz da Silva, com dez, incluindo o filho João Moniz da Silva, futuro desembargador e moço fidalgo.

No lado oposto, em direção à Bemposta, numa travessa da rua Direita, o extenso agregado de D. Maria da Silva, viúva, mãe do 1.º Conde de Pombeiro D. Pedro de Castelo Branco da Cunha, que vivia em sua companhia, os irmãos, duas outras famílias, criados e escravos (Fig. 8).



Figura 8a

Fachada do palácio do Conde de Pombeiro

Fonte: AML, Eduardo Portugal, [194-], PT/AMLSB/CMLSB/PCSP/004/EDP/000797

Figura 8b

Quadro III - Agregado do palácio do Conde de Pombeiro

Fonte: AHPL, Rol de Confessados, paróquia dos Anjos, 1633

AGREGADO DOMÉSTICO DE DONA MARIA DA SILVA, MÃE 1º CONDE DE POMBEIRO				
Maria da Silva		viúva		dona
Ana			filha	dona
Pedro			filho	dona
Francisco			filho	dom
Francisca de Campos				
Bárbara de Freitas				
Catarina da Mata				
Cipriana Soares				
Joana Soares			filha	
Antónia da Silva				
Maria Mendes	criada	criada		
Cristóvão? Troilo? Homem da Costa				
Jerónimo Dias				
Miguel Homem da Costa				
Domingos de Oliveira			marido	
Leonor Pereira			mulher	
Leonarda de Oliveira			filha	
Helena	criada			
Pinheiro	criado			
António	escravo			
Leonardo Fernandes				
Manuel	escravo			
Sebastião Ribeiro			marido	
Francisca Pereira			mulher	
Joana	criada			

O lugar da Bemposta, que no final do século XVII seria o local escolhido pela rainha de Inglaterra D. Catarina para construir os seus paços, era então habitado por 106 pessoas em 36 agregados, incluindo a casa do marchante Simão Fernandes com a sua prole de seis filhos; alguns padres e estudantes, talvez pela proximidade ao colégio de Santo Antão-o-Velho. Seguiu-se a Carreira dos Cavalos, com um padrão residencial semelhante – 36 agregados e 96 residentes destacando-se a casa do escrivão Luís da Costa. A restante população era composta, sobretudo, por oficiais mecânicos de diversas áreas. Entre a Carreira dos Cavalos e a Cruz da Bemposta, a rua de Boaventura era habitada por 205 pessoas em 63 agregados incluindo o do sargento-mor Hipólito da Silva, com apenas dois ocupantes.

Apesar da mutação urbana e do avanço do edificado, operados naquele intervalo cronológico sobre as antigas propriedades agrícolas, a cartografia do século XIX (Fig. 9) realça a ruralidade ainda imperante na área de transição, no eixo Intendente-Rua dos Anjos-Arroios e nas áreas da Bemposta e do Desterro.



Figura 9

A paróquia dos Anjos em 1807 e 1858

Fonte: GEO, Duarte José Fava, 1831, Carta topographica de Lisboa e seus suburbios...;

Filipe Folque, 1858, Atlas da carta topográfica de Lisboa

Para norte da rua dos Anjos estendia-se *grosso modo* a terceira área geográfica até ao largo de Arroios onde três caminhos conduziam a diferentes territórios do termo: Estrada do Arco do Cego em direção ao Campo Pequeno, a Estrada da Charneca e a Estrada de Sacavém. Eram núcleos muito espaçados, localizados na envolvente dos caminhos até às encostas da Penha de França. Pelo menos dezanove hortas e 31 quintas, chegando algumas ao século XX. Circundando o centro urbano, a fruição destes espaços ia além da exploração agrícola, tornando-se atrativos também para usos recreativos, como a ida às hortas, uma prática lúdica da população lisboeta, já documentada no século XVII (Fig. 10).



Figura 10

O passeio às hortas

Fonte: AML, Joshua Benoliel, 1907, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JBN/001766

As hortas foram dando lugar às quintas de produção e de veraneio e aos olivais. Quintas que surgem, exclusivamente, acima do Campo de Santa Bárbara, para Norte e Oriente de Arroios. A proximidade à capital, como já referido, aproveitando a transitabilidade dos caminhos, foi uma condição fundamental para a subsistência destas unidades, conjuntamente à disponibilidade de água e à boa terra para cultivo, assegurando deste modo a autossustentabilidade dos agregados, normalmente extensos e compostos pelo núcleo familiar e dependentes, criados domésticos e de lavoura. De facto, nas grandes residências, nobres e abastadas, o núcleo familiar era apoiado por um vasto grupo de pessoas, distribuído entre os que se ocupavam da alimentação, dos transportes, da segurança e do serviço religioso.

Esta paisagem era a que apresentava a menor densidade de ocupação organizada em pequenos povoados e propriedades – 18% da população (699 residentes) e 16% de residências (188 agregados). Como apontamento, no trajeto mais amplo entre a igreja dos Anjos e Arroios são referidas treze hortas, incluindo a dos Soure, dos frades da Graça e dos Frades de S. Domingos demonstrando que a propriedade fundiária estava ainda muito concentrada na posse das ordens religiosas e de casas nobres. Neste caso, o conjunto de explorações agrícolas congregavam vinte fogos e 91 pessoas, incluindo hortelãos, caseiro e respetivas famílias e criadagem. Acima de Arroios, treze fogos entre as hortas, seguindo-se a calçada de Alvalade, os caminhos da Charneca e de Sacavém e a sucessão de propriedades agrícolas (hortas, olivais e quintas) até aos confins dos Anjos (Figura 11 – Quadro IV).

Também nesta área habitavam, ou possuíam propriedades, alguns ilustres de Lis-

⁶. Entre hortas e quintas, Arroios, Calçada de Alvalade, Caminho da Charneca, Quinta do Ourives, Olival da Caiada, Caminho de Sacavém, Poço dos Mouros, Penha de França.

Figura 11*Quadro IV – Explorações agrícolas localizadas na Área Rural*

Fonte: AHPL, Rol de Confessados, paróquia dos Anjos, 1633

Propriedades de exploração agrícola na Área Rural
Fonte do Louro
Horta de D. Maria
Horta de Dom Gil Eanes
Horta de Ximenes
Horta do Ximenes
Lagar de D. Brás
Lagares D'el Rei
Olival da Caiada
Poço dos Mouros
Quina do Martins
Quinta da Atafona
Quinta da Calçada
Quinta da Campainha
Quinta da Mimosa
Quinta de António de Tunes
Quinta do Abreu
Quinta do Almotacé-mor
Quinta do Barbeiro
Quinta do Conde
Quinta do Correia
Quinta do Cravo
Quinta do Físico
Quinta do Machado
Quinta do Neto
Quinta do Ourives
Quinta do Pinheiro
Quinta do Sá
Quinta do Seixas
Quinta do Silva
Quinta do Silva Barros
Quinta do Silveira
Quinta dos Mendonça

boa, significando os casos de exploração por arrendamento um reforço ao rendimento dos proprietários. Entre as famílias com residência efetiva, contam-se a do capitão da carreira da Índia e futuro tesoureiro-mor Pero Vaz de Sá, dono da quinta do Sá, no caminho de Sacavém, que além do agregado familiar, congregava mais dez indivíduos e outros dois agregados, incluindo o do homem de pé António Carvalho, lembrando a questão da segurança em residências mais isoladas.

A quinta do Almotacé-mor D. Nicolau de Faria, em Arroios, co residente com o núcleo familiar da filha, e outras 20 pessoas, incluindo o seu veador que administrava os domínios, a família, o cocheiro, o escravo, os criados e respetivos familiares. Quinta que seria vendida no século XVIII para o Noviciado das Missões da Índia de São Francisco Xavier.

A quinta dos Lagares d'El Rei, da família Almada, estava localizada no ponto mais



Figura 12a

Noviciado das Missões da Índia de São Francisco Xavier, em Arroios

Fonte: AML, José Vicente, 2013, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/LPC/081/003603



Figura 12b

Quinta dos Lagares del Rei, em Alvalade

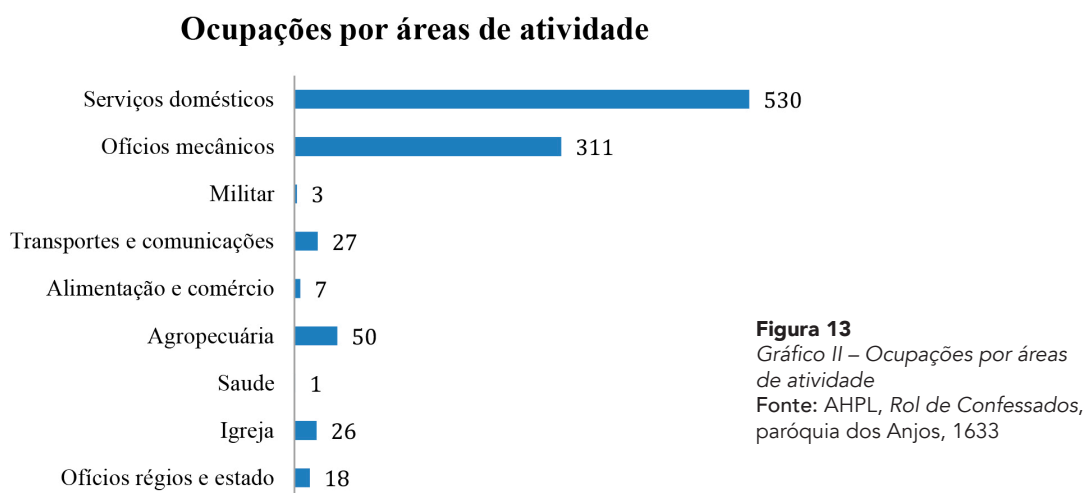
Fonte: AML, Arnaldo Madureira, c. 1960, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/ARM/000682

distante, em Alvalade, e deve a sua designação ao facto de nela serem produzidos os vinhos para as armadas reais. Integrava horta, cerca, mata, poços e casas nobres que em 1633 estavam sob a gestão de um caseiro e duas famílias. Na segunda metade do século XVIII estava dividida em 64 courelas aforadas “que rendiam mais de hum conto de réis em foros e pitaças ao seu proprietário” (Costa, 1712, vol. III, p. 419).

IV – O Cenário Socioprofissional da freguesia dos Anjos em 1633

Realçando algumas evidências quanto ao cenário socioprofissional, tendo por base as informações declaradas no Rol de Confessados, estava organizado em 68 ocupações distintas que eram exercidas por 977 indivíduos, nas áreas expressas no gráfico II (Figura 13).

À semelhança da ocupação demográfica, a paisagem predominantemente rural



não encontra equivalente nas atividades mais praticadas pelos moradores. Não diferindo do modelo imperante em Lisboa neste período, no que toca ao trabalho, articulado com as formas de habitar e de exploração económica, o serviço doméstico foi o mais exercido, 530 indivíduos, a maioria criados (239), criadas (168) e escravos (63), isto é, o serviço doméstico masculino foi a ocupação mais frequente da população ativa. Apesar de apenas 23,5% das casas terem criados ou escravos no seu agregado [300 de 1.278 habitações] confirma-se a existência de domicílios com dezenas de criados. E quando associados aos domínios da nobreza, a complexidade dos grupos de serviços domésticos integrava pajens, escudeiros, criados e escravos, amas, cocheiros e até religiosos.

Porém, o exercício destes trabalhadores, sobretudo dos criados e escravos, estendia-se a outras áreas de atividade, nomeadamente aos trabalhos agrário, manufatureiro e alimentar. O recurso aos mesmos foi reiterado pelos contratadores para o desempenho de múltiplas tarefas, dos mais qualificados em casas nobres e de elite, ao criado urbano em funções domésticas de cuidado da casa e preparação

de alimentos, vendedores, trabalhadores de lavoura, auxiliares não qualificados em oficinas, e em praticamente todas as áreas da vida urbana, dos transportes, à saúde, construção civil, ao comércio, etc.

No contexto rural periurbano foram um importante segmento da força de trabalho, de elevada prestação e versatilidade, sobretudo homens, contando-se 239 criados e 63 escravos, para além de trabalhadores indiferenciados, que estando ligados ao setor primário, a referência não é explícita. Na horta de D. Gil Eanes, por exemplo, além do hortelão Luís Álvares com a família nuclear coabitavam três criados, provavelmente dedicados ao serviço rústico.

Tendo isso em conta, a gestão e a exploração da propriedade rural e a agropecuária – trabalho da terra, pastorícia, gestão da propriedade fundiária e até nos transportes e comunicações – reuniram somente 73 trabalhadores declarados. Um número surpreendente e aparentemente insuficiente para a manutenção de atividades económicas como a criação de gado. Um contrato com João de Contreiras, um morador dos Anjos, de obrigação em abastecer o açougue de Lisboa com 1700 carneiros, 200 vacas e 1000 cabeças de gado miúdo (AML-AH, Provimento do Pão, *Livro 1.º de obrigações de vender pão no terreiro e carne no açougue*, doc. 492, f. 176) comprova a dimensão do negócio de criação de gado, já em 1556. O mesmo com a produção cerealífera, do também morador dos Anjos, Rodrigo Anes, que contratualizou com o Senado o abastecimento do Terreiro do Trigo com 10 moios de trigo e centeio (AML-AH, Provimento do Pão, *Livro 1.º de obrigações de vender pão no terreiro e carne no açougue*, doc. 567, f. 195).

A presença de hortelãos era relevante, com 29 indivíduos dedicados à produção

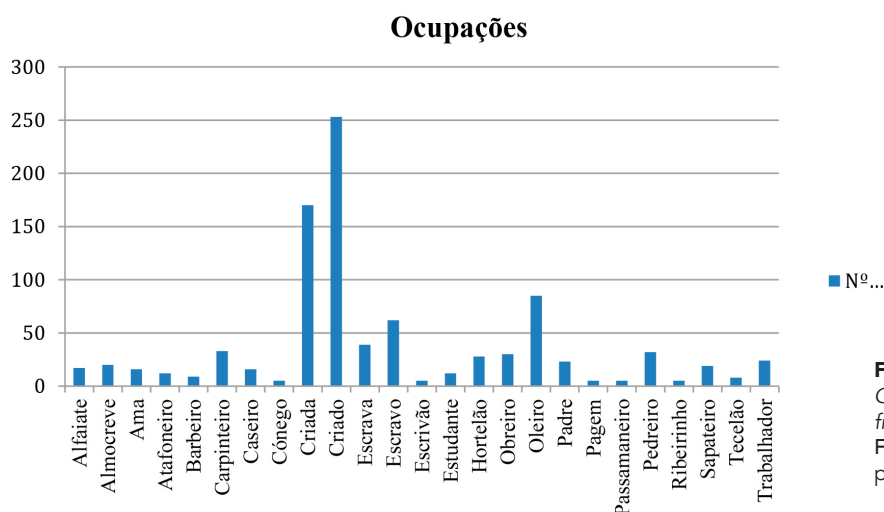


Figura 14
Gráfico III – Ocupações mais frequentes nos Anjos em 1633
Fonte: AHPL, *Rol de Confessados*, paróquia dos Anjos, 1633

agrícola e ao abastecimento de bens alimentares; os caseiros (16) conciliavam a exploração da terra e a criação agropecuária com a gestão e a conservação da propriedade. Nesta matéria, as famílias da área rural mais longínqua, não estando identificados como agricultores, poderiam constituir unidades de exploração agrária do tipo familiar em modelo de autossuficiência. No caminho da Charneca,

por exemplo, os 15 agregados do tipo familiar não têm indicação de quaisquer ocupações.

Outras ocupações em número pouco significativo foram a de pastor, moleiro, coelheiro, feitor; mais numerosos os que transportavam as mercadorias como o almocreve, o carreiro, caminheiro e ribeirinho. O almocreve (19) surge muito associado ao setor terciário pelo impacto decisivo na comunicação em espaços periurbanos, mas tinha também a função fundamental na cadeia de produção de transporte e de circulação de mercadorias desde a origem ao consumidor.

Em incursão para o interior, referindo outros exemplos, no território ocupado exclusivamente por quintas, hortas e olivais encontra-se uma organização laboral mais complexa que além dos habituais trabalhadores da terra – hortelão, caseiro, trabalhadores–, tinha cargos especializados na administração e na segurança de grandes casas, como o veador Belchior Álvares que acompanhado pelo seu agregado plurifamiliar, governava a extensa quinta do almotacé-mor do reino, atrás referida. O setor secundário é o segundo mais relevante, nele entrando a produção e a trans-

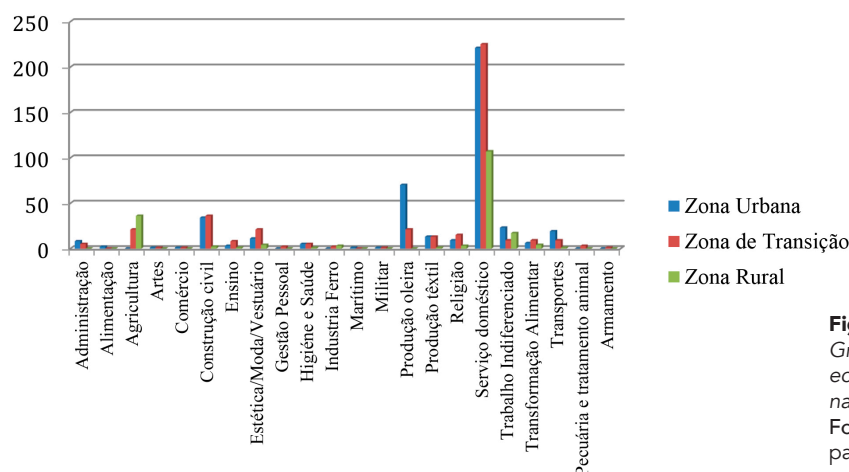


Figura 15
Gráfico IV – Principais atividades económicas/ocupações profissionais na freguesia dos Anjos
Fonte: AHPL, Rol de Confessados, paróquia dos Anjos, 1633

formação relacionada com as artes mecânicas “todo o genero de obras manuaes, e officios necessarios para a vida humana, como são os de carpinteiro, pedreiro, alfayate, sapateiro, etc” (Bluteau, 1716, pp. 379-380). Nesta área destacam-se a cerâmica, estudada em detalhe na segunda parte do texto, a construção civil – carpinteiros (34) e pedreiros (33); na área de transformação alimentar o atafoneiro (15) e em menor número o moleiro, a forneira, o taverneiro. A transformação e comércio de metais sobretudo oficiais de ferreiro e de ferrador. Também relevante, eram, particularmente, na área urbana, o têxtil com a presença de oito tecelões com oficinas, de serigueiro (2), sombreireiro, passamaneiro (5), esteireiro, engomadeira, incluindo-se ainda na produção têxtil, direcionada para a confeção de vestuário, os alfaiates (17) e os sapateiros (19). De igual modo os intervenientes no setor alimentar (produção e fornecimento), muito discretamente a produção de armamento, os curtumes e o minério/metál.

Numa breve abordagem por género, a observação do Gráfico III (Figura 14), per-

mite concluir que a maioria das mulheres declaradas como trabalhadoras estava associada ao trabalho doméstico como criadas, amas e em trabalho escravo (36 mulheres). A presença feminina é muito residual no setor secundário – uma forneira, e ligadas à atividade têxtil, duas obreiras, na oficina do tecelão João Henriques, na calçada de Santo André, coabitavam com o casal. E outra mulher, Francisca Nunes, obreira na oficina do passamaneiro Francisco João, na Carreira dos Cavalos, também coabitante com a família do mestre. Resultados que estão em consonância com o contexto socioprofissional de Lisboa e das comunidades ocidentais do período moderno, certificando-se a pouca visibilidade do trabalho feminino, apenas 22% da força de trabalho declarado no *Rol de Confessados*.

V – Os oleiros dos Anjos

A olaria, atividade que adquiriu pujança no Período Moderno, e que fixou em Lisboa gentes que se dedicaram a este labor por gerações, acabou por consolidar importantes centros produtores de cerâmica. A abundância destes artífices nesta freguesia, resultou no topónimo “às Olarias” ou “Bairro das Olarias”, transformando o local num dos mais importantes de produção cerâmica da cidade, desde o fim da Idade Média até ao fim da Idade Moderna. Conhecidas como olarias orientais distinguiram-se das olarias ocidentais da cidade, estas localizadas em Santos-o-Velho e Santa Catarina, também elas expressivas neste período.

Esta atividade deverá ter sido uma constante na cidade de Lisboa, e surge na historiografia e bibliografia científica como sendo ocupação de grande parte dos habitantes do histórico bairro da Mouraria – fundado logo após a conquista cristã da cidade por D. Afonso Henriques (1147) – até finais do século XVIII, tendo o seu maior vigor de produção no Período Moderno. A clara concentração destas olarias na Mouraria revela as suas fortes raízes muçulmanas (Correia, 1918, p. 532).

Era fora da cerca fernandina entre Santa Bárbara, S. Jordão e o Monte S. Gens que se estendia o agrupamento fabril das olarias. Nos alvares de quinhentos, o sítio das olarias não estava inteiramente ligado à cidade baixa, situava-se no “arraualde novo da Mouraria da dita cidade homde estão os olleiros” (Correia, 1918, p. 532). A expansão do bairro, acelerou nesta centúria, dando continuidade ao processo iniciado no século anterior. Em 1565, os oleiros concentravam-se sobretudo em Santa Justa, mas com a reorganização das freguesias do Cardeal D. Henrique (1564-1569) passam a incluir-se na freguesia de Nossa Senhora dos Anjos e mais tarde em Nossa Senhora do Socorro.

Teria beneficiado da abundância da água, da proximidade às matérias-primas de afamada qualidade, retiradas das encostas dos montes sobranceiros, os barreiros de Santa Clara (Paula, 2019, p. 111). A atividade adquiriu relevância tal que originou a designação de “Olarias” da qual faziam parte a Rua Larga dos Oleiros, atual Largo das Olarias, a Rua das Olarias e o Bemformoso, conservadas ainda hoje na toponímia. A partir do século XVII passou a surgir na documentação a designação de “Bairro das Olarias” ou “às Olarias”, expressando a existência anterior das vias: a “Rua das Olarias de Baixo” e “Rua das Olarias de Cima”, já mencionadas por Cris-

tóvão Rodrigues de Oliveira em 1551 (Correia, 1918, p. 532). Aqui se concentrou, a partir deste período, a mais importante produção oleira, com registo dos seus artífices por vezes preenchendo arruamentos inteiros.

Apesar de oleiro não corresponder sempre a artesão de louça vermelha, a pro-



Figura 16a

Artefactos arqueológicos em barro, Rua do Benfornoso, Lisboa, séculos XV-XVI. Panela rejeitada e Pucarinho

Fonte: Museu de Lisboa [ML], (ML.ARQ.0882 e ML.ARQ.0887)



Figura 16b

Artefactos arqueológicos do Largo das Olarias – Travessa do Jordão, Lisboa – séculos XVI-XVII. Prato em faiança

Fonte: Museu de Lisboa [ML], (ML.DEP.0023)

dução das olarias orientais de Lisboa, terá sido predominantemente centrada na cerâmica mais comum, com especial destaque para o barro vermelho.

VI – Tendências da olaria lisbonense

Púcaros, cântaros, potes, panelas, alguidares, tigelas, pratos e boiões, telhas e tijolo são alguns exemplos produzidos para diversos consumos: alimentar, de higiene de construção e decoração. Eram os mestres oleiros que, nas suas oficinas, produziam peças e utensílios indispensáveis não só a nível do abastecimento como no desenvolvimento de segmentos de oferta variados. Das peças mais modestas, àquelas de pendor mais artístico ou luxuoso, tendiam a acompanhar as modas,

algumas vindas do exterior. As influências europeias e orientais no século XVII, na nossa faiança, resultaram da globalização do comércio e incrementaram a produção, nomeadamente em Lisboa, com projeção nacional e internacional.

Entre os séculos XVI e XVII, a olaria portuguesa passou por um período de transformação, quer na forma quer na decoração, acompanhando a evolução dos hábitos alimentares e as tendências da moda, resultantes de uma globalização do comércio e influências exercidas pelos elementos ornamentais iconográficos e temáticos das cerâmicas orientais, nomeadamente porcelana (Queirós, 1987, p. 36). Assistiu-se a partir do século XVI a uma valorização social deste ofício e na centúria seguinte este destaque refletiu-se nos festejos por ocasião da visita do novo monarca, rei Filipe III a Lisboa em 1619. Entre os arcos triunfais que se ergueram, o dos oleiros ornamentava-se com emblemas da sua arte (Queirós, 1987, p. 35), firmando a importância do seu mester. Faziam-se representar na Casa dos 24 encabeçando a sua bandeira, com os telheiros como anexos. O século XVII assistiu ao apogeu cerâmico lisboense, em que a produção era em grande quantidade, nomeadamente para satisfazer encomendas de Espanha e das Índias. Notícias da época referem que a olaria neste tempo se tinha desenvolvido de uma forma notável e atingido um elevado grau de perfeição, chegando a imitar-se a porcelana de Talavera e da Ásia. Por esta altura muitos dos oleiros integraram-se na Irmandade do Senhor dos Passos da Graça, onde se encontrava inscrita grande parte da aristocracia de Lisboa (Farinha, 1932, p. 19), elevando a sua arte e valorizando-a socialmente.

Os quantitativos da cidade de Lisboa para este período (Figura 17 – Quadro V) revelam a importância dos oleiros e da sua indústria na cidade, durante este período, que envolveu vários tipos de artesãos e reflete a pujança na capacidade de fabrico e grande variedade na tipologia cerâmica.

As produções lisboetas tiveram alguma fama dentro do reino, consideradas de “fi-

Figura 17

Quadro V – Quantitativos da cidade de Lisboa – séculos XVI-XVII

Ano de 1551	Ano de 1620
206 oleiros	8 fornos de louça vidrada
16 telheiros	28 fornos de louça Veneza (faiança/porcelana)
22 homens “que fazem tijolo”	49 fornos de louça vermelha
32 ladrilhadores (azulejadores)	16 fornos de tijolo e telha
66 pintores e 25 malagueiros e 47 debuxadores (que davam os desenhos)	360 fornos de pão, também neles se cozia cerâmica 13 oleiros de azulejo “ainda que se faz muito nos fornos de louça de Veneza” 17 mercadores de porcelana “e outras cousas da índia e 6 mercadores de cousas de Veneza” (revelando que o comércio com o estrangeiro continua ativo)
Fonte: Oliveira, C.R. de (1938) <i>Sumário em que brevemente (...),</i> pp. 88-91.	Fonte: Oliveira. frei N. de (1991) <i>Livro das Grandezas de Lisboa,</i> pp. 95-96v.

sionomia especialíssima” (Castilho, 1935, vol. III, p. 264), como as bilhas, a telha mourisca, ou os púcaros, que apesar de serem pequenos objetos que configuravam um uso mais popular, eram particularmente apreciados e valorizados também por estratos sociais mais elevados. Entre elas algumas peças identificadas como sendo de Lisboa, particularmente das olarias orientais como os “púcaros da Maia”⁷ ou os “púcaros de Romão” elaborados com fino barro vermelho a preços acessíveis. Era o célebre mestre oleiro Romão que “fazia umas bilhinhos que eram uma delícia em novas (quando serviam muita vez perdiam a graça) púcaros de massa muito delgadinha” (Castilho, 1935, vol. III, p. 279) muito apreciados que conservavam a frescura da água. De características delicadas e formosas, conquistavam toda a gente, vulgarmente conhecidos como “cheirosos” e “saborosos” e de tal maneira assim era que, havia a tentação de os trincar (Vasconcelos, 1905, p. 164).

VII – Regimento dos Oleiros de Lisboa

Os mestres Oleiros, cujo ofício mecânico se enquadrava nas artes não liberais, produziam na sua “roda” das mais modestas peças de uso diário de barro vermelho às mais exuberantes peças decorativas como as preciosas faianças ou porcelanas que marcaram a feição do nosso povo.

Após ter conquistado uma crescente atenção desde a Idade Média por parte da administração real, em 1539, D. João III regulamentou o ofício de oleiro com os telheiros “e os que fazem malgas” (Caetano, 1942, p. 51). Culminou este processo com a elaboração do *Regimento dos Oleiros de Lisboa*, por Duarte Nunes Leão em 1572 (AML, Casa dos Vinte e Quatro, *Livro dos regimentos dos ofícios mecânicos da cidade de Lisboa reformados por ordem do Senado por Duarte Nunes de Leão*, cap. 43, fls. 164-168v). Esta regulação mostrou-se muito pormenorizada quanto ao exame de louça vermelha e vidrada, reforçou a importância do processo de fabrico: conservação, enforamento, cozedura, vidragem e revestimento de chumbo, e determinou as dimensões/capacidades para cada item. Regulou mais abreviadamente os telheiros e tijoleiros e foi omissa no que respeita ao labor dos azulejos, apesar das olarias dos séculos XVI a XVIII terem produzido na mesma altura, louça e azulejos (cf. Figura 17 – Quadro V).

A aprendizagem de oleiro “oficial que faz louça, obra de barro” (Bluteau, 1720, vol. 6, p. 54) durava pelo menos 7 anos e passava por vários graus: aprendiz, obreiro, oficial e finalmente exame para mestre, caso pretendesse colocar tenda. O Quadro VI pretende ilustrar os principais requisitos para examinação dos oficiais candidatos a mestre.

⁷. O patronímico “Maia” deveu o seu nome a uma antiga família de oleiros da freguesia de Nossa Senhora dos Anjos, que habitou no Bairro das Olarias (Farinha, 1932, p. 17), com reflexo toponímico na nossa fonte em “Travessa do Maia”. Segundo Pedro Flor (Flor, 2020, p. 31) este topónimo terá permanecido pelo menos entre 1622 e 1714.

Figura 18*Quadro VI – Regimentos dos Oleiros de Lisboa de 1572**Fonte: Vergílio Correia (1926), Livro dos Regimentos dos officiaes mecanicos da mui nobre e sempre leal cidade de Lixboa (1572), pp. 142-147*

oficial de oleiro	requisitos/saber fazer “mui bem”	tipo de produção
oleiro de louça vermelha (fosca)	- lavar, temperar o barro e conservá-lo; - enfornar e cozer louça	- talhas de água que serão iguais da grossura do barro e tenham bons fundos e cheios; - cântaros e potes para ter água de meio almude, atanores e quartões; - panelas e azados que lhe forem demandados; - almotolias, púcaros e candeeiros e quaisquer outras coisas miúdas que lhes forem demandadas;
oleiro de louça vidrada/verde	- enfornar, vidrar e cozer; - fundir o chumbo em uma fornalha de modo que se faça em pó miúdo e se peneire; - saber moer a areia e peneirá-la; - saber deitar-lhe o cobre por seu peso	- alguidares grandes, pequenos e frigideiras e tigelas de fogo; - panelas de meia arroba cada uma, panelas mais pequenas de toda a sorte; - almotolias grandes e pequenas; - tachos; - enfusas de toda a sorte; - pratos de toda a sorte; - canos para telhados de 5 palmos; - um servidor; - malgas grandes a que chamam vermelha; - escudelas de feição de porcelana;
oleiro de louça vidrada/branca de Talaveira [faiança]	- enfornar, vidrar e cozer	- uma almofia de boticário que leve meio alqueire de qualquer coisa e outra grande de pé; - um prato grande que se chama “galinheiro”; - uma albarrada de canada de água; - toda uma botica com suas arredomas, boiões e panelas que levem até uma arroba;
telheiros e tijoleiros	- Lavar, cozer e tomar o fogo	- determina a quantidade e dimensões das telhas e tijolos: - o tijolo de alvenaria seja de palmo e quarto de craveira e a sua anchura por meada, e o tijolo de mazaril seja de palmo e meio e a sua anchura por meada, e o tijolo de portal seja de palmo e meio e de quatro dedos de craveira de longo e um palmo de ancho, e que a grossura de todo o tijolo seja pela marca e bitola que está na Câmara da cidade. E que nenhum telheiro que tijolo fizer faça em cada fornada mais tijolo rebatido que a terça parte dele e a demasia será de alvenaria e forçado.

Este regimento determinava uma especialização na produção, baseada no conhecimento técnico do candidato, consoante o grau de aprendizagem para cada tipologia cerâmica: louça vermelha; louça vidrada (verde); louça vidrada (branca/porcelana ou faiança); fabricantes de telha e tijolo.

A profissão de oleiro assistiu a uma crescente valorização social e económica que atingiu o seu auge na Idade Moderna, com profusa produção de documentos normativos “pode considerar-se a época de ouro das olarias, aquela em que os órgãos governativos mais se preocuparam com a sua regulamentação.” (Fernandes, 2012, p. 15).

Os acrescentamentos à legislação vigente e a profusa emissão de documentos normativos, como podemos verificar ao longo da obra *Elementos para a História do Município de Lisboa* (Oliveira, 1882-1911, tomos I, II, V, IX, XII, XIII) incidiam sobre variados aspetos: as dimensões para cada tipologia de produção cerâmica, os locais permitidos/interditados para a recolha do barro e construção de fornos de cal e tijolo, os despejos de lixos, os locais de venda, os preços, a marcação das peças, impostos a pagar, preços de examinação, o valor dos “salários”, bem como a posição dos oleiros na hierarquia do desfile nas procissões públicas da cidade, ou a composição da pauta da bandeira do ofício com as padroeiras Santa Justa e Santa Rufina.

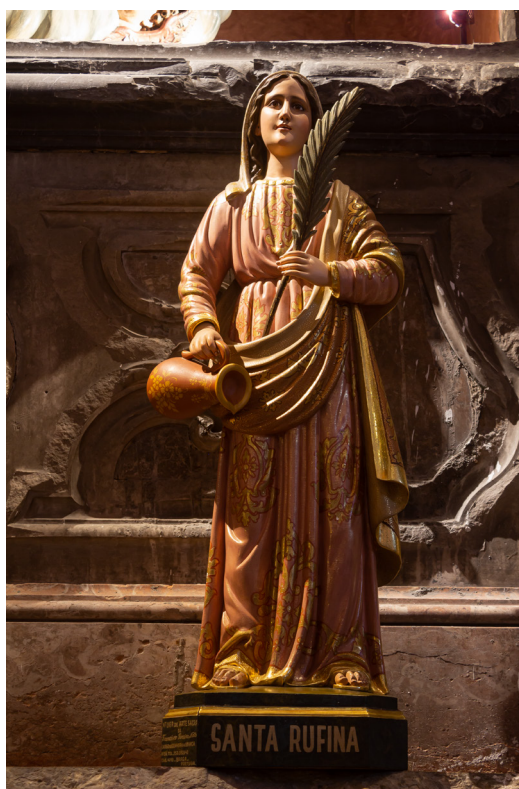


Figura 19a e 19b

Santa Justa e Santa Rufina: Padroeiras dos Oleiros

Fonte: Igreja São Domingos de Lisboa, André Pinto, março de 2025

VIII – Análise às estruturas de coresidência

Em 1633, a profissão de oleiro foi a mais representativa dos ofícios mecânicos, que se fixou na zona urbana de maior densidade populacional: evidenciando-se o norte do bairro da Mouraria (partindo do exterior do postigo de Santo André, descendo a colina da Graça até ao Benfornoso), com elevada concentração de oleiros (23) na Rua Larga dos Oleiros. Marcaram presença nesta zona de transição, desvanecendo-se à medida que a paisagem assumia feição rural.

Figura 20

Quadro VII – Distribuição dos oleiros/rua/zonas

Fonte: AHPL, *Rol de Confessados*, paróquia dos Anjos, 1633

arruamento/área	oleiros	obreiros em oficinas de oleiros	total
"Rua Larga dos Oleiros" [urbana]	23	5	28
"Rua Direita" [transição]	14	1	15
"Bombarda" [transição]	6	2	8
"Rua dos Almocreves" [urbana]	6	0	8
"Beco da Amoreira" [urbana]	6	1	7
"Rua da Oliveira" [urbana]	5	0	5
"Calçada abaixo" [a seguir à Rua Larga/urbana]	4	3	8
"Beco do Alegrete" [urbana]	4	1	5
"Rua da Graça" [urbana]	3	1	4
"Travessa do Maia" [transição]	3	1	4
"Travessa do Jordão" [urbana]	2	0	2
"Beco do Jordão" [urbana]	2	1	3
"Travessa da Cruz" [transição]	2	2	4
"Calçada" [St.André/Urbana]	2	0	2
"Terreirinho" [urbana]	1	0	1
"Rua dos Cativos" [urbana]	1	0	1
"Beco" [a seguir à Rua dos Cativos/urbana]	1	0	1
"Páteo do Gouveo" [urbana]	1	0	1
"Travessa dos Curas" [transição]	1	0	1
"Carreira dos Cavalos" [transição]	1	0	1
totais	89	18	107

Mais de 10% da população da freguesia (401), maioritariamente do sexo masculino (235) partilharam residência com os oleiros chefes de fogo⁸ (89). Uma percentagem razoável destes fogos (17%) integrava 18 obreiros, (na sua maioria unidades de maior dimensão) (>7 pessoas) aos quais se juntavam criados (75) maioritariamente do sexo masculino (52) e ainda 6 escravos, para todo o tipo de serviço doméstico. Os pintores (3) residentes nas imediações dos oleiros, distribuíam-se entre a R. Larga dos Oleiros, R. Direita e o Beco da Amoreira. Viviam com as suas mulheres, em pequenos fogos. Os telheiros (2), viviam em fogos extensos com família e criados, numa área distinta mais afastada, tendencialmente produtora de materiais de construção, o Telhal de Baixo.

Figura 21

Quadro VIII - Estruturas familiares de coresidência

Fonte: AHPL, *Rol de Confessados*, paróquia dos Anjos, 1633

Tipologia Agregados	Subtipo	Totais Subtipo	Totais/ tipo (N)	%
1. Isolados	1.a Viúvo/a 1.b Solt/est. matrim. desconhecido	1 2	3	3
2. Não Conjugal	2.a. Irmãos 2.b. Outros parentes	0 0	0	0
3. Conjugal Simples	3.a Casados s/ filhos 3.b. Casados c/ filhos 3.c. Viúvo c/ filhos 3.d. Viúva c/ filhos 3.e. Solt. c/ filhos, ou viúvos c/ filhos não designados como tal	30 20 1 0 0	51	57
4. Alargados	4.a Ascendente 4.b. Descendente 4.c. Lateral 4.d. Combinações (de 4.a. a 4.c)	6 1 1 4	12	13
5. Múltiplos	5.Múltiplo	0	0	0
6. Estrutura Indeterminada	6.Estrut.Indeterminada	23	23	26
	Totais de Agregados Tipificados	89	89	100

⁸. Entende-se aqui por fogo: um agregado de pessoas unidas por laços específicos (geralmente de parentesco, mas também profissionais ou outros que o padre omite), que habitam na mesma casa e na qual um dos membros, detém a autoridade de "chefe de fogo".

⁹. Para a tipologia dos agregados utilizámos a proposta da Escola de Cambridge de Peter Laslett adaptada ao estudo.

O espaço de labor do oleiro era a de oficina caseira e loja, podendo ter um anexo no quintal e eventualmente forno para cozedura. Eram pequenas unidades produtivas, onde trabalhavam sob as ordens do mestre, aprendizes, obreiros, oficiais e criados que prestavam ajuda e faziam recados. Vestígios arqueológicos de fornos do Largo das Olarias, sugeriram a imagem de uma indústria oleira de menor dimensão e de produções de menor escala, oficinas de carácter familiar que caracterizaram não só o período Moderno, como se mantiveram até à sua decadência no século XIX (Paula, 2019, p. 113). O autor assume o foco nas produções cerâmicas de barro vermelho e possibilidade de cerâmica esmaltada, faiança, destinadas à satisfação das necessidades diárias domésticas (preparação, consumo e armazenamento).

Para a análise às estruturas residenciais, observámos o grupo doméstico co-residente,⁹ unido por laços de parentesco (sangue e afinidade), funcionais (quando o fogo coincidia com uma unidade de trabalho e consumo) e ainda aqueles que o padre omite.

Os oleiros chefiavam 7% dos fogos de dimensões variáveis (entre 1 e 16 indivíduos) com uma média de pessoas/fogo a rondar os 5 elementos (4,52) sendo a tipologia de organização familiar mais frequente as famílias conjugais simples (51) cifradas em 57%, sobretudo casais sem filhos (30). Segue-se com 26% a tipologia de Estrutura Indeterminada (23), correspondente a fogos geralmente extensos, onde residiam indivíduos que partilhavam alguma relação profissional, como os almocreves (18). Com 13% surgem os agregados alargados (12). Estes valores contrastam com as poucas famílias que vivem em agregados de tipo isolado¹⁰ (3) e ausência de fogos múltiplos. Podemos intuir que todos os oleiros que residiam com obreiros, criados, moços ou almocreves, eram proprietários de oficina, contudo, deveremos ter em conta que, mesmo na ausência de ajudantes, a presença de famílias mais ou menos alargadas poderia configurar uma unidade oficial de menor relevo.

A olaria da Época Moderna obedeceu a uma estratificada rede de tarefas, no topo da cadeia o mestre oleiro que trabalhava a roda, na base aqueles que se dedicavam aos trabalhos mais pesados, e menos qualificados (Fernandes, 2012, p. 20). Competia-lhe atribuir as tarefas de menor complexidade à família, criados, escravos, aprendizes ou obreiros, como o transporte da água, lenha, extrair, transportar e amassar o barro, brunir a louça ou transportá-la para o forno. Tarefas de menor esforço físico eram desempenhadas pelas mulheres, como a venda de produtos ou “*raspar ou roçar os púcaros quando o uso os havia deslustrado*” (Vasconcelos, 1905, p. 165). A exploração de uma oficina por uma mulher apenas poderia acontecer na condição de viuvez (Fernandes, 2012, p. 23).

¹⁰. Viver em agregados de tipo isolado, nem sempre corresponde a viver só. A presença de serviços não interfere na tipologia.

Os agregados com indivíduos unidos por laços de parentesco em famílias simples ou alargadas foram os predominantes (70%). A maioria das unidades oficiais integravam famílias, contudo, as de maior vulto, eram extensas e contavam por norma, com obreiros, criados e almocreves para o carreto de materiais como a casa onde residia Francisco João, oleiro chefe de fogo de um agregado extenso de 11 pessoas, na Rua Larga dos Oleiros. Com ele vivia a mulher Apolónia d'Alpren e 4 filhos, Mateus, Francisco, António, Manuel, a cunhada Tomásia d'Alpren, Domingas e António, seus criados, Manuel, almocreve e Pedro Dias, obreiro.

A progressiva especialização deste tipo de trabalho levou à sua pré-industrialização assistindo o século XVIII ao desaparecimento da hegemonia das olarias de Lisboa na produção cerâmica que caracterizara a centúria anterior, dando origem a fábricas de maiores dimensões, sendo delas uma reminiscência a Fábrica Viúva Lamego (no Intendente) que se constituiu como uma marca relevante na produção cerâmica neste espaço desde meados do século XIX até ao primeiro terço do século XX.

Algumas considerações finais

Excepcionais fatores caracterizaram a freguesia histórica dos Anjos na Época Moderna contribuindo para o seu desempenho de produtor e distribuidor. A contiguidade à cerca fernandina, a fertilidade dos solos, a disponibilidade de matérias-primas (argila), o abastecimento de água e de equipamentos de extração (poços, bicas, chafarizes), a presença de importantes cercas conventuais (Nossa Senhora do Deserto e Nossa Senhora da Penha de França) foram fatores que promoveram o povoamento, a produção agrícola e criação de gado, a produção de utensílios de barro, produtos que quase em exclusividade eram conduzidos para o abastecimento da cidade.

Nos modos de habitar, em meio urbano, eram mais frequentes os pequenos prédios plurifamiliares; já nas paisagens de transição e rural misturavam-se hortas e quintas, casas nobres e habitações unifamiliares podendo combinar-se habitação e atividade económica ou simplesmente unidades de produção agropecuária e oficial, como oficinas, fornos, atafonas.

Numa visão global, segundo o *Rol de Confessados* de 1633, a produção oleira e têxtil, a prestação de serviços, a construção e o transporte de mercadorias ali produzidas foram atividades mais aludidas na área urbana e na área de transição. A agricultura, não sendo muito expressiva no rol era hegemónica na área rural e bastante presente na área de transição o que faz destas áreas, locais onde a força de trabalho mais numerosa surge muito associada à produção e ao abastecimento de bens alimentares.

Particularmente no que diz respeito à indústria oleira, nas sociedades do Antigo Regime, em estratos sociais menos abastados – à exceção dos fogos em que alguns elementos angariavam o seu sustento fora do lar – a unidade de consumo era frequentemente coincidente com a unidade de produção, como nos sugere o rol. Esta fonte refletiu, para além de uma conjuntura de proximidade geográfica, uma outra proximidade de cariz mais relacional, consubstanciada entre todos os

elementos na coresidência, com partilha de tarefas organizadas hierarquicamente, levando a crer que o empenho de todos seria o garante da subsistência para a economia doméstica. Ser mestre oleiro com tenda promoveria algum desafogo financeiro, sendo a mão-de-obra disponível um fator que poderia ser determinante na consolidação do seu ofício.

Encontrámos os criados e obreiros em fogos extensos nem sempre na tipologia alargada. Alguns dispersavam-se em fogos conjugais simples (casal com ou sem filhos). Este facto pode passar a ideia de que, quanto mais membros da família o oleiro tiver ao dispor, menos recorre a pessoal externo remunerado.

Percebeu-se pela partilha de espaços de coresidência entre oleiros e almocreves, que esta organização foi certamente resultante de um consórcio de benefício mútuo. Do total de almocreves arrolados na freguesia dos Anjos (19), apenas um não residia “às Olarias” o que deixa antever a importância deste centro de produção oleira.

O trabalho “em rede” percebe-se não só pelo registo de almocreves, como a presença de pintores nas imediações. A quantidade ainda significativa de obreiros faz-nos pressentir a continuidade do mester.

Quanto ao “sítio das Olarias” restam os vestígios na toponímia local, podendo imaginar-se o bairro dos oleiros seiscentistas dos Anjos, “(...) com as suas ruas irregulares coleando pelas corcovas e valeiros das abas da Senhora do Monte, o casario entremeado de quintalões onde fumegavam os fornos de cozedura, e de hortas viçosas salpicadas de oliveiras (...)” (Correia, 1918, p. 534).

Fontes

Cartográficas e Iconográficas **Arquivo Municipal de Lisboa**

Palácio do Conde de Sôr, José Artur Leitão Bárcia, [entre 1890 e 1945], PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/BAR/000164.
Rua de Arroios [Palácio de São Miguel] Machado & Sousa, [entre 1898 e 1908], PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/003/FAN/001690.
Passeio às hortas, Joshua Benoliel, 1907, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JBN/001766.
Noviciado das Missões da Índia de São Francisco Xavier, frente de rua, José Vicente, 2013, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/LPC/081/003603.
Solar da quinta dos Lagares d'El-Rei, Arnaldo Madureira, c. 1960, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/ARM/000682.

Biblioteca Nacional de Portugal

A military sketch of the country between Lisbon and Vimeiro occupied by the British Army under the c... / Published with permission of the Quarter Master General by W. Faden Geographer to his Magestaty & to his Royal Highnefs the Prince of Wales. [Londres]

Gabinete de Estudos Olisiponenses

Carta topographica de Lisboa e seus suburbios comprehendendo na sua maior extensão desde o Convento dos Religiozos Barbadinhos Italianos athé a Bateria do Bom Successo e na maior largura desde o Terreiro do Paço athé o Campo Pequeno ... Duarte José Fava, [Lisboa]: Caza do Risco das Obras Públicas, 1833.

Levantamento de Filipe Folque, 1856/58

Planta topográfica da cidade de Lisboa, comprehendendo na sua extensão abeira mar da Ponte de d'Alcantara até ao Convento das Comendadeiras de Santos [...], 1780. Col. Vieira da Silva.

Fundo Luís Pastor de Macedo, Ficheiro toponímico.

Manuscritas

Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa

Rol de confessados, paróquia dos Anjos, 1633

Livro de Termos da Cidade, ms. 342

Arquivo Municipal de Lisboa – Arquivo Histórico

Livro 1.º de Filipe III

Livro 1.º de obrigações de vender pão no terreiro e carne no açougue

Livro dos regimentos dos ofícios mecânicos da cidade de Lisboa reformados por ordem do Senado por Duarte Nunes de Leão, 1572-1808

Livro de registo da chancelaria da cidade.

Bibliografia

Alves, D. (2004). *Evolução das freguesias da cidade de Lisboa ao longo do século XIX – SIGMA – Sistema de Informação Geográfica e Modelação de Dados Aplicados à História de Portugal* [Comunicação]. Comunicação apresentada no ESIG 2004 – VIII Encontro de Utilizadores de Informação Geográfica, Lisboa, Oeiras, junho de 2004.

Azevedo, L. M. (1652). *Primeira parte da fundação, antiguidades e grandezas da mui insigne cidade de Lisboa, e seus varoens illustres em sanctidade, armas, & letras: catalogo de seus prelados, e mais cousas ecclesiasticas, & politicas ate o anno 1147, em que foi ganhada aos Mouros por El Rey D. Afonso Henriquez*. Lisboa:Officina Craesbeckiana.

Azevedo, P. A. de (1900). *Do Areeiro à Mouraria; topografia histórica de Lisboa*. *O Archeologo Português*, vol. V,9 e 10, 212-224 e 257-279. Museu Ethnologico Português.

Bluteau, R. (1716). Mecânico. Em R. Bluteau, *Vocabulario Portuguez e Latino* Vol. 5 (letras K-N) (pp. 379-380). Lisboa: Officina de Pascoal da Sylva, Impressor de Sua Magestade.

Bluteau, R. (1720). Oleyro. Em R. Bluteau, *Vocabulario Portuguez e Latino* Vol. 6 (letras O-P) (p. 54). Lisboa: Officina de Pascoal da Sylva, Impressor de Sua Magestade.

Caetano, M. (1942). A antiga organização dos mesteres da cidade de Lisboa. Separata da introdução à colectânea de documentos sobre “*As corporações dos ofícios mecânicos de Franz-Paul Langhans*”. Imprensa Nacional de Lisboa.

Castilho, J. (1935, 1937). *Lisboa Antiga: bairros orientais*, vols. III e IX. Lisboa: S. Industriais da Câmara Municipal de Lisboa.

Castro, J. B. (1762-1763). *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, vol. III. Lisboa: Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno.

Correia, V. (1918). *Oleiros e pintores de louça e azulejo, de Lisboa – Olarias (Anjos)*. *Revista Atlântida*, 29-30, 531-540.

Correia, V. (1926). *Livro dos Regimentos dos officiaes mecanicos da mui nobre e sempre leal cidade de Lixboa (1572)*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

Costa, A. C. (1706-1712). *Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das cidades, villas, & lugares, que contem; varões illustres, gealogias das familias nobres, fundações de conventos, catalogos dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens*, vol. III. Lisboa: Officina de Valentim da Costa Deslandes.

Farinha, A. L. (1932). *Notícia Histórica do Bairro das Olarias (Lisboa)*. Cucujães:[s.n.].

Fernandes, I.M.G. (2012). *A loiça preta em Portugal: Estudo histórico, modos de fazer e de usar*. [Tese de Doutoramento em História, Especialidade de Idade Contemporânea, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais].

Flor, P. (2020). “Freguesia Especialíssima: Contributos para o estudo da freguesia dos Anjos de Lisboa (séculos XVI-XVIII)”. Em P. C.Pinto e S. Ferreira (Eds.) *A Igreja dos Anjos em Lisboa: ‘Feição Especialíssima’* (pp. 16-33). Lisboa: Letras Paralelas.

Gama, E. (2011). A Freguesia de Arroios. Em A. Valente (Coord.) *Nova Proposta Administrativa para Lisboa*. Lisboa: CML/DMC/GEO.

- Gaspar, J. (1994). Lisboa, "o sítio: ocupação e organização do território". Em R. D'Intino (Coord.) *Lisboa Subterrânea* (pp. 13-19). Milão: Electa.
- Gaspar, J. (1994). "O Desenvolvimento do Sítio de Lisboa". Em I. Moita (Coord.) *O Livro de Lisboa* (pp. 11-24). Lisboa: Livros Horizonte.
- Gonçalves, L. R. (2017). "Sistemas de circulação de água e poder na Lisboa medieval: séculos XIV a XVI". *Cadernos do Arquivo Municipal*, 2.^a Série, 8, 37-52.
- Laslett, P. & Wall, R. (Org.) (1972). *Household and family in the past time*. Cambridge: Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511561207>
- Lopes, S. J. P. (2018). *Das antigas quintas de recreio aos novos polos de centralidade. Reabilitação da Quinta da Torre d'Aguilha como Espaço Cultural e Comercial*. [Dissertação de Mestrado em Arquitetura, Universidade de Lisboa].
- Moya, A. (2019). *Sustentabilidade sociocultural na paisagem urbana histórica e multicultural no Bairro da Mouraria, Lisboa*. *Revista de Geografia e Ordenamento do Território*, 17, 179-199. <http://dx.doi.org/10.17127/got/2019.17.008>
- Oliveira, C. R. (1938). *Sumário em que brevemente se contém algumas cousas assim eclesiásticas como seculares, que há na cidade de Lisboa*. Lisboa: Biblion.
- Oliveira, E. F. de (1882-1911). *Elementos para a História do Município de Lisboa*. tomo I (pp. 429, 568), tomo II (p. 477), tomo V (pp. 557-564, 558), tomo XII (pp. 24-25), tomo XIII (p. 561), tomo XVII (pp. 335, 342, 343, 346, 358). Lisboa: Typographia Universal.
- Oliveira, N. de. (1991). *Livro das Grandezas de Lisboa*. Pref. de Francisco Santana. Lisboa: Vega.
- Paula, N. A. (2019). *A produção oleira na Lisboa dos séculos XVI e XVII: um forno cerâmico no Largo das Olarias (Mouraria)*. [Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa].
- Queirós, J. (1987). *Cerâmica Portuguesa*, Vol. I (2.^a edição). Aveiro: José Ribeiro/Livraria Estante Editora.
- Ribeiro, O. (2013). O sítio e o crescimento de Lisboa. *Terra Brasilis – Revistada Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica*, 2. <https://doi.org/10.4000/terrabrasilis.737>
- Silva, A. V. (1943). *As Freguesias de Lisboa: estudo histórico*. Lisboa: Câmara Municipal.
- Vasconcelos, C. M. de (1905). *Algumas palavras a respeito dos púcaros em Portugal*. *Bulletin Hispanique*, tome 7, 2, 140-196. <https://doi.org/10.3406/hispa.1905.1442>
- Wyld, J. (1827). *A military sketch of the country between Lisbon and Vimiero occupied by the British Army under the command of Lieutenant General Viscount Wellington / Published with permission of the Quarter Master General by James Wyld, geographer to his Magestaty*. Londres: Charing Cross.

Ramiro Leão & C.^a em Lisboa: uma marca do início da sociedade de consumo

**Ramiro Leão & Company in Lisbon:
a brand from the beginning of the
consumer society**

Deolinda Folgado

Museu de Lisboa - Fábrica de Moagem,
Lisboa Cultura/EGEAC e IHA NOVA FCSH



Resumo: A engomadoria da firma Ramiro Leão & C.^a é um exemplar único do ponto de vista do património industrial de Lisboa e mesmo a nível nacional. A engomadoria, arquétipo importado de França, encontra-se inserida numa cadeia de negócios mais vasta da Casa Ramiro Leão, marca/empresa que detinha uma loja, no Chiado, uma fábrica de camisas e de colarinhos e uma engomadoria, para além de um conjunto habitacional para alguns operários, junto aos espaços produtivos e à sua própria habitação situados na freguesia da Penha. Integrando-se no modelo comercial e industrial do seu tempo, contribuiu, a par com outros armazéns do Chiado, como o caso dos Armazéns Grandella e dos armazéns do Chiado, para novos hábitos de consumo indissociáveis do fenómeno da industrialização.

Palavras-chave: Ramiro Leão & C.^a; Fábrica; Loja; Sociedade de Consumo.

Abstract: Ramiro Leão's ironing shop is a unique example from the point of view of Lisbon's industrial heritage and even at a national level. The ironing shop, an archetype imported from France, is part of a wider business chain of the Ramiro e Leão's house, a brand/company that owned a store in Chiado, a shirt and collar factory and an ironing shop, in addition to a housing complex for some workers, next to the productive spaces and their own home. Integrating itself into the commercial and industrial model of its time, it contributed, along with other warehouses in Chiado, such as "Armazéns Grandella" and "Armazéns do Chiado", to new consumption habits that are inseparable from the phenomenon of industrialization.

Keywords: Ramiro Leão & Company; Factory; Store; Consumer Society.



Da Pena a olhar o Chiado



Figura 1

Armazéns Ramiro Leão & C.^a

Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, Joshua Benoliel, 191-?, PT/AMLSB/CMLSBAH/COPA/001/09841

A exuberância da casa comercial Ramiro Leão, no Chiado, que marcou gerações e definiu a identidade de uma Lisboa glamorosa e chique de final de Oitocentos, estendeu-se para além desta montra de produtos direcionados para uma burguesia em crescimento.

Localizando-se a primitiva loja na Rua Nova do Almada – o edifício da segunda fase irá inaugurar em 1888, pautando-se o seu interior por um notório cuidado decorativo. O recurso a pinturas murais, da autoria do pintor João Vaz (1859-1931), entre outras artes, criou uma atmosfera que integrou e valorizou as novidades das coleções Ramiro Leão. A preocupação em atribuir um cunho elegante, erudito, e distintivo ao interior do espaço da loja do Chiado, que acompanhasse as tendências das artes decorativas coevas, permitiu criar uma imagética única e um convite aos clientes para uma espécie de experiência dos sentidos, num puro deleite do ato de consumir.

A intervenção do arquiteto Norte Júnior (1878-1962), já em 1927, após a ocorrência de um incêndio no edifício, contribuiu, igualmente, para afirmar este espaço comercial no Chiado. A inserção de um torreão que rematou altaneiramente este edifício comercial, afirmando-o quer para a Rua Garrett quer para o largo do Chiado, sinalizou indelevelmente a inconfundível marca Ramiro Leão na cidade.



Figura 2

Postal ilustrado Ramiro Leão & C.ª

Fonte: Museu de Lisboa, Fundo documental da Engomadoria Ramiro Leão & C.ª, 1968, ML.ESP.DOC.6346.

Aliás, a Rua Garrett e a Rua do Chiado concentraram a maior densidade dos grandes armazéns na cidade de Lisboa, que juntamente com os da Casa Ramiro Leão, definiram uma geografia do consumo associado à primeira Revolução Industrial. Reportamo-nos aos Armazéns do Chiado (1904), do Grandella (1907, nas ruas do Carmo/Ouro) ou à casa Jerónimo Martins, esta ainda criada no final do século XVIII, ou à Paris em Lisboa (1888), a única que ainda subsiste de acordo com a sua matriz inicial.

Um dos aspetos que importa destacar neste artigo prende-se com a relação direta ocorrida entre o comércio de grande escala, que apresenta novos produtos para novos consumidores e hábitos, e a industrialização, dado que, geralmente, a análise destes dois fenómenos não se toca ou funde. Assim, no caso dos novos Armazéns Grandella, inaugurados no princípio do século XX, constituindo, então, uns dos maiores da Península Ibérica ao integrarem mais de 70 secções e cerca de 500 trabalhadores, esta relação foi evidente.

Uma das principais fábricas de Francisco Almeida Grandella localizou-se em São Domingos de Benfica. Instalada na sua Quinta do Loureiro, a Fábrica de Tecidos e Malhas de São Domingos de Benfica iniciou a sua atividade em 1898, tendo encerrado por volta dos Anos 50 do século XX. Tratou-se de uma fábrica com alguma dimensão e onde, nos primeiros tempos, trabalharam cerca de 200 operários (homens e mulheres). Nesta fábrica têxtil, produziram-se camisolas, coletes de malha, xales, capas, meias, peúgas, tecidos, etc. Outras duas fábricas de Grandella localizaram-se nas imediações de Lisboa, uma outra têxtil, em Alhandra, e uma de sabonetes, em Santa Iria.

Destacamos a fábrica de São Domingos de Benfica por aí se ter desenvolvido um vasto programa social para os trabalhadores. Esta fábrica, movida a energia a vapor

e completamente mecanizada, fixou-se nas proximidades do apeadeiro de São Domingos de Benfica, infraestrutura fundamental para o desenvolvimento deste modelo de negócio. O proprietário dos grandes armazéns foi simultaneamente dono de várias unidades fabris situadas em locais com fácil acesso ao caminho de ferro, por onde circulavam as matérias primas e os produtos que rapidamente eram colocados na Rua do Carmo ou em outras lojas de Francisco Almeida Grandella e, conseqüentemente, vendidos a um menor custo.

O apeadeiro de São Domingos de Benfica permitiu também uma mobilidade pendular diária de alguns dos trabalhadores dos Armazéns Grandella, entre Lisboa e Benfica e vice-versa. Junto à sua fábrica de São Domingos de Benfica, Francisco de Almeida Grandella desenvolveu um arquétipo de apoio social direcionado aos seus trabalhos, tanto da área fabril como da comercial, acompanhando o pensamento mais vanguardista dos industriais dos grandes centros fabris da Europa. A par da habitação operária, que se desenvolveu no tardo de dois edifícios de maior aparato e que simbolicamente representam valores maçónicos, com função educativa para os filhos dos trabalhadores (Afonso Costa inaugurou a Creche em 1906), duas outras correntes de casas se desenvolveram. Aos trabalhadores dos armazéns couberam as habitações que apresentaram um maior cuidado formal e áreas um pouco mais generosas. Porém, todos tinham acesso a cuidados médicos e à maternidade instalada nas imediações de uma vacaria e dos vários apoios que foram desenvolvidos na Quinta do Loureiro.

Quanto aos Armazéns do Chiado, os seus proprietários detinham, igualmente, um vasto conjunto de fábricas, em número muito maior do que qualquer outra casa comercial registou, sendo esta relação entre os grandes armazéns e as fábricas inequívoca. Tal como noutros casos, os proprietários dos Armazéns do Chiado abriram a sua primeira loja noutro espaço de menor dimensão, localizada na Rua de São Nicolau, vendendo rendas e bordados, decorria o ano de 1888. Só mais tarde, o Palácio dos Barcelinhos, antigo convento do Espírito Santo da Pedreira, foi adaptado a um dos mais importantes espaços comerciais da cidade, aberto por 84 anos (1904-1988). Porém, os Armazéns do Chiado expandiram-se para todo o país, de um modo muito célere, criando-se uma rede que, em 1938, integrou 20 filiais e lojas, fixadas em cidades como Braga, Porto, Viseu, Guarda, Covilhã, Portalegre, Coimbra, Aveiro, Figueira da Foz, Caldas da Rainha, Santarém, Setúbal, Évora, Beja ou Faro, entre outras.

Numa das agendas dos Armazéns do Chiado, de 1938, celebrativa dos 50 anos da firma Nunes dos Santos & C.^a, e meio publicitário fundamental para a afirmação e divulgação dos seus vários produtos, referia-se que **“AS FÁBRICAS DOS GRANDES ARMAZÉNS DO CHIADO SÃO AS MELHORES DO PAÍS** e onde a indústria de tecelagem, sob as suas diversas modalidades, atingiu o mais **notável desenvolvimento. Fábricas modernas**, cheias de ar e de luz, repletas de maquinismos aperfeiçoados e com mestres estrangeiros para industriarem os seus operários, produzem: As mais finíssimas **Sêdas**, os mais lindos tecidos de **Lã**, as mais belas fazendas para **Fatos**, os mais macios Veludos, as mais extraordinárias variedades de **Malhas**, etc., etc., TUDO EM CORES INALTERÁVEIS. A desconfiança que muita

gente manifesta pelos TECIDOS NACIONAIS, não se justifica, perante o que produzem as **FÁBRICAS DOS GRANDES ARMAZÉNS DO CHIADO.**” Orgulhavam-se ainda de dizer que os artigos das suas 23 fábricas, ateliers e oficinas vendiam-se nas suas lojas “Aos preços das Fábricas.”

Muitas destas fábricas integraram-se entre as mais relevantes para o desenvolvimento da indústria têxtil, nomeadamente em Lisboa, sendo que algumas foram adquiridas pelos proprietários dos Armazéns (Abílio Nunes dos Santos e Joaquim Nunes dos Santos) largos anos após a sua fundação. Se nos basearmos na agenda de 1938, aí se encontram referidas a fábrica têxtil da Rua da Bombarda, fundada em 1900, com as secções de sedaria, lãs, lanifícios, fitaria, malhas, cardação, fiação de estambres, tinturaria e branqueação; a Fábrica Cabrinha, em Alcântara, com secções de estampagem, tinturaria, branqueamento e cardação, fundada em 1874; a fábrica em Xabregas de fiação e tecelagem, com início de atividade em 1857; ainda na mancha industrializada junto a Lisboa, a fábrica de fiação e tecelagem, em Alhandra; e a Fábrica da Nova Ponte de estampagem, tinturaria, branqueação e cardação, em Sacavém. A par desta rede de fábricas, detiveram, igualmente, algumas habitações para os seus operários, nomeadamente a Vila Flamiano, em Xabregas, e o Pátio Cabrinha, em Alcântara, que se situavam junto às fábricas já referidas em cima.

Não será, por isso, de admirar que a Casa Ramiro Leão tenha tido, precisamente, o mesmo modelo de desenvolvimento e implementação que o de Francisco Almeida Grandella ou o da firma Nunes dos Santos & C.^a, apostando também na fabricação de produtos que seriam vendidos nos seus luxuosos armazéns do Chiado. Neste caso, diria, numa escala menor em relação, fundamentalmente, à dos Armazéns do Chiado. Será interessante referir que esta empresa apostou num conjunto de produtos que a diferenciou na guerra concorrencial entre os diversos armazéns e fabricantes da época, aspeto que veremos mais à frente.

O núcleo produtivo ou de fabrico da Casa Ramiro Leão localizou-se numa área pouco expectável. Fora das grandes manchas industriais de Lisboa, convencionalmente conhecidas por estarem implantadas a oriente (Chelas, Xabregas, Marvila, Olivais) e a ocidente (Boavista, Alcântara, Junqueira, Belém) da cidade, ou mesmo na zona do Campo Pequeno e do Campo Grande, a estrutura produtiva emergiu numa área em que a burguesia lisboeta construía os seus palacetes *fin de siècle*, e onde grandes estruturas associadas à saúde se implementaram, aproveitando os espaços deixados pela demolição ou adaptação de algumas casas religiosas. Perto do Campo Mártires da Pátria (1879), antigo Campo Santana, da pendente onde foi construído o Jardim do Torel e o Elevador do Lavra (1884), e nas imediações da Igreja de Nossa Senhora da Pena (século XVIII), a estrutura produtiva, social e habitacional dos proprietários dos Armazéns Ramiro Leão & C.^a, fixou-se.

Curiosamente, não sendo um lugar evidente para a implantação de espaços fabris, nenhuma das edificações aí construídas pôde ser observada a partir da rua e com dificuldade o seria de qualquer outro ponto da cidade. Passando-se na Calçada Santana, após a igreja, será necessário entrar e percorrer a travessa da Pena para nos depararmos com o que foi o outro lado da Casa Ramiro Leão.

Próximo de um dos limites da Igreja de Nossa Senhora da Pena e a tardoz desta, instalaram-se, sequentemente, a engomadoria e a Vila Serra composta por duas correntezas de habitações das(os) operárias(os), tendo de permeio entre elas a rua Joaquina. Foi numa espécie de bolsa de terreno livre, praticamente situada sobre a cúpula do Coliseu dos Recreios, inaugurado em 1890, que se instalaram a unidade fabril e a casa do proprietário, esta localizada no ponto de maior altitude do recinto, como se de uma acrópole se tratasse.



Figura 3

*Conjunto de Ramiro Leão na Pena.
Pormenor da maqueta da cidade de Lisboa
pelo bombeiro Luís Pereira de Carvalho
Fonte: Museu de Lisboa, Luís Pereira
de Carvalho, 1906-1933, ML.MAQ.0025*



Figura 4

*Conjunto de Ramiro Leão na Pena.
Pormenor da maqueta da cidade de Lisboa
pelo bombeiro Luís Pereira de Carvalho.
Legendas: 1. Engomadoria
2. Camisaria 3. Habitação família
Ramiro Leão
4. Bairro operário
Fonte: Museu de Lisboa, Luís Pereira
de Carvalho, 1906-1933, ML.MAQ.0025*

Efetivamente, a partir da Pena seria possível olhar o Chiado. Pelo meio corria o vale onde se desenvolveu a Avenida da Liberdade (1879-1886) e as praças dos Restauradores e de D. Pedro IV. Numa acrópole produzia-se e habitava-se. Na outra, o comércio florescia.

Na antiga freguesia da Pena, conciliaram-se várias vocações. Uma prendeu-se com a habitação do proprietário, acompanhando as tendências da edificação de outros palacetes instalados na crista do Campo dos Mártires da Pátria. Outra, relacionou-se com a habitação para alguns operários, dado que cerca de uma dúzia de casas não satisfaz a necessidade do número de trabalhadores que laboraram nas instalações industriais Ramiro Leão. Finalmente, a industrial, com uma engomadoria e uma fábrica de camisas. Esta convivência foi possível, dado que o processo de in-

dustrialização materializou-se também através de unidades de menor dimensão caracterizadas, inicialmente, por deterem pequenos motores a vapor ou a gás pobre. Esta característica, possibilitou que pequenas construções ou oficinas mecanizadas se instalassem por todos os bairros da cidade, muito para além das grandes áreas fabris de Oitocentos ou de Novecentos que se caracterizaram por fábricas de maior dimensão.

Não temos ainda informação exata sobre a data da aquisição deste terreno para a instalação deste vasto programa funcional. Todavia, a construção deste complexo de Ramiro Leão acompanhou a consolidação construtiva e urbana que toda esta área recebeu no final do século XIX e início do XX.

Dos vários documentos da Engomadoria Ramiro Leão, consultados no Museu de Lisboa, nomeadamente um livro de registos de trabalhadores que chegou até nós, observou-se o ano de 1892 como sendo a data mais antiga referente a este espaço. Em 1892, três das operárias aí inscritas, com idades entre os 44, 52 e os 54 anos (Cattarina da Conceição, Deodata Silva e Maria Salomé) entraram na fábrica de camisas para desempenhar funções de camiseiras, sendo que uma delas trabalhou, primeiramente, durante "10 anos na loja".

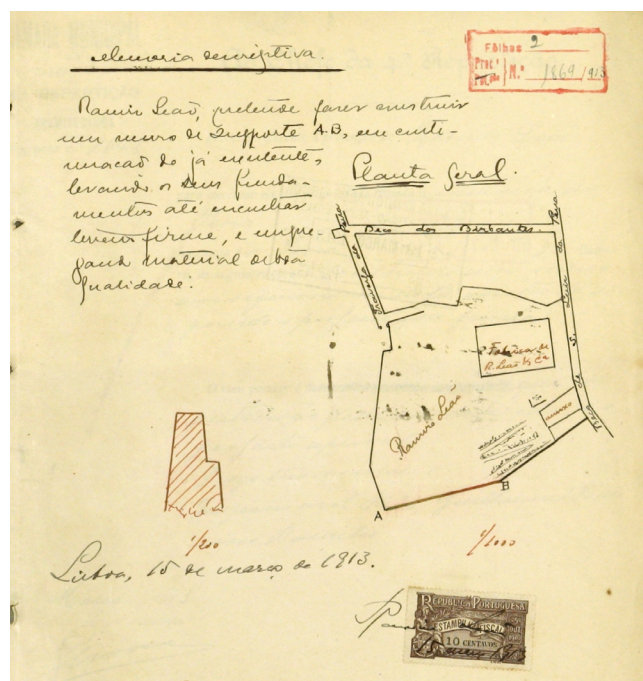


Figura 5
Armazéns Ramiro Leão & C.^a. Memória descrita.
Fonte: AML, Obra 16571, Processo n.º 1869/1.^a
REP/PG/1913, p.2

Em relação à documentação proveniente dos processos de obra, data de março de 1913 um esquiço do lote pertencente a Ramiro Leão, mostrando-nos a área, que parece ter sido ampliada mais tarde, e na qual se marcaram a existência de uma fábrica e de um anexo. Porém, seria esta a fábrica onde, eventualmente, as 3 operárias teriam entrado decorria o ano de 1892, 21 anos antes, e 4 anos depois da abertura dos armazéns ao Chiado?

Esta questão coloca-se porque o "Projecto para a construção das officinas e anexos que Ramiro Leão & Comp.^a pretendeu fazer no seu terreno interior com ser-

ventia pela Trv.^a da Pena e Beco de S. Luiz da Pena, freguesia da Pena” apresenta a data de 1910. A memória que acompanha os desenhos refere “N’estas construcções como o projecto mostra [...] constam de um edifício com cave e dois pavimentos destinados a officinas, havendo mais uma outra construção como se vê destinada a arrecadação e sanitários, sendo o rés-do-chão reservado a escritório, rouparia e cozinha [...]”. Este projeto, com número de requerimento na Câmara Municipal de Lisboa n.º 53/2, e aprovado a 15 de março, destacou que a altura dos pavimentos ficaria como tinha sido apresentada. Porém, poucos meses depois, em julho, outro projeto das oficinas e anexos deu entrada na câmara municipal, assinando a necessidade de se construir de imediato mais um piso. Não se registaram praticamente outras alterações. Manteve-se a área de implantação, a organização interna e o desenho das fachadas, de ambas as construções. Apenas o edifício das oficinas, futura fábrica de camisas, recebeu mais um andar, que se destacou por se assemelhar a um piso amansardado.

Apesar das quase inexistentes modificações, mantendo-se toda a generosa fenestração, que possibilitou uma abundante entrada de luz para as oficinas, e a simetria da organização dos diversos elementos que compuseram a fachada principal, marcada pela centralidade da porta principal, uma outra opção foi tomada quanto à inserção do nome da empresa no edifício. Assim, uma espécie de pequeno frontão, colocado no remate da fachada sobre a porta principal, solução também aplicada a uma das fachadas laterais, foi substituído nesta nova proposta do projeto por um lettering fixado na cumieira do telhado. A inclusão do nome da firma Ramiro Leão & C.^a, através da assunção de letras destacadas do edifício, representou uma certa modernidade, sendo que cumpriu, sem dúvida, a sinalização do edifício fabril, marcando inequivocamente o lugar.

Da organização do espaço interior das oficinas destaca-se a amplitude dos vãos. Procurou-se, assim, criar uma planta livre para a organização das máquinas e do trabalho. Também esta solução aplicada às oficinas de Ramiro Leão evidenciou a busca de opções contemporâneas utilizadas nas construções industriais coevas.



Figura 6
Armazéns Ramiro Leão & C.^a. Memória descritiva. Fonte: AML, Obra16571, Processo n.º 1109/1.^a REP/PG/1910, p.2

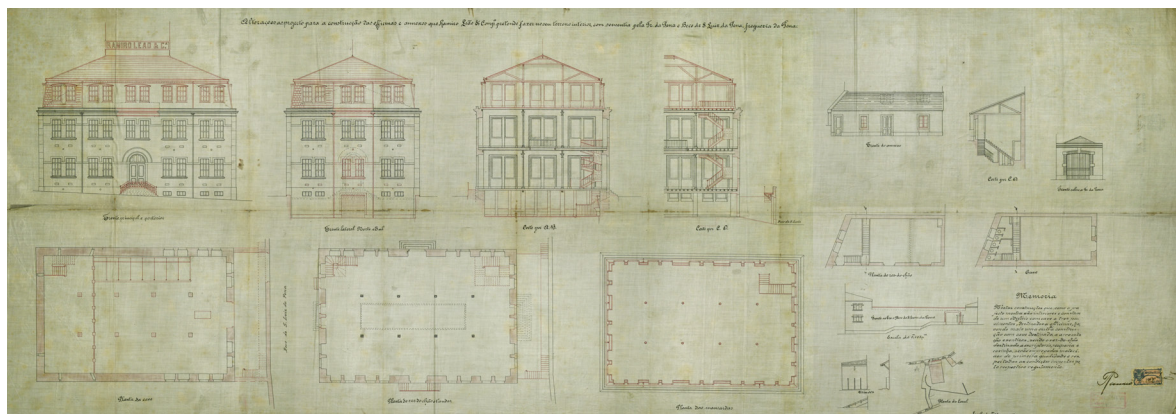


Figura 7

Armazéns Ramiro Leão & C.ª. Memória descritiva. Fonte: AML, Obra Processo n.º 3898/1.ª REP/PG/1910

Com os dados agora disponíveis, colocamos como hipótese que o primeiro imóvel deste complexo a ser edificado foi o da engomadoria, podendo ter havido inicialmente uma construção mais efémera ou localizada noutro local e onde as três operárias teriam trabalhado na década de noventa do século XIX, como referido anteriormente. Em relação à engomadoria, a 21 de janeiro de 1905, submeteu-se um "Projecto para a ampliação e alteração que o Ex.ª Snr. Ramiro Leão & Comp.ª pretende mandar fazer no edifício onde tem a sua lavandaria, situada na Travessa da Pena e beco dos Birbantes n.º 242, freguesia da Pena". A memória refere que "Esta ampliação e alteração consiste em aproveitar a cave para arrecadação e depósito (...) e aumentar a grandeza do tardo, seguindo o sótão. [...] A construção será feita em ferro, tijolo e madeira, sendo os materiais de primeira qualidade." É interessante observar que o edifício composto por cave, dois pavimentos e sótão necessitou, a partir de 1905, de rentabilizar funcionalmente todos os espaços livres ainda existentes na altura. É exemplo disso o sótão, onde se colocaram grandes mesas para engomar, poderemos dizer, mesas coletivas onde várias operárias trabalhavam e o vapor chegava através de uma tubagem colocada, seguramente, nesta altura.

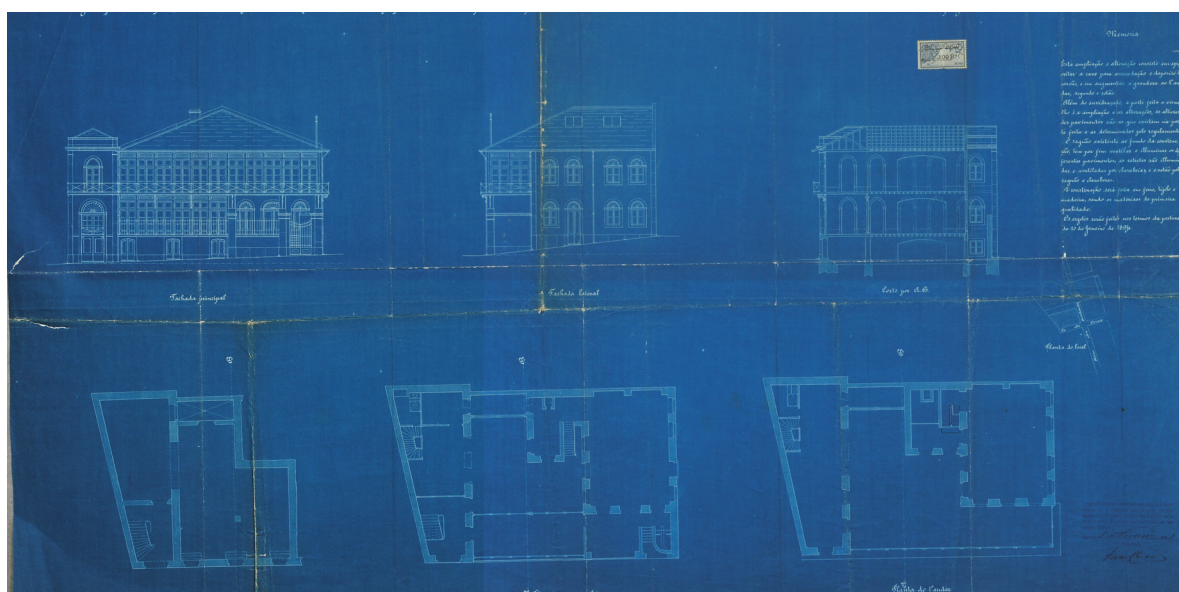


Figura 8

Armazéns Ramiro Leão & C.ª. Memória descritiva. Fonte: AML, Obra 38676, Processo n.º 454/DAG/PG/1905, Tomo 1, p.2



Figura 9

Armazéns Ramiro Leão & C.ª. *Memória descritiva*. Fonte: AML, Obra 45141, Processo n.º 1427/1.ª REP/PG/1916, p.4.

O projeto mais tardio dos edifícios em análise reportou-se ao que teve mais notoriedade neste recinto. Tratou-se de uma espécie de palacete para a habitação dos proprietários da firma Ramiro Leão & C.ª. Decorria o ano de 1916 quando Esther Phedra e Vergílio Ramiro Leão, que moravam à época na rua Castilho, submeteram uma proposta construtiva para o seu terreno, com serventia pela travessa da Pena, na freguesia da Pena, 2.º Bairro.

A memória descritiva refere que se pretendeu construir um prédio destinado a habitação, destacando-se a grande abundância de luz, a ventilação e caixa de ar colocada nos pavimentos. Estas características técnicas da construção garantiriam um significativo aumento na qualidade do edifício. Desconhecendo-se a autoria deste projeto, o programa habitacional distribuiu-se pelos vários pisos – cave, pisos 0, 1, 2 e sótão. Na cave localizaram-se a copa, a cozinha e arrumos vários; no piso 0 desenvolveu-se a área social que incluía várias salas, como a de jantar ou a do piano. A ligação entre a copa, a cozinha e a sala de jantar fez-se por uma escada que permitiu a circulação direta dos empregados sem que fosse necessário atravessar outras áreas da casa. Esta escada de serviço complementou-se por uma outra que também ligou a cave ao rés-do-chão, só que localizada junto à entrada. O terceiro eixo vertical de circulação caracterizou-se por uma escadaria monumental que se desenvolveu a partir da entrada principal da casa, fazendo a ligação entre o rés-do-chão e o sótão. Apesar da maioria das dependências beneficiar de luz direta, uma iluminação zenital permitiu, através de uma generosa claraboia, inserida num pátio, que algumas dependências tivessem sido distribuídas em seu torno em qualquer dos pisos, mantendo as marcas higienistas da entrada de luz e da circulação de ar em dependências que não tinham uma relação direta com a rua.

O edifício de habitação complementou este vasto puzzle que definiu a casa Ramiro Leão, erguendo-se sobranceiro e procurando rivalizar com alguns dos palacetes construídos nas proximidades, nomeadamente ao longo da Rua Júlio de Andrade.

A Engomadoria Ramiro Leão

A ideia de que a Engomadoria industrial Ramiro Leão pudesse ter sido uma antepassada das atuais engomadorias e/ou lavandarias é desconhecida. A nota de entrega que se encontra no fundo documental, no Museu de Lisboa, evidencia esta vocação ao solicitar a um/a cliente “Pedimos a V. Ex.ª a fineza de mandar buscar a

roupa que foi entregue na nossa secção de Engomados [...].” Esta relação direta da engomadoria com o consumidor seria, efetivamente, uma das áreas de atividade que complementaria a dos engomados dos produtos fabricados na camisaria e vendidos nos armazéns. Podemos até avançar com a hipótese de que este serviço poderia ter surgido num segundo momento da atividade da lavandaria, quando a moda e a tendência deixaram de integrar os punhos e os colarinhos engomados, essencialmente, nos fatos masculinos.

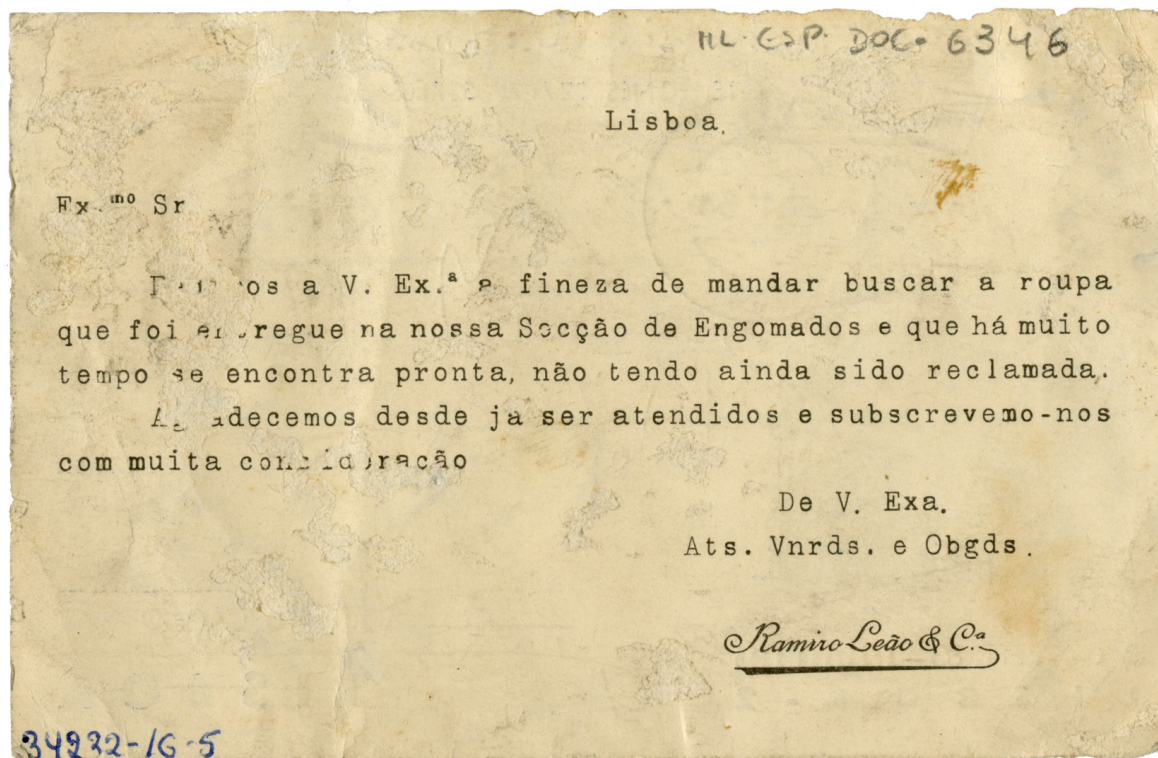


Figura 10

Nota de entrega da Engomadoria Ramiro & Leão

Fonte: Museu de Lisboa, Fundo documental da Engomadoria Ramiro & Leão, ML.ESP.DOC.6346A.

No início do século XXI, entrar na Engomadoria Ramiro Leão, que se encontrava num avançado estado de abandono, consistiu numa experiência profissional singular. Esta visita realizou-se em 2002 a pedido do então Museu da Cidade, destacando-se a ação e a determinação da arqueóloga Manuela Leitão. Do ponto de vista do património industrial, a engomadoria de finais do século XIX constituía um exemplar único no nosso país, tendo subsistido o projeto de ampliação e alteração datado de 1905. O ambiente industrial e tecnológico encontrava-se presente apesar da incúria a que ficou votado o edifício, provavelmente desde o encerramento dos armazéns. O espírito tecnológico de finais de Oitocentos evidenciava-se através dos impositivos veios de transmissão que permitiram e viabilizaram o movimento das diversas máquinas presentes e ainda *in situ*, sendo possível apreender-se a lógica funcional aí desenvolvida.



Figura 11
 Veio de transmissão da Engomadoria
 Ramiro & Leão. Depósito do Rego
 Fonte: Museu de Lisboa

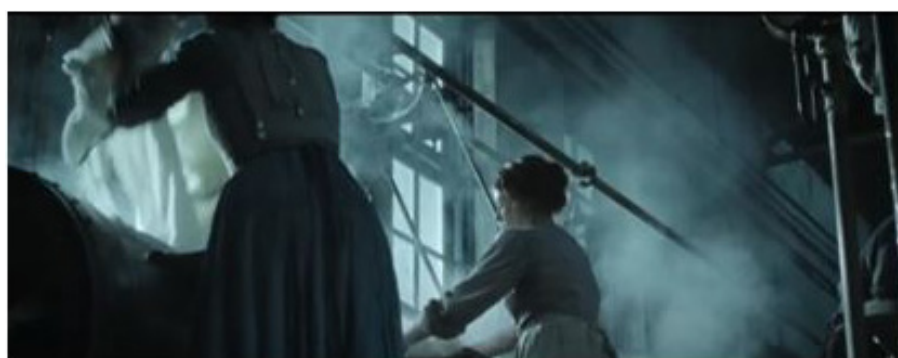


Figura 12
 Engomadorias retratadas no filme
 As Sufragistas (2015)
 Fonte: As Sufragistas, filme de 2015.
<https://www.youtube.com/watch?v=e88IJv7PLQ>.
 Consultado a 21/10/2024

A atmosfera emanada da engomadoria remeteu-nos, posteriormente, para algumas das cenas do filme *As Sufragistas*. O próprio edifício contribuiu para essa afirmação da função industrial ao utilizar como sistema construtivo o ferro. A arquitetura do ferro complementou-se com a utilização do tijolo vermelho, bem presente na fachada principal. A vocação do edifício industrial, que necessitava de abundante entrada de luz, observou-se igualmente através das janelas que marcaram e rasgaram a fachada principal, como se pode observar no desenho de levantamento realizado aquando da sua última refuncionalização. Janelas que com o seu sistema

basculante permitiram também uma ventilação constante, solução que atenuaria um pouco as elevadas temperaturas alcançadas no interior do edifício. Também o sótão recebeu grandes entradas de luz, provavelmente em 1905, quando se realizou um reaproveitamento desta área para alargar os espaços funcionais da engomadoria. Apesar de ser o edifício que mais próximo ficou da Calçada de Santa Ana, a sua presença na cidade passou despercebida. A sua maior visibilidade plas-mou-se nos Armazéns Ramiro & Leão, chegando ao público através dos produtos aí engomados.

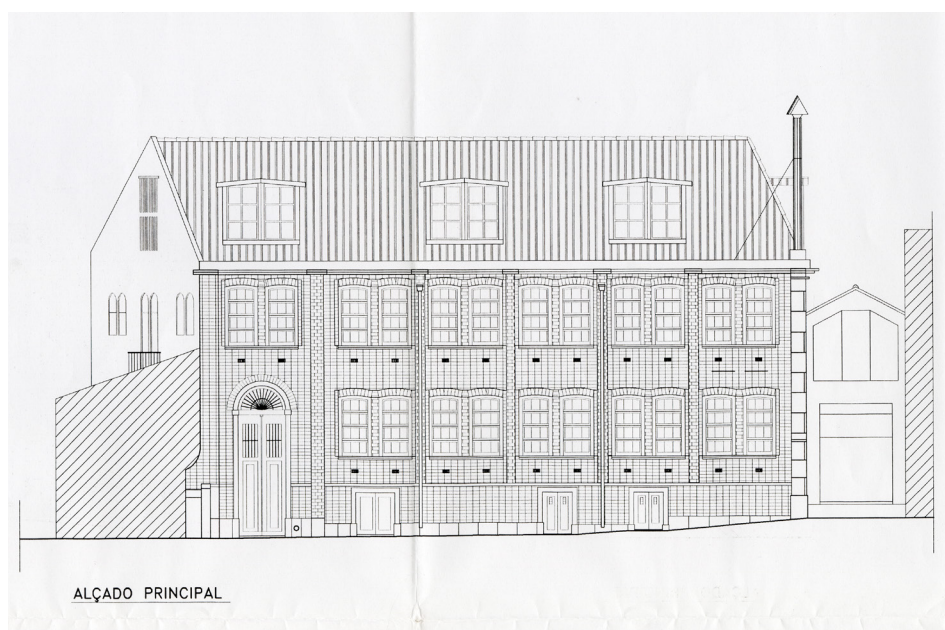


Figura 13
Alçado principal
Fonte: Museu de Lisboa.
Engomadoria Ramiro e Leão,
levantamento,
Alçado principal.

Das máquinas

Para além do veio de transmissão, objeto monumental, presente nas reservas do Museu de Lisboa, observemos mais sete máquinas provenientes da Engomadoria Ramiro Leão, património único e excecional existente em Portugal, e que também aí se encontra preservado. A sua salvaguarda e remoção do edifício da Travessa da Pena, pelo então Museu da Cidade, constituiu uma medida exemplar de proteção do património industrial, mesmo que deslocado do seu lugar inicial, de enorme relevância para a cidade de Lisboa. Para além das máquinas já referidas, foram ainda resgatados outros objetos, como um conjunto de copos de lubrificação em vidro, ferramentas várias, uma placa em metal com o nome da firma Ramiro Leão & C.^a e o motor elétrico. A par do trabalho entusiasta e inerente de vários colegas do então museu, as máquinas foram devidamente intervencionadas, mantendo-se hoje em bom estado de conservação.

Como já referido, o último projeto de melhorias desenvolvido para a engomadoria data de 1905. Cerca de um século depois, foi possível reconhecer as alterações solicitadas, à época.

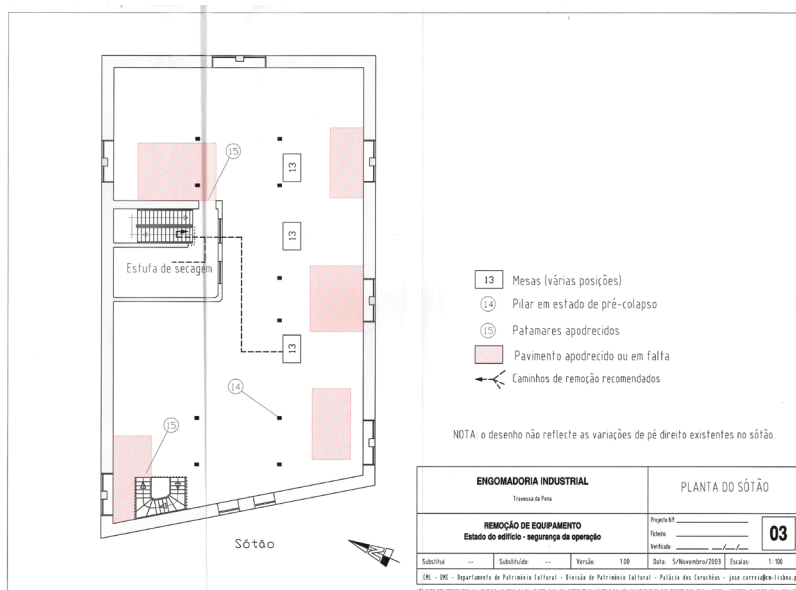
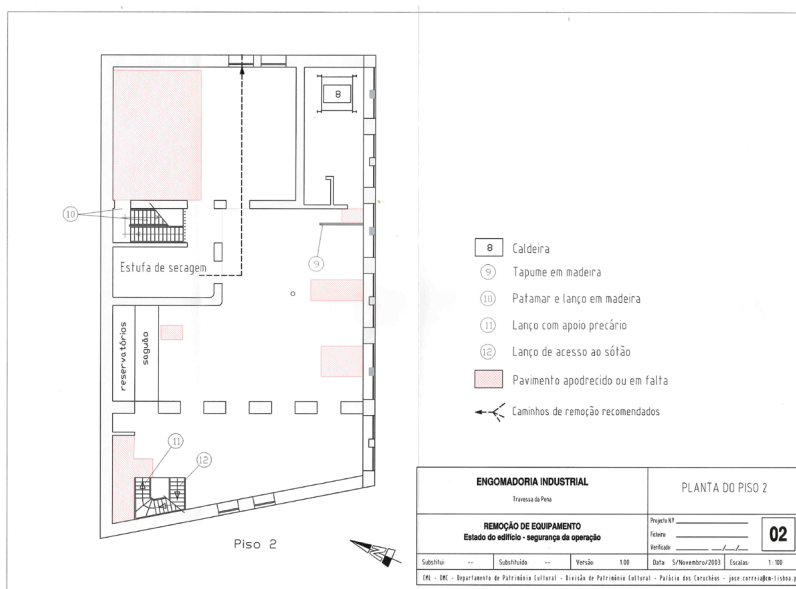
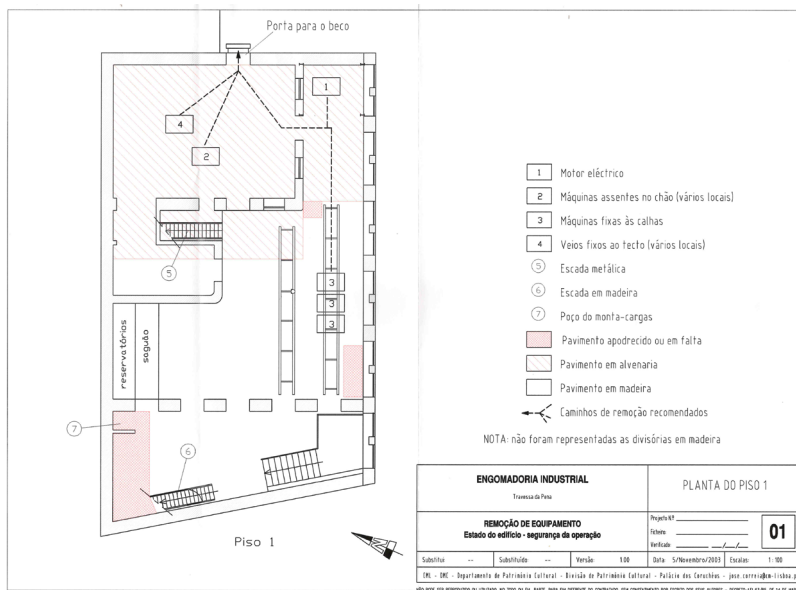


Figura 14, 15 e 16
Plantas da Engomadoria Ramiro Leão
Fonte: CAL, Levantamento do existente, 2003.

Como plasmado nas plantas de levantamento datadas de 2003, ao nível dos pisos 1 e 2, o espaço organizou-se entre uma área de circulação vertical, fronteiro ao eixo da entrada principal, e uma outra onde decorreram as diversas funções da engomadoria, beneficiando o sótão praticamente de toda a dimensão da superfície do piso. Será do início de novecentos, a introdução do sistema de vapor na engomadoria, não para a produção de energia; daí a construção de depósitos de água no exterior e a tardoz dos pisos 1 e 2, a integração de uma caldeira a vapor (piso 2) e o respetivo sistema de tubagem de distribuição do calor, o qual chegou também às estufas ou secadores industriais, compostos por estantes verticais para o enxugo da roupa. Assim, apesar do nome de engomadoria, eram duas as grandes tarefas aqui desenvolvidas: lavar e engomar.

Ao nível do piso 1, situou-se a lavandaria, tanto mecânica como manual e a engomadoria mecânica. No piso 2, localizaram-se as estufas, a caldeira tubular, uma área de escritórios, e de amostras e outros arrumos. O sótão, foi praticamente todo dedicado à engomadoria manual caracterizada por grandes mesas em madeira, as quais beneficiaram da colocação de um sistema de saída de vapor para os ferros.

Assim, as máquinas mais pesadas situavam-se logo no primeiro piso, juntamente com o motor elétrico com capacidade de 220/380 V., 35/202 A. e 9,5 KW (ML.EQU.UTE.0724), de fabrico português, mais concretamente pela Empresa Fabril de Máquinas Eléctricas S.A.R.L., localizada no Porto. A sua fabricação decorreu, no entanto, segundo os planos dos A.C.E.C.. CHARLERO. N.º 1258. AV2543VI. A zona da lavandaria situou-se no canto oposto ao da escada, tendo como limite a parede a tardoz. Subsistiam em 2001 uma máquina de lavar, um hidroextrator, mais comumente conhecido como máquina de centrifugar roupa após a sua lavagem, uma calandra também com a função de retirar o excesso de água, e alguns tanques para lavar roupa manualmente, notoriamente mais recentes. Em relação à máquina de lavar, constituída fundamentalmente por madeira com elementos estruturais em ferro, para além do próprio volante e do eixo que permitia o seu movimento, não foi possível observar-se qualquer marca. A calandra da marca J. STEINER, veio de Berlim, enquanto a hidro foi importada de Paris, de uma das casas mais conceituadas à época que abasteceram lavandarias e engomadorias mecânicas da primeira geração. À casa construtora LUCANES, antiga L. MORELLE, de Paris, adquiriram-se mais aparelhos para a Engomadoria Ramiro Leão, neste caso integrados na secção da engomadoria mecânica. Trata-se de duas máquinas de engomar mecânicas direccionadas para pequenas peças, como colarinhos, punhos ou outras componentes das camisas. Estas duas máquinas (ML.EQU.UTE.0719 e ML.EQU.UTE.0720) instalaram-se alinhadas com uma terceira (ML.EQU.UTE.0718) sem marca. A sua fixação ao solo assentava em duas estruturas que ajudavam a sustentar algum desalinhamento que pudesse ocorrer através do seu movimento funcional, dado que a laboração destas máquinas ocorreria em simultâneo e seria obtido através do veio de transmissão comum a todas elas, não podendo, por isso, registar-se nenhuma dessincronização.



Figura 17
Máquina de lavar roupa
Fonte: Museu de Lisboa.
ML.EQU.UTE.0723



Figura 18
Hidro. LUCANES,
Engénieurs-constructeurs
Fonte: Museu de Lisboa.
ML.EQU.UTE.0722



Figura 19
Calandra
Fonte: Museu de Lisboa.
ML.EQU.UTE.0721



Figura 20 A e B
Máquina de engomar. The Victoria. M.M. LUCANES, constructeur brevet SGD, Poissonniere, Paris (Vle)
Fonte: Museu de Lisboa.
ML.EQU.UTE.0720

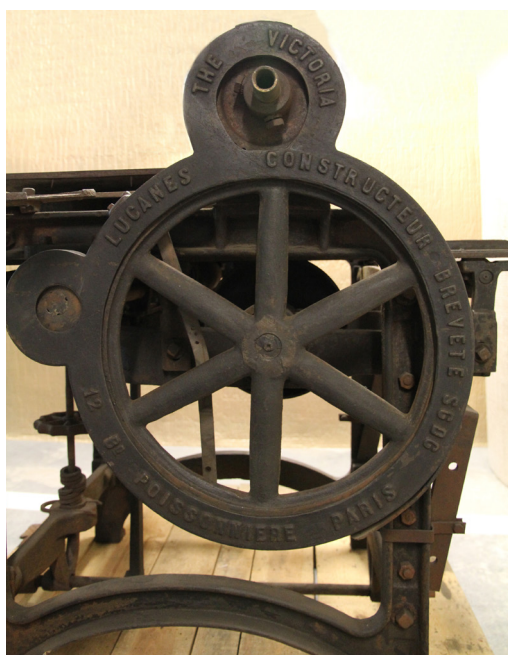




Figura 21

Máquina de engomar

Fonte: Museu de Lisboa.

ML.EQU.UTE.0718

Seguramente, outras máquinas existiram no edifício da Engomadoria. Será o caso de uma hipermoderna máquina, para a época, de engomar e virar golas, que permitiu alcançar uma grande produtividade, dado executar várias funções com o apoio de uma só trabalhadora. O único documento (ML.ESP.DOC.6347) sobre este tipo de máquinas que chegou até nós, encontrado no fundo documental da engomadoria, diz-nos que esta máquina operadora engomava e voltava “com perfeição punhos e golas de camisa. Pode também ser utilizada para lustrar, engomar colarinhos postiços ou pregados as camisas.” É um texto escrito por um trabalhador da engomadoria, talvez um mestre, que com a sua letra registou o modo de funcionamento da máquina, tal deveria ser o grau de complexidade e cuidado necessários para quem a operasse. É um texto que aparece com algumas palavras riscadas, não refere marcas ou proveniências. A grande preocupação prendeu-se em registar o modo correto do funcionamento desta máquina sem que o produto ficasse danificado. Refere este texto a existência de gás e que poderá estar associado, eventualmente, à queima da caldeira. Dado ser uma fonte documental irrepetível, no contexto da história da indústria, revelou-se importante fazer a sua transcrição quase integral. Assim:

“Funcionamento da máquina.

O movimento é transmitido por uma roldana [...] que deve dar 45 voltas por minuto. Um botão de (pedal) de desembreagem permite imobilizar o cilindro de engomar.

Este cilindro deve ser guarnecido de 2 a 3 voltas de feltro delgado e de pano fino de algodão, d’uma espessura suficiente para nivelar a placa de cobre colocada na borda.

Para efectuar o guarnecimento, enrola-se primeiramente o feltro bem aperta-

do no sentido da rotação do cilindro, completa-se este [...] primeiro guarnecimento comum revestimento de 3 a 4 voltas de pano fino. [...]

A maquina de engomar é accionada por um pedal, o que deixa livre as duas mãos da operaria para a passagem das peças.

A maquina é aquecida por uma dosagem de gaz e assim como as outras maquinas. A ribalta acende-se, descobrindo o capuz ou envolta de bronze; deve obter-se uma chama azulada e baixa-se por meio do regulador da torneira do ar.

O pedal onde esta apoiado o ferro de engomar deve colocar bem o prato sobre a guarnição [...] e por consequencia a engomagem da roupa se e uniforme sobre toda a parte em contacto com o cilindro. Regula-se o movimento do ferro, aparafusando ou desaparafusando as espiras do tronco que o unem ao pedal.

Cobre-se a engrenagem e uma folha de cobre está colocada deante dos órgãos em movimento para [...] garantir a roupa de todos os meios de rasgamento ou salpicos de óleo."

Sem dúvida que a Engomadoria industrial Ramiro Leão foi das mais avançadas e mecanizadas do seu tempo, detendo um conjunto de equipamentos industriais e uma organização racional das várias secções aí existentes; revelou, simultaneamente, um grau de exigência e perfeccionismo colocado no fabrico dos produtos vendidos nos armazéns.

Dos produtos



Figura 22

Punhos

Fonte: Museu de Lisboa.

Fotografia de Pedro Aboim, 2024, MC.TRA.0463.02



Figura 23

Colarinho

Fonte: Museu de Lisboa.

Fotografia de Pedro Aboim, 2024, MC.TRA.0460



Figura 24

Gola de bicos revirados

Fonte: Museu de Lisboa.

Fotografia de Pedro Aboim, 2024, MC.TRA.0460

Os punhos, os colarinhos simples ou os de bicos revirados constituíram um conjunto de novos artigos que puderam ser adquiridos no Chiado. Uma aposta da casa Ramiro Leão que distinguiu, deste modo, a sua oferta face à dos outros armazéns. O seu fabrico viabilizou praticar preços muito mais acessíveis no coração de Lisboa, dado que se contornavam as dificuldades inerentes a uma importação proveniente, essencialmente, de Paris, como a morosidade e os respetivos custos intrínsecos. No interior do edifício da engomadoria recolheram-se, em 2002/2003, ao nível dos produtos, cerca de 80 colarinhos, 15 punhos e um colete, nem todos em tão bom estado como os agora fotografados.

A capital ficou, assim, dotada de artigos produzidos com o recurso aos processos e técnicas que se realizavam no estrangeiro. Relembramos que algumas das máquinas existentes na engomadoria eram provenientes da Alemanha e de França. Modelos produtivos e tecnológicos que contribuíram para o desenvolvimento do pronto a vestir em Portugal, neste caso, direcionado para estratos sociais com maior poder de compra. Seria também interessante compreender qual a origem dos tecidos de algodão utilizados na fábrica de camisas, se o seu fabrico se realizaria em Portugal ou se, por outro lado, teriam sido adquiridos no estrangeiro, na Grã-Bretanha, por exemplo.

Todavia, para o fabrico destes novos artigos, uma vasta gama de produtos ou matérias-primas tiveram mesmo de vir do exterior. É o caso do Amidon brilhante da marca Hoffmann & Schimdt de origem alemã, mais concretamente de Leipzig. A embalagem do Amidon brilhante (FRL_IMG20230214115400), que chegou até nós, constitui uma excelente fonte. Para além de ser um extraordinário meio publicitário onde se enaltecem as propriedades desta goma, mais barata e livre de todas as substâncias prejudiciais, elucidava também os clientes de como podia ser aplicada. Através de uma descrição detalhada, o consumidor ficava informado através de um texto que finalizava com a assinatura do próprio Hoffmann & Schimdt, como se de um selo de garantia se tratasse. Cada pacote continha

“quatro pacotinhos, dos quaes cada um dà para engomar tres camisas, tres pares de punhos e seis colarinhos.

Dissolve-se o conteúdo d’um pacotinho n’um quarto de litro d’agua tépida (mas não quente) e n’um vaso plano ou n’um prato sopeiro, remexendo e amassando bem com a mão. A dissolução deve ser feita meia hora antes de usar.

Querendo dar mais consistencia ou fortaleza a roupa, basta diminuir a quantidade d’agua, tomando um quinto de litro em lugar d’um quarto. Antes de usar deve-se novamente bem remexer com a mão.

Molha-se a roupa destinada a ser engomada, e depois de estar embebida, exprema-se, estira-se e embrulha-se em um panno secco, passando-a em seguida com o ferro quente e antes de secar. Mas se por o caso secar, torna-se necessário humecedel-a novamente, borrifando-a com agua limpa e fria, o que nada impede o bom êxito.

Uma vez a roupa passada a ferro, ainda não tem o lustro que deve ter, e para obter o mesmo, proceder-se ha do modo seguinte:

- 1.º Deixar arrefecer a roupa 10 ou 15 minutos.
- 2.º Collocar sobre a toboa ou mesa de brunir (que deve ser bem lisa) um cartão de lustro de côr, muito liso e bastante forte.
- 3.º Collocar a roupa sobre o cartão com o direito para cima (sendo camisa introduz-se o cartão por baixo do peitilho) humedecendo-a levemente com uma esponja, embebida em agua fria.
- 4.º Passal-a com o ferro de brunir, carregando com força, fazendo balançar transversalmente por algumas vezes e a roupa receberá o brilho e lustro desejado."

A par da goma, outros produtos utilizados na engomadoria adquiriram-se no estrangeiro. Igualmente, com recurso a alguns dos frascos, recolhidos em 2003, observou-se que para engomar a roupa eram aplicados vários aromas (USA, Suíça), ou a acetado de amido – removia manchas (USA, Chicago) ou ainda à brilhantina, esta fabricada em Portugal, tal como a essência de hortelã-pimenta. Através dos 11 frascos incorporados no Museu de Lisboa conseguiu-se ainda identificar a utilização de uma substância utilizada no fabrico de detergentes pouco agressivos: trietanolamina, e o atenol, produto também associados aos detergentes ou sabonetes aplicados para a lavagem das roupas.

Designação	Marca	Local de produção	Tipo	Quantidade
Boião em plástico	Brilhantina Chypre	Portugal	Brilhantina	1
Garrafa de vidro	Donal Baue C ^a Inc.	10 W Hublard St Chicago	Acetato de amilo	4
Garrafa de vidro		Lisboa Portugal	Trietanolamina	1
Garrafa de vidro	Aromanthème	Suíça	Bitter Almond	1
Garrafa de vidro		Rua da Madalena, 133. Portugal	Essência de hortelã pimenta	1
Garrafa de vidro	H. E. Ltd.	Longfield Road Tunbridge Wells Kent. Inglaterra	Anethole	1
Garrafa de vidro	Sunkist Growers, Inc.	Corona, California. USA	Oil of oranje	1

Figura 25
MATÉRIAS-PRIMAS
Fonte: Museu de Lisboa.

Das trabalhadoras

Na indústria de confecção dominou a mão de obra feminina. Poucos foram os homens empregados. Na generalidade, a indústria têxtil integrou mais mulheres do que homens, mas não de um modo tão esmagador como o que se observou na firma Ramiro Leão & C.^a.

Até nós, chegou uma outra fonte preciosa. Um único livro que registou a admissão das(os) trabalhadoras(es), principalmente na fábrica, mas também na engomadoria. Os dados aí patentes não foram constantes ao longo dos três anos de registo – 1913, 1917 e 1918 –, não se verificando uma sequência cronológica clara, evidências que dificultaram a apreensão de critérios que poderiam ter estado subjacentes à inquirição das(os) trabalhadoras(es) que aí foram aceites para desempenhar várias funções. De qualquer modo, trata-se de uma matéria-prima muito rara para o ofício dos historiadores, dado que não existem praticamente fontes similares que tivessem sobrevivido. 1913 revelou-se o ano mais profícuo no registo de um maior número de informação.

A oportunidade de consultarmos este tipo de documentos permite-nos ampliar a compreensão do património móvel integrado recolhido e a dos espaços funcionais existentes nos edifícios dedicados ao trabalho acima referidos. Assim, conhecemos ou confirmamos algumas das secções, quer da fábrica, como “camiseira”, “colarinho”, “máquinas de acabamento”, “embalagem”, “caixotaria”, “escritório”, quer da engomadoria, nomeadamente “lavandaria”, “roupa e gomas”, “escritório”. Consequentemente, as profissões aí desempenhadas ficaram um pouco mais clarificadas, ganhando-se inequivocamente uma dimensão mais humanizada do património. Praticamente todas as profissões referidas já deixaram de existir – a de caixoteiro, de fogueiro, ou de lavadeira(or), mesmo as trabalhadoras que confeccionavam camisas foram, em muitas das fábricas atuais, substituídas por máquinas robotizadas.

A maioria das funções referidas, desempenhada esmagadoramente por mulheres, podem ser observadas através dos dados registados no ano de 1913. Logo, para um total de 63 registos, apenas 5 reportaram-se a homens. As profissões que exigiram mais força foram desempenhadas por homens. O fogueiro estaria à boca da caldeira a alimentá-la a lenha, acionando o seu funcionamento. Os restantes, ou encontravam-se na secção de embalagem construindo caixotes em madeira, dominando o ofício de carpinteiro, ou ainda apoiando na área da lavagem. Às mulheres cabia tudo o resto, nomeadamente as tarefas dos escritórios, o que implicaria que estas trabalhadoras detiveram na altura algum nível de escolaridade.

Durante estes três anos, as profissões mantiveram-se constantes, dado que as obras realizadas nos edifícios para beneficiação, mesmo tecnológica, ou de construção de raiz, dataram de 1905 (engomadoria) e de 1910 (fábrica), o que assegurou estabilidade ao nível dos espaços de trabalho e dos meios de produção. Porém, os registos de que algumas trabalhadoras entraram na Casa Ramiro Leão em finais do século XIX – 1892, 1898 –, ou início do XX – 1901 –, para desempenhar funções de camiseiras, sugere a existência de uma área de fabrico anterior à de 1910. Por

outro lado, como já referido, é curioso que uma das operárias, de seu nome Maria Salomé, com 52 anos em 1913, e que entrou na fábrica em 1892, tenha trabalhado 10 anos antes na loja. Diríamos, na primitiva loja Ramiro Leão.

Ainda que não tenhamos informações exatas sobre o número total de operárias(os) que laboraram na fábrica e na engomadoria, colocamos como hipótese que poderia ter rondado uma centena, com algumas oscilações, uma vez que o livro de registos indica cerca de 63 trabalhadoras(es) em 1913, 66 em 1917, e 84 em 1918.

Se Maria Salomé tinha 52 anos em 1913, a maioria da idade das suas companheiras de trabalho, nesse mesmo ano, oscilava entre os 16 e os 63 anos. Destacou-se deste intervalo de datas Andreia Rosa Vieira que trabalhou nos escritórios como auxiliar, com apenas 12 anos, tendo entrado na firma em 1913.

Independentemente do género dos trabalhadores, para a grande maioria o estado civil constituiu uma informação relevante para a sua caracterização, sendo que em 1917 e 1918 esse dado deixou de ser registado. Assim, em 1913, 21 operárias eram solteiras, 13 casadas, às quais se juntaram os fogueiros também casados, num total de 16, e 2 viúvas.

A naturalidade das(os) trabalhadoras(es) repartiu-se entre Lisboa e outras regiões do país, com maior incidência para territórios situados entre os rios Tejo e Douro, o que contribuiu para engrossar o número de operários que chegaram à capital para trabalhar nas fábricas durante os séculos XIX e XX. Apesar da escassez da habitação para acolher esta nova classe operária, poucas foram as trabalhadoras que habitaram em vilas operárias ou pátios, e os que foram mencionados localizaram-se noutras zonas industrializadas da cidade. É o caso das vilas Alves (Campolide), Ferro (Campolide), os pátios Lima (Campo de Ourique), Carlos Dias (Arroios) ou o pátio/vila Maria (Campolide). Algumas operárias deslocaram-se de outras áreas de forte presença fabril, como a de Alcântara, enquanto outras viveram nas proximidades da fábrica de camisas e da engomadoria Ramiro Leão, caso do Campo Mártires da Pátria, da Travessa da Pena, ou da Calçada de Santana.

Independentemente do local de habitação da maioria das(os) operárias(os), em 1919 circulou um aviso sobre os horários de trabalho a praticar. Sem referência aos locais onde seriam implementados, o certo é que a partir do dia 2 de maio, logo após o Dia do Trabalhador (destaca-se a data de 1886, nos EUA, pela luta das 8 horas de trabalho), os horários de trabalho passaram a ser de 8 horas; o período da manhã tinha início às 9h00 até às 13h00 e o da tarde decorreria entre as 14h30 e as 18h30. Informou-se ainda que “a porta fecharia às horas precisas de começar o trabalho.” Numa República conturbada, que em 1919 teve, pelos menos 3 governos, a casa Ramiro Leão também ao nível das condições de trabalho pareceu caminhar para uma modernidade que se tinha plasmado nas diversas frentes da sua atividade – armazéns, fábrica, engomadoria e produtos.

Aviso

A partir de 2 de Maio, começará o trabalho às 9 horas, e terminará às 18 1/2, com intervalos das 13 às 14 1/2 para a refeição.

A porta fechará às horas precisas de começar o trabalho.

Lisboa 30 de Abril de 1919

O gerente

Figura 26

Aviso de horários de trabalho
 Fonte: Museu de Lisboa,
 Fundo documental da Engomadoria
 Ramiro Leão & C.ª, 1919,
 ML.ESP.DOC.6348

Figura 27

TRABALHADORAS(ES)
 Fonte: Museu de Lisboa,
 Livro de registos da Engomadoria

Nome	Idade	N.º	Naturalidade	Morada	Secção/profissão	Data de admissão
1913						
Secção de camiseiras – 34 trabalhadoras						
Ermelinda d Assumpção Barreiro	40/V	51	V. Nova dos Passos/Chaves	R. Convento da Encarnação, 43 3.º	Camiseiras/camiseira	1895
Marcelina Henriques	38/C	53	Ervedal da Beira/Chaves	Campo Mártires da Pátria 188, Cave	Camiseiras/camiseira	1898
Deodata Silva	54/C	54	Ervedal da Beira/Chaves	Rua Rebelo da Silva, 142 3.º	Camiseiras/camiseira	1892
Cattarina da Conceição	44/C	55	Sabugosa/Tondela	Rua da Cruz da Carreira 16/	Camiseiras/camiseira	1892
Carolina da Silva	16/S	56	Lisboa/St.ª Isabel	Rua Maria Pia, 67, Loja	Camiseiras/camiseira	1914
Mariaha Faria dos Santos	27/C	57	Graça/Lisboa	Rua Martim Vaz, 32 2.º dt.º	Camiseiras/camiseira	1901
Rosa Marquês	19/S	59	Socorro/Lisboa	Estrada da Penha de França	Camiseiras/camiseira	1913
Maria Marques	24/C	60	Pena/Lisboa	Rua do Sol ao Campo de St.ª Ana, 44 2.º	Camiseiras/camiseira Esteve antes na embalagem	1901
Augusta dos Santos	42/C	61	Figueira das Donas/Vouzela	T. da Pena, 2 2.º	Camiseiras/camiseira Esteve antes na embalagem	1901
Albertina Gomes	18/C	62	S. Sebastião/Lisboa	Vila Alves, 3	Camiseiras/camiseira	1914

Deolinda Mendes	22/S	63	Pena/Lisboa	Rua de S. Antão, 109 2.º E	Camiseiras/ camiseira Esteve antes 3 anos nos Colarinhos	1913 (1909/1910)
Gertrudes de Jesus Teixeira	30/C	64	Pernes/San- tarém	Rua de Andaluz, 71 2.º	Camiseiras/ camiseira	1898
Maria Amalia Conceição Lopes	38/S	65	Portela/Car- naxide	Rua da Fábrica da Pólvora, 77	Camiseiras/ camiseira	1911(saiu)
Maria da Conceição Jorge	23/S	66	Pena/Lisboa	Largo do Conven- to da Encarnação, Loja	Camiseiras/ camiseira	1907
Carolina Godinho	25/S	68	Vila Franca	P.ª Marquês de Pombal, 4 4.º D	Camiseiras/ camiseira	1911
Aurora da Costa	16/S	69	S. P. Alcântara/ Lisboa	R. Fábrica da Pólvora, 69	Camiseiras/ camiseira	1913
Amelia da Conceição Costa	25/C	70	Anjos/Lisboa	Vila Ferro (?) Campollide	Camiseiras/ camiseira	1907
Ermelinda de Jesus	-	71	Água Levada/ Mangualde	Rua Campo Ourique – Páteo Lima. p B	Camiseiras/ camiseira Esteve antes na lavandaria	1898
Maria Magdalena Miranda	25/S	72	Mata Cães/ Torres Vedras	T. da Água Flor, 44 3.º	Camiseiras/ camiseira	1913
Ana Marques Gomes	30/C	73	S. Comadão (?)/Viseu	Campo Mártires da Pátria, 188 cave	Camiseiras/camiseira	1908
Graciosa de Jesus	19/S	74	Anos/Lisboa	Rua do Bemfor- moso, 115 Loja	Camiseiras/camiseira	1913
Constança do Carmo	33/S	75	Lagos	C. N Colégio, 28-10	Camiseiras/camiseira	1910
Deodata Augusta dos Reis	21/S	76	Sé/Évora	Páteo Carlos Dias, 38 Arroyos	Camiseiras/ camiseira	1907
Maria da Concei- ção Marques	23/C	77	Cerdeira/ Arganil	Rua Renato Bap- tista, 229 porta 310	Camiseiras/c amiseira	1910
Maria de Jesus Pereira	33/S	78	Tondela	Rua Renato Barão de Sabrosa – V.ª Marques	Camiseiras/ camiseira	1910 (saiu)
Emilia da Con- ceição	25/S	54	St. º André/ Tondela	Rua do Salvador, 54 – 4.º Dt. º	Camiseiras/camiseira	1914 (saiu)
Christina do Rosário Dias	22/S	84	Reguengo Grande/Lousã	Rua do 4 de In- fant..., 27 1. D	Camiseiras/camiseira	1910 (saiu)
Aurora Roza Vaz	18/S	85	Alcântara/ Lisboa	Rua Possidónio da Silva, 142 1.º Dt. º	Camiseiras/camiseira	1912 (saiu)
Pilar Castro Garcia	44/S	86	S. Eulália/Pon- tevedra	C. St. º Ana, 45 4.º	Camiseiras/ camiseira	1910 (licença)
Maria Beatriz	40/S	90	S. Maria/ Oliveira do Hospital	R. Convento Encarnação, 23 2.º	Camiseiras/ camiseira	1910

Julia da Conceição Dias	27/C	91	Anjos/Lisboa	Páteo V. Alves 3 Loja – Campolide de Cima	Camiseiras/camiseira	1910
Maria dos Anjos de Souza	19/S	92	Santos/Lisboa	Páteo Villa Maria ou Maia, 15, R Domingos Sequeira	Camiseiras/camiseira	1910
Maria Salomé	52/V	95	Lisboa (Exposta)	T. do Convento da Encarnação, 26 Loja	Camiseiras/camiseira Esteve 10 anos na loja	1892
Maria Kuiza	-	58	-	-	-	-
Fogo – pessoal da lavagem - 3 trabalhadores						
Francisco Fernando Dias	43/C		Chão de Arganil	C. do Cascão, 31 1.º	Foguetiro	1906
Seraphim Santos	54/C		Vidaes /C. da Rainha	R. da Alegria, 42 1.º E	Foguetiro (ajudante)	1902 (saiu)
Francisco Duarte	39/C		Pennella/Coimbra	T. das Pieras (?)	Foguetiro (ajudante)	1911 (saiu em 1913)
Escritório - 2 trabalhadoras						
Alice Pinto Machado	22/S	-	Sacramento/Lisboa	Rua do Convento Encarnação, 5 1.º	Esteve na embalagem	-
Andreia Rosa Vieira	12/S	-	St.ª Isabel/Lisboa	T. do Matto Grosso, r/ch	Auxiliar	1913
Secção de caixotaria - 2 trabalhadores						
Jose da Motta (Paulo da)	25/S	-	Olivais/Lisboa	-	Caixoteiro	1912 (saiu)
Emílio Gomes dos Santos	37/C	-	S. Vicente/Lisboa	T. da Pereira à Graça	Ajudante (caixoteiro)	1912 (saiu)
Secção de roupas e gomas - 16 trabalhadores						
Escritórios - 8 trabalhadoras						
1917						
Secção de camiseiras – 34 trabalhadoras						
Secção lavandaria – cerca de 10 trabalhadores/ lavar						
Pessoal do fogo / escritório / roupa de senhora – cerca de 6 trabalhadores/as						
Pessoal de máquinas e acabamento – cerca de 18 trabalhadores/as						
Camiseiras branco – cerca de 50 trabalhadoras						
1918						
Maquinistas – 9 trabalhadoras						
Laureana Augusta dos Santos	25	-	Almeida	Rua das Parreiras, N.º 4 2.º	-	1917
Maria Rodrigues	33	-	Lisboa	Rua Nova da Trindade, 74	-	1917

Ana Loureiro	25	-	Ourem	Rua de S. Cristóvão, 26 2.º	-	1910
Arminda de Laura Gonçalves	19	-	Tondela	Rua Caetano Palha	Colarinhos	1917
Maria Ricardina Laura	29	-	Mangualde	Rua do Convento da Encarnação, 20	-	1902
Maria Conceição Ferreira	29	-	-	Rua de S. Bernardino. 26 1.º	-	1906
Aurora Lopes	23	-	Lisboa	Rua Palmira, 9	-	1918
Delfina Ferreira	23	-	Carraceda	Rua Álvaro Coutinho- 52 5	-	-
Leopoldina Miranda	21	-	Benavente	Rua Barão de Sabrosa, 183 RC	-	1918
Secção Acabadeiras – cerca de 4 trabalhadoras						
Secção Camiseiras – cerca de 29 trabalhadoras						
Pessoal do fogo, escritório, roupa de senhora e colarinhos – cerca de 6 trabalhadores						
Lavandaria – cerca de 4 trabalhadores						

Fontes

Arquivo Municipal de Lisboa

Controlo de obras particulares

Processo de obra n.º 454/DAG/PG/1905

Processo de obra n.º 1109/1.ª REP/PG/1910

Processo de obra n.º 3898/1.ª REP/PG/1910

Processo de obra n.º 1869/1.ª REP/PG/1913

Processo de obra n.º 1427/1.ª REP/PG/1916

Museu de Lisboa

Fundo documental da Engomadoria Ramiro & Leão (por tratar).

Bibliografia

Agenda de família dos Grandes Armazéns do Chiado, 1938, 19.º ano, 4.ª edição. Lisboa: armazéns do Chiado.

Folgado, D. (1994). 'Sempre por bom caminho e segue'. Grandella - Fábrica/Bairro. Em J. C. Jiménez Barrientos e J. M. Pérez Mazón (Coord.) *Actas de las primeras Jornadas Ibericas de Patrimonio Industrial y Obra Publica* (pp. 315-329). Sevilha: Junta de Andalucía / Consejería de Cultura y Medio Ambiente / Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial / Asociación Española del Patrimonio Industrial de la Obra Pública.

Folgado, D. (1991). Grandella. Uma figura a deter. *Dirigir - Revista do Instituto do Emprego e Formação Profissional*, 48 (maio/junho), 39-40.

Folgado, D. & Custódio, J. (1999). *Guia do Património Industrial*. Lisboa: Livros Horizonte.

O Real Colyseu de Lisboa
(Rua da Palma n.º 265-287)
The “Real Colyseu” of Lisbon
(Rua da Palma no. 265-287)

Arlette Figueira

ERA – Arqueologia, S.A.

Inês Mendes da Silva

ERA – Arqueologia, S.A. e Centro de História,
Universidade de Lisboa

Patrícia Mestre

ERA – Arqueologia, S.A.



Resumo: As obras de requalificação de um edifício localizado na Rua da Palma 265-287, na freguesia de Arroios, Lisboa, conhecido como antiga Garagem Auto Lis, permitiram identificar os vestígios arqueológicos do Real Colyseu de Lisboa, ali localizado e inaugurado em dezembro de 1887, onde terá sido realizada a primeira exibição de cinema em Portugal, em 1896. O Real Colyseu de Lisboa foi demolido no início do século XX, dando lugar a um novo edifício modernista, conhecido como Garagem Auto Lis, inaugurada em 1933, tendo funcionado como garagem de automóveis até ao início do século XXI. Estes trabalhos arqueológicos realizados em 2021, permitiram aumentar o conhecimento histórico/arqueológico da freguesia de Arroios, contribuindo de igual modo com novos dados para a Arqueologia Contemporânea e Industrial de Lisboa.

Palavras-chave: Real Colyseu de Lisboa; Património; Arqueologia; Conservação; Restauro.

Abstract: The requalification works of a building located at *Rua da Palma* 265-287, in the parish of *Arroios*, Lisbon, known as the old Auto Lis Garage, made it possible to identify the archaeological remains of the “Real Colyseu” of Lisbon, located there and inaugurated in December of 1887, where the first cinema exhibition in Portugal will have taken place in 1896. The “Real Colyseu” of Lisbon was demolished at the beginning of the 20th century, giving way to a new Modernist building, known as Auto Lis Garage, inaugurated in 1933, having functioned as a cars garage until the beginning of the 21st century. These archaeological works carried out in 2021 allowed to increase the historical/archaeological knowledge of the parish of *Arroios*, contributing with new data for Contemporary and Industrial Archaeology.

Keywords: *Real Colyseu of Lisbon*; Heritage; Archaeology; Conservation; Restoration.



Contextualização histórica

O edifício localizado na rua da Palma, entre os números 265 e 287, na freguesia de Arroios, concelho e distrito de Lisboa (Vd. figura 1), foi o local onde esteve instalada uma das primeiras oficinas de automóveis em Lisboa (entre os anos 30 do século XX até inícios do século XXI), e local onde anteriormente nasceu o emblemático Real Colyseu de Lisboa, no século XIX. Este edifício encontra-se classificado como Imóvel de Interesse Público (IIP), conforme o Decreto n.º 8/83, DR, I Série, n.º 19, de 24-01-1983.

A ocupação deste espaço enquanto garagem de automóveis, denominada por Garagem Auto Lis ou Garage Auto Liz, remete para o ano de 1933, ano da sua construção, com a assinatura do arquiteto Hermínio Barros. Este edifício apresenta um estilo arquitetónico modernista, e caracteriza-se, essencialmente, por um jogo de linhas verticais e horizontais entrecruzadas, pelos seus elementos maioritariamente planos, de desenho geometrizante, patente nas suas fachadas (Vd. figuras 6 e 7). Este edifício de planta retangular e de volume único, em termos estruturais é composto por dois pisos, apresentando uma fachada composta por grandes janelas de caixilharia de ferro com linhas geométricas simples (Oliveira, 2021, p. 1). No topo do edifício, podemos verificar uma espécie de pináculos paralelepípedicos escalonados (Oliveira, 2021, p. 1), compostos por caixilharia de ferro, envidraçadas, conferindo assim um valor estético diferenciado ao edificado (Vd. figuras 6 e 7).

Os dois pisos do edifício eram utilizados para as atividades relacionadas com a garagem de automóveis, com exceção dos compartimentos a Este, junto à Rua da Palma, que eram explorados como estabelecimentos comerciais de tipologia variada. No piso inferior, junto à entrada Norte do edifício existia uma área destinada à receção de clientes e escritório da garagem e uma zona para o armazenamento de ferramentas e acessórios variados. Todo o espaço central, envolvido pelos pilares do edifício, era utilizado para as mais variadas atividades executadas na oficina, nomeadamente, lavagem de estofos, sistema de elevação de automóveis e local direcionado para o abastecimento de combustíveis. A Sul, encontravam-se os vestiários e instalações sanitárias (Oliveira, 2021, p. 5), para utilização por parte dos funcionários da garagem. Nesta zona estava instalada uma escada de ferro em formato caracol, que dava acesso ao segundo piso. Este acesso ao piso superior, podia ser realizado pela entrada Norte e respetiva rampa de acesso destinada para os automóveis. No segundo piso do edifício, realizavam-se atividades relacionadas com a troca de pneus e lavagens de automóveis, servindo ainda este espaço como zona de estacionamento de viaturas que estariam a aguardar atendimento. Todos os elementos estruturais e arquitetónicos, associados à Garagem Auto Lis, que ainda se encontravam no local no início dos trabalhos arqueológicos realizados no local, foram objeto de registo fotográfico pormenorizado e alvo de fotogrametria, numa fase prévia à empreitada, salvaguardando assim a sua memória futura através do registo arqueológico.

Antes da sua utilização como garagem, no século XIX, este espaço encontrava-

se ocupado pelo Real Colyseu de Lisboa, inaugurado em 1887, tendo os terrenos onde se localizava, sido cedidos pela Condessa de Geraz de Lima (Sousa Bastos, 1908, p. 312). Segundo as fontes históricas, em 1896, foi neste local realizada a primeira exibição cinematográfica em Portugal (Pedrosa, 2015, p. 370), apresentada por Edwin Rousby (Jesus, 2019, p. 81), fazendo assim de Lisboa a oitava cidade europeia a exhibir cinema.

O Real Colyseu de Lisboa, foi projetado pelo engenheiro Ganhado (Oliveira, 2021, p. 13), e apresentava uma capacidade máxima de cerca de 5 mil espetadores, distribuídos por cadeiras, camarotes e pelas bancadas dispostas de forma concêntrica, ao estilo dos anfiteatros, onde podiam ser acomodadas cerca de 3 mil espetadores, em redor de uma arena (Oliveira, 2021, p. 13). O Colyseu possuía ainda um palco e um foyer na entrada (Oliveira, 2021, p. 13). No entanto, este espaço era considerado esteticamente pouco interessante pela sociedade da altura pois, estruturalmente, apresentava paredes de madeira e cobertura tipo cúpula, assente em pilares de ferro (Vd. figuras 2, 3 e 4).

Na época, a sua localização era considerada pouco central e pouco acessível em termos de transportes públicos. Ao longo dos anos, foi perdendo espetadores, pelos motivos apresentados anteriormente e também pelo facto de terem surgido outras salas de espetáculos que apresentavam melhores condições e maior acessibilidade em termos de transportes públicos, como é o caso do Coliseu dos Recreios.

O Real Colyseu de Lisboa constituiu um espaço versátil, onde foram apresentados espetáculos variados, nomeadamente, atividades circenses, pequenas óperas, ginásticas e mímicas (Sousa Bastos, 1908, p. 312). A primeira exibição cinematográfica no Real Colyseu, esteve marcada para dia 17 de junho de 1896, no entanto, a falta de eletricidade no espaço e a falha do gerador que alugaram para o espetáculo, fez com que a exibição fosse marcada para o dia seguinte (Oliveira, 2021, p. 15). Os oito pequenos filmes exibidos no dia 18 de junho de 1896, foram apresentados em duas sessões, uma à tarde para a imprensa e uma outra para o público geral, no intervalo de um dos espetáculos agendados para esse dia (Oliveira, 2021, p. 16).

Tendo em conta o surgimento de várias salas de espetáculos em Lisboa com melhores condições, a empresa que geria o Real Colyseu, acabaria por falir em 1917, cedendo assim este espaço para a Administração dos Correios e Telégrafos, passando o edifício a funcionar como armazém de encomendas postais (Oliveira, 2021, p. 18). Após a desocupação do espaço pelos Correios, viria a ser demolido em 1929 (Oliveira, 2021, p. 21). No ano seguinte, o terreno que ocupava viria a ser comprado e, em 1933, o espaço deu lugar à já referida, Garagem Auto Lis, ou Garage Auto Liz como primitivamente era denominada (Oliveira, 2021, p. 22). Já em fase de garagem, o sítio terá sofrido algumas remodelações ao longo do tempo, principalmente entre as décadas de 50 e 70 do século XX, relacionadas com a instalação de infraestruturas de apoio a atividades mecânicas de reparações de carros. Em 1891, a garagem foi classificada como Imóvel de Interesse Público por Despacho do Instituto Português do Património Cultural (IPPC) e da Câmara Municipal de Lisboa,

Decreto n.º 8/83, DR, 1.ª série, n.º 19 de 24 janeiro 1983 / Parcialmente incluído na Zona de Proteção do Aqueduto das Águas Livres e na Zona de Proteção dos Edifícios da Calçada do Desterro, nos 13 a 13B.

Trabalhos arqueológicos realizados

Os trabalhos arqueológicos realizados no âmbito do projeto de reabilitação do edifício localizado na Rua da Palma, n.º 265-287, Lisboa, onde se previa a instalação de um estabelecimento comercial da rede SONAE, corresponderam à realização inicial de sete sondagens arqueológicas de diagnóstico (numa área total de diagnóstico de 32m²), para aferir o potencial patrimonial das áreas de afetação previstas no âmbito da referida obra e fundamentar medidas subsequentes de minimização de impactos. Nesta fase prévia ao início da empreitada, foi realizado um levantamento através do método da fotogrametria, de todos os elementos associados à ocupação do espaço enquanto garagem de automóveis, de forma a salvaguardar através do registo arqueológico esta fase importante do edificado a intervir, bem como a realização de fotografias de pormenor das realidades encontradas à vista (Vd. figura 8) no piso térreo e no piso superior do edifício, nomeadamente de mobiliário e estruturas negativas associadas ao suporte de maquinaria da garagem, uma vez que a maioria dessa maquinaria já não se encontrava no local.

Ao iniciar a fase de diagnóstico arqueológico, a equipa de arqueologia já tinha conhecimento de que o local correspondia à localização do antigo Real Colyseu de Lisboa, demolido no século XX. No entanto, tendo em conta as obras realizadas desde então no local, desconhecia-se o grau de preservação dos eventuais vestígios arqueológicos associados à ocupação do espaço enquanto Coliseu.

No decorrer dos trabalhos arqueológicos, a área total intervencionada viria a ser expandida (passando para um total de 46m² de diagnóstico), com o intuito de aferir mais informações sobre as estruturas arqueológicas identificadas nas sondagens 1, 2 e 6 (Figueira & Mendes da Silva, 2021, pp. 13 e 14), que nesta fase inicial sugeriam estar vinculadas ao Real Colyseu de Lisboa. Este alargamento da área de intervenção viria a confirmar a presença de vestígios do Real Colyseu, nomeadamente a presença de estruturas de base das bancadas, “anéis” de configuração circular, que circundavam a zona da arena e do palco e que sustentavam toda a estrutura de cobertura do edifício (Vd. figura 5 e 13).

Após a conclusão dos trabalhos arqueológicos em fase de diagnóstico prévio, tendo em conta as medidas de minimização propostas em sede de Relatório Preliminar, procedeu-se ao acompanhamento arqueológico das atividades em fase de obra, que previam a afetação do subsolo. Neste sentido, realizou-se o acompanhamento arqueológico dos trabalhos de remoção do pavimento da garagem e de toda a escavação até à cota de afetação, prevista no projeto de obra, bem como o acompanhamento dos desmontes parciais previstos nas estruturas arqueológicas de cronologia contemporânea identificadas nas sondagens 1 e 6 (Figueira & Mendes da Silva, 2021, p. 14).

Durante o processo de remoção do pavimento do edifício, foi possível identificar a continuidade da estrutura de base do edifício de espetáculo, já identificada na fase de diagnóstico arqueológico, na sondagem 2 e a presença de um conjunto de novas estruturas preservadas em toda a garagem, pertencentes tanto ao Real Colyseu de Lisboa como a e outras construções relacionadas com a ocupação do espaço enquanto garagem de automóveis desde a década de 30 do século XX.

As estruturas identificadas relacionadas com a funcionalidade do espaço enquanto garagem de automóveis, distinguem-se em duas fases: uma com poços de inspeção não mecânicos, datada da década de 30 do século XX e uma fase mais recente, associada às remodelações executadas no edifício desde a década de 50 do século XX, onde foi promovida uma modernização do local com a instalação de meios mecânicos para auxílio de reparação e inspeção de automóveis, bem como a instalação de estruturas para o armazenamento de combustível (Vd. figura 11) e toda a canalização associada.

Da fase mais antiga da utilização do edifício enquanto garagem de automóveis, foi identificado um conjunto de três poços de inspeção, em tijolo burro, já desativados e entulhados, onde apenas um deles preservava ainda in situ, a escada de acesso em ferro (Vd. figura 10). Estes poços de inspeção automóvel, encontravam-se já muito afetados pelas próprias remodelações exercidas no local, no âmbito da modernização da garagem entre os anos 50 e 70 do século XX. À fase mais recente da garagem, encontram-se associadas as estruturas identificadas no piso térreo (base de maquinarias, sistema de elevação de automóveis e tanques) e um conjunto de 3 depósitos cilíndricos para armazenamento de combustível e respetivas estruturas de apoio, nomeadamente caixas de bombagem e canalização de ligação (Vd. figura 11) que se encontravam no subsolo.

As estruturas identificadas e associadas ao Real Colyseu de Lisboa, são constituídas por 3 “anéis” de configuração concêntrica, em alvenaria de pedra calcária com ligante de argamassa de tonalidade alaranjada (Vd. figuras 9 e 12). Um dos “anéis” apresentava perfurações/encaixes (Vd. figura 10), ainda com restos de madeira preservadas, posteriormente cobertos por lajes com semelhante aparelho de construção, associado as antigas bancadas de madeira do Real Colyseu de Lisboa.

Apenas uma destas estruturas foi identificada na fase de diagnóstico, as restantes foram identificadas no âmbito do acompanhamento arqueológico da empreitada. Foi nesta fase que se constatou que as estruturas associadas ao Real Colyseu ainda se encontravam bastante preservadas em toda a área da garagem (Vd. figura 13), tratando-se então das bases onde assentavam as estruturas em madeira do edifício, nomeadamente as bancadas e os barrotes de sustentação da cúpula, que era constituída por ferro e madeira. O “anel” mais central, apresentava ainda restos de estuque pintado em tons avermelhados (Vd. figura 9), e provavelmente, seria a estrutura de limitação da área da arena onde se realizavam os espetáculos e estariam organizados os assentos móveis.

As estruturas do Real Colyseu estavam preservadas em grande parte da garagem,

apenas apresentando afetações nas zonas de instalação das infraestruturas associadas à construção da Garagem Liz na década de 30 do século XX e posteriormente associadas à remodelação do local nas décadas de 50 e 70 do século XX. Estas ocorrências surgiram no âmbito da construção do próprio edifício, ou seja, pela implantação de pilares e alicerces de sustentação do atual edificado, que acabaram por destruir parcialmente os “anéis” do Colyseu, e pela instalação dos poços de inspeção automóvel, depósitos de combustível e respetivas canalizações associadas.

O espólio recolhido durante os trabalhos arqueológicos, provém dos níveis de aterro e nivelção da área para a construção da garagem, ou seja, foram exumados materiais maioritariamente de cronologia contemporânea (Vd. figura 14), nomeadamente azulejos e cerâmica de construção e um elemento arquitetónico (base de coluna) de provável cronologia romana, obviamente descontextualizado.

Tendo em conta os resultados obtidos no decurso dos trabalhos arqueológicos, definiu-se como medida de minimização de impactos em sede de Relatório Preliminar que as estruturas identificadas e relacionadas com o Real Colyseu de Lisboa e com a fase primitiva da Garagem Auto Liz, seriam preservadas no local, dado a sua relevância patrimonial. Neste sentido, foram realizados alguns ajustes em termos do projeto construtivo, para que as estruturas em questão não fossem afetadas pelo mesmo, possibilitando assim a sua permanência no local de origem. Todas as estruturas associadas ao Real Colyseu e a maioria das estruturas vinculadas à fase de garagem, e após a realização do devido registo arqueológico, foram cobertas com manta geotêxtil e aterradas com material limpo e seco (Vd. figura 15).

Simultaneamente, considerando o valor patrimonial deste magnífico edifício e a sua singularidade arquitetónica, houve uma constante consultoria de Conservação e Restauro durante a fase de intervenção. Neste apoio, entre várias resoluções, inclui-se a realização de estudos estratigráficos através de várias janelas de inspeção nos rebocos e caixilharias originais (que se encontravam num avançado estado de degradação) de modo a cromaticamente se revestir as réplicas com a cor que se encontrava mais próxima do suporte metálico (Vd. figuras 17 e 18). Essas tonalidades foram adotadas o que veio trazer uma leitura mais íntegra e fidedigna ao elemento.

Deste modo, os trabalhos arqueológicos realizados no âmbito da requalificação do edifício da Garagem Auto Liz, permitiram contribuir para o conhecimento da história das ocupações daquele local desde o século XIX, associando assim as fontes históricas existentes com os achados arqueológicos evidenciados. O quarteirão, entre a Rua da Palma e a Calçada do Desterro, já se encontrava habituado a ser palco de estreias e momentos marcantes, tendo sido o local onde surgiu uma das primeiras salas de espetáculos de Lisboa, onde estreou o cinema em Portugal, e também onde se edificou um emblemático exemplar da arquitetura modernista, que acolheu uma das primeiras oficinas de automóveis de Lisboa. Todos estes fatores associados aos recentes achados arqueológicos, que já eram de prever, considerando as fontes históricas, contribuirão para que fosse adotada uma metodologia de salvaguarda do património arqueológico, evitando sempre que possível que as estruturas identificadas fossem afetadas. Desta forma, foi possível manter

todas as estruturas do Real Colyseu de Lisboa e a maioria das estruturas associadas à Garagem Auto Liz.

Este trabalho de reabilitação urbana constituiu um ótimo exemplo de boas práticas patrimoniais, pois acabou por contribuir para a dinamização da sua área de inserção, dado que se tratava de um edifício que se encontrava muito degradado e frequentemente alvo de vandalismo, possibilitando assim a sua valorização patrimonial e preservação da sua integridade estrutural (Vd. figura 16), e de igual modo, para a salvaguarda e valorização do património histórico e arqueológico.

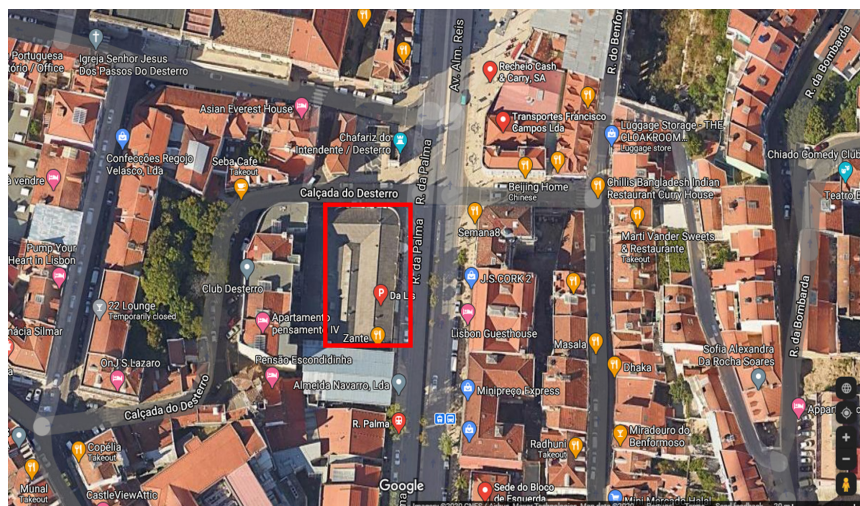


Figura 1
Localização da "Garagem Liz",
no Google maps
Fonte: Imagem adaptada de:
www.googlemaps.com,
11/08/2023



Figura 2
O frontispício do Real Colyseu de Lisboa,
antecedente da Garagem Lis
Fonte: *Jornal Ilustrado*, junho de 1896.
Disponível em: <https://restosdecoleccion.blogspot.com/2015/06/real-colyseu-e-paraizo-de-lisboa.html>



Figura 3
O Real Colyseu de Lisboa
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa,
Eduardo Alexandre Cunha,
início do séc. XX,
PT/AMLSB/CMLSB/PCSP/004/ACU/001109



Figura 4

Vista aérea panorâmica de Lisboa, vendo-se a cobertura do Real Colyseu de Lisboa
 Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, José Artur Leitão Bárcia, início do séc. XX, PT/AMLSB/CMLSB/PCSP/004/BAR/000477

Figura 5

Planta do Real Colyseu – pormenor das bancadas, palco e arena
 Fonte: José Leite, Restos de Coleção.
<https://restosdecoleccion.blogspot.com/2015/06/real-colyseu-e-paraizo-de-lisboa.html>

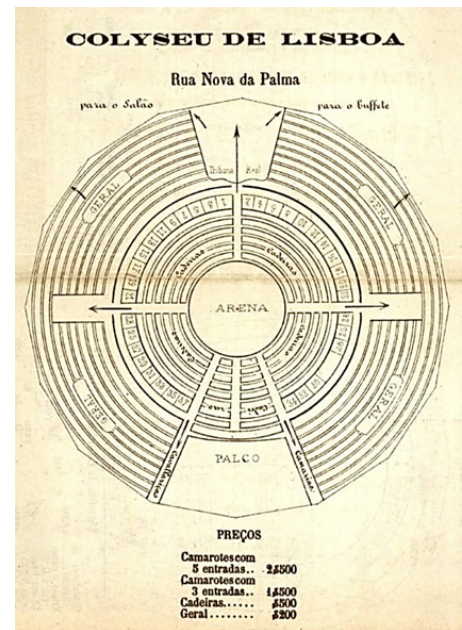


Figura 6

Edifício da Garagem Liz, em meados da década de 30 do séc. XX, quando foi construído
 Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Empresa Pública Jornal O Século, Álbuns Gerais n.º 30, doc. 1654,1834, PT/TT/EPJS/SF/001-001/0030/1654I



Figura 7

Fachada Norte. Os trabalhos de requalificação do edifício da antiga Garagem Auto Liz
 Fonte: ERA Arqueologia, outubro de 2021



Figura 8

Interior da Garagem Liz

Fonte: ERA Arqueologia, outubro de 2021



Figura 9

Pormenor das estruturas de embasamento das bancadas do Real Coliseu de Lisboa. Pormenor do anel central, ainda com estuque pintado

Fonte: ERA Arqueologia, novembro de 2021



Figura 10

Pormenor de tanque de inspeção automóvel, da fase primitiva da garagem Auto Lis e estruturas de embasamento do antigo Real Coliseu de Lisboa

Fonte: ERA Arqueologia, novembro de 2021



Figura 11

Estruturas de armazenamento de combustível e respetiva canalização da Garagem Auto Liz

Fonte: ERA Arqueologia, novembro de 2021

Figura 12
Vista geral (lado Sul) das estruturas
arqueológicas associadas ao
Real Colyseu de Lisboa
Fonte: ERA Arqueologia,
novembro de 2021

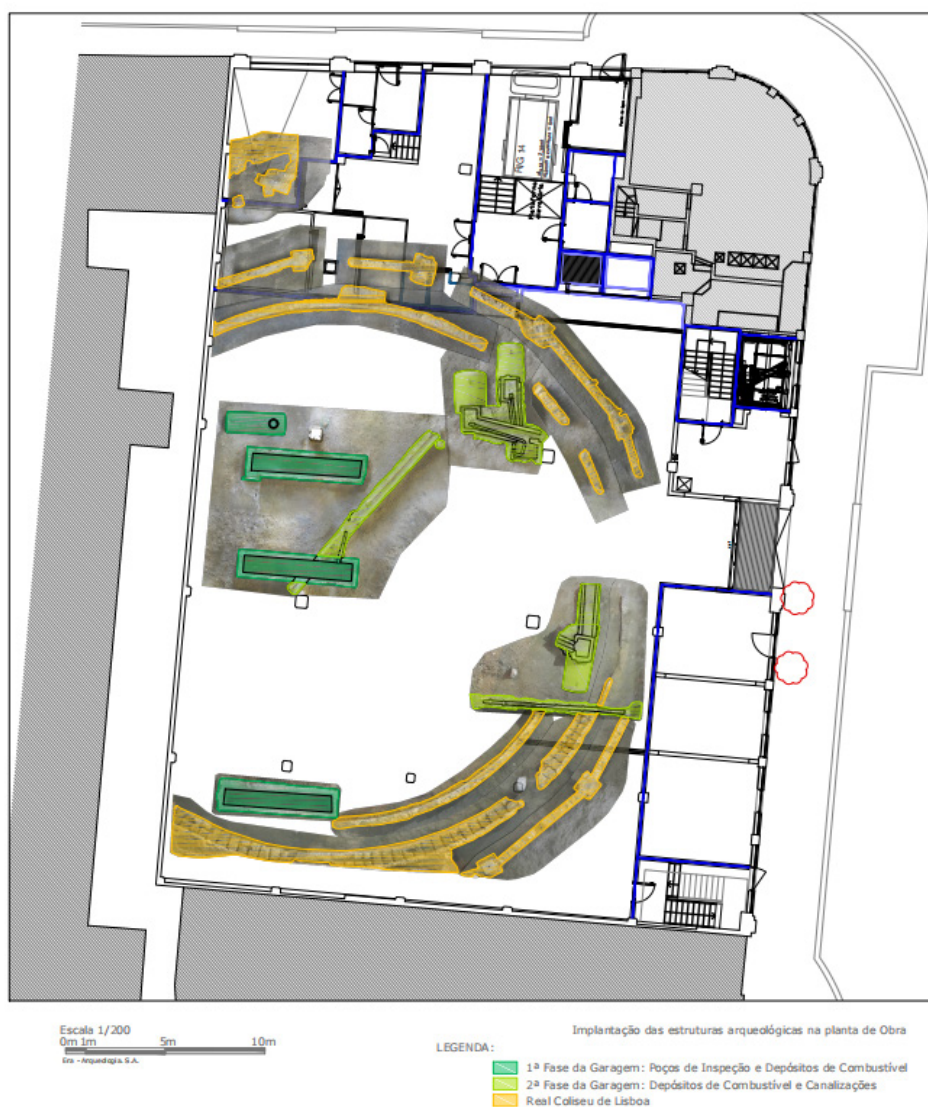


Figura 13
Fotogrametria das estruturas arqueológicas
identificadas durante o acompanhamento
arqueológico, sobre planta de obra
Fonte: ERA Arqueologia, novembro de 2021

Figura 14
Conjunto de azulejos de cronologia Contemporânea, recolhidos durante o acompanhamento arqueológico realizado no local
 Fonte: ERA Arqueologia, novembro de 2021



Figura 15
Medidas de minimização adotadas - preservação in situ das estruturas arqueológicas do Real Coliseu de Lisboa
 Fonte: ERA Arqueologia, outubro de 2021

Figura 16
Fotografia após a reabilitação da antiga Garagem Auto Lis, atual estabelecimento comercial da cadeia Sonae
 Fonte: ERA Arqueologia, 2022





Figura 17
*Camada monocromática presente
 debaixo do vão de janela do r/c
 durante a intervenção*
 Fonte: ERA Arqueologia, 2022



Figura 18
*Janela de amostragem das diferentes camadas
 cromáticas existentes nas caixilharias originais
 das janelas durante a intervenção*
 Fonte: ERA Arqueologia, 2022

Fontes

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Empresa Pública Jornal O Século, Álbuns Gerais n.º 30, doc. 1654,1834, PT/TT/EPJS/SF/001-001/0030/1654I.

Bibliografia

Aurélio, J. E. F. (2015-2016). Paraíso de Lisboa. *Lisboa de Antigamente*.

<https://lisboadeantigamente.blogspot.com/2015/10/paraíso-de-lisboa.html>

Aurélio, J. E. F. (2015, outubro 29). Paraíso de Lisboa. *Lisboa de Antigamente*.

<https://lisboadeantigamente.blogspot.com/2015/10/paraíso-de-lisboa.html>

Aurélio, J. E. F. (2015, outubro 28). Real Colyseu de Lisboa. *Lisboa de Antigamente*.

<https://lisboadeantigamente.blogspot.com/2015/10/real-colyseu-de-lisboa.html>

Aurélio, J. E. F. (2016, dezembro 29). Garagem Liz. *Lisboa de Antigamente*.

<https://lisboadeantigamente.blogspot.com/2016/12/garage-liz.html>

Dias, M. T. (1987). *Lisboa Desaparecida*, vol. I. Lisboa: Quimera.

Direção Geral Do Património Cultural. (2023). Portal do Arqueólogo.

Consultado em 8 maio 2023. Disponível em <http://geo.patrimoniocultural.pt/>.

Figueira, A. & Mendes da Silva, I. (2021). *Relatório dos trabalhos Arqueológicos, Garagem Auto Liz*. Lisboa: ERA Arqueologia, S.A.

Jesus, M. (2019). *Cinema Salão Lisboa – Fotogramas recuperados*. [Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura. Universidade Autónoma de Lisboa].

Leite, J. A. (2015, junho 21). Real Colyseu e Paraizo de Lisboa. *Restos de Colecção*.

<https://restosdecolecção.blogspot.com/2015/06/real-colyseu-e-paraizo-de-lisboa.html>

Ministério da Cultura e Coordenação Científica. (1983). “Decreto do Governo n.º 8/83”. *Diário da República Série I*, 19 (janeiro): 150-152. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-governo/8-1983-307779>

Oliveira, L. (2021). *Edifício da Garagem Auto Lis - Rua da Palma, nos 265 – 281 e Calçada do Desterro, nos 1 e 1 A LISBOA - estudo histórico-artístico*. Lisboa. Manuscrito submetido para publicação.

Pedrosa, P. (2015). Lisboa e os seus cinemas. Gestos, práticas e espaços de uma afinidade. *Aniki*, 2, 2, 370-375. <https://doi.org/10.14591/aniki.v2n2.166>

Silva, A. V. (1943). *As Freguesias de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

Silva, J. (1992). *Garagem Liz*. SIPA - Sistema de Informação para o Património Architectónico. http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=3027

Sousa Bastos, A. (1908). Real Colyseu de Lisboa. Em A. Sousa Bastos, *Diccionario do Theatro Portuguez*. (p. 312) Lisboa: Imprensa Libanio da Silva.

**Passeando pela Colina de Santana
com Sara Benoliel**
**Strolling through the hill of Santana
with Sara Benoliel**

Célia Pilão
Investigadora



Resumo: Sara Benoliel nasceu no Brasil, em 1898. Formou-se em Medicina em Lisboa e especializou-se em Pediatria na Alemanha, na Áustria e na França. É considerada a primeira pediatra portuguesa.

Criou o Jardim-Escola do Hospital de Dona Estefânia e a Creche do Auxílio Maternal dos Hospitais Cíveis de Lisboa. Exerceu pediatria em instituições públicas e privadas e lecionou cursos teóricos e práticos de puericultura, área em que também foi pioneira.

Tem uma vasta obra publicada.

Pertenceu ao Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas e colaborou com a associação de juventude israelita Hehaber.

Morreu a 20 de dezembro de 1970, em Lisboa.

Palavras-chave: Criança; Pediatria; Puericultura; Pioneirismo; Cidadania.

Abstract: Sara Benoliel was born in Brazil, in 1898. She graduated in Medicine in Lisbon and specialized in Pediatrics in Germany, Austria, and France. She is considered the first Portuguese pediatrician.

Benoliel created the kindergarten at Dona Estefânia Hospital and the *Creche do Auxílio Maternal dos Hospitais Cíveis de Lisboa* [Nursery of Maternal Assistance of the Civil Hospitals of Lisbon]. She practiced Pediatrics in both public and private institutions and taught theoretical and practical courses in childcare, an area in which she was also a pioneer.

She has a vast body of published work.

She belonged to the *Concelho Nacional de Mulheres Portuguesas* [National Council of Portuguese Women] and collaborated with the association of Israeli youth Hehaber.

She died on 20th December 1970, in Lisbon.

Keywords: Child; Pediatrics; Childcare; Pioneerism; Citizenship.



1. Sara Benoliel em Manaus

Sara Benoliel Barchilon nasceu no Brasil, em Borba, Manaus, a 12 de abril de 1898. Filha de Mery Barchilon e de Raphael Samuel Benoliel, ambos judeus marroquinos, originários de Tetuan. É a terceira de uma prole de sete.

Nasce no início do apogeu do ciclo da borracha (1890-1920), tempo em que a cidade de Manaus se transformaria na “Paris da Amazônia”, e cresce no seio de uma família de grandes comerciantes. O pai é sócio da empresa Benoliel, Levy & Cia., uma das mais importantes firmas de Manaus, com os seus armazéns e escritórios num grande edifício no ponto mais central do comércio da cidade. Importa da Europa, América e de outros estados brasileiros todo o tipo de géneros alimentícios, ferragens, tecidos e miudezas. Na praça de Manaus vende os produtos que recebe dos seus vastíssimos terrenos na Amazônia, nomeadamente borracha, castanha e cacau. Raphael Benoliel foi diretor da Associação Comercial do Amazonas.

Nesse tempo, do lado oposto dessa riqueza e esplendor de Manaus vivia-se: “A luta dos cearenses e maranhenses nas florestas da Amazônia, uma epopeia de que não ajuíza quem, no resto do Mundo, se deixa conduzir, veloz e comodamente num automóvel com rodas de borracha – da borracha que esses homens, humildemente heroicos, tiram à selva misteriosa e implacável.” (Castro, 1930, p. 23).

Não sabemos se a jovem Sara se terá apercebido da diferença entre estes dois mundos.

2. Sara Benoliel na Faculdade de Medicina de Lisboa

Ainda jovem, Sara Benoliel vem estudar para Lisboa e em 1920 entra em Medicina na Faculdade do Campo de Santana. Nesse tempo os cursos superiores eram frequentados quase totalmente por homens. Como bem lembra Raquel Gonçalves: “Em 1910, quando foi implantada a República, apenas 23 mulheres estavam matriculadas em instituições de ensino em Portugal. A universidade de Coimbra, ainda a única existente, era frequentada por 1262 alunos, sendo 5 do sexo feminino.” (2000, p. 32).

A imagem seguinte confirma a predominância do sexo masculino no 5.º ano da Faculdade de Medicina de Lisboa, em 1919, com apenas uma aluna, sentada à direita do professor.

“Foi durante a segunda década do século XX que começaram a surgir das universidades portuguesas raparigas que se distinguiram nas suas profissões. Citamos o caso das médicas Eufrosina Teixeira, Branca Rumina e Sara Benoliel e das cientistas Branca Edmée Marques, Seomara da Costa Primo e Matilde Bensaúde, entre outras.” (Gonçalves, 2000, p. 32).

Figura 1
Alunos do 5º ano da Faculdade de Medicina de Lisboa fotografados em grupo com um dos seus professores
Fonte: *Ilustração Portuguesa*, 2.ª série, n.º 701, 28 de julho de 1919, p. 71



A Figura 2 mostra as nove alunas que frequentavam a Faculdade de Medicina de Lisboa, em 1921, entre as quais se encontra Sara Benoliel, aluna do 2º ano.



Figura 2
As nove alunas que frequentavam a Faculdade de Medicina de Lisboa, em 1921
Fonte: *Ilustração Portuguesa*, 2.ª série, n.º 803, 9 de julho de 1921, p. 28.

Sara teve o privilégio de ser formada por professores da chamada "Geração de Ouro" da Medicina Portuguesa, especializada no estrangeiro e defensora de uma medicina científica e experimental. Longe vão os métodos da velha escola, situada no interior da cerca do Hospital de São José.

O diretor da Faculdade era, à época, Azevedo Neves. Os professores de Sara Benoliel ainda hoje são referências no mundo médico e na sociedade portuguesa. Listamos as disciplinas do programa do curso e os respetivos professores:

Anatomia Humana - Henrique Vilhena
Histologia e Embriologia - Augusto Celestino da Costa
Fisiologia e Química Fisiológica - Marck Athias
Farmacologia e Terapêutica Geral - Sílvio Rebelo
Bacteriologia e Parasitologia - Aníbal Bettencourt
Higiene e Epidemiologia - Ricardo Jorge
Medicina Legal e Toxicologia - Azevedo Neves
Medicina Operatória e Anatomia Cirúrgica - Augusto Monjardino
Patologia e Terapêutica Cirúrgica - Francisco Gentil
Clínica Médica - Belo de Moraes
Clínica Cirúrgica - Custodio Cabeça
Obstetrícia - Moreira Júnior
Ginecologia - José Gentil
Oftalmologia - Gama Pinto
Psiquiatria - Júlio de Matos
Neurologia - Egas Moniz
Pediatria Médica e Cirúrgica - Jaime Salazar de Sousa
Deontologia Profissional - Bettencourt Raposo
Psiquiatria Forense - Sobral Cid
Anatomia Topográfica - Augusto Vasconcelos Correia

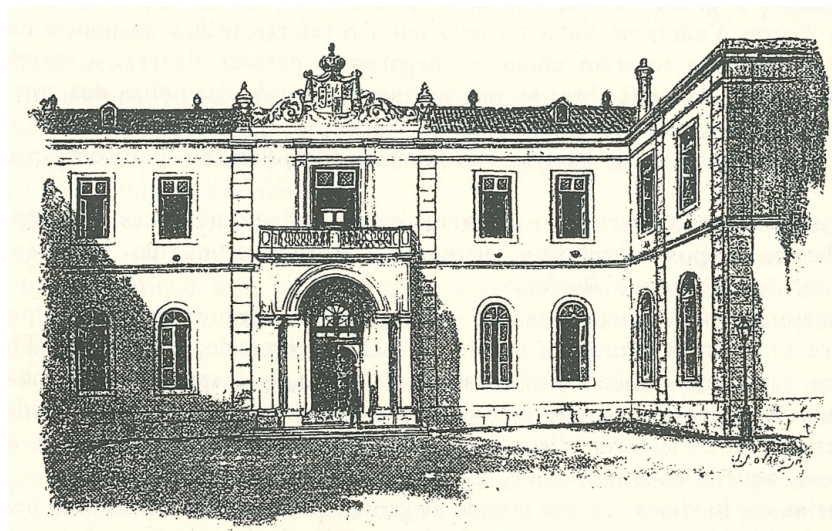
Sara Benoliel termina o curso em 1925 e em 1926 defende a tese inaugural “Modificações do Líquido Céfal Raquidiano na Meningite Tuberculosa”. Mais tarde, especializa-se em Pediatria na Alemanha, na Áustria e na França. É considerada a primeira pediatra em Portugal.

Voltará à Faculdade de Medicina de Lisboa, na qualidade de Assistente de Pediatria.

3. Atividade profissional no Hospital de Dona Estefânia

Sara Benoliel exerceu pediatria no Hospital de Dona Estefânia como assistente do Professor Salazar de Sousa entre 1927 e 1935 e na Consulta de Lactentes da Faculdade de Medicina de Lisboa, a partir de 1935.

Figura 3
Hospital de Dona Estefânia
Fonte: Alfredo Mesquita (1903),
Lisboa, Grav. n.º 175, p. 280



Salazar de Sousa foi a grande figura de referência profissional de Sara. Jaime Ernesto Salazar d'Eça e Sousa (1871-1940) forma-se em 1893 e em 1894 é nomeado médico extraordinário e cirurgião ordinário do Banco do Hospital de São José. Vai para Boston (EUA), em 1896, e com 26 anos especializa-se em Pediatria e Ortopedia. Regressa a Portugal e inicia as primeiras consultas externas nos Hospitais Civis de Lisboa (Pediatria, Ginecologia, ORL, Dermatologia e Urologia). Em 1902, dirige a consulta de doenças das crianças no Hospital de S. José e em 1910 é nomeado Professor Catedrático da secção cirúrgica da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa. Em 1911, rege a Cadeira de Pediatria e Ortopedia, já no âmbito da nova reforma. Dois anos depois, passa a dirigir a enfermaria de cirurgia pediátrica (Santa Ana) no Hospital Dona Estefânia. Acumula este cargo com a regência da cadeira de Pediatria da Faculdade de Medicina de Lisboa. Foi considerado o pai da Pediatria em Portugal.



Figura 4
Retrato de Salazar de Sousa do autor
Martinho da Fonseca, colocado em 1920
numa das enfermarias de Pediatria do
Hospital de D. Estefânia
Fonte: Ilustração Portuguesa, 2.ª série,
n.º 750, 5 de julho de 1920, p. 9

Em 1924, ainda estudante de Medicina, Sara Benoliel tem um papel determinante na criação do Jardim-Escola do Hospital de Dona Estefânia, afeto ao serviço do Professor Salazar de Sousa. Este organismo virá a ser reconhecido como Escola Oficial n.º 94, pela Portaria do Ministério da Instrução Pública de 31 março de 1926. O programa pedagógico desta escola baseava-se nos métodos de Froebel e de Maria Montessori, utilizando muitas coleções didáticas, brinquedos e jogos. A T.S.F. (Telefonia Sem Fios) difundia música nas enfermarias e a Companhia do Gaz e Electricidade apoiava as crianças com colónias de férias no campo e na praia.



Figura 5

Sara Benoliel (3.ª figura a contar da esquerda) e Jaime Salazar de Sousa (com bata branca) na Escola Oficial n.º 94 do Hospital de Dona Estefânia, em 1927
Fonte: Cortesia do Núcleo Museológico do Hospital de Dona Estefânia.

Esta ideia inovadora, agora concretizada por Sara Benoliel, tinha surgido em 1878, quando o médico Joaquim Gaspar Gomes solicita à Administração, um parque de recreio para as crianças, uma pequena floresta e um jardim de inverno, explicando que os passeios ao ar livre eram um grande recurso para crianças linfáticas e anémicas. Pediu, ainda, a introdução do ensino primário para as crianças hospitalizadas. A partir de 1926, a atividade de Sara intensifica-se no Hospital de Dona Estefânia e muito para lá da prática de Pediatria. Envolve-se na organização de muitas atividades, nomeadamente a Semana da Criança, as Festas de Natal e a distribuição de agasalhos. Há inúmeras imagens destas celebrações.



Figura 6

Festa de Natal no Hospital de Dona Estefânia em 17 de dezembro de 1929. Sara Benoliel encontra-se à direita vestindo um casaco comprido preto
Fonte: Empresa Pública Jornal O Século, Álbuns Gerais n.º 15, doc. PT/TT/EPJS/SF/001-001/0015/1746D, 1929. Autor não identificado. Imagem cedida pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo [ANTT].

Nestas fotografias, Sara Benoliel aparece quase sempre acompanhada pelo seu mestre. Expressa-lhe muitas vezes a sua admiração, sendo esta uma delas: “O Prof. SALAZAR DE SOUSA marca uma época iluminada pelo esplendor de um espírito privilegiado que, ao cirurgião émerito, ao investigador incançável e ao clínico de incomparável actividade – gerações de crianças, de pais, e de discípulos, saberão, numa hossana clamorosa, relembrar os benefícios que auferiram, de tão bem formado e prèclaro homem de ciência” (1938, p. 125).

4. O Auxílio Maternal do Pessoal Feminino dos Hospitais Cívicos de Lisboa

A Lei de 14 de abril de 1881 estipulava que as fábricas e outras empresas com mais de 50 trabalhadoras teriam de criar uma creche a menos de 200 metros do local de trabalho. Durante muito tempo esta lei não foi aplicada. Excetuaram-se a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, a Companhia Portuguesa dos Tabacos (também com maternidade para as suas trabalhadoras), o Auxílio Maternal dos Hospitais Cívicos de Lisboa, a Fábrica de Loiça de Sacavém, a Sociedade Nacional dos Fósforos e a Fábrica de Tecidos da Senhora da Hora, em Semide, também conhecida como “fábrica dos carrinhos”.

O Auxílio Maternal do Pessoal Feminino dos Hospitais Cívicos de Lisboa foi criado a 26 de março de 1931 e inaugurado a 16 de maio do mesmo ano, funcionando, primeiro, na Rua da Senhora do Monte, na Graça, passando, a 12 de setembro desse ano, para um edifício do Hospital de Santo António dos Capuchos. Tinha como missão cuidar dos filhos do pessoal feminino dos Hospitais Cívicos, durante as horas de trabalho das mães, e do pessoal masculino, mas só nos casos em que tinham os filhos a seu cargo.

Vale a pena salientar que funcionava 24 horas porque muitas mães tinham um regime de trabalho por turnos. Recebia crianças dos sete Hospitais Cívicos: São José, São Lázaro, Desterro, Arroios, Dona Estefânia, Santo António dos Capuchos e do Rego. Era constituído por dois serviços: a Creche, ou serviço n.º 1, para as crianças até aos 3 anos e o Jardim Infantil, ou serviço n.º 2, para as crianças dos 3 aos 7 anos. Sara Benoliel foi uma das impulsionadoras do Auxílio Maternal e diretora da Creche.

Na Creche, as mães podiam amamentar os seus filhos durante as horas de trabalho. A Creche também cuidava dos biberons de leite de vaca esterilizado, do banho, das consultas, da aplicação de vacinas e velava pelo repouso das crianças.

Em 1932, é inaugurado o novo edifício do Auxílio Maternal, construído de raiz, também no Hospital de Santo António dos Capuchos. O novo edifício foi programado respeitando as necessidades das crianças. Tendo em conta a sua qualidade, à época, listamos as suas instalações: sala de inspeção médica, cacifos individuais para roupa e calçado das crianças, balneário, cacifos individuais para os artigos de toilette das crianças (escovas, pentes, copos, etc.), cozinha, rouparia, gabinetes da diretora e auxiliares, salas de exposição de trabalhos das crianças, de repouso, de aula, de recreio e refeitório. O mobiliário foi adequado à idade de cada grupo de crianças e todas as salas tinham exposição a sul e deitavam para uma ampla galeria.



Figura 7

Fachada Sul do Auxílio Maternal

Fonte: Relatório do Serviço n.º 2 do Auxílio Maternal do Pessoal Feminino dos Hospitais Cívicos de Lisboa, 1933.

A decoração não foi descurada e cada espaço das crianças apresentava um friso com assuntos educativos: sala de exposições – estações do ano, assuntos agrícolas, pesca, caça; sala de repouso – diferentes meios de transporte; sala de aula – fábulas de diferentes animais; sala de recreio – brinquedos e jogos infantis; refeitório – as diferentes transformações que o trigo sofre desde que é lançado à terra até ao fabrico do pão.

O terreiro dos jogos era um espaço essencial, envolvido por jardins floridos, relva e árvores e com uma praia artificial com dois lagos.



Figura 8

Terreiro de jogos do Auxílio Maternal

Fonte: Relatório do Serviço n.º 2 do Auxílio Maternal do Pessoal Feminino dos Hospitais Cívicos de Lisboa, 1933.

Decorria assim o dia das crianças entre os 3 e os 7 anos: as mães entregavam as crianças às 7 horas da manhã. Às 8 horas, tomavam banho e vestiam a roupa da creche. A seguir tomavam o pequeno-almoço (café ou cacau com leite e pão com manteiga ou um caldo de farinha). Lavavam a boca e as mãos que secavam em pequenas toalhas que só serviam uma vez.

Começavam as atividades normalmente no exterior em pequenos canteiros, semeando, plantando e colhendo. Cultivavam flores para as jarras das salas e milho para as aves de capoeira. Só tinham papel e lápis de cor quando pediam porque sentiam prazer em pintar. Eram, no entanto, estimuladas a cultivar o gosto pelas artes, recortando estampas, construindo flores e ramos em papel, caixinhas, guardanapos e cromos para calendários.

Às 13 horas, almoçavam uma sopa, um prato e uma sobremesa. As três ementas mais confeccionadas eram: 1. Puré de feijão branco com arroz, bacalhau cozido com batatas e nabiças e laranjas; 2. Puré de legumes verdes com arroz, bife raspado com massa, bananas; 3. Sopa de aletria, ovo estrelado com açorda e peras.

Depois dos cuidados de higiene, repousavam em caminhas individuais, entre as 14 horas e as 16 horas. Às 16h30, merendavam pão e fruta ou o mesmo do pequeno-almoço. As mães iam buscar as crianças às 17 horas. As que pernoitavam, jantavam às 19h30 e adormeciam às 20 horas.

No Verão, iam à praia, ao campo e ao Jardim Zoológico, transportadas em ambulâncias ou automóveis.

Em síntese, a ideia principal que presidia ao funcionamento do Auxílio Maternal era preparar as crianças para uma vida que lhes proporcionasse toda a felicidade possível. Dispensavam-se as lições sistematizadas, as preocupações com a leitura, escrita ou cálculo. Por todo este programa perpassava o pensamento de Sara Benoliel. A este propósito, escrevia: “A única pessoa a quem compete orientar a criança, neste período de desenvolvimento da sua inteligência e da linguagem, é exclusivamente a mãe. Nunca será necessário forçar a criança, mas sim recorrer aos meios educativos dos sentidos, principalmente da vista e do ouvido, dos livros de imagens, dos contos, para o que o material de Froebel e de Maria Montessori constitui fonte inesgotável de ensinamento, constituindo a essência dos “jardins da infância” e destinados a crianças dos três aos seis anos, justamente a idade pré-escolar. (...)” (1942b, p.11).



Figura 9

Um aspeto da Creche do Auxílio Maternal no Hospital de S. António dos Capuchos a 15 de março de 1935. Sara Benoliel encontra-se em pé ao centro

Fonte: Empresa Pública Jornal O Século, Álbuns Gerais n.º 33, doc. PT/TT/EPJS/SF/001-001/0033/0462J.

Autor não identificado. Imagem cedida pelo ANTT.

Durante a sua atividade no Auxílio Maternal, onde toma posse como diretora a 9 de maio de 1931, ficando até 1934, Sara Benoliel recebe três louvores que destacam o zelo, a dedicação e a inteligência manifestados no desempenho dos serviços a seu cargo e pela forma como as crianças foram tratadas.



Figura 10

Festa de homenagem a Sara Benoliel no Asilo Maternal em 24 de dezembro de 1932

Fonte: Empresa Pública Jornal O Século, Álbuns Gerais n.º 24, doc. PT/TT/EPJS/SF/001-001/0024/1293G. Autor não identificado. Imagem cedida pelo ANTT.

5. Sara Benoliel e a Puericultura em Portugal

De acordo com Fernando da Silva Correia, em Portugal, entre 1916 e 1925: “A média da mortalidade, desde o nascimento aos 5 anos, foi de 53 063 por ano, mostramos que no decénio referido morreu uma criança, de menos de 5 anos de 10 em 10 minutos” (1938, p. 154).

Sara Benoliel, também muito preocupada com as elevadíssimas taxas de mortalidade infantil que grassavam no país, atribuí-a em parte à ignorância das mães no cuidado a ter com os bebés, o que provocava doenças e, muitas vezes, a morte. Considerava que essa ignorância era geral, independentemente da situação económica das mães. Perante tal situação, em 1942, escrevia: “Está demonstrado que na espécie humana as leis de selecção encontram apenas uma aplicação parcial. Além das crianças inaptas para viver, morrem outras que, nascidas nas melhores condições, sucumbem a alguma doença accidental, por incúria, ignorância... Só assim se explica que num País como o nosso em que no ano de 1940 morreram 39 042 crianças até aos 5 anos, cerca de 15 000 de diarreia e de enterite; perto de 4 500 de pneumonia; a tosse convulsa, a tuberculose e a difteria levassem 3 900, causas não especificadas ceifassem um pouco mais de 3 000, e a debilidade congénita e outras afeições cerca de 6 500 crianças. Mortalidade como esta não existe nos animais inferiores!” (1942a, p.7).

Esta realidade constatada diariamente na clínica e durante tantos anos, fez com que Sara Benoliel se multiplicasse em cursos, conferências e escritos onde divulgava os cuidados básicos a ter com as crianças.

Porém, Sara não estava sozinha nesta luta. A médica Branca Rumina (1898-1988), também exerceu uma atividade muito intensa no campo da Puericultura em Lisboa,

como médica nos lactários da Câmara Municipal, nas Creches da Misericórdia e especialmente nos Postos de Puericultura da Junta Geral do Distrito de Lisboa. O Instituto Clínico desta Junta, em janeiro de 1933, tinha a funcionar quatro Postos de Puericultura e Branca Rumina era diretora de um deles, o do Lumiar. Destinavam-se a receber as mães pobres, desde o período da gravidez até ao nascimento da criança que seria apoiada com alimentação e vigilância médica até aos 3 anos.

Num inquérito da Junta Geral do Distrito de Lisboa, efetuado no início da década de 1930, nos concelhos de Lisboa, o número de crianças necessitadas de serviços de puericultura era de 12 857, a que acresciam mais 1528 crianças completamente abandonadas. Perante esta situação, Branca Rumina deixa um conselho:

“Pode dizer-se que os maiores cuidados que uma criança de peito requer dizem respeito à sua alimentação – na boa alimentação está em grande parte o segredo de criar os filhos com saúde e sem doenças.

A alimentação que melhor serve a uma criança, desde o nascimento até perto de um ano de idade, é o leite de sua mãe.” (*Diário da Manhã*, 1933, p. 15).

Em 1932, os quatro postos de puericultura de Lisboa apoiaram cerca de 1000 crianças pobres, distribuindo 23 toneladas de preparados e substâncias alimentares: 21 mil kg de leite; 7 mil kg de farinha “Cister”; 1,5 mil kg de farinha “Lactofosfatada”; 1,4 mil kg de farinha “Maisena”; 870 kg de farinha de arroz; 79 kg de sêmola e 84 kg de “Albulactol” (*Diário da Manhã*, 1933, p. 15).

Desde o início do século XX que a Associação Protetora da Primeira Infância tinha vindo a criar lactários com vacas leiteiras ou cabras para fornecer o leite às crianças. Lisboa, em 1925, tinha seis lactários.

No início da década de 1940, Maria Lamas, diretora da revista *Modas & Bordados – Vida Feminina*, tendo em conta a competência da pediatra Sara Benoliel na área da Puericultura, convida-a a colaborar na “Página das Mães”. Entre 16 de Abril de 1941 e 26 de maio de 1943, Sara Benoliel escreve 45 artigos para esta revista. Este conjunto de artigos constitui um verdadeiro curso de puericultura. Listam-se os títulos dos 45 artigos:

Evolução da Puericultura

Cuidados a ter durante a gravidez

O que deve saber a mãe que amamenta

Os cuidados com a alimentação dos lactantes

Como se deve vestir o lactante

A digestão

As fezes

O deitar do lactante

O aleitamento misto

O aleitamento artificial

O berço e o mobiliário do lactante
Erros a evitar na alimentação artificial
O desmame
O banho do bebé
Cuidados a ter com o “biberon”
A dentição
Repercussão das perturbações nutritivas sobre a actividade cerebral do lactante
O despertar da inteligência do lactante durante o 1º mês
Perturbações durante a dentição
A chupeta
Os primeiros passos
Precauções com respeito às estações do ano
O crescimento do lactante
A temperatura e a sua interpretação
Os gritos e as suas interpretações
A vacina usual
A mortalidade infantil
O ouvido
A vista
O sentido do gosto e do olfacto
A linguagem
Como falam os pequeninos
Missão de mãe
Os prematuros
Como se desenvolvem os prematuros
O sentido do tacto
A debilidade congénita
Os gémeos
Cuidados a ter com os débeis e prematuros
Meios de defesa contra as infecções ou imunidade do lactante
Fontanela ou moleirinha
Como deve passar o dia o lactante
Precauções com o bebé, durante um longo percurso
Os purgantes
O “leitinho das bruxas”

As leitoras desta revista pertenciam à classe média, conservadora e tradicional. As capas da revista *Modas & Bordados – Vida Feminina* evidenciam a imagem da mulher admirada pelas leitoras desta publicação.



Figura 11

Capas de alguns números da Revista *Modas & Bordados – Vida Feminina*, onde Sara Benoliel publicou os seus artigos

Fonte: Fotos de Maria Inês Queirós

No entanto, não podemos esquecer que nesse tempo, a taxa de analfabetismo das mulheres portuguesas era elevadíssima, especialmente nas mais pobres. As revistas eram lidas e os cursos de puericultura ministrados a mulheres e mães de estratos sociais mais elevados.

Maria Lamas alterou os conteúdos da revista introduzindo temas de caráter social, tentando criar uma nova representação da mulher na sociedade de então.

Também Elina Guimarães salienta a necessidade de educar as mães e evidencia a qualidade da intervenção de Sara Benoliel nesta área: “Contristada por ver a absoluta ignorância sobre higiene infantil que lavra entre nós, até nas classes mais ricas, elevando a mortalidade a cifras vergonhosas, a Dr.^a Benoliel iniciou um curso teórico e prático de puericultura, tão interessante que todas as mães e futuras mães deveriam assistir.” (1930, p.1).

Sara Benoliel promove cursos gratuitos nas mais diversas instituições, independentemente das suas ideologias políticas e públicos-alvo, sempre com o objetivo de defender a saúde das crianças.

Na imagem seguinte vemo-la numa sessão de encerramento de um curso no Centro de Puericultura da Legião Portuguesa.



Figura 12

Sara Benoliel na sessão de encerramento do Curso de Puericultura do Centro de Puericultura da Legião Portuguesa, em 1938

Fonte: Fotos Empresa Pública
Jornal *O Século*, Álbuns Gerais
n.º 57, doc. PT/TT/EPJS/SF/001-001/0057/2302M.

Autor não identificado.
Imagem cedida pelo ANTT.

Irene Flunser Pimentel ajuda-nos a contextualizar este tipo de ação: “As filiadas das Organizações Legionárias Femininas (OLF) ficavam sob a autoridade dos respectivos comandantes distritais da Legião Portuguesa (LP) (...)”. As OLF incluíam “(...) serviços de enfermagem destinados a apoiar a Acção Social legionária, os serviços de assistência ‘dentro dos princípios da moral cristã em que sempre tem vivido a Pátria Portuguesa’ e a divulgação de noções de higiene, puericultura e de educação familiar. (...) As legionárias foram sobretudo vistas nas festas da LP a entregar bandeiras aos terços legionários, nos festivais da Brigada Naval e nas sessões assistenciais da Casa do Legionário e do Centro de Puericultura da LP, onde a pediatra Sara Benoliel ministrava aulas de enfermagem e de cuidados materno-infantis” (2007, p. 25).

Todavia, Sara Benoliel entendia que, embora na altura fosse mais conhecida e divulgada a puericultura pós-natal, a puericultura devia ter um âmbito mais vasto que começava na gestação da mãe, passando pela idade escolar, terminando na puberdade. Assim conseguir-se-ia acompanhar a higiene do crescimento do adolescente numa idade em que eram frequentes os transtornos circulatórios e respiratórios, como a tuberculose.

Entre 1938 e 1942, Sara Benoliel trabalha no Dispensário de Alcântara, instituição fundada em 1893 pela Rainha D. Amélia. Este dispensário apoiava as crianças pobres, desde o nascimento até aos 12 anos, com consultas, cirurgias e medicamentos e fornecia refeições durante o tempo de espera da consulta. Com a implantação da República, o dispensário passou a denominar-se Dispensário Popular de Alcântara e ficou dependente dos Hospitais Cívicos de Lisboa. Manteve os mesmos cuidados para as crianças, mas passou a incluir uma consulta para as mulheres grávidas e sífilíticas. Lembre-se que, nesta altura, uma das principais causas da mortalidade perinatal era a sífilis na mãe.

Durante as consultas de Pediatria deste Dispensário, Sara Benoliel constata um problema generalizado nas crianças, salientando: “Deparando-se-nos, diariamente, no Dispensário de Alcântara dos Hospitais Cívicos, uma elevada percentagem de crianças em idade escolar, aí levadas por outras doenças, verificamos o pouco cuidado que têm merecido os dentes nesta idade, tanto da parte da família como da assistência oficial ou particular. Pois nem sequer há uma escola ou cadeira de estomatologia nas nossas Faculdades de Medicina para a preparação dos médicos dentistas. Ninguém pensou ainda em ministrar essas consultas, quer por intermédio de organismos de assistência, quer por particulares que, poderiam criar postos ambulantes de estomatologia que periodicamente, visitariam as escolas primárias, aonde, como se presume, a frequência é dada por crianças de classes sociais menos abastadas e por conseguinte, impossibilitadas de pagar uma consulta no dentista” (1939, p. 199).

Confirma-se o pioneirismo do pensamento de Sara e o pragmatismo nas suas propostas.

A sua atividade incluiu também a organização e a direção do Dispensário do Tribunal da Infância, a partir de 1930, com cursos de puericultura gratuitos para mães

e raparigas. A primeira Lei de Proteção à Infância é de 14 de junho de 1911, decorrente da 1.ª República em Portugal. Esta legislação previa a organização de um sistema judicial de proteção moral e jurídico das crianças e jovens abandonados ou considerados delinquentes até aos 21 anos. O primeiro tribunal de menores foi criado em Lisboa com a designação de Tutoria da Infância. O seu Dispensário Infantil funcionava junto dos refúgios e integrava um programa de promoção e proteção da infância e da família, e tinha como objetivo atenuar a mortalidade infantil.

O estatuto judiciário de 1944 alterou a sua designação para Tribunal de Menores.



Figura 13

"A consulta", pela diretora do dispensário do Tribunal de Infância, Sara Benoliel, em 1931

Fonte: Acervo Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, Álbum Fotográfico dos Serviços Jurisdicionais e Tutelares de Menores de Lisboa, Fotografia n.º 53.¹

Sara Benoliel também exerceu pediatria no Jardim-Escola de João de Deus, na Beneficência de São Mamede, no Centro de Assistência Social à Infância (1943-1951) e no Instituto Maternal (1951-1953). No final da década de 1950, é admitida, por concurso, como pediatra das Caixas de Previdência onde exerceu até ao fim da vida.

Para além de toda esta atividade clínica e humanitária, Sara Benoliel mantinha o seu consultório privado no prédio onde morava, na rua do Salitre, n.º 161 em Lisboa.

6. A cidadã Sara Benoliel

Sara Benoliel foi um ser humano complexo. Nas suas diversas facetas, encontramos uma mulher da ciência, uma humanista, uma mulher inserida na burguesia da época, mas com laivos feministas e indiscutivelmente empenhada na causa judaica.

Elina Guimarães, em 1930, define-a assim: "Sara Benoliel é a mais cabal prova de que a ciência, longe de atrofiar na alma feminina as qualidades de bondade e ter-

1. Publicada em *Temas e Problemáticas da História Contemporânea em Portugal*, Instituto de História Contemporânea na Escola Secundária de Camões, 2015/2016, p. 31.

nura, ainda mais as sublima. Dela se pode dizer, sem a menor sombra de exagero, que faz da sua profissão um apostolado.” (1930, p.1).

Lembremos que Sara Benoliel colaborou, na década de 1940, com Maria Lamas na *Revista Modas & Bordados* e associou-se ao Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (CNMP) que, na opinião de Maria José Maurício “(...) foi uma verdadeira ‘escola’ de formação para a cidadania, onde várias gerações de mulheres se dedicaram à causa feminina, dando corpo e ‘alma’ à expressão de uma vontade colectiva de lutar pelos seus direitos cívicos.” (2005, p.20).

Já antes, em 25 de janeiro de 1936, tinha participado numa sessão de homenagem a Adelaide Cabete, organizada pelo CNMP e que decorreu na Universidade Popular Portuguesa, onde discursaram para além de Sara Benoliel, os médicos Cândida de Sousa Madeira Pinto, Ferreira de Mira e Henrique Vilhena, que salientaram a obra feminista e profissional da homenageada.

O CNMP organizou em janeiro de 1947, na Sociedade Nacional de Belas Artes, a Exposição de Livros Escritos por Mulheres de todo o mundo. Segundo o catálogo da Exposição, a sala C era dedicada à bibliografia das autoras onde se incluía Sara Benoliel. A Exposição foi encerrada pela Polícia de Intervenção e Defesa do Estado porque as obras expostas não tinham sido aprovadas pela censura.

Poucos meses depois, o Estado Novo encerra também o Conselho Nacional de Mulheres Portuguesas que se mantinha ativo desde 1914, data em que foi criado por Adelaide Cabete.

Sara Benoliel destaca-se como ativista da Hehaber, Associação da Juventude Israelita, criada por jovens israelitas de Lisboa que apoiava o movimento sionista. Os seus estatutos (1931) no artigo n.º 2, alínea f, definem-lhe como objetivo: “Promover o interesse pela reconstituição de Erez Israel (Palestina) trabalhando activamente nesse sentido”. Já em 1929, Sara Benoliel assinara um apelo a donativos e socorro “aos nossos irmãos palestinianos” (judeus) vítimas de perseguições árabes. Este apelo é também assinado por Matilde Bensaúde, Moisés B. Amzalak, Artur C. Barros Basto, Samuel Schwarz, entre outros.

Mais tarde, durante a II Guerra Mundial, Sara Benoliel terá um papel relevante no apoio aos refugiados que procuraram asilo em Portugal. Em 1948 apoia a criação do Estado Judeu de Israel.

No final da década de 1950, Sara Benoliel apoia a causa do Movimento Nacional de Mulheres Portuguesas, movimento político e social, próximo do Estado Novo, que exaltava os valores morais da mulher portuguesa, a sua elevada missão no lar e pretendia realizar obras de solidariedade, educação e auxílio social.

Sara Benoliel, em resposta a uma circular deste Movimento, dirigida a Helena Correia de Barros em 3 de julho de 1958, escreve: “Em resposta á vossa circular, tenho a informar que, concordo plenamente com o vosso Movimento Nac. das M.P., colocando-me á vossa disposição, embora o meu tempo seja escasso, dada a minha profissão. Porém estou interessada em trabalhar convosco, agradecendo me seja enviado em detalhes o vosso programa, para poder manifestar-me acerca do vosso plano.” (1958).

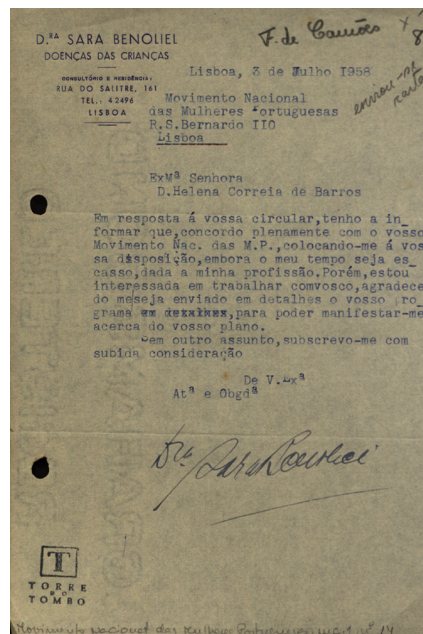


Figura 14

Carta de Sara Benoliel ao Movimento Nacional de Mulheres Portuguesas, de 3 julho de 1958

Fonte: Movimento Nacional de Mulheres Portuguesas, mc.1, n.º 14, PT/TT/MNMP/001/00014. Imagem cedida pelo ANTT.

No entanto, não restarão dúvidas sobre a riqueza da sua obra e personalidade, por vezes controversa. Era uma mulher culta com convicções inabaláveis e com um estilo de vida cosmopolita, devido talvez à sua formação no estrangeiro e às viagens que realizava. Naturalizou-se portuguesa em 1928 para poder obter o estatuto de funcionária pública nos Hospitais Cíveis de Lisboa.

Conduzia um automóvel em Lisboa, coisa rara à época, o que até terá motivado alguns reparos na sociedade de então.



Figura 15

Sara Benoliel

Fonte: Desenho de Bárbara Assis Pacheco (Pilão et al, 2017).

Sara Benoliel morre a 20 de dezembro de 1970 e foi sepultada no Cemitério Israelita de Lisboa.

Três meses depois é homenageada pela Câmara Municipal de Lisboa que atribuiu o seu nome a uma rua em Moscavide (Edital municipal de 26 de março de 1971). Tem mais duas ruas com o seu nome em Fernão Ferro (Seixal) e em Rio de Mouro (Sintra).

Artigos e publicações de Sara Benoliel

Benoliel, S. (1926) *Modificações do Líquido Céfal Raquidiano na Meningite Tuberculosa*. [Tese de doutoramento, Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa]. Lisboa: Tipografia da Empresa Diário de Notícias.

Benoliel, S. (1927). Algumas notas sobre Assistência Materna e Infantil no Estrangeiro. *Separata do Jornal da Sociedade das Ciências Médicas*, 91. Tipografia Comércio.

Benoliel, S. (1928). Contribuição à Reacção de Dick na Escarlatina. *Portugal Médico* (antigas revistas Gazeta dos Hospitais e Vida Médica, 20, 8), 349-352.

Benoliel, S. (1928). Um Caso de Elefantíase Congénita numa Criança de 4 Anos. *Lisboa Médica*, 12, 836-842. Hospital escolar de Santa Marta.

Benoliel, S. (1928). *Gabinete recreativo do Hospital de Dona Estefânia*. Lisboa: Sociedade Nacional de Tipografia.

Benoliel, S. (1929). Alimentação Infantil. *Associação de Estudantes de Medicina*.

Benoliel, S. (1931). Le Jardin d'Enfants. *Revue Internationale de l'Enfance*, vol. XI, 63.

Benoliel, S. (1931). *Organisation de la Lutte Contre la Tuberculose et la Syphilis dans les Œuvres de Protection de l'Enfance* [Comunicação]. Comunicação apresentada na 4ème Session de l'Association International pour la Protection de l'Enfance, Lisboa, outubro de 1931.

Benoliel, S. (1933). Notas clínicas do emprego da bananina na alimentação dos lactentes. *Separata Lisboa Médica*, 691- 696. Imp. Libanio da Silva.

Benoliel, S. (1934). Auxílio Maternal do Pessoal Feminino Dos Hospitais Civis: Relatórios 1931-1933. Lisboa: Imp. Casa Portuguesa.

Benoliel, S. & Adler, E. (trad.) (1934). *O Bebê, a Arte de Cuidar do Lactente*. Lisboa: Livraria Bertrand.

Benoliel, S. (1934). O Emprego dos Leites Acidificados em Dietética dos Lactantes. *Separata d' A Medicina Contemporânea*, 22, 181-187. Imp. Medica.

Benoliel, S. (1935). Os Preconceitos em Puericultura e a Maneira de Combatê-los. Em *Conferências da Liga Portuguesa de Profilaxia Social* (2.ª série). (pp. 253-264) Porto: Imprensa Portuguesa.

Benoliel, S. (1938). Subsídios para a História da Pediatria em Portugal. *Separata da Revista Portuguesa de Pediatria e Puericultura*, 1, 1, 28-40.

Benoliel, S. (1939). Aperçu Général sur l'Organisation de la Protection de l'Enfance au Portugal. *Révue Medico-Sociale et de Protection de l'Enfance*, 4, 277-283. Masson.

Benoliel, S. (1939). A Propósito da Profilaxia Dentária, nas Crianças em Idade Escolar. *Separata da Revista Portuguesa de Pediatria e Puericultura*, 2, 4, 199-207. Lisboa.

Benoliel, S. (1940). Alma Sundquist. *Revista Portuguesa de Pediatria e Puericultura*, III, 3 (maio-junho), 142-143.

Benoliel, S. (1941). Emprego da Vacina Preventiva Contra a Difteria. *Separata da Imprensa Médica*, a. 7, 1, 53-54.

Benoliel, S. (1949). *A criança e os seus cuidados: Livro de Puericultura*. Lisboa: Tipografia Gomes & Rodrigues.

E os quarenta e cinco artigos de divulgação sobre Puericultura publicados na *Revista Modas & Bordados - Vida Feminina*, de 1941-1943, anteriormente listados.

Fontes

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Empresa Pública Jornal *O Século*, Álbuns Alfabéticos 1908-1971, Álbum n.º 15, Festa de Natal no Hospital D. Estefânia, 1929; Álbum n.º 24, Festa de Homenagem à Dr.ª Sara Benoliel no Asilo Maternal, 1932.

Movimento Nacional das Mulheres Portuguesas, mç. 1, n.º 14, Carta enviada ao Movimento Nacional das Mulheres Portuguesas por Sara Benoliel, 3 de julho de 1958.

Bibliografia

- Amaral, J. M. V. (2010). A Medicina e a Pediatria em tempos da Iª República (Editorial). *Acta Pediátrica Portuguesa - Revista de Medicina da Criança e do Adolescente*, vol. 41, 3, XXVII-XXXVIII.
- Baptista, V. (2012). *A Assistência Materno-Infantil em Portugal e os Direitos das Mães Trabalhadoras (1880-1943)*. Lisboa: CEHC- Instituto Universitário de Lisboa. http://aphes32.cehc.iscte-iul.pt/docs/s27_1_pap.pdf
- Barreto, A. S. (1933). Causas de Mortalidade Infantil. Em *Conferências de Divulgação Científica e Cultura Popular*. Lisboa: Junta Geral do Distrito de Lisboa.
- Benoliel, S. (1938). Subsídios para a História da Pediatria em Portugal. *Separata da Revista Portuguesa de Pediatria e Puericultura*, vol. 1, 1, 125.
- Benoliel, S. (1939). A Propósito da Profilaxia Dentária nas Crianças em Idade Escolar. *Revista Portuguesa de Pediatria e Puericultura*, vol. II, 4, 199.
- Benoliel, S. (1942a). A Mortalidade infantil. *Revista Modas & Bordados - Vida Feminina*, 1586, 7.
- Benoliel, S. (1942b). Missão de Mãe. *Revista Modas & Bordados - Vida Feminina*, 1600, 11.
- Blay, E. A. (2008). Judeus na Amazônia. Em B. Sorj (Org.) *Identidades judaicas no Brasil contemporâneo*. (pp. 25-57) Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, Scielo Books.
- Cabral, J. M. (2016). *Arquitetura para a Infância: Evolução e caracterização dos jardins-de-infância em Portugal desde 1882*. [Dissertação de Mestrado em Arquitetura, Instituto Superior Técnico de Lisboa].
- Câmara Municipal de Lisboa. (1971). Edital n.º 95/71, de 26 de março de 1971.
- Castro, F. (1930). *A Selva*. Lisboa: Guimarães e Companhia Editores.
- Correia, F. S. (1938). *Portugal Sanitário (Subsídios para o seu estudo)*. Lisboa: Tipografia da Empresa do Anuário Comercial.
- Correia, L. M. P. (2013). *O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas: A Principal Associação de Mulheres da Primeira Metade do Século XX (1914-1947)*. [Dissertação de Mestrado em Estudos sobre as Mulheres. As Mulheres na Sociedade e na Cultura, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa].
- Costa, J. C. (2003). *A Geração Médica de 1911: Origem, Realização e Destino*. Lisboa: Faculdade de Medicina.
- Esteves, J. (2006) Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947). *Revista Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*, 15, 113-135. Lisboa: Edições Colibri.
- Gonçalves, R. (2000). As Primeiras "Universitárias" – Na Ciência Portuguesa. *Boletim da Sociedade Portuguesa de Química*, 78, 29-32. DOI: 10.52590/M3.P602.A3000933.

Guimarães, E. (1930). A Doutora Sara Benoliel. *O Jornal da Mulher*, 208, 1.

Hehaber, Associação da Juventude Israelita (1933). *Estatutos da Juventude Israelita Hehaber*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras.

Ilustração Portuguesa, 2.^a série, 701, 28 de julho de 1919, 71.

Ilustração Portuguesa, 2.^a série, 803, 9 de julho de 1921, 28.

Ilustração Portuguesa, 2.^a série, 750, 5 de julho de 1920, 9.

Maurício, M. J. (2005). *Mulheres e Cidadania: Alguns Perfis e Ação Política 1949-1973*. Lisboa: Caminho.

Mesquita, A. (compl. e estudos) (1903). *Lisboa*. Lisboa: Empresa da Historia de Portugal Sociedade Editora.

Mucznik, E. (2009), Sara Barchilon Benoliel. Em L. L. Mucznik, J. A. R. S. Tavim, E. Mucznik, E. A. Mea (Coord.) *Dicionário do Judaísmo Português*. (pp. 93-94) Lisboa: Editorial Presença.

Pignatelli, M. (2010). *Judeus e Judias em Lisboa: As Vagas e as Tendências [Comunicação]*. Comunicação apresentada na conferência Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos, Brasil, Universidade Federal de Santa Catarina, agosto de 2010.

Pilão, C., Pacheco, B. A. & Romão, R. (2017). *Mulheres da Colina de Sant'Ana*. Lisboa: Impressão: Ligrate, Atelier Gráfico, Lda.

Pimentel, I. F. (2000). A assistência social e familiar do Estado Novo nos anos 30 e 40. *Análise Social*, vol. 34, 151/152, 477-508. Instituto de Ciências Sociais.

Pimentel, I. F. (2007). Influências internas e externas na Obra das Mães e na Mocidade Portuguesa Feminina. *Campus Social: Revista Lusófona de Ciências Sociais*, 03/04, 19-43. Edições Universitárias Lusófonas.

Relatório do Serviço n.º 2 do Auxílio Maternal do Pessoal Feminino dos Hospitais Cíveis de Lisboa, ano 1933. Lisboa: Casa Progresso.

Tomé, M. R. (2010). A cidadania infantil na Primeira República e a tutoria da infância: a criação da Tutoria de Coimbra e do refúgio anexo. *Revista de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra*, 10, 481-500. Universidade de Coimbra.

Uma Missão Nobre: Os Postos de Puericultura da Junta Geral do Distrito estão socorrendo já 1000 crianças desde o nascimento até aos 3 anos de idade. *Diário da Manhã*, 629, 1 janeiro 1933, 8-9 e 15.

**Sousa Martins: da distinção médica
à consagração popular**

**Sousa Martins: from medical distinction
to popular consecration**

José Machado Pais

Instituto de Ciências Sociais,
Universidade de Lisboa



Resumo: J. T. de Sousa Martins (1843-1897) foi um dos mais distintos médicos portugueses graças à sua notável atividade clínica e ao carisma granjeado entre alunos, colegas, doentes e personalidades do mundo das artes e da política. Esta notoriedade e o amparo dado aos pobres culminaram na sua consagração popular, espelhada em imaginários que o representam como santo ou guia espiritual. Como se teceram as memórias que sustentam a fé dos seus devotos?

Palavras-chave: Sousa Martins; Medicina; Memória; Crença; Culto.

Abstract: J. T. de Sousa Martins (1843-1897) was one of the most distinguished Portuguese doctors thanks to his notable clinical activity and charisma gained among students, colleagues, patients, and personalities from the world of arts and politics. This notoriety and the support given to the poor culminated in his popular consecration, reflected in imaginaries that represent him as a saint or spiritual guide. How were the memories that sustain the faith of its devotees woven?

Keywords: Sousa Martins; Medicine; Memory; Belief; Cult.



Introito

Quem pela primeira vez passar no Campo dos Mártires da Pátria e observar atentamente as velas, as flores e as inscrições nas lápides de mármore que circundam o monumento defronte da atual Faculdade de Medicina da Universidade Nova de Lisboa, interrogar-se-á, provavelmente, sobre o significado do que vê. Descobrirá que o monumento é uma homenagem a um prestigiado médico e professor de medicina, não sendo por acaso que aparece representado com vestes académicas. O monumento corrobora a consagração científica e académica do homenageado, o Professor José Tomás de Sousa Martins (n. 7 de março de 1843; m. 18 de agosto de 1897). Porém, o monumento não representa apenas uma obra escultural, dado integrar uma paisagem memorial que se desdobra numa topografia devocional¹.



Figura 1

Monumento em homenagem a Sousa Martins (1904)

Fonte: CML/Departamento de Marca e Comunicação

A força da memória intemporaliza-se no espaço quando figurações simbólicas evocadas por uma escultura ou um monumento alentam imaginários que não somente se petrificam em remanescências do passado, como também se vivificam nas florescências do presente. Ao integrar uma paisagem memorial, o monumento em homenagem a Sousa Martins adquiriu um encanto imaginário por força da crença nos poderes de cura do célebre médico. Um lugar profano – outrora mercado de legumes, matadouro e praça de touros – ganhou um simbolismo espacial, passou a adquirir um resplendor de sacralidade ao transformar-se num lugar de fé, de preces, de velas e terços. É como se do monumento que consagra Sousa Martins irradiassem forças numinosas que demarcam um território topofílico, onde os crentes convocam ritualmente o sobrenatural. Testemunhos de gratidão por presumidas curas ou graças recebidas de Sousa Martins encontram-se nas lápides em torno

¹. Veja-se o filme documental “Sousa Martins”, realizado por Justine Lemahieu, de 2018. Trailer disponível em: <https://cinemaportuguesmemoriale.pt/Filmes/id/2783/t/Sousa-Martins> Acesso a 17 de dezembro de 2023.



Figura 2
Lápides de agradecimentos a Sousa Martins, monumento de Lisboa
Fonte: Foto de André Pinto, 1992

do monumento. Que circunstâncias levaram à crença em Sousa Martins como um santo ou guia espiritual? Que aspetos da sua trajetória biográfica favoreceram a sua consagração e suposta santificação?

O berço humilde de um talento

Nascido em Alhandra, vila piscatória e operária na orla ribatejana do estuário do rio Tejo, Sousa Martins passou uma boa parte da sua vida na freguesia de Arroios, tendo por pouso duradouro a Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa que, em 1836, sucedera à degradada Real Escola de Cirurgia. Continuando, como a antecessora, a funcionar no Hospital de São José, a nova Escola ampliou as suas instalações ao beneficiar de um edifício degradado que pertencera aos frades arrábidos, próximo do Hospital de S. José, onde passaram a ser lecionadas as aulas teóricas às quais Sousa Martins assistiu enquanto estudante e as que passou a lecionar na qualidade de professor. Matriculando-se, em 1861, na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, o jovem Sousa Martins viria a concluir, em apenas seis anos, os cursos de Farmácia (em 1864) e de Medicina (1866), vindo depois a exercer clínica e a desenvolver uma prodigiosa atividade de investigação e docência.



Figura 3
Farmácia Ultramarina, na Rua de São Paulo, Lisboa, onde José de Sousa Martins foi praticante. Fachada de azulejos da Fábrica de Cerâmica Constância. Artista: Helder Silva e Mariete
Fonte: Foto de David Francisco, Isabel Boavida, 2019. Az-Rede de Investigação em Azulejo: CC BY-NC 4.0 / <https://azulejopublicitario.pt/p/5547b0/>

A trajetória biográfica de Sousa Martins reflete, desde a sua adolescência, uma enorme dedicação ao estudo e ao trabalho. A escritora Maria Amália Vaz de Carvalho (1909, p. 191) escreveu, a propósito, que do “berço humilde em que nasceu” se elevava “pelo talento”. Tendo ficado órfão de pai com apenas sete anos de idade, cinco anos volvidos, a sua mãe aconselhou-o a trabalhar na Farmácia Ultramarina, sita na rua de S. Paulo, nº 99 a 101, em Lisboa, propriedade do tio materno, Lázaro de Sousa Pereira. Primeiramente como moço de recados, e logo depois como ajudante de boticário, passou a ganhar o seu próprio dinheiro, a que acresciam ganhos de explicações dadas a estudantes de liceu. Algum desse dinheiro era para comprar cigarros, cumprindo um ritual iniciático próprio dos “filhos dos homens que nunca foram meninos” – assim se referia Soeiro Pereira Gomes, em Esteiros (1941), aos gaiatos pobres de Alhandra que andavam às beatas na pressa de ser homens. Na farmácia do seu tio, Sousa Martins foi ganhando um crescente entusiasmo pela composição química dos medicamentos, alentando a sua futura vocação de farmacêutico e médico.



Figura 4
Diploma passado pela Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, em Junho de 1866, habilitando Sousa Martins ao exercício de Cirurgia e Medicina, com aprovação por unanimidade e louvor
Fonte: Arquivo Histórico da Unidade Local de Saúde São José

Com brio e dedicação, conciliava a prática farmacêutica com a frequência do Liceu Nacional de Lisboa, estatuto de trabalhador-estudante que perdurou ao ingressar na Escola Politécnica de Lisboa e, posteriormente, na Escola Médico-Cirúrgica. Nos cursos de Farmácia e de Medicina, Sousa Martins obteve as mais elevadas classificações e distinções. Os seus trabalhos académicos evidenciavam-se por abrirem novos horizontes do saber. Com apenas 23 anos de idade, a sua tese de Medicina – “O Pneumogástrico preside à tonicidade da fibra muscular do coração” – viria a ser publicada, passando a constituir uma obra de referência. Não se esqueceu de a dedicar ao seu tio Lázaro: “Meu tio, dedico-lhe este meu primeiro trabalho. Não exerço um direito; cumprio apenas um dever. Àquele que foi o arrimo único, mas vigoroso, que me amparou desde a minha orfandade de pai pertence esta pequena obra – remate dos meus esforços –, como ao agricultor pertence o fruto da semente que lançou à terra” (Martins, 1866, pp. 5-6).

Em 1867, no concurso para professor da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, apresentaria outra inovadora tese – “A pathogenia vista à luz dos actos reflexos” (Martins, 1868). Aos 33 anos, Sousa Martins assumia a cátedra de Patologia Geral, Semiologia e História da Medicina. O reconhecimento da distinção médica de Sousa Martins reflete-se nas importantes publicações que deixou em conceituadas revistas científicas como o *Jornal da Sociedade Farmacêutica Lusitana*, o *Jornal da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa*, a *Gazeta Médica de Lisboa*, a *Revista Médica Portuguesa*, o *Correio Médico* e *A Medicina Contemporânea*, da qual foi um dos fundadores.

Este reconhecimento estendeu-se ao desempenho de múltiplos cargos em instituições científicas e académicas, como a Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa, da qual foi presidente, a Sociedade Farmacêutica Lusitana, a Academia Real das Ciências de Lisboa ou a Sociedade de Geografia de Lisboa, da qual foi um dos fundadores. Foi também um dos impulsionadores do Instituto Bacteriológico de Lisboa, empreendimento que contou com o enorme empenho do seu colega e amigo Dr. Luís da Câmara Pestana, médico bacteriologista.



Figura 5

Sousa Martins, na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, com a sua toga de professor catedrático, o colar da Academia e a comenda de Santiago. Fonte: Arquivo da Unidade Local de Saúde São José.

CHLC-AMB-ADF-2-108.

Cópia digital de fotografia, autor desconhecido.

Sousa Martins sempre foi muito solicitado pelo seu saber enciclopédico no campo da medicina. Para além de médico cirurgião e do seu labor na luta contra a tuberculose, desenvolveu reflexões, em revistas da especialidade, nos campos da epidemiologia, patologia, semiologia, pneumologia, medicina legal, cardiologia, dermatologia (erisipela), infeciologia, venereologia, oncologia, urologia, ginecolo-

gia e estomatologia. Interessava-se também pelo uso de plantas medicinais na composição dos medicamentos, desde que houvesse suporte em evidências científicas. Quando na Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa (*Jornal da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa*, 1875, p. 9), deu conta da receção de três remessas de jaborandi para análises químicas, mostrou conhecimento de experiências laboratoriais realizadas no estrangeiro e das propriedades terapêuticas do *pilocarpus* jaborandi e de outras plantas. Enquanto estudante da Escola Politécnica de Lisboa, estudara Química e Botânica e na *Farmácia Ultramarina* interessava-se pelo estudo da composição química dos medicamentos.

São também conhecidas as reflexões de Sousa Martins no campo da psiquiatria e neurologia, incluindo as doenças de sono. Tome-se, como exemplo, o estudo psicopatológico sobre Antero de Quental (Martins, 1896); ou o extenso prefácio ao livro *Os Neurasténicos*, do médico José de Lacerda (1895), seu antigo aluno. Aliás, o êxito do livro em muito beneficiou do excelente prefácio do seu mestre. Vale a pena recordar que ainda Max Nordau não tinha publicado o seu famoso livro *La Dégénérescence* e já Sousa Martins, na sua *Nosografia de Antero* (1896), antecipava teses que o reputado médico alemão exporia no seu livro. Logo que Sousa Martins teve conhecimento desta publicação escreveu a Nordau expressando por ele a sua admiração, tendo de volta recebido uma carta do famoso colega, confessando ser também seu admirador (*Ilustração Portuguesa*, 07-03-1904, p. 277).

No campo da Medicina Legal, para além de ter acompanhado o processo de José Cardoso Vieira de Castro, condenado a degredo em Angola por homicídio de sua esposa, decorrente de comprovado adultério, Sousa Martins reforçou o reconhecimento desta área ao dar resposta a peritagens e informes do foro Civil e Penal, como aconteceu ao intervir com outros dois colegas – os médicos Manuel Bento de Sousa e José Curry da Câmara Cabral –, na avaliação do badalado “processo Joanna Pereira”, a qual só tardiamente foi condenada com os seus dois cúmplices de homicídio, dada a suposta inexistência de provas da causa da morte, “principalmente em época da mania do suicídio” (RIBEIRO, 1877: 21), dessa forma se ocultando a incompetência dos serviços judiciais e a impreparação dos médicos no domínio da medicina legal.

As reflexões de Sousa Martins, neste e outros processos, permitiram contrapor às discussões apaixonadas – designadamente de crimes badalados pela imprensa sensacionalista – uma outra perspetiva, cientificamente fundamentada. No livro que Sousa Martins publicou com seus colegas Manuel Bento de Sousa e Curry Cabral sobre o processo Joanna Pereira (Sousa et al., 1878) há uma clara e fundamentada crítica à falta de ética de alguns médicos nos processos médico-legais, reconhecendo-se que “nunca a chicana médico-legal atingira, no nosso país, proporções tão gigantescas” (*Idem*, p. 588). Anos depois, em 1886, Francisco da Veiga Beirão, presidente do Conselho de Ministros do último governo monárquico, solicitou apoio à Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa a proposição de providências que garantissem uma reforma urgente do serviço judicial dos exames médico-legais.

A reputação de José de Sousa Martins era também internacionalmente reconheci-

da. Segundo António José de Almeida – médico e presidente da República entre 1919 e 1923 –, a Enfermaria de S. Miguel do Hospital de São José, onde Sousa Martins recebia os seus doentes, assemelhava-se a uma “romagem” de estudantes e médicos de todo o país, outros vindos do estrangeiro. Aliás, Sousa Martins mantinha uma assídua troca de correspondência com vários médicos europeus, especialmente francófonos. O reconhecimento internacional expandiu-se quando, em 1874, participou como delegado de Portugal no Congresso Sanitário de Viena. As suas intervenções sobre a cólera e o regime de quarentenas cativaram o interesse dos participantes. No regresso a Portugal recebeu o hábito de Santiago pelo brilhantíssimo desempenho do cargo. Em 1875 foi agraciado com a Ordem de Santiago, do Mérito Científico, Literário e Artístico, ganhando o estatuto de Comendador da Ordem. No ano seguinte ao ser galardoado com a Grã-Cruz de Santiago, lia-se em *A Medicina Contemporânea*: “Parabéns à cruz!” (1876). Em 1875, também foi distinguido com o estatuto de comendador da Ordem Real do Salvador da Grécia, a mais antiga e distinta medalha de mérito da Grécia.

A participação de Sousa Martins no Congresso de Viena, muito aplaudida, abriu-lhe as portas à filiação em mais de uma dezena de instituições científicas internacionais, merecendo destaque a Société Française d’Hygiène, a Pharmaceutical Society of Great Britain, a Académie Royale de Médecine de Belgique, a Sociedad Farmacéutica Mexicana, a Société Royale de Médecine Publique de Belgique e a Real Academia de Medicina y Cirugía de Madrid. Em 1897, poucos meses antes de falecer, Sousa Martins representou Portugal na Conferência Sanitária Internacional de Veneza, centrada no alarmante desenvolvimento da peste bubónica. O seu protagonismo foi de tal ordem que acabaria por ser consensualmente eleito para presidente da Comissão de Profilaxia da Europa pelos mais prestigiados cientistas europeus de Medicina.

Figura 6
Participantes da Conferência Sanitária Internacional, realizada em Veneza, 1897. Sousa Martins é o sétimo da 2ª fila a contar da esquerda, imediatamente atrás dos 7º e 8º congressistas da fila dos sentados
Fonte: Ilustração Portuguesa, Ano I, n.º 18, 7 de março de 1904, p. 277



A reputação médica de Sousa Martins, nacional e internacional, constituiu uma fonte de consagração fazendo dele um médico carismático e admirado não apenas entre os seus pares, mas também pelos seus doentes, fossem eles de linhagem nobre ou plebeia. Aliás, se foi agraciado com o honroso estatuto de médico honorário da Real Câmara de Suas Majestades e Altezas, usufruiu de mesmo estatuto na Casa Pia de Lisboa, instituição fundada no século XVIII (1780), para acolher crianças órfãs e outros desprotegidos.

Um médico comprometido com intervenções cívicas

As intervenções cívicas de Sousa Martins também contribuíram para a sua notabilidade e consagração. Foram múltiplas as comissões de serviço público que integrou. A preocupação com a organização dos sistemas e serviços de saúde acompanhou-o ao longo da sua carreira. Algumas de suas inquietações e reflexões neste domínio foram publicadas no *Jornal da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa* à qual se manteve vinculado, como sócio efetivo, desde 1867 até ao seu falecimento, já como presidente da Sociedade e sócio benemérito.



Figura 7

Sousa Martins

Fonte: Coleção da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa, óleo sobre tela de Veloso Salgado, 1898.

Revelando uma acentuada inquietação com as políticas públicas de saúde, Sousa Martins elaborou, em 1870, uma proposta para que fosse estudada a razão de Lisboa registar uma taxa de mortalidade média francamente superior à de outras cidades europeias (*Jornal da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa* [JSCML], 1870, p. 12). Anos mais tarde, alertava para as dificuldades de se fazer estatística mortuária num país onde era desconhecida a natalidade, por falta de registo civil.

Na sua opinião, o país carecia de “um novo quadro nosográfico à altura da ciência atual [da época] porque o existente era anacrónico e impossível” (JSCML, 1877, p. 4). Sousa Martins reclamava insistentemente do governo a realização de um novo recenseamento da população, pelo menos na cidade de Lisboa, cujo crescimento demográfico era patente dada a proliferação de novos bairros na capital. O que na verdade pretendia era dados estatísticos atualizados que possibilitassem comparações internacionais. Para convencer o governo, esgrimia o argumento de que Lisboa estava “sendo caluniada com referência à mortalidade em comparação com outras capitais” (JSCML, 1896, pp. 220-221).

Sousa Martins pugnava por uma ética da transparência na prática clínica e nas políticas públicas da saúde. Sustentava, por exemplo, que a divulgação dos erros no domínio da higiene constituía um meio para os superar (JSCML, 1872, p. 102). De 1871 a 1876, fez parte da comissão encarregada da elaboração da *Pharmacopea Portuguesa*, a terceira das nove farmacopeias oficiais publicadas em Portugal entre 1794 e 2008. Estas, ao instituírem normas reguladoras do fabrico, controlo e qualidade dos medicamentos, constituíam um instrumento precioso na salvaguarda da saúde pública.

Sensível às políticas de saneamento e à importância da reciclagem para o desenvolvimento económico e ambiental, propôs, em 1874, uma discussão acerca do aproveitamento dos resíduos da cidade (JSCML, 1874, p. 103). Dois anos depois elaborava um relatório sobre a qualidade dos materiais que podem servir para a construção de reservatórios de água potável (JSCML, 1876, p. 169). Sousa Martins revelava também uma grande preocupação com as condições de saúde dos estratos populacionais economicamente mais desfavorecidos, em particular as crianças. Aliás, na Sociedade das Ciências Médicas tomara parte da discussão do relatório da comissão encarregada de estudar o trabalho de menores. Reivindicava, também, a necessidade de reformas pedagógicas no âmbito do ensino primário, de modo a que a instrução fosse regulamentada, à semelhança do trabalho manual. (JSCML, 1880, pp.153-224). A si também se ficou a dever a proposta de criação de uma “Liga Nacional contra a Tuberculose”.

O compromisso de Sousa Martins com causas sociais reflete-se ainda na atenção com que acompanhava a vida política do país, espelhada no livro sobre os *Costumes Políticos da Ocidental Praia* (1890), com o pseudónimo Zehobb Cervador [soletrado: Zé Observador]. Ele era, na realidade, um atento observador da vida política do país. Aquando do Ultimato inglês de 11 de janeiro de 1890, no qual o Reino Unido exigia a Portugal a retirada militar dos territórios entre Angola e Moçambique, Sousa Martins foi um dos principais dinamizadores da Comissão de Subscrição Nacional para a Defesa do País, não sem antes ter dirigido um convite à classe médica para uma reunião na Sociedade das Ciências Médicas, a fim de se determinar a atitude da classe perante o tratado anglo-português. Sousa Martins foi ainda um dos fundadores da Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha, criada em 1865 como instituição de assistência humanitária e social, de apoio aos mais vulneráveis.

De forma ativamente comprometida, Sousa Martins acompanhava o que se passava no mundo das artes e da cultura. Em 1864, ainda estudante, foi um dos redato-

res do projeto de Estatutos do Grémio Académico. Em 1877, foi convidado para sócio honorário do Grémio Literário Artista Faialense, fundado em janeiro do ano seguinte, na cidade da Horta, Faial. Para além de possuir uma biblioteca, o Grémio organizava saraus literários e musicais e acolhia uma escola-oficina e alguns cursos noturnos. Foi também sócio correspondente e honorário do Instituto de Coimbra, centenária academia científica, literária e artística (1852-1982). Em 1880, foi um dos sócios fundadores da Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses, acompanhando Teófilo Braga, Ramalho Ortigão, Luciano Cordeiro, Pinheiro Chagas, Adolfo Coelho, Júlio César Machado e outros mais. Em 1883, viria a integrar a direção do Jardim Zoológico e de Aclimação em Portugal, passando a diretor honorário em 1885. Sousa Martins foi ainda presidente honorário da Sociedade Euterpe Alhandrense, centenária instituição da sua terra natal, e de cujo historial se destaca uma persistente dedicação a atividades culturais, entre as quais a música, a dança e o teatro. Foi ainda “sócio protetor” e diretor da Associação Camoniana José Victorino Damásio, fundada em Lisboa, em 1889, tendo por objetivo o apoio a estudantes pobres.

A tuberculose pulmonar e as expedições à Serra da Estrela

Vivendo no século XIX, palco de grandes pandemias – peste negra, febre-amarela, varíola e cólera – não espanta que Sousa Martins tivesse participado em diversas comissões de Quarentena, além da sua presença nas conferências sanitárias internacionais de Viena e de Veneza, como vimos. A pneumologia foi uma das áreas que mais interesse lhe suscitou. Logo que concluiu o curso de Medicina, apresentou uma dissertação à Academia Real das Ciências de Lisboa sobre “O Pneumogástrico, os antimoniais e a pneumonia” e publicou um artigo, na *Gazeta Médica de Lisboa* (1867, vol. 6, pp. 5-13), sobre “Fisiologia patológica da pneumonia”. Conhecedor das experiências desenvolvidas na Alemanha e na Suíça que tomavam a climatoterapia como uma possibilidade de luta contra a tuberculose pulmonar, de onde resultaram os projetos conducentes à instalação de sanatórios em regiões de elevada altitude, Sousa Martins acalentava a possibilidade de replicar essas experiências em Portugal, tendo em mira a Serra da Estrela.

Com esse propósito, propôs à Sociedade de Geografia de Lisboa a realização de uma expedição científica à Serra da Estrela que se concretizou em agosto de 1881. A expedição integrou 43 cientistas distribuídos por várias secções científicas, entre as quais a de Medicina, por si liderada, com a participação dos médicos Jacinto Augusto Medina e José António Serrano, além de dois especialistas em Oftalmologia e outros tantos em Hidrologia Mineromedicinal². Logo após a expedição de 1881, por proposta de Sousa Martins, a Sociedade de Geografia de Lisboa sensibilizou o Governo para estabelecer um posto meteorológico na Serra da Estrela, mais precisamente em Poio Negro (Penhas Douradas), a 1440 metros de altitude. Pouco tempo depois, em 1882, seria edificado o reclamado Observatório Meteorológico.

2. https://ia601307.us.archive.org/9/items/quatrodiasnaserr00nava_1/quatrodiasnaserr00nava_1.pdf



Figura 8

Observatório Meteorológico do Poio Negro

Fonte: Emygdio Navarro (1884), *Quatro Dias na Serra da Estrela – Notas de um Passeio*, pp. 64-65. Foto de A. César Henriques, 1883.

Contudo, o desejo de Sousa Martins ia mais longe, pugnava pela construção de um sanatório devidamente equipado e com infraestruturas adequadas, tomando por referência os sanatórios de Goerbersdorf, na Silésia e de Davos-Platz, na Suíça. Movido pela força do desejo, em 1883, Sousa Martins realizou nova expedição à Serra da Estrela, embora já equacionasse a possibilidade de o pretendido Sanatório poder ser construído na Guarda, sobretudo devido a uma mais fácil acessibilidade. Nesta nova incursão aos Montes Hermínios, Sousa Martins fez-se acompanhar do médico angolano Carlos Tavares e do jornalista e político Emygdio Navarro.

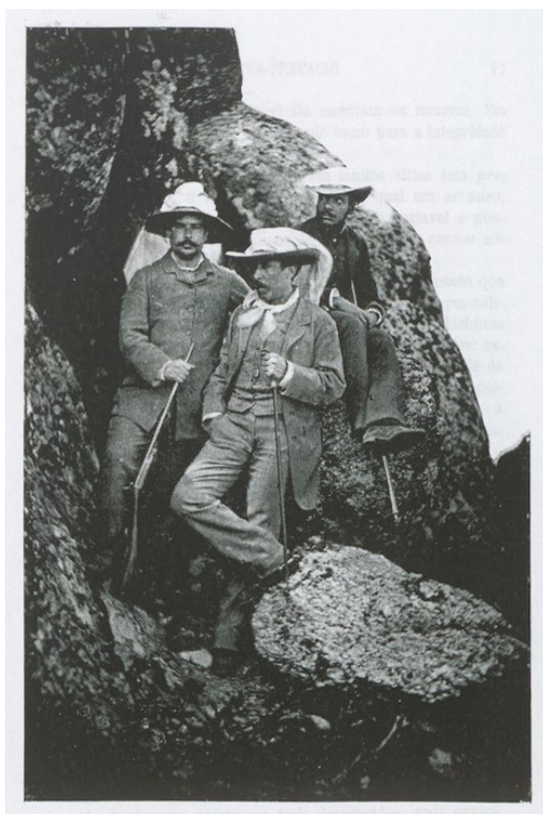


Figura 9

Carlos Tavares, Sousa Martins e Emygdio Navarro, na Expedição à Serra da Estrela em 1883

Fonte: Emygdio Navarro (1884), *Quatro Dias na Serra da Estrela – Notas de um Passeio*, pp. 16-17. Foto de A. César Henriques, 1883

Alguns pacientes de Sousa Martins, padecendo de problemas pulmonares, deslocaram-se também à serra para serem de perto acompanhados pelo seu médico, na expectativa de melhorarem o seu estado de saúde. Alguns deles instalaram-se no Observatório Meteorológico, outros em barracas de madeira. Pelos vistos, a experiência terá sido positiva, designadamente para um deles, Alfredo César Henriques que, com uma tísica pulmonar avançada, conseguiu alcançar a cura. De posses económicas consideráveis, e aconselhado por Sousa Martins sobre os benefícios dos ares da serra, decidiu construir uma casa em Poio Negro – a Casa da Fraga, assim designada por ter sido edificada junto a um enorme penedo.



Figura 10

Casa da Fraga, Penhas Douradas
Fonte: Emygdio Navarro (1884),
Quatro Dias na Serra da Estrela –
Notas de um Passeio, pp. 31-33.
Foto de A. César Henriques,
1883

Notas desta nova viagem à Serra da Estrela foram publicadas por Emygdio Navarro no *Correio da Noite*, jornal que o próprio fundara e, posteriormente, em livro prefaciado por Sousa Martins (Navarro, 2004 [1884]). Nessas notas de viagem, Navarro refere que Sousa Martins planeava deslocar-se a Davos-Platz, na Suíça, na expectativa de encontrar um locandeiro idóneo interessado na construção e exploração de um hotel por conta própria. Isto porque receava que se recorresse ao “bicho indígena” provavelmente ninguém lhe daria ouvidos, ou somente acharia um boqueiro desajeitado, que se limitaria a estabelecer na serra uma reles taberna, pondo em fuga visitantes e doentes. Daí a necessidade, reclamada por Sousa Martins, de uma estrada que assegurasse a ligação de Gouveia a Manteigas. Aliás, no prefácio do livro termina com um Post-scriptum dirigido a Emygdio Navarro: “Um favor que me ia esquecendo pedir-lhe. Quando o meu amigo sobraçar a pasta das obras públicas, não me faça esperar muito tempo na antecâmara, se eu for lá pedir-lhe, com urgência, a estrada de Gouveia a Manteigas, não?” (p. 31). O pedido estava feito. Emygdio Navarro assumiria a pasta das Obras Públicas entre 1886 e logo abriu concurso para a construção da reclamada estrada, inaugurada em 1888.

Satisfazendo outro desejo de Sousa Martins, publicou o Regulamento dos Serviços Florestais da Serra da Estrela que deu origem à florestação de uma boa parte da mesma.

Em 1888, face às indecisões do governo em apoiar a construção de um sanatório na Serra da Estrela, Sousa Martins impulsionou a constituição do Clube Hermínio, associação privada de carácter humanitário, tendo como presidente da direcção o Dr. Basílio Freire, professor da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, e como tesoureiro Alfredo César Henriques, o tísico que atribuiu a sua salvação a Sousa Martins, presidente honorário do Clube. Graças ao Clube Hermínio, e ao apoio financeiro do seu tesoureiro, viria a construir-se o Grande Hotel dos Hermínios, nas cercanias da Covilhã, a uma altitude de 1530 metros. O hotel começou a ser construído no ano do falecimento de Sousa Martins (1897), vindo a ser inaugurado dois anos depois. Por vontade expressa do benemérito proprietário, converteu-se num equipamento para o tratamento de doentes tuberculosos, vindo a transformar-se no Sanatório da Covilhã.

Em 1899, dois anos após o falecimento de Sousa Martins, fundou-se a Assistência Nacional aos Tuberculosos, graças ao apoio da Rainha D. Amélia de Orléães. Na esfera desta instituição expandiu-se o apoio a várias obras de assistência, designadamente os dispensários de Lisboa, Porto, Viana do Castelo, Bragança e Faro. Foram ainda inaugurados os sanatórios de Lisboa (Sant'Ana, Parede), Portalegre, Outão, Faro e Guarda, este último o primeiro sanatório de altitude construído em Portugal com estruturas apropriadas.

O sanatório da Guarda, inaugurado a 18 de maio de 1907, permitia o alojamento estratificado de 28 doentes pobres, outras tantos remediados e 20 doentes ricos. Os mais abastados dos ricos poderiam alojar-se em seis chalés construídos para o efeito. A inauguração contou com a presença do rei D. Carlos e da rainha Dona Amélia de Orléães, tendo atraído uma grande participação de aldeões das freguesias rurais da Guarda. As individualidades que acompanharam os soberanos desde a Real estação da Guarda até ao Sanatório integravam um cortejo que era saudado, serra acima, por grupos de serranos sentados ou apoiados nos rochedos que ladeavam a estrada, agitando chapéus e lançando flores e pétalas de rosa sobre a carruagem real e o regaço da rainha.

Tendo começado a ser construído em 1891, precisamente quando se realizou a primeira expedição à Serra da Estrela, não admira que o Sanatório da Guarda passasse oficialmente a designar-se Sanatório Sousa Martins, por decisão da Rainha Dona Amélia. Dessa forma, homenageava o médico que a acompanhara e, sobretudo, testemunhava o reconhecimento dos contributos que dera na luta contra a tuberculose. Na *Ilustração Portuguesa* lia-se que "o sanatório, collocado sob a égide do saudoso e eminente mestre [...era] a justa consagração devida a um dos mais luminosos cerebros do século XIX" (27-05-1907, p. 667).



Figura 11

Inauguração do Sanatório Sousa Martins, na Guarda

Fonte: *Ilustração Portuguesa*, 2ª serie, n.º 66, 27 de maio de 1907, p. 669.

Fotografia de João Camacho

Sousa Martins: a crença popular na génese de um "santo"

A auréola de santidade de Sousa Martins surgiu ainda em vida, mormente na Expedição Científica à Serra da Estrela, em 1881. O primeiro contacto entre a delegação médica, chefiada por Sousa Martins, e os serranos foi dominado por diferentes perceções e expectativas de ambas as partes. Aos aldeões não lhes parecia estranho que os médicos vindos de Lisboa acreditassem nos poderes de cura dos ares dos cumes serranos. Quando tinham ovelhas enfermas subiam ao Cântaro Magro, na cabeceira do vale glaciário do rio Zêzere e aí as deixavam por alguns dias numa cerca fechada, salvaguardando visitas indesejadas de lobos famintos. A maior parte das ovelhas saía de lá curada.

Entre a comitiva médica reinava o entusiasmo. Sousa Martins bradava: "Preciso serranos para medir e examinar [...]; não é justo que percam o seu tempo sem proveito; paga-se dois tostões a cada um; que se anuncie isto na serra. Queremos pelo menos cem observações, e havemos de tê-las" (*Diário de Notícias*, 29-08-1881, p.1). À volta da barraca da secção médica circulava o receio e a curiosidade de aldeões vindos de distintos lugarejos. Entre eles corria a ideia de que havia médicos de muito saber e também constava que não só tratavam os doentes como até os operavam e ofereciam remédios gratuitamente. Daí o rodopio à volta da barraca dos médicos, desde o alvorecer até ao entardecer. No entanto, também havia suspeitas:

3. Carta consultada no Museu de Alhandra-Casa Dr. Sousa Martins.

- “– Eles têm lá uma sinagoga, são maçons e pedreiros livres (t’arrenego! Padre, Filho e Espírito Santo!!); medem os homens; fazem-lhe três pontinhos no peito; e tiram-lhes a alma pela veia do pulso!
- E ainda em cima lhes dão dois tostões a cada um!
- Nada, aquilo não pode ser coisa boa!” (Idem, 02-09-1881, p. 1)

Em carta enviada da Serra da Estrela à sua mãe, Sousa Martins confirmava ser alvo dessas suspeitas: “Este povo que veio hoje tinha a ideia de que nós éramos uma seita de pedreiros livres [...]. Uma rapariga de 16 anos, quando me viu a medir o pai, deu-me uma descompostura formidável, chamando-me maçónico e outras coisas mais”³. Por vezes, Sousa Martins tinha um comportamento estranho no juízo dos aldeões. Em noites de trovoadas iam-no vestido de longas vestes a preto e branco, como se fosse um alquimista da Idade Média. Ao que parece, limitava-se a estudar as irradiações. Também surgia frequentemente de barrete verde, mais parecendo um campino do Ribatejo, o que ainda mais acirrava as suspeitas. O conhecido médico protegia-se do frio fazendo jus à sua identidade ribatejana. Alhandra, seu torrão natal, era a “toureira”, como Almeida Garret a designava em *Viagens na Minha Terra* (1846, p. 5). Com porte bambaleante e afável, ia caindo nas graças dos aldeões. Recorrendo à farmácia ambulante da Expedição, fazia pílulas, extraía dentes, receitava, operava, aplicava cataplasmas... Um repórter do *Diário de Notícias* contabilizou trinta doentes atendidos em apenas uma hora e fez eco de algumas reações do povo:

- “– Ele é bom homem, diziam alguns.
- Parece um santo, acrescentavam as velhas.
- E dizer que isto é um pedreiro livre...
- Enfim, o diantre tem artes para tudo, Deus seja louvado [...].
- Leve o diabo a alma [...] e venham os dois tostões.” (Idem, 02-09-1881, p.1)

Numa manhã, gracejando e cantarolando, Sousa Martins extraiu com tanta rapidez e precisão um enorme lipoma do ombro de uma mulher que, quando esta lhe perguntou se a operação lhe causaria muitas dores, tranquilizou-a: “Não tenha receio, mulherzinha; não lhe dói absolutamente nada... porque... já lá o não tem.” (*Diário de Notícias*, 03-09-1881, p.1). As mulheres que assistiram à remoção do tumor logo sentenciaram o ato médico como milagroso e começaram a olhar Sousa Martins como um santo (Idem). Os milagres do médico começaram a difundir-se. Havia acampamento de populares que vinham em romaria para o consultar, trazendo merenda, bombos, tambores e pífaros.



Figura 12

Sousa Martins considerado santo

Fonte: *O António Maria*, Série I, Ano III, 18 de agosto de 1881, p. 262.

Caricatura de Rafael Bordalo Pinheiro

Em 1883, quando a população serrana soube que Sousa Martins voltara de novo à serra, logo os doentes o procuraram. Conta Emygdio Navarro: “A chegada dos doentes desarranjava um pouco os nossos cálculos; mas, antes de tudo, o dever da profissão. Era um espetáculo eminentemente pitoresco e interessante aquele! Os doentes, sentados no relvado, em grupo, esperando vez; e Sousa Martins, ajudado por Carlos Tavares, atendendo-os [...]. Tudo *gratis pro Deo*. Ainda espero ver Sousa Martins condecorado com a denominação de Santão da Serra a Estrela!” (Navarro, 2004 [1884], pp. 119-120).

Também na região da Guarda, Sousa Martins tinha e continua a ter muitos admiradores e devotos. Ainda recentemente, Hélder Sequeira, no seu aprazível blogue *Correio da Guarda*, dá conta de que a escultura em sua homenagem, junto do Parque da Saúde do Hospital Distrital da Guarda, continua a ser diariamente um espaço de atração de muitos crentes nas suas “ações milagrosas”, a ele dirigindo as suas preces e agradecimentos por graças e auxílios havidos ou por haver, sobretudo relacionadas com problemas de saúde ou situações de desespero. Corroborando: “Qualquer hora do dia é propícia para alguns momentos de recolha espiritual e de preces que radicam na intimidade ou no sofrimento pessoal; mesmo à noite há quem vá ali rezar ou acender uma simples vela.” (Sequeira, 2022).

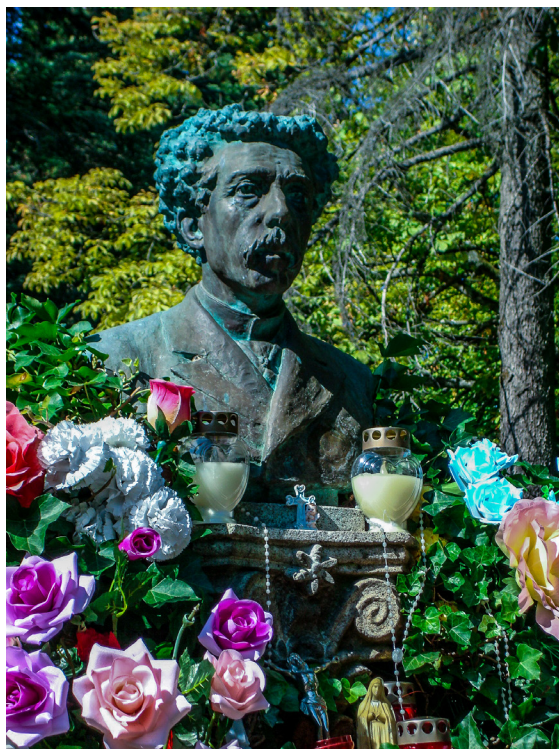


Figura 13

Busto em homenagem de Sousa Martins, na Guarda

Fonte: Fotografia (2013) gentilmente disponibilizada por Hélder Sequeira, diretor do Correio da Guarda

Em Lisboa, Sousa Martins também angariou uma admiração enorme entre os seus doentes, especialmente os mais pobres. Uma vez por semana abria as portas do seu consultório, na Rua de São Paulo, para consultas gratuitas aos pobres. Eram filas enormes e ninguém ficava por consultar. Maria Amália Vaz de Carvalho (1909, p. 200) testemunhou: “Quando morava [na rua de] S. Paulo [nº 216], naquela casa cujo 3º andar tinha a particularidade estranha de possuir um jardim, que nós chamávamos de *Semiramis*, a escada enorme estava a certa hora do dia guarnecida do primeiro ao último degrau de miseráveis, que iam à conquista do bom, do brilhante médico. Faltaria ele a uma grande senhora, opulenta e desdenhosa; não faltava nunca [...] aos seus maltrapilhos! Eram eles a população miserável do bairro. Varinas pela maior parte.”

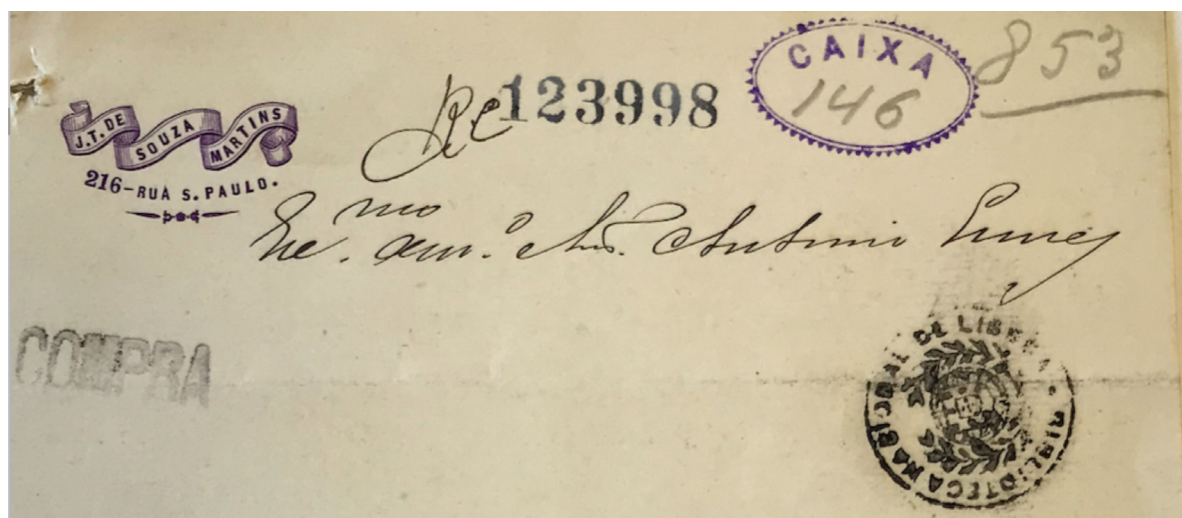


Figura 14

Cabeçalho de carta com timbre do nome e endereço de J. T. de Sousa Martins.

Carta enviada a António Enes, apresentando-lhe o amigo Octávio

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal, manuscrito de 28 de junho de 1895. [MSS. 146, n. 853]

Sousa Martins fez-se amar pelos mais pobres e conhecia-os bem. Fugazes foram os seus tempos de meninice, como os de outros meninos de Alhandra. Já no exercício da sua profissão, nada cobrava pelas consultas que dava aos seus conterrâneos mais pobres. Por vezes, perante afluências massivas de enfermos, a sua irmã, que era enfermeira, ajudava-o no atendimento. Em Lisboa, era também amado pelos mais pobres. Maria Amália Vaz de Carvalho (1909, p. 200) asseverava: “Nunca recusava um doente pobrezinho que a gente lhe impingisse! Visitava-o com a frequência que visitava os ricos, ou talvez mais; e quando percebia que em casa não havia dinheiro nem para aviar as receitas, nem para fazer os caldos, lá deixava em cima do miserável travesseiro [algum dinheiro para] satisfazer ambas as despesas”. A sua bondade não lhe permitia a escusa de uma esmola. Justificava-se: “Antes enganar-me dando esmola que alimentar o vício, do que negá-la a quem precisa dela para matar a fome” (Corrêa, 1904, p. 56).

Com o decorrer do tempo, Sousa Martins não perdeu a auréola de santo que granjeou em vida. Os seus devotos multiplicaram-se marcando presença visível em redor do monumento do Campo dos Mártires da Pátria; em frente ao busto que o representa na contiguidade do Parque da Saúde do Hospital da Guarda; ou no mausoléu do cemitério de Alhandra onde está sepultado. Manifestações do culto passaram também a ser visíveis em plataformas digitais. Curiosamente, se durante a epidemia da peste bubónica de 1899, entre os recorrentes anúncios de produtos antissépticos, aparecia à venda nas farmácias de Lisboa o sabonete Sousa Martins, confeccionado à base de alcatrão – indício de que o distinto médico tinha um nome vendável –, hoje é possível comprar o *Sabonete Dr. Sousa Martins* em lojas místicas e em circuitos de vendas online. Por exemplo, no “Caldeirão Mágico”, de produtos esotéricos⁴.



Figura 15
Devotos dirigindo-se ao mausoléu de Sousa Martins, no cemitério de Alhandra
Fonte: Foto de J. M. Pais, 1992

⁴. Caldeirão Mágico - Artigos Esotéricos
(<https://www.caldeiraomagico.pt/produto/sabonete-dr-sousa-martins/> Acesso a 23 de fevereiro de 2024)

Por outro lado, existem várias contas do Facebook associadas a Sousa Martins. Numa delas – animada por videntes, espíritas, curandeiros, cartomantes e milagreiros – sobressai a diversidade de pertenças socioprofissionais entre os seus cerca de cinco mil seguidores: estudantes, reformados, empregadas domésticas, operários, empresários, funcionários públicos, cozinheiras, massagistas, trabalhadoras de sexo, cabeleireiros, enfermeiros, fisioterapeutas, professores, administrativos, feirantes, bombeiros, motoristas, etc. Embora nas redes sociais digitais o culto a Sousa Martins se caracterize por uma transversalidade social, pesquisas de terreno sugerem que os devotos se encontram, sobretudo, em camadas sociais economicamente mais desfavorecidas (Pais, 1994).

Sousa Martins: a morte cuja vida a memória ressuscita

Sousa Martins faleceu com apenas 54 anos de idade, a 18 de agosto de 1897, em Alhandra. Muitos rumores correram sobre as causas da sua morte, de entre elas o próprio suicídio. Já em Alhandra, acamado, quando o seu estado de saúde se agravou foi chamado o Dr. Gregório Fernandes que, à cabeceira do leito do querido colega e amigo, assistiu ao seu falecimento durante a noite. Na descrição pormenorizada da morte, que fundamentou a certidão de óbito, confessou “uma delicada dúvida de diagnóstico sobre a sua etiologia que não conseguiu esclarecer” (Garnier, 2015, p. 14). Há também quem sugira que perdera o ânimo pela vida com o falecimento de sua mãe: “Quando a mãe morreu, morreu nele qualquer coisa que era um encanto singular da sua alegria” (Carvalho, 1909, p. 192). Aliás, quando um grupo de médicos se mobilizou para, junto do governo, assegurar a transladação da sua urna para o Panteão dos Jerónimos, a família, muito agradecida, declinou a oferta, pois era desejo de Sousa Martins ser sepultado no jazigo que tinha no cemitério de Alhandra, junto de sua “extremosa mãe”. (*O Século*, 20-08-1897, p. 1).



Figura 16

Retrato de D. Maria das Dores de Sousa Martins, doação de seu filho, José de Sousa Martins, à Academia de Belas Artes. Integrada, em 1918, no Museu Nacional de Arte Contemporânea do Chiado
Fonte: Museu Nacional de Arte Contemporânea do Chiado, pintura a óleo sobre tela de Miguel Ângelo Lupi, 1878. Foto de José Pessoa (2001). Museus e Monumentos de Portugal, E.P.E / Arquivo de Documentação Fotográfica

9

900-99, avenue de ... - 1 - VIEUX-INDUSTRIEL OUVRIER ET ARTISTE

Fonte: *Ilustração Portuguesa*, Ano I, n.º 18, 7 de março de 1904, p. 278

206

São estas memórias que permitem que a vida transcenda a morte. Miguel Bombarda escreveria em *A Medicina Contemporânea* (22-08-1897): “Morrer na glória, não é morrer. [...] Que importa mais uns dias na passagem pelas agruras do Mundo, quando a memória revive luminosa no espírito e no coração dos homens?”. Em sintonia, cerca de uma década depois, Maria Amália Vaz de Carvalho (1909, p. 188) referia-se a Sousa Martins como “esse morto que vive intensamente na memória de tantos que o amaram”. Assim foi e continua a ser.

O “apóstolo doutor encarnado em bronze”: dilemas da representação

Com o falecimento de Sousa Martins e para perpetuar a sua memória, um grupo de colegas e amigos decidiu organizar uma subscrição pública para erigir um monumento em sua homenagem, tendo para o efeito sido escolhido o Campo dos Mártires da Pátria, por onde Sousa Martins transitava frequentemente, nos seus afazeres clínicos e docentes, entre o Hospital de São José e a Escola Médico-Cirúrgica. Foi precisamente em frente desta Escola que a estátua, de autoria do escultor Aleixo de Queiróz Ribeiro, foi edificada, vindo a ser inaugurada a 7 de março de 1900. Na cobertura jornalística da inauguração – que contou com a presença da família Real – exaltava-se o caráter e a obra do homenageado. Na edição de *O Século* essa obra era produto de “um grande espírito”, de um “apóstolo do Bem”, doutor “nos arsenais da arte de curar”, fazendo do seu ofício clínico um “abençoado sacerdócio” (*O Século*, 7-03-1900, p.1).

Antes da hora marcada para a cerimónia da inauguração do monumento, era já considerável a afluência de população em torno do recinto reservado. Outros assomavam às janelas dos prédios, enquanto operários se aglomeravam nos andaimes do edifício da Escola Médica, em reconstrução. Ainda antes da chegada da família Real já a banda da Sociedade Euterpe Alhandrense tocava em homenagem ao filho querido da terra. E mais gente foi chegando; e mais um batalhão de sessenta bombeiros, com a respetiva banda; e mais sessenta praças do Regimento de Caçadores, também com a sua banda. Tudo sob observação mais ou menos atenta de cerca de uma centena de guardas e cabos do corpo de segurança policial. E havia muitos académicos – alunos e lentes com as suas becas – e médicos, colegas e amigos do homenageado, vindos de várias universidades e hospitais do país. Havia muito povo e também gente ligada ao mundo das artes.

O pavilhão reservado à família real situava-se no centro do recinto vedado ao público, em frente do monumento do homenageado, coberto com a bandeira nacional. À chegada de Dona Maria Pia e do Infante D. Pedro, as bandas do Regimento de Caçadores e dos Bombeiros executaram o hino nacional e, de seguida, a filarmónica de Alhandra tocou um hino a Sousa Martins, expressamente escrito pelo seu regente, o senhor Cyriaco. Pouco depois chegavam as carruagens do rei D. Carlos e da rainha Dona Amélia de Orleães, acompanhados de sua comitiva. Procedeu-se então à cerimónia de inauguração do monumento com o desfraldar da bandeira nacional que o cobria. Os hinos das bandas entoaram de novo, respondendo a multidão com uma estrondosa salva de palmas. Porém, quando, em vez da figura

do eminente professor, se vislumbrou por debaixo da bandeira das quinas um vulto quase de cócoras, em posição nada académica, gerou-se um burburinho entre os assistentes. A estátua não era uma digna representação do homenageado.



Figura 18
*Monumento a Sousa Martins (1900),
do escultor Queiróz Ribeiro*
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa,
Machado & Sousa, 1907,
PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/003/
FAN/002951

Nos meios jornalísticos e literários surgiu uma impiedosa campanha contra o escultor Queiroz Ribeiro. Fialho Almeida (1903, p. 112), em *À Esquina*, revoltava-se contra o “poste de pedra”: “Ah! Raça espúria, raça de pinta-monos e de loiceiros, desmemoriada, insensível, poluindo a glória dos outros, levando à posteridade os nomes ilustres como os galegos levam fretes de baús”. As bicas de água no sopé da estátua levaram a que esta fosse alcunhada de “chafariz de Sousa Martins”. Entre populares chegou a planejar-se a destruição, com dinamite, daquele contrasenso de pedra e bronze que Fialho de Almeida rotulava de “obscena obstrução de via pública, chamada estátua” (Almeida, 1903, p.118).

Por razões de estética e para impedir uma revolta popular, foi decidida a demolição da estátua e a construção de uma nova.

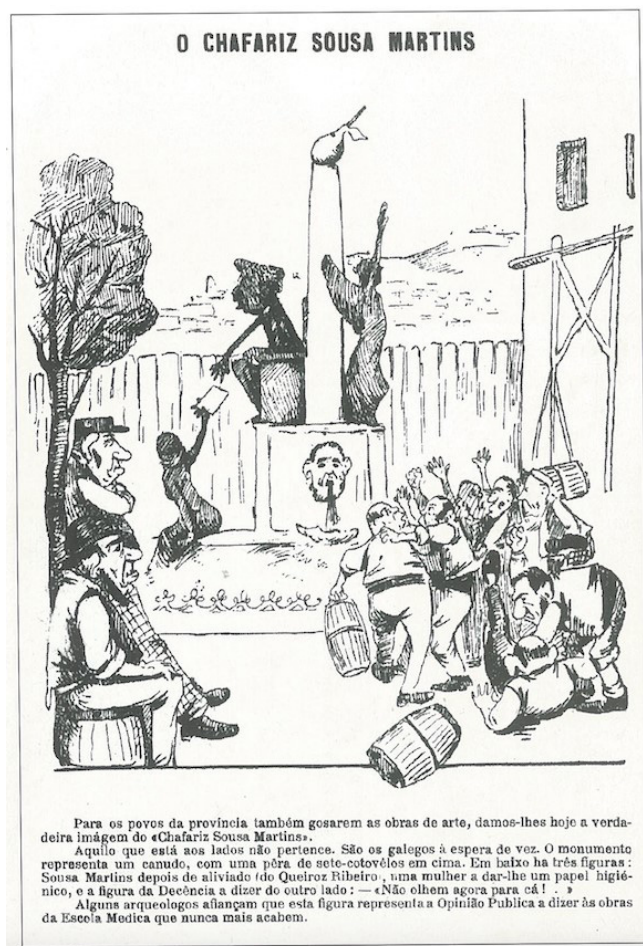


Figura 19
 Caricatura "Chafariz Sousa Martins"
 da escultura de Aleixo de Queiróz
 Ribeiro. Desenho de Jorge Colaço
 Fonte: O Século, 1900

A 28 de fevereiro de 1904, a nova estátua foi inaugurada com a presença de "Suas Majestades", "Altezas" e outras individualidades, entre as quais o escultor Costa Motta (tio). Na nova estátua, Sousa Martins deixou de ser representado de cócoras, aparecendo altivamente de pé, com a beca de professor. No sopé do monumento, em alusão à Academia, surge uma mulher sentada, segurando um livro entreaberto sobre os joelhos e com o olhar fixo no professor homenageado, "em jeito de reconhecimento" (Simões, 2022, p. 242). Na Ilustração Portuguesa (7-03-1904, p. 272) lia-se: "o mestre ficará no seu pedestal com a academia aos pés e talhada no bronze das apoteoses".



SOUSA MARTINS
Estudante do Lyceu



SOUSA MARTINS
Estudante da Escola Medica



SOUSA MARTINS
Por Occasão do congresso
de Vienna (1874)



A INAUGURAÇÃO DA ESTATUA DE SOUSA MARTINS



SOUSA MARTINS
Estudante da Escola Polytechnica



SOUSA MARTINS
Em 1850



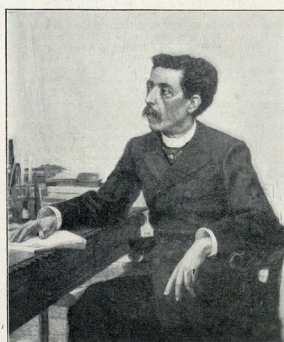
SOUSA MARTINS
Leitor da Escola Medica

Pela meia noite de 6 de março se realizou essa cerimonia simples, que constou apenas em se retirar o laqueio que vedava o recinto e se descrever a estatua. Não se fizeram festas officiaes, porque se tratava apenas de substituir um monumento. A inauguração official d'uma outra estatua do mestre levou lugar em 7 de março de 1906.

Esse monumento media 8 metros de altura e sobre uma base octogona estavam as armas romas. Na columna havia duas cunhas que recibiam agua de duas fontes que a ladeavam. Na face anterior estava a figura do dr. Sousa Martins vestido de leica e acudado a receber uma flor que lhe offercia uma senhora sentada nos degraus da estatua. Na face posterior estava uma outra figura feminina, que se dizia o symbolo da sciencia. Em volta estendia-se um tapete de verde e por baixo do vulto do grande mestre lia-se: *A Sousa Martins, per subscripção publico—1843-1897*. O auctor do trabalho era um escultor de nome Aleixo Queiroz Ribeiro, que se encontra actualmente na Romania.

Tempo depois da inauguração d'essa estatua, começou a notar-se o lado ridiculo, e profundo grave de trabalho, e brevemente uma grande celebração, um verdadeiro protesto. E então os amigos do sabio, com a commissão, excentra da subscripção, deliberaram solicitar do governo a demolição do monumento, o que foi executado, começando esses trabalhos em dezembro e sendo desde logo encarregado o escultor Costa Mota de apresentar um projecto para uma nova estatua, a qual foi fundada na Fundação do Camões sob a direcção de sr. coronel Mathias Nunes. Assim que se concluiu o trabalho confiou-se a estatua para o Campo de Sant'Anna, onde lá estava a figura da Accademia, que fica na base do monumento e é também obra d'aquelle distincto artista.

Agora allí fica exposta ao publico d'uma grandiosa consagração ao valioso sabio, tendo-se feito esta substituição a custa de grandes trabalhos; nos quaes teve uma assignalada parte o amigo intimo de Sousa Martins sr. Casimiro José de Lima.



SOUSA MARTINS
Copia do quadro de Salgado que está na sala da Sociedade de Sciencias Medicas.

NA INAUGURAÇÃO DO MONUMENTO

SOUSA MARTINS

EM

7/8/904

Ao son — entre tantos — maior e mais dedicado amigo,
que tão distinctamente collaborou na realisação d'aquella
homagem, o ex.^{mo} sr. Casimiro José de Lima.

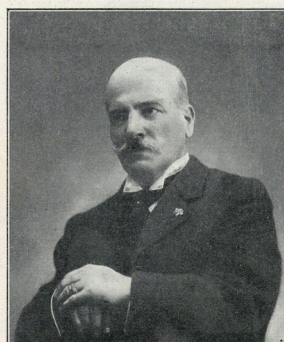
Chegou, enfim, a hora desejada!
O morto, o grande morto, estremecido
«Ho agora no bronze resurgido!»
Honroso preito a uma memoria honrada

Vede-o no monumento all'erguido!
Que bella fronte! altiva! illuminada!
— E a Morte prostre-se! — a insculpa —
que não extrema um santo d'am bandido!

Assaltono impetiva e brutalmente,
em plena irradição da sua gloria,
a mão da carreira refalgente...

Não foi completa, ó Morte! essa victoria,
que a nossa dor revivio no presente,
o sagrado, no futuro, a mão da Historia!

ALVES CRESPO.



CASIMIRO JOSÉ DE LIMA

Um dos mais devotados amigos de Sousa Martins a quem se
deve grande parte dos trabalhos para a substituição da estatua.

Figura 20

Inauguração da nova estátua de Sousa Martins, em Lisboa,

a 7 de março de 1904

Fonte: Ilustração Portuguesa, Ano I, n.º 18, 7 de março de 1904, p. 285

A nova estátua foi muito mais consensual do que a anterior, embora houvesse a certeza de que a recriação da perfeição seria sempre imperfeita: “Ponham de pé a sua figura, fundida em estátua; tirem-lhe na tela o retrato de todo o tamanho natural; analisem-no no livro, a fundo e sob os seus múltiplos aspetos; quem o ouviu, quem o conheceu, quem o tratou, dirá sempre: ‘Não era bem assim; não é bastantemente isso’” (Lobo, 1904, p. 93). Destarte “aquele monumento à sagrada heresia” – como a ele se referia José Cardoso Pires (2001, p. 20) em seu livro *Lisboa. Livro de Bordo* –, persistia em arrastar dilemas de representação, simbologias contraditórias e pouco consensuais. Como pode uma encarnação em bronze assegurar a humanização de um “espírito superior”, de um “santo”, ainda que clandestino e supostamente ateu? Os devotos que se abeiram da estátua, deixando velas, flores, orações, súplicas e agradecimentos são a confirmação dessa possibilidade.

Epílogo

Metaforicamente, os imaginários em torno de Sousa Martins podem entender-se como um universo de representações sociais que confluem na produção de crenças convertidas num mito permanentemente apropriado e recriado no fluir do tempo. As sucessivas apropriações de Sousa Martins por parte de imigrantes, turistas e pessoas com problemas graves de saúde ou desencantadas com a vida – para além de charlatães que abusivamente reclamam a mediação de Sousa Martins nas suas apregoadas curas – são exemplo de contextos culturais de receção e revitalização da crença, embora com diferentes valências simbólicas e cargas de significação.

Cumprindo uma função memorativa, as pedras e o bronze do monumento em homenagem a Sousa Martins destinam à posteridade um conteúdo comemorativo, uma memória social. Neste sentido, o monumento supera o abismo do esquecimento, sublimando as memórias deixadas por Sousa Martins. As flores, as velas, os terços, as rezas, as súplicas e os agradecimentos que lhe são dirigidos acentuam a presença numinosa de quem a memória não esquece – um médico que se notabilizou pelo que em vida fez e pelos supostos milagres que, no imaginário dos seus crentes, reanimam a esperança dos que em vida sofrem, reféns de suas maleitas e desencantos de vida. Como bem sustentava o médico e poeta brasileiro Jorge de Lima, “a mentira para quem não crê é o milagre para quem sofreu”.

Bibliografia

- AA. VV. (1904). *Sousa Martins. (In Memoriam)*. Lisboa: Oficina Tipográfica da Casa da Moeda.
- AA.VV. (1945). *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, 1945, vol. 29.
- Almeida, F. de (1903). *À Esquina. (Jornal dum Vagabundo)*. Coimbra: França Amado – Editor.
- Botelho, L. da S. (1995). A Escola Médica do Campo de Santana. *Acta Médica Portuguesa*, 8, 259-264.
- Câmara Municipal de Lisboa. Diretório da Cidade. *Monumento ao Dr. Sousa Martins*. <https://informacoeseservicos.lisboa.pt/contactos/diretorio-da-cidade/dr-sousa-martins#gallery-1>
- Carvalho, M. A. V. de (1909). Sousa Martins. Traços soltos de uma grande figura. Em M. A. V. Carvalho, *No meu cantinho: Homens, factos, ideias*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, pp. 187-205.
- Cervador, Z. (1890). *Costumes Políticos da Ocidental Praia*. Lisboa: Tipografia da Companhia Nacional Editora.
- Corrêa, J. J. da S. (1904). Recordações. Em AA. VV. (1904). *Sousa Martins. (In Memoriam)*. Lisboa: [s.n.], pp. 53-58
- Gameiro, J. (2015). *Gregório Fernandes e seus filhos. Referências na História da Medicina Portuguesa dos Séculos XIX e XX. Biografia Familiar*. Salvaterra de Gamos: Edição do Autor.
- Garrett, A. (1846). *Viagens na Minha Terra*. Lisboa: Typographia Gazeta dos Tribunais.
- Gomes, S. P. (1941). *Esteiros*. Lisboa: Sirius.
- Lacerda, J. de [prefácio de Sousa Martins] (1895). *Os neurasthenicos: esboço de um estudo medico e philosophico*. Lisboa: M. Gomes.
- Lemahieu, J. (2018). *Sousa Martins. Filme documental*. Trailer disponível em: <https://cinemaportuguesmemoriale.pt/Filmes/id/2783/t/Sousa-Martins> Acesso a 17 de dezembro de 2023.
- Lima, J. de (1952). *Invenção de Orfeu*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal.
- Lobo, F. (1904). De todo o meu coração. Em AA.VV., *Sousa Martins. (In Memoriam)*. Lisboa: Oficina Tipográfica da Casa da Moeda, pp. 93-98.
- Martins, J. T. de S. (1866). *O pneumogástrico preside à tonicidade da fibra muscular do coração*. [Tese de Licenciatura em Medicina, Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa]. Lisboa: Sociedade Typographica Franco-Portuguesa.
- Martins, J. T. de S. (1867). Fisiologia patológica da pneumonia. Em *Gazeta Médica de Lisboa* (série 5ª, tomo 6º, pp. 5-13). Lisboa: Imprensa Nacional, pp. 5-13.
- Martins, J. T. de S. (1868). *A pathogenia vista à luz dos actos reflexos*. [Dissertação]. Lisboa: Typographia Universal.

Martins, J. T. de S. (1896). Nosografia de Antero. Em AA. VV., *Anthero de Quental. In Memoriam*. Porto: Mathieu Lugan Editor, pp. 219-344.

Navarro, E. (2004 [1884]). *Quatro dias na serra da Estrela: notas de um passeio*. Lisboa: Arquimedes Livros [edição fac-similada realizada a partir do original de 1884; Porto: Livraria Civilização de Eduardo da Costa Santos – Editor].

Pais, J. M. (1994). *Sousa Martins e suas Memórias Sociais. Sociologia de uma Crença Popular*. Lisboa: Gradiva.

Pereira, J. M. (2019). A Neurastenia em Portugal, apogeu e declínio. *Estudos do Século XX. Revista do Centro de Estudos Interdisciplinares da Universidade de Coimbra*, 19, 43-58. https://doi.org/10.14195/1647-8622_19_3

Ribeiro, J. F. E. do C. (1877). *Duas palavras sobre o processo de D. Joanna Pereira e outros*. Lisboa: Lallement Frères, Tip. Lisboa.

Sequeira, H. (2022, 18 de agosto). Sousa Martins: devoção popular na Guarda. *Correio da Guarda*. <https://correiodaguarda.blogs.sapo.pt/2022/08/?page=2>

Simões, D. T. (2022). O caso dos Monumentos erigidos ao Doutor Sousa Martins no Campo Mártires da Pátria, em Lisboa: (1898-1904). Do reconhecimento científico ao culto popular, *RomantHis - História, Arte, Cultura e Património do Romantismo*, vol. 1, nº 1 (outubro), 225-255. <https://novaresearch.unl.pt/en/publications/6f583555-692f-433a-b877-fc26f6bf540d>

Sousa, M. B. de, Martins, J. T. de S. & Cabral, J. C. da C. (1878). *A medicina legal no processo Joanna Pereira: questão de peritos...* Lisboa: Typographia das Horas Românticas.

Periódicos

Branco e Negro

Diário de Notícias

Gazeta Médica de Lisboa

Ilustração Portuguesa

Jornal da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa [JSCML]

A Medicina Contemporânea

O Ocidente

O Século

**Contributos para a memória da I República
na freguesia de Arroios:**

**Os vereadores republicanos (1908-1926)
do município de Lisboa**

**Contributions to the memory of the
1st Republic in the parish of Arroios:**

**The republican councillors (1908-1926)
of the municipality of Lisbon**

Eunice Relvas

Gabinete de Estudos Olisiponenses,
CML e HTC - NOVA FCSH/CFE UC



Resumo: Este artigo tem por objetivo contribuir para um conhecimento mais aprofundado da memória da I República na freguesia de Arroios, através das vivências dos vereadores que integraram as edilidades republicanas da Câmara Municipal de Lisboa e tiveram algum tipo de interação com este território administrativo, entre 1908 e 1926.

Move-nos o intento de saber quantos e quais foram os vereadores que residiram e/ou detiveram ligações patrimoniais, laborais e interesses locais neste espaço territorial e administrativo, bem como os que participaram na sua história sociocultural, por exemplo, enquanto sócios de coletividades ou agremiações.

Através da apresentação dos seus percursos individuais, desejamos contribuir para um reforço da memória da identidade republicana e da I República nesta freguesia de Lisboa.

Palavras-chave: Vereadores; Prosopografia; Freguesia de Arroios; I República Portuguesa; Lisboa.

Abstract: This paper aims to contribute to a deeper knowledge of the memory of the First Republic in the parish of Arroios, through the experiences of the councillors who were part of the republican councils of the Lisbon City Council and had some type of interaction with this administrative territory, among 1908 and 1926.

We are moved by the intention of knowing how many and which councillors lived and/or had property, work and local interests in this territorial and administrative space, as well as those who participated in its sociocultural history, for example, as members of communities or associations.

Through the presentation of their individual paths, we wish to contribute to strengthening the memory of the republican identity and the First Republic in this parish of Lisbon.

Keywords: Councillors; Prosopography; Parish of Arroios; 1st Portuguese Republic; Lisbon.



Introdução

Este estudo tem por objetivo contribuir para um conhecimento mais aprofundado da memória republicana na freguesia de Arroios, através das vivências dos vereadores republicanos que integraram os executivos da Câmara Municipal de Lisboa (CML) e tiveram algum tipo de relação com esta freguesia. As nossas balizas temporais são os anos de 1908 (data em que foi eleita a primeira vereação republicana na capital) e de 1926, que assinala o termo da I República em Portugal.

Analisaremos os edis desta elite política local que, de algum modo, tiveram afinidades e conexões com o território da freguesia de Arroios. Move-nos o intento de saber quais os vereadores que residiram e/ou detiveram ligações patrimoniais, laborais e interesses locais neste espaço territorial e administrativo, bem como os que participaram na sua história sociocultural, por exemplo, enquanto sócios de agremiações.

Este nosso objeto de estudo, elaborado a partir de uma Base de Dados Proso-pográfica (por nós elaborada), inscreve-se numa pesquisa e análise do grupo de indivíduos que constituíram a elite política concelhia de Lisboa – o corpo camarário de uma cidade (Costa, 2001, p. 4) –, entre 1908-1926; e que, concomitantemente, incorporam a história da freguesia de Arroios. Através da apresentação das suas biografias, forçosamente sucintas, com personagens mais conhecidas e outras ignoradas, queremos contribuir para um maior conhecimento da memória republicana de Arroios.

As fontes utilizadas para a execução da mencionada Base de Dados e, consequentemente, desta investigação encontram-se nos seguintes acervos documentais: Livros de Recenseamento Eleitoral do Arquivo Municipal de Lisboa; documentação do Arquivo Histórico Militar; Arquivo da PIDE, depositado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo; jornais e revistas da época. A que se seguiu a pesquisa da bibliografia existente, por forma a conseguir o maior número de informações sobre os vereadores.

Iniciaremos este estudo por uma brevíssima análise espaço-temporal da freguesia de Arroios e, de seguida, apresentaremos as biografias dos edis republicanos que, a par com a governança de Lisboa, tiveram algum tipo de ligação com Arroios.

1. A freguesia de Arroios

O espaço geográfico abrangido pela nossa investigação é delimitado pelo território atual desta freguesia, subsequente da reorganização administrativa de 2012, que adveio da união da freguesia de S. Jorge de Arroios (criada em 1780) e das freguesias dos Anjos e da Pena, ambas com origem nas paróquias do século XVI. A identidade histórico-geográfica da atual freguesia de Arroios, caracterizada pela colina de Santana, que demarcava dois vales férteis, e a ribeira de Arroios (ou Regueirão dos Anjos), está estreitamente relacionada com os eixos viários que asseguravam a circulação de pessoas e bens entre a urbe e o seu termo, como a Rua (R.) das Portas de Santo Antão, antiga Corredoura; a R. Gomes Freire, antiga Carreira

dos Cavalos; a R. de Picoas, antiga Estrada (Estr.) de Picoas cujos limites iam até à atual Praça (Pç.) José Fontana; a Estr. de Arroios, que ia até ao Arco do Cego e a Avenida (Av.) Duque de Ávila, antiga Estr. da Circunvalação (Gama, 2011, p. 33).

Em 1851, a estabilidade alcançada com a Regeneração remeteu Lisboa para o desenvolvimento populacional, económico e urbano atestado pela definição da Estr. de Circunvalação (1852), marcando um novo perímetro urbano (ampliado em 1895). O liberalismo português consolidou a cidade burguesa, com a qual o movimento republicano se identificou. As mudanças introduzidas no poder local e no seu governo, cujo poder decisório contou com o influxo da emergente burguesia, permitiram ao Município de Lisboa possuir serviços para a planificação da cidade, expressos na aprovação do Plano Geral de Melhoramentos (1904). Na capital são fixados dois grandes eixos viários vitais: um definido pela Av. da Liberdade até ao Campo (Cp.) Grande e o segundo pela Av. D. Amélia (atual Almirante Reis). Estes percursos são fundamentais para a circulação de/e para os subúrbios e para fruição das novas avenidas com velhas ruas/estradas e com os novos bairros, de prédios de rendimento e vocação habitacional.

A atual freguesia de Arroios é um espaço dissemelhante em termos históricos, arquiteturais e sociais, que não permite uma leitura simplista ou estática. Contudo, o seu grande eixo viário estruturante – a Av. Almirante Reis – exhibe a arquitetura civil dominante de prédios de rendimento habitacionais, construídos no século XX, maioritariamente entre 1919-1945 (Rego, 2017, p. 12). Este território foi o berço de algumas instituições com inspiração republicana, como veremos adiante, e a ele estão vinculadas várias individualidades republicanas, como Machado Santos, Miguel Bombarda, Cândido dos Reis e Carolina Beatriz Ângelo, a primeira mulher que votou em Portugal. É nosso propósito contribuir para a associação de mais algumas personalidades republicanas, relacionadas com o governo da capital, à freguesia de Arroios, as quais apresentaremos de seguida.

2. Vereadores da CML e a freguesia de Arroios, 1908-1926

A Lei n.º 88 de 1913 definiu a orgânica da CML incluindo um Senado Municipal e uma Comissão Executiva (CE), este último órgão foi uma novidade introduzida pela República que consagrou a separação entre o poder deliberativo e executivo, ao nível do poder local. O Senado era composto por todos os vereadores eleitos. Na primeira sessão anual deste órgão (r)elegiam-se, de entre os seus pares, os seguintes cargos: o presidente do Senado (na época este era o presidente da CML) e o presidente e vogais da CE, que detinham os diferentes pelouros camarários (Relvas, 2014).

No universo de 281 vereadores republicanos do município de Lisboa, efetivos e substitutos (que entraram em efetividade) nos mandatos das vereações e diferentes Comissões Administrativas no espaço temporal definido, identificámos edis que residiram na área da atual freguesia de Arroios e também os que tiveram alguma ligação ao citado espaço geográfico, por relações profissionais, cívicas e culturais.

2.1. Vereadores residentes em Arroios

Identificámos 34 edis residentes na freguesia de Arroios. Apresentamos as suas biografias abreviadas, por ordem alfabética de apelido, seguido da indicação dos mandatos das vereações que integraram e da profissão inscrita nas listas eleitorais municipais. Salvo indicação em contrário, os vereadores são representantes do Partido Republicano Português (PRP), vulgo Partido Democrático, após setembro de 1911. Do mesmo modo, se depois do topónimo não houver indicação da freguesia é porque este pertencia à antiga freguesia de S. Jorge de Arroios.

AURÉLIO, António – **1926** – Médico. Nasceu a 5 de junho de 1872 na Amareleja, concelho de Moura. Médico de Clínica Geral e Doenças de Senhoras, com consultório na R. Garrett e na Calçada (Cç.) do Poço dos Mouros. Oficial do Exército (1917-1926), atingiu o posto de capitão médico miliciano. Membro do Partido Esquerdista, foi vereador pela Lista de Conjunção Esquerdista-Radical. Residiu no Largo (Lg.) do Cabeço da Bola, freguesia dos Anjos.

BARRETO, António Xavier Correia – **Comissão Administrativa (CA) 1913** – Oficial do Exército. Nasceu em Lisboa a 5 de fevereiro de 1853 e faleceu a 15 de agosto de 1939, em Sintra. Fez um curso brilhante, especializando-se em Ciências Físico-Químicas. Assentou praça em Artilharia e os seus primeiros trabalhos escolares gozaram do patrocínio da família real. Ascendeu rapidamente na carreira de oficial do Exército (1877) até ao posto de general (1914). Um dos inventores da pólvora sem fumo. Foi diretor da Fábrica da Pólvora; vogal do Conselho de Administração Militar e do corpo diretivo do Depósito Central de Fardamentos; comandante da Guarda Nacional Republicana e diretor do Arsenal do Exército (exonerado em junho de 1926), entre outros cargos. Desempenhou papel de relevo na organização da revolução republicana. Após o 5 de Outubro de 1910, ocupou o cargo de ministro da Guerra do Governo Provisório e dos sucessivos governos (até 1913), fundando o Instituto Profissional dos Pupilos do Exército de Terra e Mar, e elaborou uma reforma do Exército, base da reorganização executada no regime republicano. Membro do Diretório do PRP. Presidente da CA 1913 da CML. Deputado à Assembleia Constituinte e, depois, senador da República. Esteve preso durante o Sidonismo. Presidente do Senado (1915), também ocupava este cargo em 28 de Maio de 1926. Habitou no Cp. dos Mártires da Pátria, freguesia da Pena.

BASTOS, Eduardo Alberto Lima – **1914-1917; 1923-1925** – Engenheiro agrónomo e professor universitário. Nasceu em Lisboa a 4 de fevereiro de 1875. Concluiu o curso de Engenharia Agronómica, dividindo a sua carreira profissional entre o ensino e o funcionalismo público. Foi professor na Escola Nacional de Agricultura de Coimbra, na Escola Colonial de Lisboa e no Instituto Superior de Agronomia. Exerceu diversos cargos públicos, entre estes, chefe de serviço do Instituto Superior de Agronomia, diretor-geral da Instrução Agrícola do Ministério da Agricultura

e diretor da Escola Superior Colonial, até ao seu falecimento. Vogal da Comissão de Proteção aos Menores em perigo moral, pervertidos ou delinquentes, criada em 1911. Deputado. Exerceu funções ministeriais nas seguintes pastas: Fomento; Trabalho e Previdência Social; Comércio e Comunicações; Finanças. Exerceu os cargos de vice-presidente e presidente da CML (1914). Em 1923 foi presidente da CE, acumulando com o pelouro do Contencioso e, mais tarde nesse ano, foi reeleito presidente e responsável pelo pelouro da Fazenda (1923-1924). Presidente da Associação Comercial de Lisboa. Faleceu no dia 18 de junho de 1942, na sua residência na Av. Almirante Reis, 122, 4.º.

CARVALHO, Evaristo Luís das Neves Ferreira de – **1923-1925** – Notário. Nasceu em Soure a 10 de janeiro de 1865. Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra. Oficial do registo civil em Soure e notário interino no Lourçal, comarca de Pombal. Republicano histórico, participou em conspirações para derrubar a monarquia. Enquanto estudante, colaborou em diversos jornais da região de Coimbra. Na capital, foi diretor de *O Rebate*, órgão das comissões do PRP, e do *Diário Liberal*. Deputado e senador. Presidente da Câmara Municipal de Soure. Faleceu a 26 de dezembro de 1938, na sua residência, na Av. Almirante Reis, 124.

CARVALHO, Jerónimo Braga de – **1919-1922** – Funcionário público. Chefe de Gabinete do Ministro das Finanças, Ramada Curto. Secretário-geral do Conselho Superior de Finanças. Após o *28 de Maio*, integrou a União Nacional e foi nomeado Juiz Conselheiro do Tribunal de Contas, a título excecional, pois não possuía o curso de Direito. Residiu na R. da Palmira, freguesia dos Anjos.

CONCEIÇÃO, Francisco Cândido da – **1914-1917** – Industrial. Carbonário com oficina de niquelador no Largo (Lg.) do Carmo (1908). Implicado no “crime de Cascais”, foi preso na esquadra do Cp. de Santana a 10 de março de 1909; ouvido em tribunal (4 de abril), saiu sob fiança. Membro do PRP e, depois, do Partido Evolucionista. Vereador evolucionista pela Lista Neutra. Elegido 2.º Secretário do Senado Municipal (1916). Habitou na R. dos Anjos, freguesia citada.

COSTA, Levy Marques da – **1914-1917** – Advogado. Nasceu em Lisboa a 5 de fevereiro de 1868. Diplomado em Direito pela Universidade de Coimbra. Principiou a atividade política aquando do *Ultimatum inglês*, depois filiou-se no Partido Dissidente, de José Maria Alpoim. Após o *5 de Outubro*, foi um “adesivo” (designação que seria atribuída, em outubro de 1910, aos conversos-republicanos, vira-casacas, que aderiram em massa ao PRP). Deputado. Presidente da CE da CML (1914-1916). A 24 de abril de 1915, foi preso por se ter recusado a cumprir o decreto de dissolução da CML, mas seria solto à saída do edifício dos Paços do Concelho. No ano seguinte, abandonou o executivo camarário e, posteriormente, renunciou ao cargo de vereador (1917), por motivos de saúde. Em 1925, era membro da Junta Central

da União dos Interesses Económicos e foi convidado para ser candidato a vereador nas eleições municipais desse ano, mas declinou o convite. Membro do Conselho Fiscal da Companhia Portugal e Colónias e da Companhia das Lezírias Tejo e Sado. Presidente da Assembleia Geral da Associação dos Proprietários. Consultor Jurídico da Associação Industrial Portuguesa e seu vice-presidente. Sócio fundador e Presidente do "Grupo Amigos de Lisboa". Faleceu na freguesia da Pena, a 10 de junho de 1941, na sua residência do Cp. dos Mártires da Pátria, 11.

COSTA MOTA (Sobrinho), António Augusto da – **CA1919** – Escultor. Nasceu em Coimbra a 6 de fevereiro de 1877. Tirou o curso na Escola de Belas-Artes de Lisboa enquanto trabalhava junto do seu tio, o escultor Costa Mota. Foi para Paris durante dois anos, como bolseiro do Estado, e expôs no *Salon* (1904) uma estátua intitulada *Manhã de S. João*, trabalho premiado. Edil responsável pelo pelouro de Arquitetura. Em 1908, dirigiu uma antiga fábrica de faianças, nas Caldas da Rainha, introduzindo novos modelos e, no ano seguinte, realizou exposições em Lisboa e no Porto. Ao regressar à capital, instalou-se no seu atelier na R. da Luta, onde expôs vários dos seus trabalhos. Entre outras obras, laborou na reconstrução da Sé e nas decorações para o Pavilhão Português na Exposição Universal Panamá-Pacífico. Entre os monumentos que executou figuram os *Mortos da Grande Guerra* (Seia, Chaves, Reguengos e Timor). A partir de 1938, fez os grupos da Via Sacra para as capelas do Buçaco. Habitou na R. Heliodoro Salgado.

CRUZ, Manuel Freire da – **1923-1925** – Comerciante. Proprietário da firma Manuel Freire da Cruz & C.^a, Fazendas, R. dos Sapateiros, 231, 1.º (1908). Anos mais tarde, Manuel e seu irmão, José Freire da Cruz, tornaram-se coproprietários da Casa Africana, fundada em 1872. Foi 2.º secretário da CE e responsável pelos pelouros dos Incêndios e das Finanças (1923). Membro do Diretório do PRP. Procurador da Junta Geral de Distrito de Lisboa. Presidente suplente da direção da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa (ACLL), em 1926. Residiu na R. de D. Estefânia.

COVÕES, Ricardo dos Santos – **CA1913** – Jornalista. Nasceu em Lisboa a 16 de setembro de 1881 e aqui faleceu a 2 de junho de 1951. Concluiu o curso de Comércio e de Construções Navais. Vogal republicano eleito para a paróquia civil de Arroios nas eleições de 1908, residindo na R. do Arco de Cego. Deputado nas Cortes Constituintes, apresentou vários projetos lei, sendo autor e relator da lei do horário de trabalho. Secretário particular de Bernardino Machado, antes e depois da República, quando este foi presidente do Governo, cargo que Covões acumulou com o de chefe de Gabinete. Deputado. Grande promotor dos banhos às crianças pobres, defendeu a assistência infantil nas escolas e a criação de cantinas. Diretor do semanário *O Povo* e redator de vários jornais. Presidente da Comissão Paroquial do PRP de Arroios. Filiado neste partido, foi membro da Junta Consultiva e 1.º secretário da Comissão Municipal de Lisboa. Em 1915 renunciou à vida política, dedicando-se ao Teatro. Em 1921, era empresário do teatro de S. Carlos e

entrou como sócio para o Coliseu dos Recreios (Covões, 1940). Esteve mais ligado ao último, organizando espetáculos de ópera, música e circo a preços acessíveis.

DOMINGUES, Joaquim Maria Lopes – **1918; 1919-1922; 1926** – Empregado no comércio, comerciante e depois funcionário e subchefe da secretaria da Junta Geral de Distrito de Lisboa. Nasceu em Lisboa a 23 de maio de 1887. Presidente da Associação da Classe dos Caixeiros. Ex anarquista filiou-se, posteriormente, no PRP. Após a cisão esquerdista de 1925, aderiu à Esquerda Democrática. Governador Civil de Coimbra. Vereador substituto responsável pelos pelouros dos Incêndios (1920) e das Finanças (1921). Presidente da Assembleia Geral do Centro Republicano Dr. José Domingues dos Santos, que funcionou na R. de Santo António dos Capuchos, 43, 1.º. Após o *28 de Maio*, foi preso (algumas vezes) e deportado para os Açores por atividades políticas oposicionistas. Membro da Liga Portuguesa dos Direitos do Homem. Residiu na R. Morais Soares. Faleceu a 30 de setembro de 1938, na freguesia S. Jorge de Arroios.

FERREIRA, Alexandre Branco – **1923-1925; 1926** – Comerciante e técnico de seguros. Nasceu em Miragaia a 4 de novembro de 1877 e faleceu em Lisboa a 15 de março de 1950. Pai do escritor José Gomes Ferreira. Foi administrador da Companhia de Seguros Aliança Seguradora. Notável propagandista da instrução popular, do mutualismo e da assistência à infância. Um dos fundadores da Universidade Livre, da qual foi diretor. Em 1914, filiou-se no PRP. Deputado. Vereador com o pelouro da Instrução (1925) e, no derradeiro ano da última vereação republicana, foi responsável pelo pelouro da Instrução e Assistência. Enquanto edil organizou o Congresso Nacional de Educação Popular; desenvolveu as bibliotecas municipais; criou os lactários, as consultas médicas para as mães e para as crianças, e a assistência através do fornecimento de roupas, calçado, etc. Entre as suas iniciativas contam-se, ainda, a organização de bibliotecas populares e de cursos noturnos para analfabetos. Foi presidente de instituições de cultura, instrução, mutualismo, beneficência e desporto. Membro da Liga Portuguesa dos Direitos do Homem. Escreveu artigos na imprensa e obras de propaganda sobre mutualismo e seguros sociais, cultura popular, direitos da criança e da mulher, desporto, etc. Residiu na R. Heliodoro Salgado.

FERREIRA, Artur Hermógenes – **1919-1922** – Guarda-livros. Republicano histórico. 1.º secretário da mesa da Assembleia Geral do Centro Republicano Dr. António José de Almeida, que teve sedes na R. da Palmira, 20 e na R. do Benfornoso, 284, 2.º. Vogal da direção da Associação do Registo Civil. Habitou nas Terras do Monte, Anjos.

FITAS, Francisco José – **1919-1922** – Comerciante. Foi 1.º secretário da Comissão Paroquial do PRP dos Anjos. Habitou na R. do Benfornoso, Anjos.

FORTES, Agostinho José – **1908-1913** – Professor Catedrático e historiador. Nasceu em Mourão, Évora, a 26 de outubro de 1869 e faleceu em Lisboa a 10 de março de 1940. Concluiu o Curso Superior de Letras, em Lisboa e depois foi professor de História Antiga, Medieval e Moderna do aludido Curso. Professor e diretor da Faculdade de Letras. Reitor da Universidade de Lisboa. Ensinou em várias escolas particulares, entre elas, na Escola Estefânia, em Arroios, da qual foi diretor e proprietário [Figura 1]. Vereador da primeira vereação republicana de Lisboa, atuou particularmente nas áreas da educação e instrução pública. Membro do Diretório do PRP. Chefe de Gabinete de Teófilo Braga (Governo Provisório). Senador. Presidente da Junta Geral do Distrito de Lisboa, durante o seu mandato pugnou pela fundação da Escola Agrícola da Paiã. Vogal do primeiro Diretório da Liga Portuguesa dos Direitos do Homem, onde exerceu uma importante ação. Fundador, presidente da assembleia geral e presidente da direção do Grémio Alentejano (atual Casa do Alentejo). Sócio da Academia das Ciências de Portugal, presidente do Instituto de Estudos Sociais e diretor da Universidade Livre. Morou na R. da Bempostinha e na R. de Arroios.



Figura 1

Escola Estefânia

Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, Machado & Souza, 1902, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/003/FAN/000728

GALVÃO, Vasco Dias Martins – **1914-1917** – Comerciante. Republicano histórico. Sócio da ACLL, com Depósito de Tabacos, sucessivamente, na Pç. da Figueira; na Av. D. Amélia e no Caminho de Baixo da Penha. Residiu no citado Caminho e na Av. Almirante Reis.

GASPAR, Alfredo Rodrigues – **1918; 1919-1922** – Nasceu no Funchal a 8 de agosto de 1865. Engenheiro-maquinista diplomado pela Escola Naval. Local onde, em 1898, iniciou a carreira de professor, conjuntamente com a de oficial da Armada. Em 1927, foi exonerado do cargo de professor da Escola Naval por limite de idade. Quando feneceu exercia os cargos de presidente da Comissão Técnica de Artilharia Naval e de diretor do Laboratório de Explosivos da Armada. Era um seguidor de João Franco, filiando-se no PRP após o 5 de Outubro. Entre os diversos cargos que desempenhou destacam-se os de deputado, ministro das Colónias (quatro vezes), ministro da Marinha-interino, senador, presidente da CML (1918; 1919), presidente do Ministério [chefe do Governo] e cumulativamente ministro do Interior. Presidia à Câmara dos Deputados aquando do 28 de Maio. Faleceu em Lisboa a 1 de dezembro de 1938 na sua residência na R. dos Açores, 47, r/c, dto.

GRILO, Alfredo Ramos Calais – **1919-1922** – Funcionário público. Foi, seguidamente, funcionário dos Serviços da Carta Agrícola; amanuense e chefe de seção na Escola de Medicina Veterinária. Habitou na R. de D. Estefânia e na R. da Escola do Exército, Anjos.

LEAL, José Augusto – **1926** – Comerciante e Industrial. Integrou a Comissão Municipal de Lisboa do PRP. Membro da Comissão Paroquial do PRP e da Junta de Freguesia dos Anjos (1923). Edil com o pelouro do Corpo Municipal de Salvação Pública. Habitou na R. Álvaro Coutinho, Anjos.

MARQUES, José Egídio – **1914-1917** – Funcionário Público. Participou no 5 de Outubro. 1.º secretário da Comissão Paroquial do PRP do Socorro. Residiu na Travessa (Trav.) do Colégio.

MARTINHO, Manuel – **1918; 1919-1922** – Comerciante. Vice-presidente da Comissão Paroquial do PRP dos Anjos (1913-1914) e presidente da Junta de Freguesia dos Anjos (1917). Vereador substituto (1920-1921), no último ano foi responsável pelo pelouro da Higiene. Procurador da Junta Geral do Distrito de Lisboa. Residiu na R. dos Anjos, freguesia mencionada.

MENEZES, João Catanho de – **1914-1917; 1926** – Advogado. Nasceu na freguesia do Faial, em Santana, Madeira, a 17 de março de 1854. Fez o curso secundário no liceu do Funchal. Diplomado em Direito pela Universidade de Coimbra. Militante do Partido Progressista até 1907, foi eleito deputado deste partido pela Madeira

em várias legislaturas, durante a monarquia. Em 1914, filiou-se no PRP e seria membro do seu Diretório. Foi presidente da CML (1914; 1926), mas porque era ministro da Justiça, em 1926, desempenhou as funções de presidente o vice-presidente, Magalhães Peixoto. Entrou no Parlamento, pela primeira vez, como deputado e líder do Partido Democrático (1915). Senador. Ministro do Interior-interino e ministro da Justiça, em vários governos republicanos; ocupava esse cargo aquando do *28 de Maio*, tendo sido exonerado (dia 30). Regressou à advocacia. Foi Presidente do Conselho Superior Disciplinar da Ordem dos Advogados e assumiu o cargo de Bastonário da Ordem dos Advogados (1942). Residiu na R. de Arroios e, depois, na R. Aquiles Monteverde. Faleceu a 16 de maio de 1942 no Cabeço de Montachique.

MIRA, Matias Boleto Ferreira de – **1914-1917; CA1915; CA1918** – Médico e professor universitário. Nasceu em Canha, Montijo, a 21 de fevereiro de 1875. Terminou o Curso de Medicina na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa. Oficial do Exército (1917-1940). Assistente de Fisiologia da Faculdade de Medicina de Lisboa. Foi o primeiro Assistente encarregado do curso de Química Fisiológica da referida Faculdade (1918-1945). Vereador da União Republicana, eleito pela Lista Neutra nas eleições de 1913; e membro das CA's de 1915 (pimentista) e de 1918 (sidonista), responsável pelo pelouro de Instrução, em ambas as comissões. Não compareceu na sessão de 23 de abril de 1915, do Senado Municipal, e num ofício (7 de julho), declarou que entendera não regressar, porque, tendo aceitado um lugar na CA, considerava ter perdido os seus direitos de edil eleito. Deputado do Partido Liberal. Membro da CE da Assistência Nacional aos Tuberculosos. Fundador e primeiro diretor (1922-1953) do Instituto de Investigação Científica Bento da Rocha Cabral, dedicado a criar conhecimento na área das Ciências Biológicas. Aposentou-se da medicina no ano de 1945. Vice-presidente da Assembleia Geral da Universidade Popular. Habitou na R. de D. Estefânia. Faleceu em Lisboa a 7 de março de 1953.

MONTEIRO, Henrique Sátiro Lopes Pires – **1918** – Oficial do Exército e professor da Escola de Guerra. Nasceu em Lisboa a 12 de fevereiro de 1882. Depois de concluir o liceu ingressou na Escola Politécnica e assentou praça, como voluntário, na Escola do Exército, onde concluiu os cursos de arma de Infantaria e o do Estado-Maior. Seguiu a carreira de oficial do Exército, atingindo o posto de coronel. Integrou as tropas que defenderam a República contra as incursões monárquicas. Durante a Grande Guerra, participou na expedição ao Sul de Angola, onde foi ferido. Integrou o Corpo Expedicionário Português, desempenhando o cargo de chefe de Repartição de Organização e Instrução do Quartel-General do Corpo, em França. Agraciado, entre outras condecorações, com a Cruz de Guerra e a medalha da "Vitória". Politicamente, foi militante, sucessivamente, no PRP, no Partido Reconstituente e na Ação Republicana. Em julho de 1925, filiou-se, de novo, no Partido Democrático. Governador civil do Porto. Deputado. Ministro do Comércio e Comunicações. Além de ter efetuado diversas conferências sobre assuntos militares e coloniais foi colaborador na imprensa periódica e nas revistas militares. Sócio

do Instituto de Coimbra e da Sociedade de Geografia de Lisboa, sendo vogal da secção de Estudos Militares. Vogal da Cruz Vermelha Portuguesa. Residiu na Av. Almirante Reis. Faleceu a 22 de abril de 1958 na freguesia S. Jorge de Arroios.

NETO, Custódio Rodrigues dos Santos – **1914-1917** – Guarda-livros. Nasceu em Vouzela. Presidente da Comissão Paroquial do PRP de S. Nicolau. Vereador responsável pelo pelouro dos Mercados e Matadouros (1916). Habitou, sucessivamente, na Trav. do Adro e na Cç. de Santana, ambas na freguesia da Pena, na R. dos Anjos e na R. António Pedro.

PINTO, Alfredo Augusto – **1914-1917** – Funcionário público. Nasceu em Murça a 13 de junho de 1881. Ainda novo, veio para Lisboa trabalhar num escritório de advocacia, passando a frequentar a Casa Pia como aluno externo. Iniciou a carreira no funcionalismo público (1903), mas abandonou-a (1906), devido à ditadura de João Franco, regressando quatro anos depois. Republicano histórico. Como vereador substituto, iniciou mandato em 1917. Residiu na R. José Estevão, Anjos.

PIRES, Joaquim Duarte Fernão – **1914-1917; 1923-1925** – Comerciante. Teve uma mercearia na R. de Arroios, 158. Vereador responsável pelo pelouro de Fiscalização Sanitária das Carnes e Mercados e Matadouro, depois Matadouros e Mercados (1923-1925). Procurador da Junta Geral do Distrito de Lisboa. Habitou na R. Pascoal de Melo.

PONA, Eurico de Paiva e – **1919-1922** – Comerciante. Nasceu no Porto em 1879. Veio para Lisboa, dedicando-se ao comércio. 2.º secretário da CE, acumulando com o pelouro dos Incêndios (1919). Membro de corporações de Bombeiros Voluntários de Lisboa e do Porto. Residiu na R. Andrade, Anjos. Faleceu em Lisboa a 5 de março de 1926, saindo o seu funeral da Av. Defensores de Chaves.

REBELO, Manuel Emídio dos Santos – **CA1918** – Comerciante e Proprietário. Vogal do PRP na paróquia civil de Santa Justa (1908). Membro da Comissão Paroquial do PRP de Santa Justa (1909; 1913). Edil responsável pelo pelouro de Ruas, pediu a exoneração da CA. Habitou na R. José Estevão, Anjos.

RIBEIRO, Jacinto José – **1914-1917** – Comerciante. Vogal do PRP na paróquia de Santiago (1908). Vereador com o pelouro da 2.ª Repartição da CML (1917). Procurador da Junta Geral de Distrito de Lisboa. Residiu na R. da Palmira, Anjos.

SANTOS, Augusto Zeferino Machado dos – **CA1918** – Contabilista. Irmão de Machado Santos, herói da República. Membro da Mesa da Assembleia Geral do Partido Reformista (1914), seria candidato independente a vereador pela Lista Presi-

dencialista nas eleições municipais de 1922. Nomeado diretor interino da Imprensa Nacional (março de 1915) por Pimenta de Castro. Tomou posse na CA em março e pediu a exoneração em junho de 1918. Residente na R. José Estevão, Anjos.

SILVA, Joaquim Correia Pinto da – **1919-1922** – Funcionário público [despachante da Alfândega]. Vereador substituto e vogal substituto da CE. Habitou na R. da Palmira, Anjos.

SILVA, José Lino da – **1918; 1919-1922** – Professor. Nasceu em Lisboa a 2 de março de 1880. Professor no Liceu de Évora, na Escola Primária Superior D. António da Costa, no Instituto do Professorado Primário, na Escola Académica e no Colégio Instituto Lusitano. Filiado no PRP e, depois, na Esquerda Democrática. Membro da Comissão Política do Centro Republicano Democrático. Presidente da Assembleia Geral do Centro Escolar Dr. Afonso Costa, com sede na Cç. de Arroios, 7, 1.º. Fundador e dirigente da Associação dos Inquilinos Lisbonenses e presidente da Assembleia Geral da Associação do Registo Civil. Habitou na R. da Ilha Terceira. Faleceu a 5 de janeiro de 1950 na freguesia S. Jorge de Arroios.

TORGO, José Maria Alves – **CA1913** – Veterinário e professor universitário. Nasceu em Vila Real a 25 de outubro de 1850. Terminou o Curso de Medicina Veterinária no Instituto Geral de Agricultura. Professor do Instituto de Agronomia e Veterinária. Filiado no PRP. Várias vezes presidente do Centro Republicano Dr. Afonso Costa, com sede na Cç de Arroios, 7, 1.º. Deixou a CA (julho) devido a incompatibilidades com o cargo de Chefe da Fiscalização Sanitária das Carnes da CML que desempenhava, e que manteve até ao seu óbito. Faleceu em Lisboa a 10 de março de 1850, saindo o funeral da R. Pascoal de Melo, 108, 1.º.

Terminámos de abordar os vereadores residentes nas antigas freguesias que constituem o território da atual freguesia de Arroios. Passemos a apresentar, muito sinteticamente, os outros edis que identificámos como tendo ligações e interesses locais na citada freguesia.

2.2. Vereadores com conexões à freguesia de Arroios

Abordaremos primeiro os edis que participaram na história cívica e cultural da freguesia, por exemplo, enquanto sócios de coletividades ou agremiações, dos quais alguns foram fundadores. Devido às regras precisas impostas para um artigo, apenas iremos referir a instituição e o edil, mandatos das vereações à qual este pertenceu e, por fim, a sua profissão.

Em primeiro lugar, destacamos a Associação do Registo Civil (1911) [Figura 2], no Lg. do Intendente, 45, 1.º, uma instituição de inspiração maçónica fundada em 1895, então denominada Associação Propagadora da Lei do Registo Civil, na Trav. dos Remolares, que tinha como sócios, pelo menos, oito vereadores republicanos,

a saber: Manuel Saraiva Pereira Dias, mandato 1914-1917, capitalista e proprietário; João António dos Santos, 1914-1917, comerciante; José Justino Ferreira, 1914-1917, comerciante; Carlos Simões Torres, 1918 e 1919-1922, comerciante; Manuel Eugénio Petronila, 1919-1922, impressor; Alfredo Pedro Guisado, 1923-1925 e 1926, advogado; e Júlio Silva, 1926, guarda-livros. E, ainda, o vereador José Lino da Silva, já referido como residente.



Figura 2

Associação do Registo Civil

Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, Joshua Benoliel, 1911, PT/AMLSB/CMLSB/PCSP/004/JBN/001577

Segue-se o Ateneu Comercial de Lisboa, na R. das Portas de Santo Antão, 109, fundado a 10 de Junho de 1880, uma coletividade da qual foi sócio o edil João Pereira da Rosa, 1918, industrial. Porventura, outros vereadores, nomeadamente comerciantes, seriam associados desta instituição, mas até ao presente não encontramos mais informações. Descobrimos referências a seis vereadores sócios da Liga Portuguesa dos Direitos do Homem, fundada a 3 de abril de 1921, numa sala do supracitado Ateneu, são estes: Fernando Teixeira Homem de Brederode, 1914-1917, atuário e dirigente empresarial; Virgílio Saque, 1914-1917, advogado e José Ernesto Barros de Lima, 1923-1925, funcionário público. Para além dos supracitados: Agostinho José Fortes, Joaquim Maria Lopes Domingues e Alexandre Ferreira, todos residentes em S. Jorge de Arroios.

Passando para o nível profissional, devemos mencionar os dois vereadores, médicos de profissão, ligados ao Instituto de Arroios para a Reeducação dos Mutilados da Guerra, na Cç. de Arroios, são eles: Alfredo Tovar de Lemos Júnior, mandato 1914-1917, que foi seu diretor e António Aurélio da Costa Ferreira, vereação de 1926. O Instituto de Arroios foi fundado a 11 de abril de 1917 pela Comissão de Assistência aos Militares Mobilizados da Cruzada das Mulheres Portuguesas. No mesmo ano, a direção foi entregue a Tovar de Lemos. Seria extinto em 1922. O edil e médico João Pais de Vasconcelos, mandato 1914-1917, foi Diretor dos Hospitais Cíveis de Lisboa [sede no Hospital de S. José]. O médico veterinário, José Miranda do Vale, 1908-1913, tinha o consultório na Av. Almirante Reis. Ainda relativamente aos vereadores médicos, é fundamental aludir que foram maioritariamente diplomados pela escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, situada no Cp. dos Mártires da Pátria, ou seja, se os contabilizássemos teríamos muitos mais edis que atravessaram as ruas, se cruzaram e conviveram com as gentes de Arroios.

Finalizámos a enumeração dos vereadores republicanos com ligações socioculturais, profissionais e estudantis à freguesia de Arroios. Assinalemos, que este número peca por defeito, porque se para alguns vereadores conseguimos apurar o nome de algumas instituições das quais foram membros, em relação a muitos edis somente sabemos que eram sócios de múltiplas agremiações.

Conclusão

Salientemos que neste trabalho estão representados edis de todas as vereações republicanas olisiponenses, de 1908 a 1926. Estes possuíam vínculos, mais ou menos profundos, ao atual território de Arroios, o que patenteia a grande presença republicana nesta freguesia.

A sua representação denota algum ecletismo profissional. Alguns vereadores são profissionais liberais, detentores de conhecimento científico (professores universitários, advogados, médicos, engenheiros, etc.), pertencentes à alta e média burguesia, mas também existem empregados no comércio e funcionários públicos da pequena burguesia.

Alguns deles residiam muito próximo uns dos outros (até no mesmo arruamento ou ruas vizinhas), cruzar-se-iam quando deambulavam pela zona ou nos seus afazeres diários? É uma possibilidade. A certeza da sua participação em agremiações cívicas e culturais existentes neste espaço territorial é reveladora de cumplicidades associativas que poderão ser mais exploradas em trabalhos futuros. Enquanto atores políticos da gestão da cidade são relevantes para a História de Lisboa; para além disso, estes vereadores foram grandes interventores na vida associativa e cultural da capital, contribuindo extraordinariamente para a divulgação dos valores da República portuguesa e para a formação do novo cidadão republicano.

Para terminar, expressamos o nosso desejo de que esta breve exposição dos percursos de vida dos vereadores republicanos tenha contribuído para engrandecer a memória da identidade republicana e da I República na freguesia de Arroios.

Bibliografia

AA.VV. [195-]. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédica Lda.

PORTUGAL. Ministério da Guerra. (1917-1926). *Almanaque do Exército ou Lista geral de antiguidade dos oficiais do exército metropolitano e empregados civis*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Calado, M. (1993). A Cidade Burguesa. Em M. Calado, *Atlas de Lisboa: a cidade no espaço e no tempo*. (pp. 92-105). Lisboa: Contexto.

Costa, A. (2001). Prosopografia das elites concelhias e análise racional: a intersecção de duas abordagens. Em F. T. Barata, *Elites e redes clientelares na Idade Média* (pp. 1-12). Lisboa: Colibri; Évora: Centro de Investigação e Desenvolvimento em Ciências Humanas da Universidade. <http://hdl.handle.net/10400.2/13434>

Covões, R. (1940). *O Cinquentenário do Coliseu dos Recreios*. [S.l.: s.n.].

Gama, E. (2011). Pena, Anjos e S. Jorge de Arroios. (p. 33). Em A. Valente (Coord.) *Nova Proposta Administrativa para Lisboa*. Lisboa: Gabinete de Estudos Olisiponenses, Câmara Municipal de Lisboa.

Guimarães, A. L.; Ayala, B. D.; Machado, M. P. & António, M. F. (2011). *Os Governos da República, 1910-2010*. Lisboa: Ed. Autores.

Lapa, A. (1962). *Governadores civis de Portugal*. Lisboa: [s.n.].

Lisboa, C. M. (2009). *À Urna pela lista Republicana de Lisboa! Centenário da vereação republicana de Lisboa, 1908-2008*. [Catálogo Exposição]. Lisboa: Câmara Municipal. Direção Municipal de Cultura: Grupo de Trabalho para as Comemorações Municipais do Centenário da República.

Maltez, J. A. (2005). *Tradição e revolução: uma biografia do Portugal político do século XIX ao XXI*. Vol. II. Lisboa: Tribuna da História.

Marques, A. H. de O. (Coord.). (2000). *Parlamentares e Ministros da 1.ª República*. Lisboa: Assembleia da República.

Ministério do Interior - Direção Geral de Administração Política e Civil. (1913). "Lei n.º 88". *Diário do Governo* 1.ª série, 183 (agosto): 2913-2919. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/88-591926>

Queirós, A. J. (2008). *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República*. Lisboa: Livros Horizonte.

Rego, M. J. de F. (2017). *Colectividades de Lisboa: freguesia de Arroios*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa/Gabinete de Estudos Olisiponenses.

Relvas, E. M. M. (2014). *Eleições Municipais em Lisboa na Primeira República (1910-1926)*. [Tese de Doutoramento em História Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa].

Ventura, A. (2004). *A Carbonária em Portugal: 1897-1910*. Lisboa: Livros Horizonte.

Periódicos

Actas da Câmara Municipal de Lisboa (1908-1926)

Actas da Comissão Administrativa da CML (1913, 1915, 1918)

Actas da Comissão Executiva da CML (1914-1926)

Almanaque d'O Mundo (1912-1914, 1917)

Ilustração Portuguesa (1912-1914, 1917, 1919, 1920-1922)

Luta (A) (1908, 1913-1919)

Mundo (O) (1913, 1917, 1919, 1922, 1925, 1926)

Rebate (O) (1922-1926)

Século (O) (1908, 1922, 1925)

Arquivos

Arquivo Histórico da Marinha

Arquivo Histórico Militar

Arquivo Histórico Parlamentar

Arquivo Municipal de Lisboa

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Associação Comercial de Lojistas de Lisboa

**Representações Literárias e Cartografias
Emocionais no Eixo Rua da Palma –
Avenida Almirante Reis. Uma Memória
de Resistência ao Estado Novo**
**Literary Representations and Emotional
Cartographies on Rua da Palma –
Avenida Almirante Reis. A Memory
of Resistance to the Portuguese
“Estado Novo”**

Aquilino Machado

Centro de Estudos Geográficos,
Instituto de Geografia e Ordenamento do Território,
Universidade de Lisboa



Resumo: Este artigo privilegia as paisagens literárias erguidas no eixo Rua da Palma-Avenida Almirante Reis, como memória de resistência ao Estado Novo. Impossibilitado de impor ritmos políticos mais dilatados, tão ligados à sua origem republicana e anarquista, forjou muito da sua cadência de apropriação através de uma boémia que se espessava em torno dos cinemas populares e das cartografias dos bares e cervejarias, onde ninguém estava “livre de apanhar com um poeta à deriva pela proa”, conforme escreve José Cardoso Pires. Mas também encontramos nele a importância das tertúlias de resistência criativa à ditadura, como aquelas que foram percorridas pelas cartografias oníricas do movimento surrealista português, no enalço do Café Herminius. No fundo, atestamos a influência das representações literárias e emocionais para o conhecimento e compreensão de trajetos criativos urbanos.

Palavras-chave: Lisboa Popular; Paisagem Literária; Geografia Emocional; Memória de Resistência; Estado Novo.

Abstract: This article focuses on the literary landscapes built on the Rua da Palma-Avenida Almirante Reis axis, as a memory of resistance to the Estado Novo. Unable to impose broader political rhythms, so linked to his republican and anarchist origins, he forged much of his cadence of appropriation through a bohemia that thickened around popular cinemas and the cartographies of bars and breweries, where no one was “free from catch up with a poet drifting by the bow”, as José Cardoso Pires writes. However, we also find in it the importance of gatherings of creative resistance to the dictatorship, like those that were covered by the dream cartographies of the Portuguese surrealist movement, following Café Herminius. Essentially, we attest to the influence of literary and emotional representations on the knowledge and understanding of urban creative trajectories.

Keywords: People’s Lisbon; Literary Landscape; Emotional Geography; Memory of Resistance; “Estado Novo”.



1. Primeiro Andamento

Carpintero (2012) assinala que para compreender a literatura, bem como as paisagens que nela se inscrevem, é necessário fazer uso da imaginação, recriando um mundo de significações envoltas em inumeráveis emoções que resultam perduráveis para o leitor. Deste entendimento procede a ideia de que os espaços emocionais que se esboçam em torno das paisagens literárias refletem uma dimensão equivalente à que Lévy (2006) refere como uma geografia sensível. Não por acaso, os resultados explorados neste ensaio captam este sentido transcendente e perdurável que nos permite apreender a cadência rítmica das nossas cidades, justamente, porque ao centrarmos o nosso conspecto nas paisagens literárias erguidas no eixo Rua da Palma-Avenida Almirante Reis, como memórias de resistência criativa ao Estado Novo, estamos a assimilar as “manifestações de natureza históricas do lugar” (Buesco, 2012, p. 9).

Usamos o trajeto emocional dos escritores e dos seus textos para falar deste pedaço temporal que marcou inabalavelmente uma parcela da Lisboa popular. É, pois, uma abordagem que se acalenta da pulsação da paisagem imaterial que paira em muitas cidades, mas que não deixa de ser incremental na explicação da sua organização física. Nalguns aspetos que vale a pena realçar, o itinerário remete para um domínio que parece esmaecer as fronteiras entre o real e a ficção (Lavocat, 2016), com o propósito de explicar o curso evolutivo de uma paisagem física e humana, assim como a forma como este reflete e configura a dimensão política que recobriu todo o processo (Collot, 2018).

Em algumas circunstâncias entramos em tantos e distintos lugares comerciais engravados neste eixo, porque ao fazê-lo alargamos a tecedura que os alimentou como “espaços para encontros amorosos e conspirações, para o debate intelectual e a bisbilhotice, para o *flâneur* e para o poeta ou o metafísico com o seu caderninho”, como nos lembra Steiner, no seu tratado sobre a “A Ideia de Europa” (2017).

2. Segundo Andamento

No ano de 1956, o escritor José Rodrigues Miguéis escreveu uma novela a que deu o nome de “Saudades para Dona Genciana” e que apresenta no seu início uma insinuação de sentidos tão reveladora das primeiras décadas do eixo Rua da Palma-Avenida Almirante Reis:

“Ponho-me a olhar a Avenida cá de cima, da minha água-furtada e meu refúgio, e digo-lhe, seu Apolinário: tudo isto levou uma grande volta. Antigamente vivia-se aqui como num céu aberto. Nem faz ideia. Onde isso vai, parece-se que não, os dias passam devagar, mas os anos vão-se depressa. A gente só dá por isso quando já não há remédio” (Miguéis, 1968, p. 199).



Figura 1
Perspetiva da Avenida Almirante Reis, nas primeiras décadas do século XX
 Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, Eduardo Portugal, 1938, PT/AMLSB/POR/021056

Iniciemo-lo a partir do Largo do Intendente, encarando a antiga Sede da Associação do Registo Civil e Livre Pensamento, um baluarte Republicano fundado em agosto de 1895, e que lutou contra clericalismo e a favor do livre pensamento. A sua história, gravada numa luta permanente em defesa do estado laico, contra o poder clerical, tivera início no Cais do Sodré, na Travessa dos Remolares, para depois se instalar no Largo do Intendente, e por lá permanecer até ao seu encerramento forçado durante o Estado Novo. Contudo, enquanto durou, asseguraria uma multitudinária atividade cívica e cultural, na defesa dos ideais republicanos. No decurso da Primeira República, alteraria o nome para Associação Propagadora da Lei do Registo Civil, adaptando-se aos ventos de mudança que transcorriam a sociedade e a tornavam numa associação que desejava que os trabalhadores se assumissem como cidadãos.

Quando se deu o Golpe Militar de 28 de Maio, esta associação esteve sempre ao lado dos movimentos republicanos que pretenderam o retorno à normalidade constitucional. Porém, pagaria bem caro esta ousadia. Na verdade, a Associação do Registo Civil e do Livre Pensamento seria forçada a encerrar as portas da sua sede, em 1937, e a entregar coercivamente as instalações ao senhorio, em 1940¹. Muitos dos seus dirigentes e delegados foram perseguidos, presos e deportados. No entanto, a memória destas mulheres e homens continuaria a acompanhar o ritmo da vida deste território.

1. A geografia revolucionária do eixo Rua da Palma-Avenida Almirante Reis foi fortemente abalada com o encerramento, pela Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE), em 1937, da Associação do Registo Civil e Livre Pensamento. A memória dos livres-pensadores seria igualmente golpeada quando o mausoléu erigido em homenagem aos regicidas Manuel Buiça e Alfredo Luís Costa, que se situava no cruzamento da Rua 9 com a Rua 26, do então Cemitério Oriental, foi destruído. Em 1940, seria publicado em Diário Municipal uma decisão camarária que instava os proprietários a comparecerem na administração do cemitério para transferirem o jazigo para outro local. Acontece que a Associação do Registo Civil e Livre Pensamento, proprietária do jazigo, não compareceu porque tinha sido coercivamente encerrada, o que motivou o desaparecimento deste monumento evocativo.

Avancemos em direção da Rua da Palma, antiga rua do Senhor do Palma, assim citada por Raul Proença, e que se abriu “cortando a chamada Horta do Catavento, em que havia chinquillo, jogo da bola, latadas e caramanchões para merendas domingueiras” (1924, p. 271). Situemos, para já, o seu traço simbólico de lugar de espetáculos populares anteriores à Primeira República.

Algumas destas salas desapareceriam no início dos anos trinta, como o Real Coliseu, que perdendo o fulgor de outros tempos, encerrara na segunda metade dos anos vinte para se tornar num lúgubre armazém de encomendas postais dos correios. No seu lugar, nasceria a garagem Liz, sob o risco de Hermínio Barros, que a ancorou para a posterioridade com um traçado ao gosto *Art Déco*, com laivos de Arte Nova. Nela, nasceriam lojas-vitrine para a Rua da Palma que faziam deste edifício um lugar onde as pessoas gostavam de se deslocar e olhar para as novidades da época.

Uma vocação funcional que revelava qualquer coisa em mudança no seio do eixo Rua da Palma - Avenida Almirante Reis, relacionada com o encerramento de antigos lugares de divertimento e a abertura de outros mais dotados a acomodarem a fofosidade e o aparato emocional dos tempos modernos.

Ao lado da garagem Liz, situava-se o Cinema Rex que abriu no lugar da Federação Espírita Portuguesa, encerrada pela Ditadura Militar no final dos anos vinte, por inflamados receios de que as suas atividades tivessem uma feição conspirativa. Da abertura deste cinema falava o *Diário de Lisboa* em 20 de novembro de 1936: “Como é do conhecimento de todos aqueles que se interessam por assuntos de cinema, Lisboa vai ter, na próxima segunda-feira, 23, mais um novo e elegante salão cinematográfico” (p. 11).

Contudo, esta peça jornalística adoçava ainda uma reflexão sobre a importância do cinema dizendo que este conquistaria o mundo “tornando-se simultaneamente popular e aristocrático”. Por certo, que desta aristocracia pouco se viu para os lados do Rex, mesmo que os seus empresários reservassem algumas novidades para a sua clientela popular, uma das quais recaia num “esplêndido bufete e um magnífico salão de chá-dancing”. Não que isto retirasse o epíteto de “salão bairrista”, onde não cabiam estreias. Eduardo Ferreira, um dos seus empresários, dava-nos conta desta vocação, mau grado na sua estreia terem previsto “um lindo filme musical, produção de Artistas Unidos, intitulado ‘Melodia da Vida’, primorosamente interpretado por Josephine Hutcchison e G. Huston. Mas são as reprises o nosso forte. Nesse capítulo podemos garantir aos futuros frequentadores da nossa casa que todos os sucessos, todas as melhores produções, passarão pelo nosso écran” (*Diário de Lisboa*, 1936, p. 11).

Muito mais tarde, em 1968, o Cinema Rex tornar-se-ia Teatro Laura Alves. E em outubro de 1973, nele foi levado a cena a primeira peça da Cornucópia, a companhia de Teatro fundada por Luís Miguel Cintra e Jorge Silva Melo. Com apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, estreou a peça de Molière, *O Misanthropo, ou o Atrabiliário Apaixonado*. No texto de enquadramento deste espetáculo, Miguel

Cintra escreveu estas linhas marcadas de forte simbolismo protestativo ao regime que então agonizava: “O teatro é coisa pública e colectiva. E muito poucas são ainda (ou já) as regras que toda gente saiba capazes de tornar comuns estes jogos de mentiras”.

Recuemos novamente na linha do tempo e entremos na Avenida Almirante Reis. A partir dos anos trinta a “nossa” avenida adquiriu uma prodigalidade de memórias imaginárias à medida que cresceu em comprimento. E assim, a sua geografia emocional ultrapassou a mera ordenação física e consolidou uma aprimorada oferta de percursos imaginários presentes nas suas salas de cinema. Novamente, a escrita de Rodrigues Miguéis fala-nos deste imaginário maior que o nosso próprio mundo real:

“Introduziu-se a ficção alheia ao lugar, ao tempo e aos costumes, que ajudou a corromper o bairro. O amor degenerou em manipulações em tantas partes, com intervalos pasmados de espera, à luz crua no tecto de zinco ou nos florões de estuque, e um piano desafinado e míope a trotar ao longe dum Far-West que nunca existiu senão no celuloide. Mas a gente habitua-se sempre a tantos ópios!” (Miguéis, 1968, p. 203).

Subamos um pouco neste roteiro permitindo-nos situar um desses lugares: o Cinema Lys, nascido na confluência da Avenida Almirante Reis com a antiga Rua do Registo Civil. Ao que consta a iniciativa da sua construção deveu-se ao promotor Abraão de Carvalho, um conceituado advogado da capital, que requereu autorização para construir um cinema de *reprise* num terreno que lhe pertencia. O projeto foi desenvolvido pelo engenheiro Machado Rodrigues, que devido à própria contingência do lote desenhou um cinema que se assemelhava a uma proa de um navio, e que depois foi ainda apurado no traçado da fachada pelo arquiteto Tertuliano Marques, por exigências da Câmara Municipal de Lisboa, que pretendeu dotá-lo de maior carga decorativa. Inaugurado em dezembro de 1930, teve uma vida de sonho com “os seus filmes de paixão, terror, mentiras em série” (Miguéis 1968, p. 203). A sua estreia foi marcada por uma festa de filmes que arribou com “O Dominó Preto”, uma comédia alemã, seguida de um drama de nome “Águas de Tormenta”, uma farsa sobre um caixeiro-viajante, rematada, finalmente, por um filme português e um documentário de cariz nacionalista.

Não ao acaso, o escritor Mário de Carvalho fala-nos, através de um repertório de crónicas memorialistas, do fio-de-prumo sentimental que adoça muito das recordações sobre a história desta e outras salas de cinema e a exibição de filmes em *reprise*: “Liz, Rex, Royal, Imperial. Que nomes de estadão. Ainda hoje impressionam. O Liz era o mais fino, aonde iam a mãe e a tia, muito bem arrançadas, aos domingos” (2021, p. 37).



Figura 2
*Fachada do Cinema Lys/
 Cinema Roxy*
 Fonte: Col. Estúdio Horácio
 Novais | Biblioteca de Arte
 Gulbenkian

Não podemos ignorar o edifício à sua frente, onde se instalou, no ano de 1907, a onírica Farmácia Bezelga, com a sua enorme palmeira e uma serpente simbólica enrolada no tronco, esculpida em pedra na fachada, e que albergava no primeiro andar o consultório de um dos mais famosos farmacêuticos de Lisboa, o singular Dr. João Bezelga. Este farmacêutico, republicano dos setes costados e dono de uma acutilante excentricidade, fora também poeta nas horas vagas e autor de um livro de versos intitulado *As canções da Arada*, “publicado em 1903 e dedicado ao Prof. Custódio Cabeça” (Neves, 1950, p. 73). Do livro saíram uns “luminosos” versos, “de mais a mais porque” tinham “o sabor lisboeta, visto terem sido feitos a Santo António e para as festas da noite do mesmo Santo na demolida Praça da Figueira” (Neves, 1950, p. 73):

“Milagroso Santo António
 Fazei-me o milagre a mim,
 Trazei-me de lá dos Céus
 Um bigodinho ... sim?

Não quero com grandes barbas
 Causar medo à namorada,
 Não quero que me confundam
 Com algum ladrão de estrada.

Não quero pêra comprida
 Que se assemelhe a algum bode,
 Não quero mosca atrevida,
 O que eu quero... é um bigode”

Deste poeta, e da sua singular extravagância, chega-nos um episódio descrito pelo olisipógrafo Silva Neves:

“Entre as numerosas anedotas verídicas, possíveis de contar, pois algumas são demasiado realistas, para se reproduzirem, conta-se a passada com um filho menor de um conhecido revolucionário do 5 de Outubro, então morador nas cercanias, e logo após a mudança do regime, e quando da passagem de réis para centavos:

O pequeno apareceu na farmácia com uma moeda de cinco tostões, a pedir malvas, e trazia num papel escrito «40 de malvas», o vulgar pataco ou 40 réis. Bezelga, atendendo a que o remédio era para um adepto da República nascente, interpretou logo por 40 centavos e forneceu ao pequeno um enorme cartucho com um cruzado de malvas, e de tal se pagou.

Não tardou que o Pai, exasperado ante a quantidade das ervas e o exagerado do preço (um cruzado ao tempo era dinheiro) viesse vociferar ante o impassível farmacêutico, que, com os óculos a descerem pelo nariz e a olhar por cima dos vidros, ia dizendo:

— Não se trocam medicamentos, quarenta só pode ser centavos, porque, segundo a lei, já não há réis. O freguês, exaltado, bate no balcão com uma forte bengala e, dizendo uma frase sonora, atira para dentro do balcão o pacote das malvas. Na descida da rampa para o Intendente, ouvindo chamar, volta-se, e vê, sorridente, no portal, o nosso farmacêutico poeta, que curvando-se e acentuando as palavras, diz: — «Obrigado, ficaram os 40 centavos e ... mais as malvas!»” (Neves, 1950, pp. 74 e 75).

Desconhece-se a razão do desaparecimento desta farmácia e da sua tertúlia republicana, mas o que é certo é que por lá nasceu, nos anos do Estado Novo, um bar popular que crismou o seu belo adorno escultórico ao chamar-se “As Palmeiras dos Anjos”.

Avancemos no encaço de outras paragens, não sem antes determo-nos na entrada da estação de metro dos Anjos, junto ao edifício do Banco de Portugal. É relevante falarmos da importância da rede de metropolitano na Avenida Almirante Reis², sobretudo na forma como permitiu vencer o rigor da topografia para alcançar o Areeiro, essa nova porta para uma Lisboa nova ou, como escreveu Cardoso Pires, em *Alexandra Alpha*, sítio de “fachadas soturnas em praça da inquisição” (1987, p. 60).

2. O Metro – “que logo se aprendeu a chamar à francesa” (França, 2008, p. 726) – só chegou a subir a Avenida Almirante Reis na década de 60, com a abertura, em 1966, da 3ª fase da construção do 1º escalão da rede, ao conformar a abertura do troço Rossio/Anjos, com as estações Socorro, Intendente e Anjos, projetadas pelo arquiteto Dinis Gomes e pontuadas com os azulejos de Maria Keil. A 4ª fase completaria a subida de todo o eixo com a passagem de sítios como Arroios, Alameda D. Afonso Henriques e Areeiro, e abriria ao público em 1972, a dois anos da Revolução de 25 de abril de 1974.

A aspereza das obras, que permitiu que uma cidade subterrânea se encravasse nas entranhas desta avenida, veio a revelar-se muito penosa para os seus habitantes e comerciantes devido ao longo entrincheiramento do seu espaço público. Simbolicamente parecem representar as distintas metamorfoses urbanísticas que nela sempre ocorreram, mas com maior incidência no Estado Novo. Nalguns aspetos, com estas transformações soçobrou muito da história construída em torno do prédio de rendimento da primeira metade do século XX, como nos lembra Appleton & Caldas (2020), dando lugar a uma sequência de edifícios de arcadas de gosto discutível, mas que beneficiaram da especialização de um certo tipo de comércio ligado ao mobiliário e eletrodoméstico, tão ao gosto de uma clientela popular que usufruía “as suas qualidades de eixo de comunicação e de simultaneamente das de rua” (Gaspar, 1985, p. 34).

O nosso passo alcança finalmente a Cervejaria Portugália e aquilo que resta da fábrica com o mesmo nome. A fábrica que começou por se chamar Fábrica de Cerveja Germânia e que almejou produzir cerveja ao “nível das melhores do mundo”. De Germânia passou a Portugália, tudo por culpa do sentimento antigermânico que grassava em Lisboa com a declaração de guerra da Alemanha a Portugal, em março de 1916. Em 10 de junho de 1925, passou a contar com uma cervejaria que muito entusiasmou a imprensa lisboeta que chegou a clamar: “foi inaugurada ontem ‘A Portugália’, que é a mais elegante de Lisboa” (Leite, 2015).

Já nos anos cinquenta, a fábrica e a cervejaria sofreram profundas alterações. O projeto da cervejaria, cometido pelo arquiteto Guilherme Gomes, foi dotado de uma sala de refeições generosa e habilitada a receber a pequena burguesia que crescia e solidificava-se neste pedaço da cidade. No entanto, aquilo que “os pinocas do bairro” (Miguéis, 1968, p. 203) mais louvaram foi a sala de bilhar que então apareceu no primeiro andar. Esta e o seu terraço que abriu para as suas temporadas de Verão com sessões de cinema, a 4 de junho de 1956, e que assim permaneceu durante uma década, recebendo o nome de “Cine Portugália”.

Na efabulação das tertúlias criativas ganhou presença o Café Herminius – situado no rés do chão direito do número 129 da Avenida Almirante Reis, prédio pertencente a Alberto de Magalhães Barros Júdice Queiroz, e que funcionou como leitmotiv do Grupo Surrealista de Lisboa: António Pedro, Marcelino Vespeira, António Domingues, Fernando Azevedo e Mário Cesariny de Vasconcelos. Acrescentar-se-iam outros nomes, mais tarde, onde marcavam presença Alexandre O’Neill, José-Augusto França, Moniz Pereira e Cândido Costa Pinto. O poeta Cesariny, citado pela jornalista Elisabete França, escreve acerca de toda esta atmosfera onírica e inconsciente: “Fazíamos maluquices. Saltávamos por cima das mesas, sei lá (...). Ainda fizemos lá uma exposição de bonecos. De certa maneira, tudo o que fazíamos era uma sátira e uma recusa violenta da ditadura. Mas tudo tão estranho que a polícia não alcançava. (...) era uma espécie de Cabaret Voltaire, só não deixou rasto.” (*Diário de Notícias*, 2006).

O escritor Cardoso Pires fala também do encalço destes anos e do refúgio inesperadamente criativo do Café Herminius:

“Éramos jovens e aquilo, sim, tinha o desmazelo de um ‘café des artistes’ fora das coordenadas culturais de Lisboa do fim da guerra mundial. Café Herminius, chamava-se ele. Resumia-se a uma porta estreita e a uma vitrina aberta para a Avenida Almirante Reis, algumas mesas povoadas de reformados a jogarem o dominó, jovens desempregados a pensarem o fumo do cigarro numa solidão muito lenta e contrabandistas menores a negociarem tudo e coisa nenhuma em dialéctica carregada de subentendidos.” (Pires, 1993, p. 8).

Embora não se sentisse integrado em tertúlias ou grupos, porque as “rotinas literárias sempre foram difíceis de cumprir, e as tertúlias ainda mais”, guiamo-nos, novamente, pela escrita de Cardoso Pires para nos situarmos no seu cenário:

“(…) que se interrogavam, em mesa à parte, sobre os destinos da geração a que pertenciam e as novas expressões com que procuravam descrevê-la. Tinham vindo quase todos da Escola António Arroio — Pomar, Vespeira, Cesariny, Fernando Azevedo — e participavam da rebelião estudantil contra a ditadura do Estado Novo.” (Pires, 1993, p. 8).



Figura 3
O Café Herminius, num cenário idealizado para o documentário: “Avenida Almirante Reis, em Três Andamentos”, de Renata Sancho
Fonte: Fotografia do autor, 19 de março 2017

Ser surrealista em Lisboa dilacerava as mentes conservadoras e talvez por isso o Grupo Surrealista de Lisboa partisse para outros locais distantes deste eixo, mais perto da cidade antiga: o Café Gelo, no Rossio, e o Café Royal, no Cais do Sodré, bem como a Avenida da Liberdade, onde Mário Cesariny, Alexandre O’Neill e António Domingues teriam, entre 1947 e 48, um atelier, e, nas redondezas da Sé de Lisboa, andariam, em 1949, envolvidos na primeira exposição coletiva dos Surrealistas, numa antiga sala de projeções, com o insólito nome de Pathé-Baby. Depois, como nos afiança

Não muito longe, insinuava-se o Café Colonial, onde se afirmava a tertúlia ligada ao grupo da Revista “57”, em que sobressaíam os nomes de António Quadros, José Marinho e Álvaro Ribeiro. Todavia, a frequência também se relacionava com o ritmo dos estudantes universitários, ao abrigar as urdiduras conspirativas dos jovens revolucionários Agostinho Neto e Amílcar Cabral.

O escritor Mário de Carvalho volta-nos a lembrar a cadência desta cartografia emocional burilando sobre o espaço exíguo do Café Colonial e a eficiência de um empregado:

“Do lado de cá, ficava o Colonial, um pequeno espaço que à noite servia bifes que nem eram maus. Mesas simples de fórmica, cadeiras vulgares, uns espelhos. Aqui pontificava o excelente e simpaticíssimo Senhor Vaz. Era um prodígio de acrobacia, um virtuoso de rapidez, um mágico dos pratos vazios e cheios. (...) Não serviria ali o melhor bife do mundo, mas o senhor Vaz foi decerto o melhor empregado de sempre” (Carvalho, 2021, p. 109).

Outra coordenada: em janeiro de 1958, aparecia na Praça do Chile, o café Pam-Pam, esse belo traço onomatopéico que fazia lembrar os cafés que começavam a despontar em catadupa na Avenida de Roma, sob projeto do atelier de Victor Palla e Bento d’Almeida. De recorte moderno nas linhas apuradas, o Pam-Pam era um regalo para a vista pelas linhas modernas e audazes, com um insinuante reclame luminoso em néon desenhando um tambor.



Figura 4

A fachada do Café Pam-Pam

Fonte: Col. Estúdio Mário Novais I
Biblioteca de Arte Gulbenkian,
Sem data

Contou na sua inauguração com a presença do violista de fado, José Maria Nóbrega, alfaiate de profissão, de Padrão da Légua, Porto. Contratado para permanecer um mês, ali ficou até o café encerrar as suas portas, e transformar-se na popular Cervejaria Os Perus.

Outros cafés, *snack-bares* e cervejarias de menor fulgor arquitetónico apareceriam nas redondezas ou mesmo na própria Praça do Chile, “sempre cheios de mocidade pasmada a ler a bola” (Miguéis, 1968, p. 228), ou a acolher os estudantes universitários que dispersavam das manifestações espontâneas contra a guerra colonial quando eram carregados pela polícia de choque.

Sáímos da Avenida Almirante Reis e infletimos para uma das suas traseiras, a Rua Francisco Sanches. Nela nasceu o antigo Cinema Imperial que aproveitara a remodelação do velho Pathé Cinema, um cinema de *reprises* inaugurado no dia 1 de outubro de 1925. A sala inicial assumia dimensões grandiosas, com uma capacidade de 737 espectadores, que se repartiam por 504 cadeiras na plateia, 132 nos balcões, 8 camarotes, e 69 *fauteils* (Acciaiuoli, 2012). Tempos de incessante procura popular que subitamente crescera com a difusão do cinema sonoro, e que teria no Royal-Cine da Graça, inaugurado em 1929, a sua mais fiel concretização.

Em 1953, deu-se uma profunda transformação no Cinema Imperial, pelo traço do arquiteto Fernando Silva, o mesmo que projetara o cinema São Jorge, inaugurado em 1950. A sala reduz a lotação para 586 lugares, aferindo algumas adaptações às novas exigências de segurança e ao crivo apertado na obtenção de licenças de funcionamento.

O fim do velho cinema aconteceu no ano de 1957, com a demolição do edifício. Mas a história não cessaria aqui, já que no seu lugar nasceu um novo Cinema Imperial, riscado igualmente pelo arquiteto Fernando Silva, com uma capacidade de 405 lugares na Plateia e 345 no balcão.

A estreia ocorreu no dia 16 de maio de 1966, com o filme “Beijo o Sangue das Minhas Mãos”, realizado por Norman Foster, e tendo como protagonistas Burt Lancaster, Joan Fontaine e Robert Newton. Em 1973, voltaria a acontecer uma nova e profunda remodelação e o cinema voltaria a ter o nome original de Pathé, deixando de ser um cinema de reprise e tornando-se um cinema de estreias.



Figura 5

O Cinema Imperial,
na Rua Francisco Sanches

Fonte: Arquivo Municipal de
Lisboa, Arnaldo Madureira,
sem data, PT/AMLSB/CMLSB/BAH/
PCSP/004/ARM/000418

O nosso itinerário suspende-se ao situarmos o Cinema e Café Império. O projeto do cinema aproveitara um lote de terreno que existia na confluência da Avenida Almirante Reis com a Alameda D. Afonso Henriques. Integrava-se numa ideia de cidade gizada pelo Estado Novo, acolhida no meridiano de uma “monumentalidade retórica, como expressão de poder do Estado, e inculcando o sentido da autoridade e da ordem” (Pereira & Fernandes, 1982, p. 533).

Os tempos de preparação do Cinema Império foram atribulados. Tudo começara na segunda metade dos anos quarenta, quando fora encomendado o seu projeto ao atelier do arquiteto Cassiano Branco, pela Sociedade Cinematográfica Império Lda. Tudo apontava para que fosse executado num abrir e fechar de olhos, no entanto, a Inspeção de Espetáculos inviabilizou-o, argumentando que a localização das entradas principais do recinto (Acciaiuoli, 2012), a par de uma subcave destinada para um bar-dancing, se oponham ao articulado legislativo.



Figura 6
Cinema e Café Império
Fonte: Col. Estúdio Horácio
Novais | Biblioteca de Arte
Gulbenkian, Sem data

Um segundo projeto foi riscado pelo atelier de Cassiano Branco. Este acautelava várias modificações no alçado, reorientando o corpo principal do Cinema Império para Alameda D. Afonso Henriques, com uma soberba e cinematográfica escadaria, tanto do agrado do Ministro Duarte Pacheco, que imaginara este rasgo em linha com a monumentalidade iniciada com o Instituto Superior Técnico, essa espécie de acrópole (França, 2008), e o topo oposto esboçado com a fonte monumental. No entanto, o projeto voltou a ser chumbado, já que associava o desenho de um café de dois andares pouco do agrado da Inspeção de Espetáculos. Cassiano Branco

desistiu da encomenda e a empresa contratou o arquiteto António Varela. Foi “sol de pouca dura”, já que o folhetim de licenciamento do Cinema Império levava a que fossem pedidas novas exigências forçando a desistência deste arquiteto. O projeto seria confiado, finalmente, a Frederico George e a Raul Chorão Ramalho que o guiariam a “bom porto”.

Três anos mais tarde, em 1955, abria o Café Império. Nele insinuavam-se dois grandes painéis: um cerâmico, de Martins Correia, e uma pintura, de Luís Dourdil. A este último, tributou o escritor Fernando Namora um conto, “Dois Ovos ao fim da Tarde”, e que, a certo passo, apresenta este diálogo:

— Boa tarde.

— Boas tardes a Vossa Excelência.

— Dois ovos como os de ontem.

— Ou como os de anteontem...

Sorriam ambos. A resvalar para uma intimidade constrangida.

E estavam naquilo à mesma hora. E, por ser à mesma hora, o lojista já o esperava à porta.

Os dois ovinhos do costume, não é verdade?

— Dois.

— A que horas fecha a charcutaria?

— Às dez, caro senhor.

— Então passarei a vir a roda das nove.

O lojista passou a mão branda pelos cabelos grisalhos, que a brilhantina escurecia e domesticava. Encorajava-se a um reparo.

Vossa Excelência desculpará a impertinência: — mas porque não leva de cada vez uma dúzia de ovos, uma dúzia ou outra quantidade qualquer, evitando o incómodo de...

— Prefiro assim.

[...]

No dia seguinte o lojista aguardava-o junto ao balcão acompanhado de uma senhora um rapazola de uns catorze anos..., o grupo que parecia posar para um retrato, fitava-o com uma avidez imbuída de censura e reserva.

[...]

— Perdoe Vossa Excelência: gostaria de confessar uma curiosidade

— Estou a ouvi-lo.

— Bom o caso é este: os ovos, os dois ovos diários. Não são para o senhor comer, não são para ninguém comer, pois foi o senhor a dizê-lo: então para que servem?

— Muito simples: para pintar.

O lojista recuou, varado pela zombaria... apontou o dedo trémulo...

— Diz Vossa Excelência que são para pintar. Tem graça. Carradas de graça. Para pintar de amarelo, bem entendido.

– De azul. Ou de violeta, vermelho, negro. – E após ter sublinhado uma pausa, falando espaçadamente e com uma deslavada inocência: – Mas às vezes também de amarelo, de facto.

Olhando à roda, não fosse alguém reparar no diálogo, o lojista retorquiu, sem já moderar o sarcasmo:

De azul, de preto, de violeta. Pintando!

– Com ovos!

– O senhor, o senhor! – Estava prestes a pôr de banda todo o resguardo nas suas reações. Estava. Estava prestes a esquecer, pela primeira vez na vida, que um cliente é um cliente. Mesmo sendo tonto e lunático. Ou provocador. – Mas pintar aonde?

– Numa parede. No fundo da Alameda. Naquelas obras ao lado do Cinema.

– Ao lado do ... No fundo da Alameda. Há um tapume, é nessas obras.

– Mas isso é um café.

Vai ser Grande. O maior de Lisboa.

– A pintar.

– Com ovos, sim. O senhor pode ir lá ver.

— E vou. Quando?

– Quando quiser. Agora. Agora mesmo.

O lojista ainda incrédulo disse e poderei ir depois de fechar a charcutaria?

– Claro que pode agora já sabe o sítio.” (Namora, 1980, pp. 203, 209, 210).

Realizou-se no Café Império um sem-número de espetáculos, nomeadamente aqueles que tiveram como intervenientes Artur Garcia, Madalena Iglésias e António Calvário, estes dois últimos assumindo a força ilusória de um par de namorados, eternizados pelo cinema e pela revista “Plateia”. Outros espetáculos musicais granjearam fama, agora no Cinema Império, nas décadas de cinquenta e sessenta. Em 1958, realizou-se o primeiro Festival da Canção, saindo vitorioso o tema “Vocês Sabem Lá” de Maria de Fátima Bravo, e, embora não competindo, Simone de Oliveira estreou-se interpretando três canções. Mas outros espetáculos musicais ocorreram no Cinema Império, na década de cinquenta, sendo o mais célebre protagonizado pela Orquestra de Count Basie, com o próprio ao piano, no ano de 1956. Nos anos sessenta, seria a vez de Quincy Jones e de Cliff Richard e os seus Shadows.

Também no Cinema Império esteve albergado o Teatro Moderno de Lisboa, entre 1961 e 1965, sob direção de Carmen Dolores, que se assumiu numa força permanente de disseminação das sementes do movimento dos Grupos Independentes. E o rastreamento dos bons ares seria ainda adossado com a inauguração do Estúdio do Cinema Império, em 1964, sob desenho de Frederico George, e que o crítico de cinema do *Diário de Lisboa*, Manuel de Azevedo, referenciou como tendo sido criado para “dar guarida a obras especiais, normalmente consideradas não comerciais” (30-10-1964, p. 4).

Tudo mudava de uma forma lesta na Avenida Almirante Reis. Muitos fragmentos dessa história foram destruídos de forma inabalável. Novamente no romance

Alexandra Alpha, encontra-se retratada a traça indolente e amargurada da ascensão, junto ao Cinema Império:

“Subiram a Almirante Reis. À porta do Cinema Império conversavam alguns vagalumes já muito murchos a fazerem horas para o amanhecer. Estavam sentados nas escadas, a fumar e a coçar a cabeça. Maria sorriu para o pára-brisas: «Fotografar, perder países, já lá dizia o Pessoa.»” (...) “O Citroen ia por si, o Citroen sabia o caminho, elas eram só deixarem-se levar, as duas muito manas, porque àquela hora iriam dar às enxovias da Avenida de Roma, à Alga e ao Alfredo, que era onde desaguavam os restos das solidões nocturnas, com bacalhau e copos ao desfastio” (Pires, 1987, p. 60).

A esta imanente boémia que sempre soubera alargar e abraçar os seus intervenientes vieram tempos de estreitamento em torno de uma decadência física e até social do lugar. Muitos dos cafés, que faziam animar o sopro da resistência, em todos os sentidos dos seus pontos cardeais, encerrariam neste período de transição.

Até o Café Herminius, como nos confessa Cardoso Pires, se encontrava “transformado em agência funerária – quer-se maior ironia? Talvez que, numa noite em que eu passe por lá apareça no vidro da montra o eco dos rostos duma juventude que ali criou uma parte da sua visão do mundo para lá do real imediato, a sua libertação; e que por trás desse vidro, deposta sobre um chão de violetas, esteja a cabeça da Dona Sol, rodeada de coroas funerárias e iluminada por um sorriso de ternura” (1993, p. 8).

O compasso encandecia as noites do “Bolero”, esse bar dançante situado na Esquina da Rua da Palma com o Martim Moniz, onde um pianista cego ditava as cadências dos boleros para uns submissos estudantes que renunciavam à compostura e deixavam-se levar pela dança profissional das senhoras da noite.

Tudo isto no rés-do-chão, enquanto no primeiro andar, como nos volta a escrever Cardoso Pires, os bebedores desprevenidos acreditavam iludir as horas: “quando as horas é que nos enganam muitas vezes, contando a passo certo e batido um tempo para lá dos números” (1997, p. 77), e outros comiam bifes pela noite fora esperando que a madrugada trouxesse um dia renovado.

Esta transformação deixou morrer lojas tão singulares como a Madame Garcia³, um estabelecimento de espartilhos situado no número dezassete da Avenida Almirante Reis, nascido para a República e que soubera resistir com aquela abnegação dos pequenos lojistas e da sua clientela pequeno-burguesa. Porém, também houve alguns adornos de sorte e, morrendo a Madame Garcia, os espartilhos passaram a livros, no início dos anos setenta, e o mundo bibliófilo ganhou, durante um rol de anos, um dos mais belos espaços alfarrabistas da cidade de Lisboa.

Conclusão

Por certo, uma das lições mais importantes deste itinerário consiste em saber se a força das paisagens literárias se presta em encontrar acolhimento na perpetuação de memórias cartográficas que elucidam e explicam o território.

A leitura que fazemos permite-nos responder afirmativamente: o envolvimento emocional das representações literárias leva a constituir um lugar estratégico de insinuação de resistência ao Estado Novo.

Tais respostas literárias fixam-se no valor estruturante das paisagens urbana e humana, sobretudo através da atmosfera dos cinemas populares de *reprise* e das tertúlias de oposição criativa ao regime salazarista. Um fio de prumo que instancia como toda esta história se abre com a paisagem, roubando uma bela metáfora escrita por Ruben A., em *A Torre da Barbela*.

Voltemos ao início das observações aqui feitas. À medida que mapeamos o intenso vaivém entre a ficção e o real, mais prevalece uma linha de rememorações criativas, aqui encetada na Rua da Palma e finalizada com o encalço do Antigo Cinema e Café Império.

Por fim, dizer que este roteiro pode e deve ser testado no cenário físico. Para o efeito, associamos uma cartografia insinuando os cenários relatados e entre eles pequenas histórias de distintos lugares de encontro (ver figura 7). No fundo, aquilo que se comprova é que o espraçamento desta geografia emocional ultrapassa a mera ordenação física e consolida-se numa oferta de outros imaginários geográficos infundáveis (Harvey, 1990).

3. Fundada no ano de 1910, sofreria uma reabilitação em 28 de março 1912, quando Maria Garcia submeteu à Câmara um projeto para alteração da fachada e de redecação do seu interior, estribando o seu requinte estético próximo do estilo Arte Nova, composto por materiais de madeira e estuque azul-claro e uma montra onde reluzia uma pintura de vidro da fachada em ouro sobre fundo azul com a designação “Madame Garcia & Herdeiros”.



Figura 7

Itinerário literário e emocional no eixo Rua da Palma e Avenida Almirante Reis: uma memória de resistência ao Estado Novo

Fonte: Cartografia elaborada pelo Autor

Bibliografia

- A., Ruben. (2020). *A Torre da Barbela*. Porto: Livros do Brasil.
- Azevedo, M. de (1964). Primeiras Exibições – “Os Chapéus-de-Chuva de Cherburgo”, no “Estúdio” do Império. *Diário de Lisboa*. (30 de outubro), 44, 15042, 4. <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06556.094.19210#!4>
- Acciaiuoli, M. (2012). *Os cinemas de Lisboa. Um fenómeno urbano do século XX*. Lisboa: Bizâncio.
- Appleton, J. & Caldas, J. (2020). Cinquenta anos de Prédios de Rendimento. Em F. Ramalhe, I. Lobo & M. Conceição (Coord.) *Atlas Almirante Reis*. (pp. 70-89) Lisboa: Edições Tinta-da-China.
- Buesco, H. (2012). Paisagem Literária; imanência e transcendência. *Colóquio/Letras*, 179, 9-18. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Carpintero, H. & Pisón E. (2012). *Imagen de Paisage: La generación del 98 y Ortega y Gasset*. Madrid: Fórcula Ediciones.
- Carvalho, M. (2021). *De maneira que é claro....* Maia: Porto Editora.
- Collot, M. (2018). Ver e Viver a Cidade como Paisagem. Em A. P. Coutinho, G. Vilas-Boas et al (Org.) *Espacialidades: Revisões do espaço na literatura*. Porto: Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa/Edições Afrontamento.
- França, E. (2006). O gato abriu a janela e saltou para a noite. *Diário de Notícias* (27 de novembro). <https://www.dn.pt/arquivo/diario-de-noticias/o-gato-abriu-a-janela-e-saltou-para-a-noite.html>
- França, J.-A. (2008). *Lisboa - História Física e Moral*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Gaspar, J. (1985). *A Dinâmica Funcional do Centro de Lisboa* [1ª edição – 1976]. Lisboa: Livros Horizonte.
- Harvey D. (1990). Between space and time reflections on the geographical imagination. *Annals of the Association of American Geographers*, vol. 80, 3, 418-434.
- Lavocat, J. (2016). *Fait et fiction: pour une frontière*. Paris: Seuil.
- Leite, J. (2015, dezembro 18). Fábrica e Cervejaria “Portugalia”. *Restos de Coleção*. <https://restosdecoleccion.blogspot.com/2015/12/fabrica-e-mercejaria-portugalia.html>
- Lévy, B. (2006). Géographie et littérature : une synthèse historique. *Le Globe. Revue genevoise de géographie*, 146, 25-52. Département de Géographie et Environnement, Université de Genève.
- Manso, J. (Dir.) (1936). Mais um cinema em Lisboa: o “Cine-Rex”, na rua da Palma. *Diário de Lisboa* (20 de novembro), 16, 5033, 11. <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=05762.026.06338#!11>

- Miguéis, J. R. (1968). Saudades para a Dona Genciana. Em J. R. Miguéis, *Léah e outras histórias* (197-228), 4ª edição. Lisboa: Estúdios Cor.
- Namora, F. (1980). Dois Ovos ao fim da Tarde. Em F. Namora, *Resposta a Matilde* (195-213). Lisboa: Bertrand.
- Neves, E. (1950). Do Sítio do Intendente. *Olisipo*, 50, 68-78. Grupo Amigos de Lisboa.
- Neves, E. (1950). Do Sítio do Intendente (Conclusão). *Olisipo*, 51, 141-144. Grupo Amigos de Lisboa.
- Reis, A. (2009). O fim da Primeira República. Em F. Rosas, M. F. Rollo (Coord.) *História da Primeira República Portuguesa*. (pp. 569-582). Lisboa: Tinta da China.
- Pereira, N. & Fernandes, J. (1982). A Arquitectura Fascista em Portugal. Em *O Fascismo em Portugal. Actas do Colóquio da Faculdade de Letras de Lisboa* (533-551), março de 1980. Lisboa: A Regra do Jogo.
- Pires, J.C (1997). *O livro de bordo*. Lisboa: Edições Expo'98.
- Pires, J.C. (1993). Café des Artistes. *Público Magazine* (7 de fevereiro), 8. https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/EFEMERIDES/josecardosopires/Textos/PDF/Publico_07Fev1993_SupMagazine_0008.pdf
- Pires, J. C (1994). *A Cavallo no Diabo*. Lisboa: Edições D. Quixote.
- Pires, J. C (1987). *Alexandra Alpha*. Lisboa: Edições D. Quixote
- Proença, R. (Coord.) (1924). *Guia de Portugal 1*. Generalidades, Lisboa e Arredores. Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa.
- Reis, C. (2012). Lisboa como paisagem: a cidade segundo Fradique Mendes. *Colóquio Letras*, 179, 19-31. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Steiner, G. (2017). *A Ideia de Europa*. Lisboa: Relógio d'Água.

Coletividades da Freguesia de Arroios

Collectivities of the parish of Arroios

Maria João de Figueiroa Rego

Gabinete de Estudos Olisiponenses, CML



Resumo: Arroios é uma das 24 freguesias criadas pela reforma administrativa de 2012, correspondendo a uma vasta área territorial que engloba as anteriores freguesias de São Jorge de Arroios, Anjos e Pena. Nesta freguesia, que nos últimos anos se converteu num exemplo de multiculturalidade, estão, ainda, em atividade coletividades vocacionadas para o desporto e para a cultura, algumas delas já centenárias e detentoras de uma vasta e interessante história.

Palavras-chave: Coletividades; Desporto; Cultura; Recreio.

Abstract: Arroios is one of the 24 parishes created by the 2012 administrative reform, corresponding to a vast territorial area that encompasses the former parishes of São Jorge of Arroios, Anjos and Pena. In this parish, which in recent years has become an example of multiculturalism, sports and cultural collectivities are still active, some of which are centuries old and have a vast and interesting history.

Keywords: Organisations; Sports; Culture; Recreation.



Arroios é uma das 24 freguesias criadas pela reforma administrativa de 2012, correspondendo a uma vasta área territorial que engloba as anteriores freguesias de S. Jorge de Arroios, Anjos e Pena.

Trata-se de uma autarquia que, sendo recente, representa um território com uma rica e antiga história, possuindo um representativo património arquitetónico e artístico, em que se incluem diversos conventos e igrejas, o Cruzeiro de Arroios e o Palácio da Bemposta.



Figura 1

Estandarte da coletividade
Fonte: Fotografia da autora, 2017

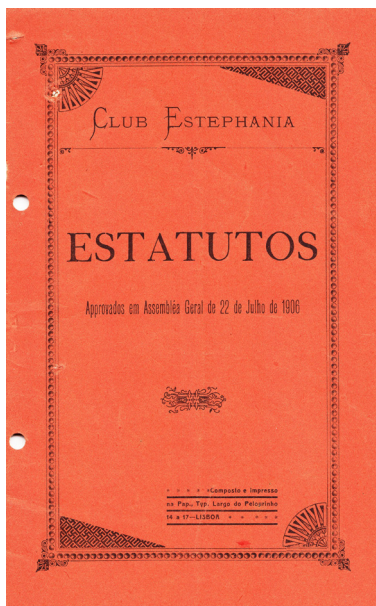


Figura 2

Capa dos estatutos do Clube Estefânia
Fonte: Acervo da coletividade



Figura 3

*Sede do Lisboa
Ginásio Clube
na Rua dos Anjos, n.º 63*
Fonte: Fotografia da autora, 2017

As rainhas Dona Catarina de Bragança e Dona Estefânia, por sua vez, deixaram uma marca indelével nesta zona da cidade dando, esta última, nome a uma rua, bairro e hospital. Algumas coletividades recorreram ao topónimo Estefânia, que evoca a rainha, em virtude da localização das respetivas sedes, casos do Clube Estefânia e do Estefânia Atlético Clube.

Nesta freguesia, que nos últimos anos se converteu num exemplo de multiculturalidade, estão ainda ativas coletividades vocacionadas para o desporto e para a cultura, algumas delas já centenárias e detentoras de uma vasta e interessante história, de que são exemplo o Clube Estefânia e o Lisboa Ginásio Clube.

Tendo sido objeto da investigação que deu origem à publicação *Colectividades de Lisboa – Freguesia de Arroios* (Rego, 2017), algumas destas agremiações, que estavam em atividade ainda em 2017, acabariam por sucumbir, entretanto, terminando a sua ação por diversos motivos, alguns dos quais se prenderam com a perda da sede, como sucedeu com o Sport Club do Intendente.

A maioria das coletividades está filiada em associações que as representam institucionalmente junto da Câmara Municipal de Lisboa e das Juntas de Freguesia. Entre as organizações desta natureza com sede em Arroios contam-se a Federação das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto do Distrito de Lisboa e a Associação das Casas Regionais em Lisboa.



Figura 4
Festa das Coletividades na
Alameda D. Afonso Henriques
Fonte: Fotografia da autora,
31 de maio de 2014

A Federação das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto do Distrito de Lisboa, FCDL, foi fundada a 7 de fevereiro de 2004. Dotada de personalidade jurídica e autonomia própria, integra a organização associativa, de caráter nacional, designada por Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto.

Esta Federação tem por fim a promoção dos valores do associativismo e a união de todas as coletividades sediadas no distrito de Lisboa, promovendo a cooperação, o intercâmbio e o convívio entre as coletividades e entre estas e a população. À Federação compete, igualmente, realizar ações de formação e de informação, prestar apoio logístico e técnico às suas filiadas, promover iniciativas nas áreas da cultura, recreio e desporto e dinamizar a criação de associações concelhias.

Entre as iniciativas promovidas pela Federação destaca-se a Corrida 25 de Abril, a Festa das Coletividades realizada anualmente em maio, com o apoio da Associação das Colectividades do Concelho de Lisboa e da Associação das Casas Regionais em Lisboa, e diversos eventos relacionados com a prática dos jogos tradicionais.



Figura 5
Festa das Coletividades na
Alameda D. Afonso Henriques
Fonte: Fotografia da autora,
31 de maio de 2014

A Associação das Casas Regionais em Lisboa, ACRL, foi fundada a 22 de novembro de 2007, tendo por objetivo a promoção dos valores do regionalismo, fomentando o intercâmbio, convívio e cooperação entre as casas regionais suas associadas e entre estas e as comunidades locais e a defesa dos interesses das casas regionais junto dos organismos públicos e privados. Das diversas atividades que a Associação tem vindo a promover destacam-se as festas e bailes de caráter regionalista, alguns dos quais com exibições de folclore, encontros de concertinas, convívios, almoços, passeios e a organização e participação em provas desportivas, com especial destaque para o atletismo.

Figura 6
Sede do Ateneu Comercial de
Lisboa. Rua das Portas
de Santo Antão
Fonte: Arquivo Municipal de
Lisboa, Arnaldo Madureira, 1960,
PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/
ARM/000352

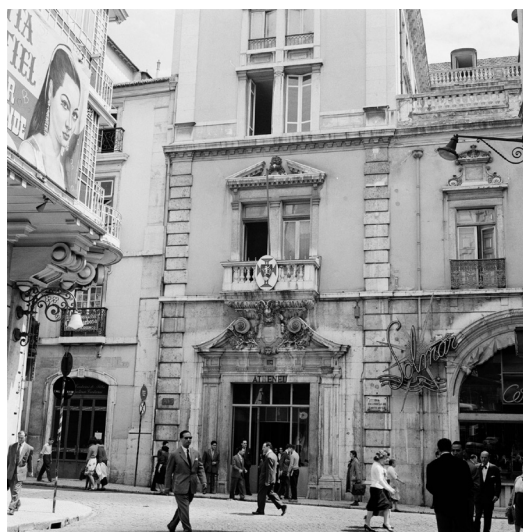


Figura 7
Equipa de Esgrima de Lisboa com o seu
diretor no Ateneu Comercial de Lisboa
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa,
Ferreira da Cunha, s.d., PT/AMLSB/
CMLSBAH/PCSP/004/FEC/000128

A 10 de junho de 1880, dia em que se assinalou o tricentenário da morte de Camões, foi simbolicamente fundado o Ateneu Comercial de Lisboa. A 2 de maio de 1880, um grupo de empregados do comércio reunido na Associação dos Empregados do Comércio e Indústria decidira associar-se a esta efeméride criando uma agremiação que viria a chamar-se Ateneu Comercial de Lisboa. Esta associação foi constituída com o objetivo de promover o desenvolvimento intelectual dos seus associados, através da realização de conferências, exposições, sessões literárias, ensino noturno e organização de uma biblioteca, enfim, tudo o que pudesse contribuir para a ilustração dos seus membros. Os estatutos previam também, desde início, a criação de aulas diurnas de instrução primária para os filhos dos associados. Em 1881, eram sócios honorários do Ateneu comerciantes, negociantes, donos ou sócios de estabelecimentos comerciais ou industriais, quando fabricantes e vendedores por conta própria, e despachantes de alfândega, entre outros.

Os diplomas dos sócios, que estes adquiriam no momento da inscrição, foram desenhados em 1883 por Rafael Bordalo Pinheiro.

Foram muitas as figuras ilustres do final do século XIX e início do século XX que cruzaram os seus percursos com a vida do Ateneu, como Elias Garcia (sócio honorário), Teófilo Braga, Manuel Arriaga, Angelina Vidal, Sebastião Magalhães Lima e Miguel Bombarda, para referir apenas alguns dos que aqui proferiram diversas conferências.

Ao longo da sua história, o Ateneu desempenhou um papel importante na defesa e na promoção dos interesses dos empregados de comércio, designadamente em questões relacionadas com o horário de trabalho. Nas suas instalações, o palácio dos Condes de Povolide, na Rua das Portas de Santo Antão, funcionou durante largos anos um estabelecimento de ensino.

O desporto foi largamente fomentado pelo Ateneu, em particular no que diz respeito à esgrima, natação e ginástica, tendo realizado e participado em inúmeros saraus.



Figura 8

Chaby Pinheiro

Fonte: António Augusto de Chaby Pinheiro (1938), *Memórias de Chaby*



Figura 9
Programa de Carnaval de 1909
Fonte: Col. Clube Estefânia



Figura 10
Programa de Carnaval de 1909
Fonte: Col. Clube Estefânia



Figura 11
Baile de Carnaval no Clube Estefânia
Fonte: Acervo da coletividade.
Década de 1950

Com uma história centenária, o Clube Estefânia, fundado a 9 de julho de 1890, continua a ser uma coletividade de referência na freguesia de Arroios e na cidade de Lisboa. À data da sua fundação tinha sede na Rua de Dona Estefânia, n.º 62. Atualmente, e desde 1956, funciona na Rua Alexandre Braga, n.º 24A.

A propósito desta coletividade, refere-se um facto histórico tão relevante quanto curioso. Foi na sede do Clube Estefânia que funcionou, em 28 de maio de 1911, nas primeiras eleições a seguir à implantação da República, a Assembleia Eleitoral de Arroios. Numa altura em que as mulheres não tinham direito a voto, Carolina Beatriz Ângelo, médica, viúva e chefe de família, votou nessas eleições, na sede desta coletividade, servindo-se de uma lacuna na lei eleitoral. Lei essa, que reconhecia o direito ao voto aos cidadãos a partir dos 21 anos que soubessem ler e escrever e que fossem chefes de família, como era o seu caso, sem especificar que este direito

se aplicava apenas aos homens. Médica e chefe de família, impôs-se à lei do tempo, fazendo história ao ser a primeira mulher a votar em Portugal. Foi, todavia, uma vitória de Pirro. A República que se vira forçada a aceitar o seu voto, rapidamente corrigiu a lacuna da lei impedindo que no futuro outras mulheres nas mesmas condições repetissem a proeza. Só em 1931 seria consentido o voto feminino e, ainda assim, com restrições.

A história da coletividade regista uma importante ação beneficente, comum à maioria das congéneres do seu tempo, e atividade desportiva, em particular na década de 1940. Quanto à ação cultural salienta-se uma intensa produção dramática que levou a que ao longo da sua história passassem pelo seu palco nomes ilustres como Chaby Pinheiro, Ângela Pinto, Lucinda Simões, Maria Matos, Vasco Santana e Eunice Muñoz. Além disso, sublinha-se a importância que o teatro amador teve na vida da agremiação, que não só promoveu espetáculos na sua sede, como noutras coletividades, tendo disponibilizado o seu espaço para outras agremiações aqui apresentarem diversas peças. Mais recentemente o clube cedeu a sua sala de teatro à Escola de Mulheres de Fernanda Lapa.

Os famosos bailes, atividade comum à maior parte das coletividades, eram, igualmente, muito concorridos e realizaram-se ao longo da sua história, que mais recentemente passou a incluir aulas de dança de salão.

O clube possui um rico e preservado espólio, composto por diversa documentação e um considerável número de programas dos eventos realizados.



Figura 12
*Estandarte do Centro Escolar
Dr. Salgueiro de Almeida*
Fonte: Espólio da coletividade.
Fotografia da autora, 2017



Figura 13
À direita a professora Adriana Pavão
Fonte: Centro Escolar Dr. Salgueiro
de Almeida, década de 1960

Encerrado, entretanto, o Centro Escolar Dr. Salgueiro de Almeida, fundado a 17 de maio de 1911, tinha ligação ao centro republicano Grupo Civil A República, n.º 4, desenvolvendo durante largos anos a sua ação escolar inspirada nos princípios e valores que nortearam a sua fundação nos primórdios da República. Em 1981 estava filiado na Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, com o n.º 951.



Figura 14

Aspeto da sala dos troféus do Lisboa Ginásio Clube

Fonte: Fotografia da autora, 2017



Figura 15

Aspeto da sala dos troféus do Lisboa Ginásio Clube

Fonte: Fotografia da autora, 2017



Figura 16

Voos

Fonte: Lisboa Ginásio Clube, década de 1960



Figura 17

Sarau

Fonte: Lisboa Ginásio Clube, década de 1960

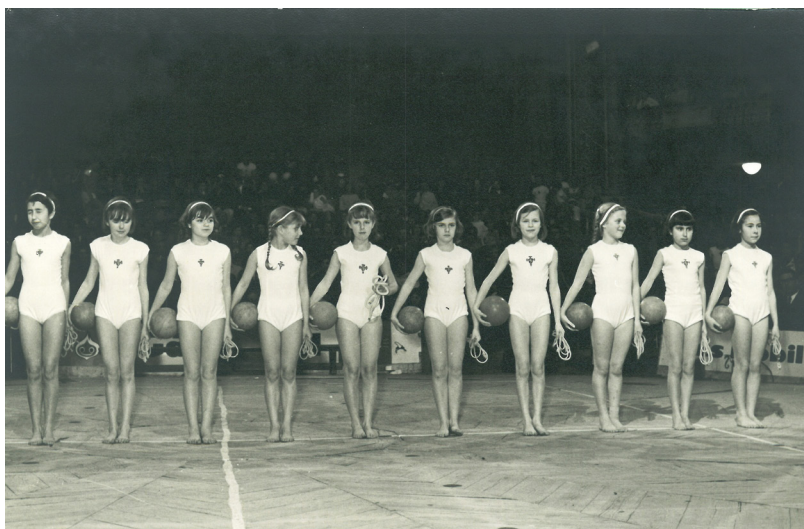


Figura 18
Sarau no Coliseu dos Recreios
 Fonte: Lisboa Ginásio Clube,
 década de 1960



Figura 19
*Nuno Merino nos Jogos Olímpicos
 de Atenas*
 Fonte: Lisboa Ginásio Clube, 2001

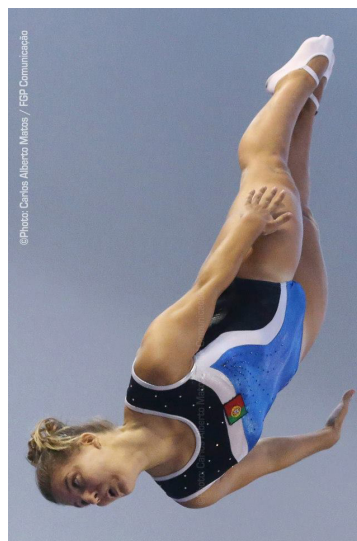


Figura 20
Ana Rente nos Jogos Olímpicos de 2012
 Fonte: Lisboa Ginásio Clube,
 fotografia de Carlos Alberto Matos/FGP
 Comunicação, 2012

Lisboa Ginásio Clube é a designação de outra das mais antigas coletividades em atividade, que continua a promover o desporto e, em particular, a ginástica. Fundado a 4 de novembro de 1918, foi constituído com o fim de proporcionar aos seus associados a educação física, artística, intelectual e cultural, bem como o recreio.

A sua primeira sede na Rua Maria, n.º 61, cave, no bairro Andrade, rapidamente se revelou insuficiente para as atividades do clube, que possuiu outras instalações até à construção, em 1983, do edifício de que é proprietário na Rua dos Anjos, n.º 63, que integra um espaço museológico onde estão expostas as inúmeras taças e troféus conquistados ao longo dos seus mais de cem anos de atividade.

Apesar das atividades recreativas e culturais promovidas pelo clube, compostas por conferências, festas, bailes e excursões, tem sido, sem dúvida, no desporto que a coletividade se tem notabilizado.

A ginástica foi, naturalmente, uma das primeiras modalidades a ser praticada no clube e ainda hoje constitui a sua principal atividade. Apesar disso, o clube tem primado pelo ecletismo, verificando-se ao longo da sua história a prática das mais diferentes modalidades, com destaque para os célebres voos à Leotard na década de 1920. Entre os inúmeros desportos, referem-se a título de exemplo apenas alguns como o boxe, a esgrima, a luta, o halterofilismo, o hóquei em patins, o jiu-jitsu, a natação, o basquetebol, o ténis de mesa, o cicloturismo, o badminton, o voleibol, xadrez e yoga.

A sua atividade espelha-se nos inúmeros saraus ou festivais gímnico-desportivos apresentados no Pavilhão dos Desportos de Lisboa e no Coliseu dos Recreios.

Desde 1952, data dos Jogos Olímpicos de Helsínquia, que o Lisboa Ginásio Clube tem marcado presença neste evento desportivo, bem como noutras competições internacionais. Já no novo milénio, regista-se a participação dos atletas Nuno Merino, no trampolim individual, Ana Rente, no trampolim moderno, Gustavo Simões, na ginástica artística masculina juniores, André Lico no duplo minitrampolim, André Pocinho e tantos outros atletas que têm representado o clube, somando medalhas e títulos e engrandecendo o palmarés da coletividade.



Figura 21

Capa de programa

Fonte: Col. sócio João Narciso Pereira

Figura 22
Programa da festa de homenagem a
Anita Guerreiro promovida pelo
Sport Clube do Intendente a
30 de abril de 1955
Fonte: Col. sócio João Narciso Pereira





Figura 23

Crianças apoiadas pela secção de beneficência do Sport Club do Intendente. Natal

Fonte: Acervo fotográfico da coletividade.
Década de 1940

O Sport Clube do Intendente, fundado a 1 de junho de 1933, teve, até 2017, sede no Largo do Intendente. A perda do espaço, já muito degradado, levou-o a cessar a atividade. A beneficência, a cultura, o recreio e o desporto marcaram a sua história. As festas, os bailes, alguns com a eleição da Miss Intendente, os jogos florais e o teatro amador animaram muitas *matinéés* e *soirées* passadas na sua sede. Na década de 1950 o grupo cénico apresentou diversas revistas, numa das quais participou Anita Guerreiro, que se estreara no teatro amador nesta coletividade. A fadista, por quem o clube sempre nutriu especial carinho, marcou presença em vários espetáculos realizados pelo Sport Clube do Intendente. No desporto a sua modalidade por excelência era o ténis de mesa.



Figura 24

Treino no ginásio do Clube Desportivo de Arroios

Fonte: Fotografia da autora, 2016

Figura 25
Equipa de futebol do Clube Desportivo de Arroios. Época de 1948-1949
Fonte: Acervo fotográfico da coletividade



Em 15 de julho de 1934, foi fundado o Clube Desportivo de Arroios. Foram várias as modalidades praticadas no clube desde o futebol ao ciclismo, à ginástica, ténis de mesa, andebol e basquetebol. A partir da década de 1990, dedicou-se às lutas amadoras e, no início do milénio, sobretudo ao boxe e ao muay thai. Em 2004 e nos anos seguintes, a direção foi presidida pelo antigo boxeur Orlando de Jesus Madaleno.



Figura 26
Passeio Mistério às Barras. Paragem nas Trouxas da Malveira. 74ª Excursão. Outubro de 1972
 Fonte: Col. Grupo Excursionista Os Misteriosos da Oriental



Figura 27
Exibição da Banda da Sociedade Filarmónica União e Capricho Olivalense junto à sede do Grupo Excursionista Os Misteriosos da Oriental, na Rua Actor António Cardoso, por ocasião do 30º aniversário do grupo
 Fonte: Acervo fotográfico da coletividade, 15 de agosto de 1965

Apesar de as coletividades se caracterizarem pela promoção de atividades comuns a todas, como as recreativas, culturais, de beneficência e desportivas, isso não lhes retira espaço para a originalidade e criatividade. Exemplo disso é o Grupo Excursionista Os Misteriosos da Oriental, fundado a 3 de agosto de 1935. Constituído a pretexto do excursionismo, manteve alguma atividade desportiva sobretudo no que diz respeito ao futebol. O nome explica-se facilmente. Oriental era a designação da garagem que ficava perto da sede e que era frequentada pelos fundadores do grupo. Misteriosos por organizarem passeios mistério, cujo destino era apenas do conhecimento dos sócios organizadores. Durante algum tempo publicaram um boletim intitulado *O Misterioso*, cujo 1.º número foi lançado em 1970. Era muito comum a existência de órgãos de comunicação próprios nas coletividades, que assim mantinham informados os sócios sobre as iniciativas, programas e atividades realizadas e a realizar. Atualmente, com as novas tecnologias e as redes sociais, as coletividades têm privilegiado outros canais para comunicar com os sócios.

Como sucede frequentemente com estas agremiações há sempre figuras destacadas do meio cultural, artístico ou desportivo, associadas a determinados momentos, eventos ou atividades. O Grupo Excursionista Os Misteriosos da Oriental foi visitado pelo cineasta e gastrónomo Jorge Brum do Canto, que com a mãe Bertha Rosa Limpo e a irmã Maria Manuela Limpo Caetano, foi coautor do famoso *Livro de Pantagrue*. Ficou célebre na história do grupo o almoço de lampreia que ele próprio confeccionou na respetiva sede, tanto assim, que a coletividade para comemorar o acontecimento, descerrou nas suas instalações uma placa em sua homenagem.



Figura 28
Cartão de sócio do
Estefânia Atlético Clube
Fonte: Acervo da coletividade

O Clube Atlético de Arroios foi constituído a 20 de janeiro de 1937. Ainda em funcionamento, tem vindo a dedicar-se a atividades recreativas e ao ensino da música e de instrumentos musicais como a guitarra e o piano, e ao ensino da dança, designadamente salsa, bachata, flamenco, sevilhanas e hip-hop, xadrez e yoga.

Figura 29
Equipa de futebol do Grupo
Desportivo da Pena
Fonte: Acervo fotográfico da coletividade.
Década de 1960

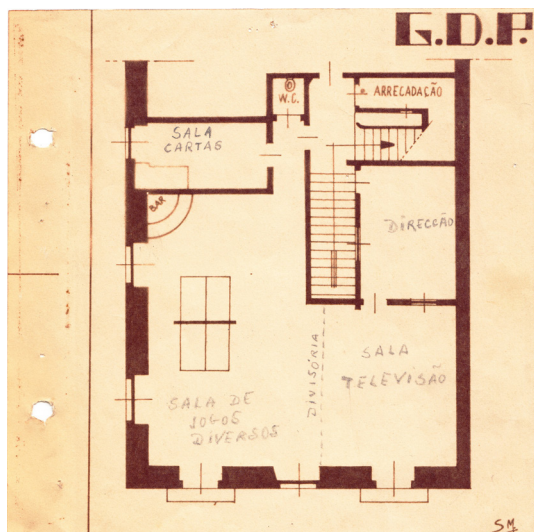


Figura 30
Planta da sede do Grupo Desportivo
da Pena, com a sala de televisão assinalada
Fonte: Acervo documental da coletividade

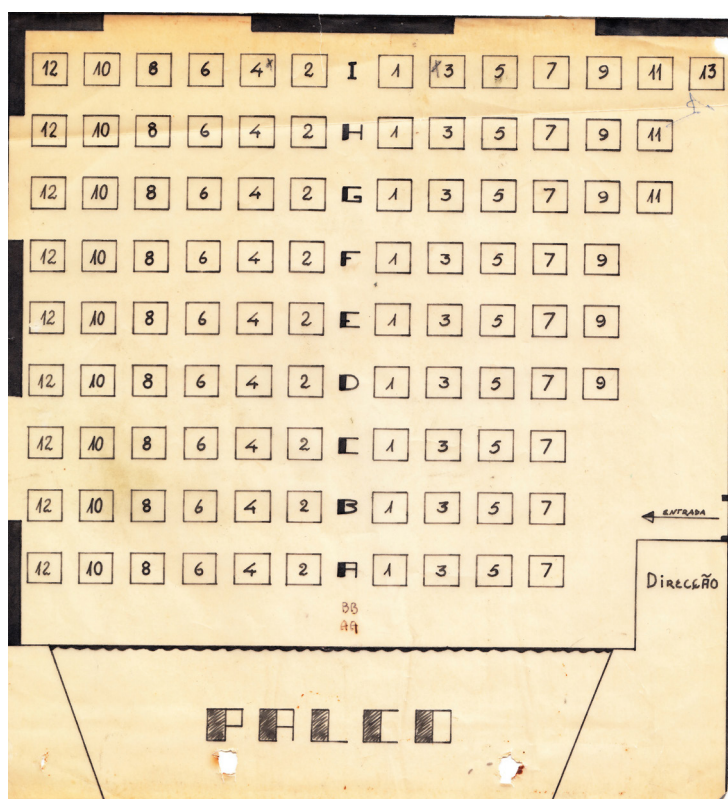


Figura 31

Planta da sala em plateia, com lugares marcados para a sessão de televisão. O aparelho estava colocado no palco
 Fonte: Col. Grupo Desportivo da Pena

Em 1939, a 1 de junho, nascia o Grupo Desportivo da Pena. O recreio dos seus associados foi um dos fins a que se propôs desde início, quer através da organização de passeios, quer através da promoção de espetáculos e eventos culturais. Quando, em 1957, começaram as emissões de televisão, a sede do clube transformou-se para acolher esta novidade a que os sócios aderiram com entusiasmo. No palco, onde outrora brilhavam os amadores de teatro, passou a estar um aparelho de televisão e a sala, organizada em plateia como se fosse um cinema, com lugares marcados, acolhia os sócios. No espólio da coletividade permanecem guardadas as plantas da sede e da sala com a disposição de cadeiras em filas e lugares com as respectivas marcações.

Em 2012, o Grupo Desportivo da Pena homenageou a fadista Anita Guerreiro, que residiu durante alguns anos no território da atual freguesia de Arroios.

Muito próximo da coletividade, na Rua Martim Vaz, fica a casa onde nasceu Amália Rodrigues. Por essa razão, o antigo campo de jogos do clube foi o local escolhido para o lançamento, em 2015, da 2.ª edição do livro *Amália quis Deus que fosse o meu nome*, de Miguel Ferraz.

É, ainda, de realçar o apoio social prestado por esta agremiação aos mais idosos. No que diz respeito à prática desportiva, a modalidade de eleição, o futsal, envolvendo crianças e jovens com idades compreendidas entre os 6 e os 18 anos, tem também uma importante vertente social.



Figura 32

Equipa de hóquei em patins do Estefânia Atlético Clube
 Fonte: Acervo da coletividade.
 Década de 1970

Fundado no mesmo ano, a 1 de outubro, o Estefânia Atlético Clube começou por se dedicar ao desporto, mais precisamente, ao futebol e mais tarde ao futsal e, já no novo milénio, ao andebol.

Na década de 1980, surgiram duas associações, uma de natureza desportiva, outra com carácter regionalista.



Figura 33

Logótipo do Clube Desportivo Escolar Camões
 Fonte: Acervo da coletividade

A primeira foi o Clube Desportivo Escolar Camões, fundado em 1986, na Escola Secundária Camões. Tinha por objeto proporcionar uma prática desportiva de qualidade, na modalidade de andebol, decorrendo os treinos na escola. Muitos foram os atletas que passaram pelo clube, alguns dos quais atingiram o estatuto de internacionais em diferentes seleções nacionais do desporto escolar e do desporto federado. Salienta-se, igualmente, o seu contributo para a formação de atletas e de professores de educação física. Destaca-se o contributo prestado a este grupo pela reputada treinadora Maria de Fátima Monge da Silva que, em 2006, foi coordenadora do Desporto Escolar e vice-presidente do clube.



Figura 34

Elementos do Rancho Folclórico Neveiros do Coentral. Casa do Concelho de Castanheira de Pera

Fonte: Acervo fotográfico da casa regional



Figura 35

Exibição do Rancho Folclórico Neveiros do Coentral. Casa do Concelho de Castanheira de Pera

Fonte: Acervo fotográfico da casa regional

Finalmente, menciona-se a Casa do Concelho de Castanheira de Pera, uma casa regional, constituída a 26 de novembro de 1987, que tem por fim divulgar e promover o concelho que representa. Esta agremiação tem vindo a promover iniciativas de carácter regionalista, organizando mensalmente, almoços de convívio, para além do tradicional almoço de aniversário. A sua programação cultural inclui a realização de palestras sobre temas regionais, com oradores naturais desta região do país e a organização de eventos para exibição de ranchos folclóricos, entre os quais o Rancho Folclórico Neveiros do Coentral e diversos grupos etnográficos. Esta coletividade integra a Associação das Casas Regionais em Lisboa, participando nos eventos promovidos por esta associação e pela Associação das Colectividades do Concelho de Lisboa.

Resta referir que entre o final do século XIX e o início do século XX, no território que atualmente corresponde à freguesia de Arroios, tiveram sede uma centena de coletividades, já desaparecidas, que se dedicaram ao recreio, beneficência, cultura, excursionismo e desporto. O seu expressivo número é representativo da importância que o associativismo assumiu neste território, composto por diversos bairros.

Fontes

Arquivos das coletividades

Arquivo Municipal de Lisboa

Arquivo do Governo Civil de Lisboa / Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna

Bibliografia

Rego, M. J. de F. (2017). *Colectividades de Lisboa – Freguesia de Arroios*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa / Gabinete de Estudos Olisiponenses.

Chaby Pinheiro, A. A. de (1938). *Memórias de Chaby*. Lisboa: Editora Gráfica Portuguesa.



ARRRCC

COLÓQUIO
HISTÓRIA
MEMÓRIAS
VIVÊNCIAS